

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARIA CRISTINA ITAGIBA FONSECA

Praça Roosevelt: uma análise dos conflitos da vizinhança a partir da
Psicanálise

SÃO PAULO

2022

MARIA CRISTINA ITAGIBA FONSECA

Praça Roosevelt: uma análise dos conflitos da vizinhança a partir da
Psicanálise

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de
Psicologia Social do Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Belinda Piltcher
Haber Mandelbaum

SÃO PAULO

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTETRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira
Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Itagiba Fonseca, Maria Cristina

Praça Roosevelt: uma análise dos conflitos da vizinhança a partir da Psicanálise / MARIA CRISTINA ITAGIBA-FONSECA; orientadora Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. -- São Paulo, 2022.

238 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Praça Roosevelt. 2. Conflitos. 3. Segregação. . 4. Território. 5. Psicanálise. I. Piltcher Haber Mandelbaum, Belinda , orient. II. Título.

Nome: ITAGIBA-FONSECA, Maria Cristina

Título: Praça Roosevelt: uma análise dos conflitos da vizinhança a partir da Psicanálise. 2022.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

Aprovado em:

Banca examinadora:

Profa. Dra.

Instituição:

Julgamento:

Profa. Dra.

Instituição:

Julgamento:

L

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

*A todas e todos – pessoas, coletivos e movimentos sociais – que lutaram e lutam por
uma cidade mais humana, democrática e plural.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que estiveram ao meu lado durante os muitos anos dedicados à pesquisa, antes mesmo do seu início formal, enquanto um mestrado.

À CAPES, pela bolsa concedida.

À minha orientadora Belinda Mandelbaum, tão doce e carinhosa ao transmitir seus anos de experiência acadêmica e saberes, cuidando para preservar minha autonomia na assimilação e produção de conhecimento, mesmo nas divergências.

Aos professores Arley Andriolo e Luís Guilherme Galeão da Silva pela leitura cuidadosa, contribuições e conhecimento compartilhado durante a qualificação.

À Clarice Pimentel Paulon e Tiago Humberto Rodrigues Rocha por aceitarem o convite à banca examinadora, emprestando seu tempo e elaborações à conclusão desse processo.

À Adriana Simões Marino e Ana Carolina Perrella, companheiras de um fazer clínico tão singular, por toparem as suplências formais – e informais – da escrita.

Aos colegas de laboratório e pesquisa da USP – Aline Rubin, Camila Antonelli, Fernando Figueira, Raquel Morales e Rodrigo Afonso – pelas leituras, trocas e ajudas no processo de construção e escrita. Essa dissertação leva um pouco de vocês.

Aos informantes dessa pesquisa, que me confiaram suas experiências e confiaram a mim a tarefa de contar suas histórias através da praça.

Aos funcionários da USP, em especial à Teresa, Nalva e Rosângela, por me ajudarem a lidar com as angústias burocráticas – principalmente durante a pandemia, quando os corredores ficaram virtuais e entender os caminhos institucionais se tornou ainda mais desafiador.

A Sérgio Ricardo Unterkircher, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Urbana, pela presteza em localizar documentos históricos raros e plantas da Praça Roosevelt, além de me orientar novos caminhos para pesquisa documental.

Aos funcionários da Supervisão de Acervo Permanente do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo por abrir caminhos para minha pesquisa documental e histórica, dando-me uma direção para começar esse processo.

À equipe de Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo pelo importante trabalho de preservação e divulgação de documentos legislativos e pela solicitude em ajudar com a pesquisa no acervo de notícias sobre a Praça Roosevelt. E ao Setor de Documentação Jornalística, pelo trabalho de registro documental de matérias jornalísticas.

Ao professor, colega e supervisor, Rafael Alves Lima, pelo incentivo e acolhida em meu percurso profissional e acadêmico, formal e informal, durante tantos e tantos anos.

Aos colegas do Coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”, pela aposta conjunta em uma cidade mais humana através da Psicanálise.

Aos meus pais, Cíntia e Paulo, por todo o estímulo aos estudos, a credibilidade e o apoio que me deram para que pudesse fazer minha formação longe de seus olhos e de sua supervisão. Muito obrigada por acreditarem no meu potencial e me estimularem a desenvolvê-lo sempre.

Aos meus avós. Dácio (in memoriam), pelas raízes; Edith (in memoriam), pelas memórias; João (in memoriam), por todo amor e carinho dedicado em vida. À avó Cenira pela presença terna e comida afetiva a cada retorno à casa familiar.

Aos meus irmãos, João Luiz, Angélica, Nathália e Ana, meu primeiro laboratório de sociedade, com quem partilhei (e partilho) longos anos de aprendizagem e que puderam me ensinar tanto sobre alteridade.

Aos meus cunhados, Tom, Jacqueline e Victor, por ampliarem as fronteiras do que um dia chamei de família, por pertencerem e me fazer pertencente às vidas uns dos outros.

À pequena Helena, por fazer aflorar em mim o desejo de construir e deixar um mundo melhor à próxima geração, em que a violência não seja a primeira saída aos conflitos.

Aos amigos do “Grupo” - Bruna, Carla, Flaviane, Gustavo, Laís, Mariana e Vinícius - com quem dividi os anos mais intensos e conflitivos da minha vida e aprendi a amar (n)a diferença.

À querida “melhor amiga” Flaviane, com quem pude sair da identificação maciça e caminhar em direção à diferença e à alteridade, por apoiar minhas escolhas e acolher minhas angústias mesmo quando não (te) fazem muito sentido.

Às amigas Aquinoã, Larissa e Maira, pela companhia e crescimento compartilhado de Uberaba a São Paulo, que já me foram lar e me são família em terras outras. Às suas famílias, que expandiram também a minha.

Aos amigos de faculdade – Marília, Min, Qui, Paca, Roberta, Sid e Tchutchá – por seguirem cultivando companheirismo, mesmo separados pelas grandes distâncias.

À Aquinoã por todo o suporte oferecido ao longo da escrita. Da cerveja etnográfica à leitura das minhas ideias quando ainda eram esboços.

Ao Jairo e sua família - Sara, Edna e Aldemar – pela acolhida e por minimizarem em mim a solidão durante os últimos anos em São Paulo.

À amiga Beatriz Maia, colega de consultório, pelas negociações inicialmente difíceis e que se tornaram cada dia mais fáceis até que pudessem ser amparo e partilha.

À amiga Suzanne Mamede, minha sorte grande em São Paulo, com quem compartilho raízes tão íntimas e particulares que apenas outra mulher goiana retirante e vivente na cidade grande poderia compreender onde estão fincadas.

A Gustavo por oferecer cuidado, cumplicidade e companhia no processo final da escrita.

À Dara, Cora e Dora pelo suporte mútuo e incondicional que me oferecem todos os dias.

Enfim, a todos aquelas e aqueles em que encontro identidades e identificações e com quem partilho alguma singularidade de ser.

“É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não nos saímos de nós. Se não saímos de nós próprio”.

José Saramago

RESUMO

ITAGIBA-FONSECA, M. C. **Praça Roosevelt**: uma análise dos conflitos da vizinhança a partir da Psicanálise. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O medo da violência nas grandes cidades tem efeito importante na organização do espaço urbano e nas políticas de gestão. Os discursos e estratégias de segregação como tentativa de garantir segurança são constantemente reatualizados, produzindo como efeito também a criminalização de sujeitos que são identificados como diferentes e estranhos por aqueles que se consideram legítimos aos seus territórios. Deve-se considerar que as marcações que separam quem deve ser protegido de quem precisa ser vigiado parecem estar calcadas em um processo histórico de dominação, segregação e exploração, resultado de nosso processo de colonização, que não cessa de se repetir. Considerando a complexidade dos elementos conexos à (e na) cidade, este trabalho tem por finalidade compreender as relações entre sujeitos e territorialidade a partir de discursos, disputas e conflitos que permeiam o espaço público, tendo sido eleito como objeto de estudo o território da Praça Roosevelt, localizada no centro da cidade de São Paulo. Como método de investigação, optou-se pela etnografia na tentativa de conhecer e compreender a praça, os modos de relação possíveis a partir dela e os conflitos de vizinhança que surgem em função de suas formas de ocupação. Foram realizadas visitas de observação à Praça Roosevelt, registros em vídeos e fotos e em diário de campo das experiências no território, além da participação, durante o ano de 2019 e início de 2020, nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), uma entidade de apoio à Polícia Estadual no trato das relações comunitárias, responsável pela região em que a praça está inserida,. Para situar a investigação na história da praça, optou-se por levantamento de documentos oficiais, tais como os registros em atividades da Câmara Municipal e recortes de jornal arquivados na Biblioteca da Câmara. Também foram realizadas entrevistas com moradores, frequentadores, artistas e comerciantes locais. Os discursos sobre a Praça Roosevelt são muito diversos e estão entrelaçados à posição e às identidades com as quais os informantes se apresentam em sua relação com a praça. A pluralidade característica do local torna-se um problema que, muitas vezes, as forças de segurança pública são convocadas a resolver. Foi possível ainda identificar que, independentemente da posição que o sujeito ocupa, os problemas de convivência são localizados em um “Outro”, seja este um forasteiro ao território ou vizinho autoritário. Este fenômeno observado foi então analisado a partir das proposições psicanalíticas freudianas que tratam de fenômenos sociais e de grupos a partir, dentre outras, da noção de “narcisismo”, considerando ainda o entrelaçamento entre essa vertente teórica e perspectivas sociohistóricas latino-americanas que consideram as formações sociais brasileiras fundadas a partir de uma lógica de exploração escravocrata e racista.

Palavras-chave: Praça Roosevelt. Vizinhança. Segregação. Território. Conflitos. Cidade.

ABSTRACT

ITAGIBA-FONSECA, M. C. **Roosevelt Square**: an analysis of neighborhood conflicts from Psychoanalysis. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The fear of violence in large cities affects the organization of urban space and management policies. Discourses and strategies of segregation to ensure security are constantly updated, thus criminalizing subjects identified as different and strange by those who consider themselves legitimate to their territories. The markings that seize those who should be protected from those who need to be watched seem to be based on a historical process of domination, segregation, and exploitation, resulting from our colonization process, which never ceases to repeat itself. This work aims to understand the relations between subjects and territoriality from discourses, disputes, and conflicts that permeate the public space, the object of study being the territory of Roosevelt Square, located in the center of the city of São Paulo. Ethnography was chosen as a method of investigation to understand the square, the possible relationships, and the neighborhood conflicts that arise due to their forms of occupation. Observation visits were made to Roosevelt Square, recorded in videos and photos, and a field diary of experiences in the territory, in addition to participation during 2019 and early 2020 in the meetings of the Community Security Council (CONSEG), an entity to support the State Police in dealing with community relations and responsible for the region in which the square is inserted. A survey of official documents was selected to investigate the history of the square, such as records of activities of the City Hall and newspaper clippings filed in the Library. Interviews were also conducted with locals, visitors, artists, and local traders. The speeches about Roosevelt Square are very diverse and intertwined with the position and identities in which the informants present themselves in their relationship with the square. The characteristic plurality of the site becomes a problem that, often, public security forces are called upon to solve. It was also possible to identify that, regardless of the position the subject occupies, the issues of coexistence are located in an Other, whether he is an outsider to the territory or an authoritarian neighbor. This phenomenon was then analyzed from the Freudian psychoanalytic propositions that deal with social and group phenomena based, among others, on the notion of narcissism, also considering the intertwining between this theoretical aspect and Latin American sociohistorical perspectives that consider Brazilian social formations founded on a logic of slavery and racist exploitation.

Keywords: Roosevelt Square. Neighborhood. Sorting. Territory. Conflicts. City.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Vista área da Praça Roosevelt.....	34
Figura 2: Vista área da praça em 24 de janeiro de 1970.....	35
Figura 3: Vista área da Praça Roosevelt.....	36
Figura 4: Estacionamento das viaturas de polícia na Praça Roosevelt.....	37
Figura 5: Pergolado e café Via Roosevelt.....	38
Figura 6: Vista lateral café Via Roosevelt e rampa de acesso à Rua da Consolação.....	38
Figura 7: Praça Roosevelt cercada para a Parada LGBTQIA+ de 2019.....	46
Figura 8: Atendimentos do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.....	48
Figura 9: Praça Roosevelt em 1954.....	52
Figura 10: Construção da Praça Roosevelt em 1968.....	55
Figura 11: Cine Biju, na Praça Roosevelt, em 1986.....	56
Figura 12: Prefeito Paulo Maluf visita obra da Praça Roosevelt em 1969.....	57
Figura 13: Vista aérea da Praça Roosevelt na década de 70.....	59
Figura 14: Projeto de Implantação da Praça Roosevelt.....	73
Figura 17: Vista área do evento "Amor sim, Russomano não", na Praça Roosevelt.....	75
Figura 18: Skatistas na Praça Roosevelt.....	79
Figura 17: Praça Roosevelt durante a pandemia.....	91
Figura 18: Foto da Praça Roosevelt durante a pandemia de COVID-19 à noite.....	92

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACM – Associação Cristã de Moços

ACV – Associação Viva Centro

AMACON – Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências

APARA – Associação dos Moradores da Praça Roosevelt

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BPM – Batalhão da Polícia Militar

CBSK – Confederação Brasileira de Skate

CIM – Centro Informação Mulher

COHAB – Companhia de Habitação Popular

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

COVID-19 – Corona virus disease (Doença do corona vírus)

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização

EMEI – Escola Municipal de Educação Integral

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

GCM – Guarda Civil Metropolitana

IPTU – Imposto Predial e territorial urbano

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, e outros

MC – Mestre de Cerimônia

OMS – Organização Mundial de Saúde

PL – Projeto de Lei

PUC – Pontífice Universidade Católica

MP – Ministério Público

MPL – Movimento Passe Livre

NAL – Núcleos de Ação Local

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SSP-SP – Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Tecnologia de Informação

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	13
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O começo de tudo...	15
1.2 Consideração sobre o processo de urbanização da cidade de São Paulo	16
1.3 Proposições psicanalíticas sobre a relação “Eu” e “Outro”	23
1.4 Metodologia	25
1.4.1 Método:.....	25
1.4.2 Observação participante:	26
1.4.3 Entrevista:.....	28
1.4.4 Pesquisa em documentos públicos:	30
1.4.5 Análise dos dados:.....	30
1.4.6 Aspectos éticos:	31
2 A PRAÇA ROOSEVELT	34
2.1 Recortes Etnográficos da Praça Roosevelt: de 2019 a 2020.....	35
2.2 A Praça antes da Praça: início do século 1900 aos anos 1960.....	49
2.3 A “dita” praça: o edifício-praça dos anos 1970 aos anos 2000.....	57
2.4 A Praça-palco: As transformações dos anos 2000.....	63
2.5 A “nova” Praça: da revitalização da Praça (2012) aos dias atuais.....	73
2.5.1 Praça Roosevelt: formas de ocupação e seus efeitos.....	79
2.5.2 Ocupação e conflitos: tentativas de solução	83
2.6 A Praça Roosevelt em tempos de Pandemia.....	90
3 O DISCURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A PRAÇA ROOSEVELT: O MANEJO AUTORITÁRIO DOS CONFLITOS URBANOS	93
3.1 Os Conselhos Comunitários de Segurança no Estado de São Paulo	97
3.2 Entrelaçamentos entre o CONSEG e a Praça Roosevelt	101
3.2.1 O medo do outro e o isolamento de si	109
3.2.2 A Praça Roosevelt: Higienismo social e militarização do espaço.....	111
3.2.3 Moralidade, sexualidade, repressão e violência: a função da polícia.....	115
3.2.4 Fronteiras entre público e privado: a apropriação dos dispositivos de segurança pública	119
3.2.5 Os “Outros” da cidade	122
4 A PRAÇA DE RETALHOS: A PERCEPÇÃO DE MORADORES, COMERCIANTES E FREQUENTADORES.....	126

4.1	A velha-guarda: os que estavam antes da reforma de 2013.....	131
4.2	Jovem-guarda: os moradores desde a reforma e os recém-chegados	137
4.3	A percepção de frequentadores da Praça Roosevelt	145
4.4	Ensejos elaborativos: compilações sobre as questões da vizinhança.....	158
5	O “OUTRO” DE NÓS: A LÓGICA DO INIMIGO NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA PSICANÁLISE.....	169
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
7	REFERÊNCIAS	190
8	DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS	197
9	APÊNDICE	198
10	ANEXOS	205

1 INTRODUÇÃO

A ideia desse mestrado nasce do meu encontro, na condição de estrangeira, com a cidade de São Paulo, através do coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”. Esse grupo de trabalho surgiu a partir da percepção de alguns/mas psicólogos/as e psicanalistas de que algo se passa no contexto urbano que produz angústia e precisa ser ouvido também fora das paredes de um consultório. Uma percepção de que o sofrimento psíquico também é sociopolítico e não deve ser escutado apenas mediante pagamento financeiro.

Essa dimensão sociopolítica do sofrimento pode ser localizada em Rosa (2016), quando reconhece que clínica e política são, a priori, termos constituídos em diferentes campos, porém reconhecendo uma convergência da Psicanálise que visa “substituir uma política racional pela análise das origens da dominação e das leis de submissão” (ROSA, 2016, p. 22). Assim, a política surge não apenas como poder e domínio, mas como ação no campo das relações, delineando uma compreensão fundada na experiência com o outro, produzida na transmissão que supõe a diferença e a pluralidade entre sujeitos.

1.1 O começo de tudo...

Os percursos de vida são parte fundamental da elaboração de uma pergunta de pesquisa, pois é da experiência do pesquisador enquanto sujeito social e das questões produzidas nessas vivências que emerge o desejo de pesquisar e se faz a escolha do objeto. Uma pesquisa é, antes de tudo, o resultado de encontros e desencontros, questões, paixões, insatisfações e posições, também pessoais.

Em julho de 2017, juntamente com outros colegas psicólogos e psicanalistas, sentei-me pela primeira vez em uma cadeira de praia na Praça Roosevelt para escutar pessoas em sofrimento que, porventura, nos buscassem para falar de suas questões. Nesse mesmo dia, juntamente com o grupo do qual faço parte, fui abordada por agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM), para que explicássemos o motivo de nossa presença e nossas intenções em estar ali, justificando que a solicitação viera de uma moradora de um prédio próximo.

Apesar da polidez com que fomos abordados, fomos também questionados, fotografados e nos foi cobrada autorização municipal para aquela modalidade de ocupação. Ali, naquele incômodo, concebia meu mestrado: apesar de não exercermos

nenhuma atividade ilegal ou que pudesse trazer incômodos diretos aos vizinhos, ao que parece, nossa presença foi um elemento notoriamente atípico que mereceu verificação. Também por suposição, a GCM pareceu ter de prestar contas do que acontecia na praça a moradores que estranharam nossa presença – identificada pelas cadeiras de praia que utilizávamos.

Outra abordagem como essa voltou a acontecer tempos depois, ainda que com pedidos de licença e sem impedimento de seguir no local – situação que vi acontecer diversas vezes por lá, em específico, quando o abordado era alguém em situação de vulnerabilidade social, marcadamente pobre e/ou negro. Oficialmente, a praça é espaço de todos, mas, na prática, alguns estão autorizados a ficar, outros não. Assim, as questões e conflitos do território, observando corriqueiramente ações de expurgo social desses “sujeitos indesejados”, através da atuação das forças policiais em favor das solicitações de moradores, levaram à escolha do objeto de pesquisa.

Este trabalho tem como objetivo a compreensão das relações entre diferentes sujeitos, grupos e territorialidade à luz da Psicanálise, observados a partir de discursos, disputas e conflitos que permeiam o espaço público e, especificamente, a Praça Roosevelt. Para tanto, é fundamental resgatar e desenvolver alguns conceitos envolvidos na vida urbana, já que o fenômeno estudado está intrinsecamente ligado aos processos de urbanização moderna e capitalista, em um país emergente e de passado colonial.

1.2 Consideração sobre o processo de urbanização da cidade de São Paulo

O olhar crítico para a questão urbana propõe a análise do espaço não como palco para as relações sociais, mas como um fator de determinação de sua produção. Com o avanço do capitalismo, a cidade se tornou o centro ou o lugar de agrupamento dos centros de decisões, organizando a vida em sociedade a partir da intensificação da lógica de exploração (LEFEBVRE, 2001). Em cada momento da história, a reprodução das relações sociais pautadas pelo modo de produção exige condições específicas para a continuidade e desenvolvimento do próprio capitalismo. Neste sentido, a ocupação e (re)produção do espaço sofrem reestruturações contínuas para atender às demandas do sistema econômico (FERREIRA, 2009). Para Lefebvre (2001, p.52)

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.

Ainda que não citado pela teoria lefebvriana, o racismo é parte constituinte do sistema capitalista, já que o racismo “formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante” (CALLINICOS, 1993). O racismo é uma ideologia de dominação gestada ainda no período pré-capitalista que estruturou o sistema econômico a partir da desumanização e inferiorização das populações não-brancas. A fecundação dessas ideias se deu a partir de teorias científicas e religiosas que legitimaram o exercício da exploração do branco europeu sobre outros povos e, de maneira ainda mais perversa, sobre os povos africanos, ao classificá-los como inferiores (ALVES, 2018).

É necessário considerar a existência do racismo enquanto condição estrutural para compreender a formação das cidades brasileiras, já que é na negação da dignidade e da subjetividade das populações negras e indígenas – marcadas pela violência da escravidão e da servidão de nosso Brasil colônia — que as elites brancas constroem sua subjetividade e cidadania e, conseqüente, seu sentimento de superioridade e a partir dele se organizam no espaço. Na América Latina, portanto, também no Brasil, os processos de organização social não estão apenas dentro da tradicional dicotomia de classes, burguesia e proletariado, mas também calcadas em processos raciais que fazem coincidir raça e classe (ARCE, 2018). Esse cenário de relações raciais impacta diretamente a formação e formatação das cidades.

Segundo Gastal (2004), é importante diferenciar os conceitos de “cidade”, que trata do espaço físico e suas inter-relações socioeconômicas, e “urbano”, que é um modo de vida, sensibilidade e cultura. Para Lefebvre (2001), a expansão do processo de acumulação, na segunda metade do século XX, se estendeu da indústria e do ciclo do capital produtor de mercadorias para tomar a sociedade como um todo, inaugurando um período “urbano”. A cidade é, portanto, a realidade imediata do processo de produção, enquanto o urbano corresponde à realidade social. Assim, a lógica urbana organiza o processo de produção não só nas cidades, mas também no campo.

Rolnik (2017) aponta que, até meados do século XIX, a cidade de São Paulo não se destacava dentre os importantes centros e ciclos econômicos, mas era um ponto de partida para as expedições bandeirantes. Deste modo, a marca da cidade era “sua fronteira aberta, por onde entram os forasteiros do país e do mundo e de onde se parte para conquistar territórios” (ROLNIK, 2017, p.19). Ainda enquanto Vila de São Paulo, sua posição se transformou a partir do ciclo do café utilizando-se dos excedentes econômicos gerados.

Já no início do século XX, a cidade enriquecia atraindo imigrantes europeus que se instalaram nos bairros Lapa, Bom Retiro, Brás, Belém, Pari, Mooca e Ipiranga, também atraídos pelo primeiro surto industrial paulistano e desenvolvimento das rodovias. É nesse momento, em consequência da rápida ocupação, que acontece também os primeiros projetos de urbanização da cidade, tais como serviços de água encanada, transportes, pavimentação das vias e iluminação pública. E esses melhoramentos foram distribuídos de formas distintas pelo território (ROLNIK, 2017).

O centro histórico, que abrigava a elite cafeeira da época, recebeu maior atenção e investimentos, enquanto as áreas fabris estavam relegadas à alta densidade populacional e receberam primordialmente o transporte público, priorizando o deslocamento para prestação de serviços à população central, mas não a qualidade de vida dos prestadores. Essa escolha fundou uma lógica que se mantém até os presentes dias: as regiões frequentadas pelas elites de cada época são prioridade para os investimentos urbanísticos, enquanto outras áreas são tratadas como espaços funcionais, destinados à classe trabalhadora empobrecida. Assim, o ciclo do café fundou uma configuração espacial com sectarismos entre bairros proletários e loteamentos burgueses. (ROLNIK, 2017)

Nos anos 20, São Paulo já havia se tornado o maior ponto de atração financeira e migratória do país, uma das metrópoles cosmopolitas da América e estava também nos circuitos culturais internacionais, alinhando-se aos ares modernistas que impactavam as produções artísticas europeias. Esse processo foi atravessado pela expansão industrial que, se, por um lado, favoreceu a acumulação de novas fortunas relacionadas a outras atividades econômicas que não a cafeeira, por outro, aprofundou a concentração do proletariado urbano em áreas de alta densidade – já pressionadas pela demanda de terrenos, habitações e outras necessidades de consumo – subindo o custo de vida. Ao final da mesma década, também em função de um cenário internacional, o quadro era de escassez, especulação e inflação para grande parte da população. Os impactos da gripe espanhola que assolou o estado merecem ser lembrados como agravante, acirrando a tensão e conflitos (ROLNIK, 2017).

Não por acaso, o movimento sindical, trazido no bojo da imigração europeia, começa a ganhar força e se organizar politicamente em prol de mudanças não só das relações de trabalho, mas também para questões como o preço dos aluguéis e de produtos de primeira necessidade. Nesse cenário, a classe média urbana surge, composta sobretudo por pequenos comerciantes, construtores, senhorios de cortiços e vilas,

funcionários públicos e proprietários de meios de produção de pequeno porte. Em geral, esses grupos compartilhavam com operários os territórios, ora com mesmos interesses, ora em conflito com eles. Os anos 20 também foram marcados pelas primeiras grandes obras viárias e intervenções estatais para atender a demanda por moradias populares na periferia (ROLNIK, 2017).

Os processos de transformação capitalistas incidiram de forma ainda mais contundente sobre a cidade a partir da segunda metade do século XX, quando esta foi inserida de forma definitiva ao circuito da grande produção multinacional. São Paulo passa a ser o centro industrial e financeiro mais importante do país, superando a então capital, Rio de Janeiro. Assim, se na primeira metade do século XX sua expansão foi marcada pela migração de estrangeiros em busca de oportunidades decorrentes da produção cafeeira, a segunda metade foi caracterizada por um fluxo interno consequente do êxodo rural em outros estados, especialmente no Nordeste e Minas Gerais. Esses processos promoveram uma recomposição étnico-cultural da cidade, além de redefinir a distribuição geográfica desses grupos sociais e suas relações com espaço público e o deslocamento urbano (ROLNIK, 2017).

A chegada de migrantes nortistas e nordestinos, intensificada a partir dos anos 50 e 60, mais uma vez reconfigurou o espaço urbano, já que este grupo se instalou inicialmente nas precárias periferias adensando a formação das favelas. Rolnik (2017) considera falaciosa versões de uma convivência pacífica dos diversos grupos étnico-raciais e de classes, sendo sua prova maior justamente a “geografia socioeconômica das origens”: ao longo do último século classes e grupos étnico-raciais se agregaram em regiões específicas, de forma bastante dinâmica, mas sempre segregadas.

Sobre o processo de formação urbana, não se pode também desconsiderar os atravessamentos de ideais eugenistas da época. O início do século XX foi marcado pela tentativa de modernização e progresso do país recém-republicano em que o grande número de negros e pobres era considerado um problema a ser superado. A presença da população negra e de ex-escravizados era uma lembrança inconveniente do passado colonial que precisava ser mitigada. A figura do “trabalhador” surge com a chegada de imigrantes brancos, principalmente italianos, no caso de São Paulo. Nesse período, o projeto desenvolvimentista não só incentivava a substituição do preto pelo branco, como também subsidiou o processo migratório (CARDOSO, 2017).

Na construção das cidades, o imaginário urbano leva em consideração a praça como matriz, talvez pela sua reiterada presença desde os primórdios helênicos (GASTAL, 2004). No início das organizações citadinas, na antiguidade greco-romana, o centro vital era a praça, materializada na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, e “simbolizava a própria cidade, pois era nesse espaço que as atividades cotidianas se desenvolviam” (CALDEIRA, 2007, p. 3). Essa rememoração do significado de praça, apesar de também habitar nosso imaginário, está distante das praças brasileiras.

No cenário colonial, as praças eram referências espaciais e representavam um ponto nodal fundamental. Seguindo a herança portuguesa, simbolizavam o centro e se localizavam no núcleo urbano tradicional, a partir do qual se definia o traçado da cidade. Na primeira fase da formação das cidades, se destacavam o modelo da praça religiosa: uma composição espacial que decorre da presença das diversas ordens cristãs e que atesta a importância dessas instituições no processo de colonização. Em seguida, surge o Estado, com a responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle no regime escravocrata, e marca sua entrada oficial com a instalação de edifícios institucionais e do próprio “pelourinho” em praça pública. Nesse espaço se realizavam as punições públicas, em que os condenados, em geral pertencentes à população preta escravizada, ficavam expostos à execração pública (CALDEIRA, 2007).

Segundo Fiss e Francischett (2020), as praças brasileiras são o resultado da herança portuguesa somada às influências indígenas, em que nos espaços comunitários podiam ser traduzidos com praças, na cultura ocidental, ocorriam ritos religiosos, reuniões para divisão de afazeres comunitários e outras formas de socialização, produzindo significado cultural, de trabalho e político. No entanto, a função da praça se modifica a partir das mudanças de comportamento social de cada tempo.

Segundo Ecker (2016), no Brasil, o ajardinamento dos espaços públicos, de natureza domesticada e de modo a constituírem lugares adequados à sociabilidade, data de meados do século XIX e início do século XX. Dentre esses espaços, as praças seriam, conceitualmente, “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes” (LAMAS, 2004, p.102).

Na tentativa de apreender a relação entre espaço urbano e sociabilidade, observa-se que uma das características manifestas é a diversidade de formas de ocupação dos territórios da cidade, incluindo as praças, normalmente em consonância com o poder aquisitivo de quem ocupa (CERQUEIRA, 2013). Segundo Rocha (2008, s/p. apud

CERQUEIRA, 2013, p.68), “a segregação é uma tendência da estruturação do espaço ligada à concentração de pessoas por camadas sociais”. Para pensar a lógica da segregação, outros aspectos precisam ser considerados.

Ante a concentração de renda e a injusta distribuição de recursos, por vezes, a violência surge como um sintoma social. Divulgado em 2019, o Mapa da Desigualdade mostrava o Brasil ocupando o segundo lugar em concentração de renda do 1% mais rico — com renda acima de 40 mil reais per capita, na América Latina. Em contrapartida, os 50% mais pobres congregavam apenas 13,9% do rendimento bruto total, enquanto os 10% mais ricos detinham 55,5%. Os contrastes entre as regiões mais ricas e mais pobres de São Paulo são alarmantes e nos trazem reflexões sobre racismo e segregação, já que as regiões com menor rendimento são as que concentram maior número de pessoas negras, maior concentração de habitantes em favelas e que também contêm piores desempenhos nos indicadores de saúde, educação, cultura, trabalho e renda.

Se em 2019 tínhamos um cenário de forte concentração de renda, em 2022 temos um país ainda mais empobrecido e desigual em função dos efeitos da pandemia de COVID-19 que nos assolou a partir de 2020. Os principais efeitos da crise sanitária — inflação, desemprego e interrupção do processo educacional de crianças e adolescentes, além da própria mortalidade de muitos responsáveis pela renda familiar — afetaram de maneira mais dura os núcleos com menor renda (OLIVEIRA, 2022).

Ao mesmo tempo, o número de bilionários cresceu no Brasil saltando de 45, em 2020, para 65, em 2021, detendo juntos 1,2 trilhão de reais, o que representa quase o PIB brasileiro. Além disso, a riqueza desse grupo quase dobrou no período pandêmico, tendo um aumento de 71% (ROCHA, 2021). Como efeito desse processo de concentração de renda, tem sido registrado um aumento expressivo de pessoas em situação de rua em São Paulo. Desde 2020, houve um aumento de cerca de 31% dessa população, chegando oficialmente a 31.884 pessoas, concentradas principalmente na região do centro (COSTA, 2022).

A segregação, tanto social quanto espacial, é uma característica presente na configuração das cidades, pois os padrões de diferenciação social e separação são formas de organização do espaço a partir das relações de produção. Segundo Caldeira (2003), essas regras variam cultural e historicamente — portanto, mediadas pelos interesses econômicos e ideologias dominantes — revelando os princípios que estruturam a vida pública e o modo de relação dos grupos sociais.

Essa mesma autora identificou ao menos três formas de expressar a segregação socioespacial paulistana no último século. Do final do 1900 até os anos de 1940, produziu-se uma cidade concentrada, em que diferentes grupos sociais se aglomeravam em pequenas áreas urbanas, segregados pelos tipos de moradia.

Da década de 40 até 80, a relação centro/periferia dominou o desenvolvimento de São Paulo, separando diferentes grupos e classes sociais pelas grandes distâncias: elites econômicas e classe média passam a se concentrar nos bairros centrais, com boa infraestrutura, enquanto a classe operária e pobres, à margem do sistema de produção, recolhem-se nas precárias e distantes periferias, desassistidos pelo poder público.

Dos anos 80 até, pelo menos, meados dos anos 2000, uma terceira configuração se sobrepôs ao padrão centro/periferia. Em decorrência da maior circulação de pessoas da periferia em direção ao centro, atraídas pela concentração do capital, grupos elitizados constroem novas estratégias de segregação através do discurso da segurança. Uma vez a distância superada pelas possibilidades de circulação no espaço urbano, muros e tecnologia passam a garantir a separação social.

Os espaços privatizados, fechados e monitorados são destinados à residência, consumo, lazer e trabalho, justificados pelo medo da violência (CALDEIRA, 2003). Assim, em um primeiro instante as classes economicamente privilegiadas, marcadamente branca ou embranquecida, se retiraram dos espaços públicos em direção aos privados — os “enclaves fortificados” — para evitar a convivência com a população pobre e marginalizada, de maioria negra, a quem se atribui o risco à segurança. Já em um segundo tempo, retornam aos mesmos espaços propondo a sua privatização e fechamento, (re)produzindo, mais uma vez, a segregação, já que propõe a retirada daqueles com quem não desejam conviver.

Do mesmo modo que a história não é linear, a urbanização não ocorre de maneira progressiva e unidirecional, sendo então seus movimentos – atravessados pelas tendências urbanísticas dos processos econômicos de cada tempo.

Ainda assim, segundo Ecker (2016), o espaço público segue sendo um dos principais componentes no conceito de “cidade”, já que a experiência de o percorrer permite a percepção e a integração contínua dos elementos urbanos. Esses locais são de permanência e uso coletivos, nos quais ocorrem as práticas de sociabilidade, e podem ser percebidos como locais de estímulo ao convívio e às oportunidades de interação social. Nele, se prioriza o coletivo em detrimento do privado, afirmando o senso de pertencimento a um grupo social. Observa-se também que a ocupação e atividades

realizadas nesses espaços são atributos de fundamental importância para garantir a segurança e bem-estar de seus frequentadores.

As relações sociais e suas práticas são o resultado de processos históricos que se desenvolvem em cada sociedade, e o contraste entre “eu” e o “outro” é assimilado de diferentes formas. Esses problemas, que se evidenciam de modo mais acirrado no campo econômico, também se dão em outras esferas, por disputa de espaço, poder e afirmação de identidade (BOKANY, 2018). Para Castro-Gómez (2005), a “invenção do outro” se dá a partir da tentativa de criar perfis de subjetividade coordenados pelo Estado, sendo este entendido como “a esfera em que todos os interesses encontrados na sociedade podem chegar a uma ‘síntese’, isto é, como o lócus capaz de formular metas coletivas, válidas para todos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 88). Ao falar de “invenção”, o autor não se refere apenas ao modo como um certo grupo se representa mentalmente a outros, mas também aos dispositivos de saber/poder que fundam a origem das representações de determinado grupo social.

A própria Psicanálise, a partir dos textos sociais de Freud, interroga a relação entre sujeitos a partir da relação “Eu” *versus* “Outro”¹, em que o “Outro” é um representante do meio externo, alvo de projeções e causa da sensação de insegurança, marcando a fragilidade humana ante a vida.

1.3 Proposições psicanalíticas sobre a relação “Eu” e “Outro”

A partir de 1912, Freud se debruçou de maneira mais aguerrida à relação indivíduo-sociedade, por entender que não há a possibilidade de separar o sujeito de seu contexto, portanto, da relação com os outros de sua espécie. Atravessado por inquietações, enquanto um judeu na Alemanha ante à ascensão nazifascista, Freud começa a investigar a hostilidade entre grupos a partir das diferenças e chega a considerar o ódio um afeto humano primordial.

É a partir de “narcisismo” e “diferença” que a Psicanálise estrutura também sua noção de identificação, considerando-a tanto fundamental para a sobrevivência do grupo quanto a possibilidade de sua destruição, quando diante de um “Outro” supostamente mais forte. Para Freud (1915/2010, p. 211) “as guerras não podem acabar enquanto os

¹ Ao longo dessa dissertação os conceitos psicanalíticos “Eu” e “Outro” serão apresentados em letras maiúsculas e em aspas seguindo a forma como são apresentados nos textos freudianos das publicações da editora Companhia das Letras, que fundamentaram sua escrita. Não se trata, portanto, do “Outro” lacanianiano.

povos viverem em condições tão diferentes, enquanto divergirem de tal modo no valor que atribuem à vida individual, e enquanto os ódios que os dividem representarem forças psíquicas tão intensas”.

Para Sen (2015) o sentimento de identidade pode contribuir positivamente em nossa relação com os outros, tais como vizinhos, concidadãos e/ ou adeptos da mesma fé religiosa. No entanto, a depender de como este sentimento é reforçado dentro de um grupo, torna-se também poderosa arma para brutalizar o “Outro”. O ódio e a violência estão atrelados à uma invocação de identidade grupal que predomina e se sobrepõe às outras, compreendendo-as como inferiores, levando a supressão das possibilidades de simpatia e identificação com estas.

Os conflitos de vizinhança numa cidade como São Paulo, em uma área central como a Praça Roosevelt, não se trata apenas de confusões entre vizinhos – àqueles que moram em um raio de curta distância – mas englobam um cenário complexo de possibilidades de ocupação, diversidades de sujeitos e identidades grupais em interação. Separá-las é não só improdutivo, mas impossível, já que as identidades são construídas em relação umas com as outras e, se completamente isoladas, não significam muito. É na interação e no discurso sobre o “Outro” que os elementos de identificação de um grupo se destacam, sendo necessário, portanto, analisar a dinâmica “entre” grupos e não as características notadas com específicas de uma ou mais coletividades de forma hermética e descritiva.

Retomar os processos subjetivos daqueles em interação permite que se possa compreender a complexidade das relações sociais em uma comunidade, já que o “desenvolvimento do sujeito se dá, fundamentalmente, em uma dinâmica que articula as pulsões e as exigências da vida social” (CRISTÓFARO et al., 2018, p. 164). A identificação seria um dos processos primordiais da formação social, compreendida por Freud como “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (FREUD, 1912-1913/2012, p. X), em que o sujeito pode não apenas constituir seu “Eu”, mas também internalizar os sistemas de valores a que está submetido.

Apesar da vulgarização, apropriação pelas diversas áreas de saber e da construção movediça do termo “narcisismo” em cada época e contexto, este ainda representa operador conceitual fundamental à Psicanálise nos debates sobre as formações sóciopsíquicas. A noção de narcisismo proposta por Freud e retomada por Lacan defende que este tipo de relação é uma condição primordial de estruturação tanto

do “Eu” quanto do mundo exterior, que também agrega o “Outro” e coloca o sujeito no laço social. (CRISTÓFARO et al., 2018).

O narcisismo representa a moeda, com seus dois lados, para a formação do sujeito. Ao produzir identificações e relações de simpatia, também faz surgir repulsas, antipatias e paranoias, quando se está diante de um “Outro” que não pode ser assimilado como um semelhante, a quem então se destina a hostilidade e violência como tentativa de autopreservação. Para Cristóforo et. al. (2018), no campo social e em grupos uniformes, dentro de uma lógica paranoica, a intolerância à diferença tende a eleger e/ou construir inimigos que passam a ser perseguidos e, se possível, eliminados.

Esse fenômeno impacta diretamente a vida urbana e os modos de organização da cidade e fazem surgir a segregação como estratégia de defesa ante o medo e sensação de fragilidade que o “Outro” supostamente impõe. Essa relação narcísica traz lastro para pensar as bases das políticas de segurança pública e propostas do mercado imobiliário, compreendendo que existem formações e identidades grupais tomadas como condições mais cidadãs que outras, relegadas a posições subalternas e absorvidas como ameaça que precisam ser mantidas distantes e sob vigilância.

A construção dessas identidades, em que algumas devem ser protegidas e outras vigiadas, se dá em um contexto histórico de heranças patrimoniais, sociais e identitárias direta e indiretamente relacionadas aos processos de formação social do Brasil, no contexto colonial de exploração e escravização de povos não-brancos, por povos brancos e europeus. Esse adendo precisa ser considerado ao tratar das relações de conflito no campo social e será retomado no último capítulo desta dissertação.

1.4 Metodologia

1.4.1 Método:

Segundo Minayo (2017), as pesquisas de cunho qualitativo estudam a intensidade, as singularidades e significados dos fenômenos. Nessa abordagem, quem pesquisa deve se atentar à dimensão sociocultural do objeto que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, costumes, comportamentos e práticas.

Para este trabalho, a metodologia que se mostrou mais adequada foi a Etnografia. Em Mattos (2011), trata-se de uma abordagem de investigação científica no

campo das pesquisas qualitativas dentre as que buscam o estudo de desigualdades sociais e processos de exclusão. Na perspectiva etnográfica, os atores sociais são participantes ativos, dinâmicos e modificadores de estruturas sociais e há a preocupação em revelar as relações e interações significativas da própria ação de pesquisar. Beaud e Weber (2007) defendem que não basta observar de longe para compreender, é necessário “estar com” e “fazer com”, ou seja, se colocar ativamente e construir relações com os sujeitos em questão, já que

permanecer nessa posição anônima e de fora é condenar-se a olhar a sociedade como um turista, um espectador, um pintor; é privilegiar a visão sobre o intelecto, é condenar-se à ingenuidade, é saber menos sobre o evento observado do que qualquer de seus participantes. (BEAUD & WEBER, 2007, p.32)

Segundo Eckert e Rocha (2013) em “*Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana*”, é importante que se aprenda a pertencer ao território como se esse fosse também sua moradia e lugar de intimidade. As etnografias versam sobre a descrição de saberes e práticas de sujeitos e grupos sociais através de técnicas como observações e conversações, em seus contextos “naturais”. A etnografia de rua, no entanto, propõe

o desafio de “experienciar” a ambiência das cidades como a de uma <<morada de ruas>> cujos caminhos, ruídos, cheiros e cores a percorrer sugerem, sem cessar, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens em detrimentos de outros. (ECKERT & ROCHA, 2013, p. 23)

A etnografia de/na rua busca, através da observação sistemática de uma rua ou ruas de um bairro e da descrição dos cenários, a construção de personagens que conformam a rotina do território e seu cotidiano, nos imprevistos e conflitos. As entrevistas com *habitués* e moradores são fundamentais para a compreensão sobre o viver naquele contexto.

1.4.2 Observação participante:

A observação participante é uma ferramenta fundamental na etnografia, sendo necessário reconhecer algumas condições para que seja bem-sucedida. Trata-se de um longo processo em que, por vezes, é necessário negociar a presença no território. Os pesquisadores, como estrangeiros, chegam sem necessariamente reconhecer as relações

que marcam a hierarquia nas relações de poder e a estrutura social local a serem observadas, sendo este reconhecimento parte fundamental do trabalho.

Como seu nome sugere, a observação participante exige uma postura interativa com os sujeitos pesquisados, priorizando as relações desenvolvidas com estes ao longo do processo para a produção dos dados, assim como a preservação de laços com os “informantes”, que são pessoas chaves para apresentar outros sujeitos à pesquisa e facilitar a compreensão das dinâmicas locais. No entanto, o lugar de “outro” ocupado por quem pesquisa não é e nem deve ser apaziguado, já que esta é também uma condição fundamental da própria pesquisa.

Quem pesquisa é também sujeito observado pelo grupo pesquisado e, por isso, deve estar atento aos efeitos de sua presença, apesar da impossibilidade de apreender inteiramente como é percebido. Escuta e fala são instrumentos fundamentais, já que as entrevistas informais em encontros fortuitos fazem parte dessa prática. Além disso, a construção de uma rotina de observação é também base do trabalho, pois é através das notas sistematicamente registradas que se pode compreender a vida cotidiana no território. É ainda através dos erros em seu percurso que se deve lapidar o método de observação, considerando-os parte importante do processo e que devem também ser registrados, pois favorecem a reflexão e a criação de novos caminhos de pesquisa.

Por último, ao se colocar na relação com o contexto e com sujeitos, portanto, também ao encerrar a pesquisa, a apresentação dos resultados aos que participaram do processo é um cuidado importante. Muitas vezes a pesquisa se encerra, mas os laços construídos se tornam vínculos afetivos estáveis (VALLADARES, 2007).

Considerando os fundamentos expostos acima, tem-se que, nesta pesquisa, dois contextos de vivências foram priorizados ao longo do ano de 2019²: a própria Praça Roosevelt e seu entorno; e as reuniões mensais do Conselho Comunitário de Segurança Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu (CONSEG Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu).

A pesquisadora esteve na praça em diferentes dias da semana e horários, buscando acompanhar os eventos locais e tomando notas do cotidiano no território durante ou após suas visitas. Por vezes, estabeleceu conversas com outros frequentadores, pessoas em situação de rua, agentes de segurança pública e comerciantes. Também fez registros fotográficos para a construção de seu acervo.

² Apesar de prevista a continuidade do processo de observação em 2020, este foi interrompido em decorrência da pandemia de Covid-19 que se instalou no país a partir desse período, o que exigiu a reestruturação da pesquisa.

Em relação às reuniões do CONSEG, foi possível estar presente em 10 delas, no período entre março de 2019 e janeiro de 2020, tomando notas das falas dos presentes e das dinâmicas observadas durante e após a reunião. Infelizmente, em razão do formato desses encontros, não se estabeleceu relação com moradores, comerciantes e agentes de segurança pública presentes³ que favorecesse contato e convite para a participação em entrevistas. É uma característica deste grupo o fechamento e a desconfiança com que estrangeiros ao território e/ou participantes novos são recebidos durante a reunião.

O processo de incursão na praça foi suspenso precocemente devido à crise sanitária pela pandemia de COVID-19 em 2020, não sendo viável retomar as atividades presenciais até o encerramento do período previsto para coleta de dados.

1.4.3 Entrevista:

Segundo Aragaki et al (2014), a entrevista é uma fonte de informação que permite a negociação de sentidos entre quem pesquisa e os participantes, pois é no decorrer da entrevista que há manutenção, transformação e provocação dos posicionamentos que surgem na dinâmica do encontro. Desta forma, para responder às perguntas, a pessoa entrevistada retorna às suas experiências de vida e informações que circulam no seu meio.

Minayo (2017) traz a questão da amostragem em pesquisa qualitativa à discussão, observando que “deve estar vinculada à dimensão do objeto (ou da pergunta) que, por sua vez, se articula com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados e acompanhados por observação participante” (MINAYO, 2017, p.4).

Na construção da amostra, deve-se considerar instrumentos que permitam compreender os traços internos homogêneos e diferenciais do grupo e/ou grupos pesquisados, além de privilegiar em sua escolha os sujeitos que detêm as características que se pretende investigar. Faz-se necessário considerar como número de interlocutores o suficiente para que haja a reincidência e complementaridade das informações obtidas (Minayo, 2017). Aqui aparece o conceito de “saturação”, um termo criado por Glase e Strauss (1967, apud Minayo, 2017) para se referir ao momento em que a coleta de dados não traz novas informações.

³ As reuniões do CONSEG foram interrompidas a partir de fevereiro de 2020, também em função da pandemia de COVID19.

Nessa pesquisa, optou-se pela forma semiestruturada, por ser baseada em um roteiro que permite alterações, se necessário. Por ter apoio na sequência das questões, a entrevista semiestruturada promove a abordagem facilitada e garante que suas hipóteses teóricas ou seus pressupostos serão cobertos (MINAYO, 2017). Essa modalidade proporciona ainda a possibilidade de expandir o limite dos questionários e das entrevistas estruturadas. Com anuência e assinatura do termo de autorização para gravação, as entrevistas foram registradas para aumentar a fidelidade dos relatos e permitir reflexões renovadas por novas escutas. O roteiro foi elaborado especificamente para este trabalho a partir da experiência em campo e tem por finalidade a coleta de questões e experiência sobre e na praça.

Participantes:

Foram entrevistadas 17 pessoas, em 15 entrevistas diferentes, já que duas entrevistas foram realizadas com duas pessoas ao mesmo tempo: um casal de moradores e uma dupla de frequentadores que andavam de skate. Além disso, apenas 3 entrevistas foram realizadas presencialmente, enquanto outras 11 aconteceram através da ferramenta Google Meet e em uma foi utilizada a ferramenta de áudios do aplicativo WhatsApp. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para garantir a fidedignidade dos dados.

Dos 11 moradores, 4 eram participantes do coletivo “Praça Roosevelt de Todxs” (que defende a ocupação plural da praça e são críticos à presença da polícia e atuação do CONSEG) e outros 3, além de residirem na região, também exerciam suas atividades profissionais na região (duas são comerciantes e um artista teatral).

Em relação aos participantes vindos de outros bairros, participaram dessa etapa da pesquisa: um frequentador assíduo da “Batalha da Praça Roosevelt”, que é um campeonato de rimas de rap; um representante fundador do “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt”, atividades que costuma acontecer nas quartas-feiras à noite e que foi interrompida durante a crise sanitária da pandemia de COVID-19; três skatistas, sendo um assíduo e dois frequentadores esporádicos; uma psicanalista participante do coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”, que costumava ocupar a praça aos sábados pela manhã, também antes da pandemia. As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2020 e junho de 2021.

Todos os participantes são maiores de 18 anos e deram seu consentimento livre e esclarecido para participação. Esses sujeitos foram encontrados em um grupo de moradores no *Whatsapp*, em buscas realizadas nas redes sociais em perfis que tem a praça como temática, em contatos espontâneos realizados presencialmente e por intermediação de um morador da região que se aliou à execução da pesquisa.

Para garantir o sigilo dos participantes, seus nomes foram trocados por outros que fazem referência às ruas próximas à Praça Roosevelt e outras do centro de São Paulo. O único nome mantido foi o de Rodolfo García Vázquez, uma pessoa pública que fala desde o lugar de diretor e fundador da Companhia de Teatro “Os Satyros”. Por se tratar de uma figura pública, ocultar seu nome não garantiria sigilo já que seria possível identificá-lo a partir de sua narrativa sobre a praça, mas ocultar alguns trechos de sua entrevista para que sua participação ficasse em segredo, representaria perda importante para a construção dessa pesquisa. Como saída, Rodolfo foi consultado sobre a possibilidade de manter pública sua participação e concedeu anuência para tal.

1.4.4 Pesquisa em documentos públicos:

Como parte da construção do campo, o levantamento de documentos sobre os processos históricos urbanos e conflitivos que envolveram a Praça Roosevelt foi fundamental. Através das atas da Câmara Municipal de São Paulo registradas entre 1947 e 2020, dos recortes jornalísticos sobre a Praça Roosevelt arquivados na biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo e de matérias jornalísticas recentes encontradas online, foi possível construir uma narrativa dos processos atravessados pela praça antes mesmo de sua nomeação como “Praça Roosevelt”, abrangendo processos de construção, degradação e revitalização, além de compreender as disputas políticas concernentes às formas de ocupação ao longo do tempo.

1.4.5 Análise dos dados:

Os dados registrados foram analisados a partir da perspectiva da própria Etnografia, inspirada pelo grupo de pesquisa “Lutas por Moradia no Centro da Cidade” (2020), que estuda e apoia grupos de luta por moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Foram realizadas as transcrições das entrevistas e outros áudios registrados, em seguida o material foi lido exaustivamente fazendo surgir os conjuntos temáticos. Desta forma, buscou-se a identificação de padrões e tendências através da **recorrência e**

frequência, que são fatores de repetição de algumas temáticas dentro do grupo, recolhidas nas observações e entrevistas. Também se buscou analisar a **variação**, que visa identificar os diferentes comportamentos para o mesmo contexto, reconhecendo que o grupo pesquisado não é homogêneo.

1.4.6 Aspectos éticos:

O processo de pesquisa é “uma prática que não produz somente um conjunto de afirmações sobre a realidade, mas ela é uma prática que interfere em outras práticas, ajudando a criar aquilo que ‘descobre’”. (LAW; URRY, 2003, apud CORDEIRO, FREITAS, CONEJO & LUIZ, 2014, p.41). Além disso, segundo os mesmos autores, as proposições científicas que visam o controle da subjetividade de quem pesquisa são um equívoco, já que a produção de conhecimento acontece no fluxo das relações sociais e envolve as singularidades daqueles que conduzem o processo, sendo, portanto, ingênua a percepção de neutralidade no fazer científico. No entanto, cuidados éticos precisam garantir tanto a qualidade dos resultados quanto os direitos dos participantes.

Atualmente, temos algumas normas e diretrizes que embasam a produção de pesquisas com seres humanos no Brasil. A primeira delas é a Resolução nº 196/96, que dispõe sobre os quatro eixos básicos da bioética nas pesquisas com seres humanos: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, além de assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos de pesquisa e ao Estado. Essa resolução tem forte viés biomédico e acaba por desassistir situações específicas de outras áreas de conhecimento. Na tentativa de resolver essa deficiência, em 2012 foi aprovada a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que mantém em voga as prerrogativas éticas da resolução anterior, porém prevendo peculiaridades específicas das áreas humanas e sociais.

Desta forma, respeitando as resoluções apresentadas acima, o percurso da pesquisa aqui em questão contou com etapas preliminares, de experimentação no território e participação nas reuniões do CONSEG (necessárias para se chegar à pergunta de pesquisa). A primeira consideração ético-legal cumprida foi a submissão deste projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo, inscrito e aprovado sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 49494015.6.0000.550.

Ante a execução das entrevistas, foi considerado, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo 1): as elucidações pertinentes sobre os objetivos, metodologia, cronograma e relevância social, oferecendo-lhes informações necessárias para decidir sobre sua participação nas entrevistas; autorização dos participantes para registro e utilização/divulgação das informações obtidas; garantia de sigilo, privacidade e proteção da imagem dos participantes; respeito aos valores morais, culturais, religiosos e sociais e garantia de afastamento voluntário e espontâneo do participante, se assim desejassem. Por se tratar de uma pesquisa de inspiração etnográfica, as informações coletadas tanto nas entrevistas quanto nas observações ou conversas informais que possam levar à identificação foram cuidadosamente tratadas e eventualmente suprimidas, visando evitar consequências pessoais aos envolvidos.

A Etnografia exige um contato direto com o território e com os sujeitos nele viventes, sendo o tempo de pesquisa um critério fundamental para sua bem-sucedida execução. Infelizmente, esta pesquisa esbarrou em um limite imposto por contingências externas e, apesar de se ter caminhado bastante no ano de 2019, o processo foi prejudicado pela pandemia de COVID-19 que assolou o país, a partir de 2020. Desta forma, as experimentações no território e as reuniões do CONSEG, portanto, também minhas idas a elas, foram encerradas. Naquele momento, a prerrogativa fundamental para o combate à pandemia foi o isolamento social, o que fragilizou a possibilidade de estabelecer relação próxima com. Como saída ao prejuízo, foram realizados contatos e entrevistas de forma online com diversos atores do território, mas infelizmente os participantes do CONSEG não puderam ser contatados dessa maneira. Assim, a análise das participações nesse conselho ficou restrita às anotações realizadas nas reuniões.

A partir do exposto acima, esta dissertação está dividida em 4 capítulos, dada a extensão do objeto de pesquisa.

O primeiro capítulo tratará da história da Praça Roosevelt, antes mesmo de se configurar como uma praça construída. Passaremos pela sua nomeação em 1950, sua inauguração em 1970, os problemas estruturais e as consequentes formas de ocupação desvalorativas nas décadas de 1980 e 1990, a reocupação artística e revalorização a partir dos anos 2000, sua reforma em 2012 e conflitos subsequentes até os efeitos da pandemia de COVID-19 em 2020. Buscou-se abordar os problemas socioespaciais suscitados pela praça em seu entorno e recuperar as relações de vizinhança nesse processo, bem como as estratégias de manejo dos conflitos oferecidas pelo poder

público. Esse capítulo também apresenta a praça a partir de experiências vividas e registradas a partir das observações realizadas, como forma de apreendê-la.

No segundo capítulo, são apresentados elementos sobre o processo de higienismo na cidade de São Paulo e sua relação com as políticas de segurança pública, juntamente com o conceito e história da formação dos Conselhos Comunitários de Seguranças (CONSEGs), focando especificamente na atuação do CONSEG da região em que a praça está localizada (CONSEG Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu). Este conselho tem função primordial nas políticas, estratégias e táticas das forças de segurança para a gestão territorial. Parte desse capítulo foi construída a partir dos discursos de agentes de segurança pública, representantes do poder público, moradores e comerciantes da região diante dos conflitos decorrentes das muitas formas de vida e ocupação no espaço público.

O terceiro capítulo apresentará os discursos de outros moradores, comerciantes locais, frequentadores e participantes de coletivos que ocupam a Praça Roosevelt que não participam do CONSEG, alguns por desconhecimento, outros por desinteresse e até por oposição. Buscou-se apreender as percepções desses sujeitos sobre o cotidiano, dificuldades, conflitos e possibilidades de ocupação do território, tendo sido esses dados recolhidos através das entrevistas. Nesta produção, tem-se como coletivos “agrupamentos de artistas e multidisciplinares que, sob um mesmo nome, atuam propositalmente de forma conjunta, criativa, autoconsciente e não hierárquica, em que o processo de criação pode ser inteira ou parcialmente compartilhado” (PAIM, 2009)

O quarto e último capítulo tem como prerrogativa uma discussão teórica sobre a dinâmica de interação entre os grupos pesquisados. Para análise dos conflitos entres os grupos que convivem na praça, considerou-se pertinente resgatar proposições teóricas da Psicanálise, a partir das teorias sociais de Freud e reflexões sobre o narcisismo em sua obra, aproximando-as de epistemologias latino-americanas e autores brasileiros, que consideram o impacto do nosso processo histórico e consequente racismo estrutural para a formação de nossas relações comunitárias.

2 A PRAÇA ROOSEVELT

Entre as conhecidas Ruas Consolação e Augusta, no centro da cidade de São Paulo, sobre o Corredor Leste-Oeste, que liga o setor central à porção sudoeste, está localizada a polêmica Praça Roosevelt. Atravessada de sentido histórico e político, importante espaço de permanência e convívio social, é um dos mais simbólicos espaços da cidade. A praça é popular pelo ecletismo de seus frequentadores, também conhecida atualmente pela boemia e vida cultural que a rodeia (SILVA, 2015).

Figura 1: Vista aérea da Praça Roosevelt.



Fonte: Veja São Paulo

Reformulada em 2012, a Roosevelt é, desde então, palco artístico para coletivos circenses e teatrais, espaço esportivo para skatistas, abrigo para pessoas em situação de rua, passeio para cães e seus tutores, um encontro, festa ou “cafezinho” para alguns de seus usuários, ponto de descanso e partida para entregadores de aplicativo, entre outros. Ao mesmo tempo, é campo de batalha entre frequentadores, moradores e comerciantes, que reclamam dos transtornos trazidos pela sua ocupação viva; além de base e estacionamento para as unidades da Polícia Militar (PM) e da GCM, responsáveis pela segurança da região (SILVA, 2015).

Seus 25.000m² estão quase sempre ocupados pelos mais diversos públicos. Em seu entorno, temos agitados bares, teatros alternativos, cafés, mercados, escolas e prédios domiciliares de alto padrão. Seu espaço está, portanto, sempre em disputa. A praça é, em sua história e segundo o momento político que atravessa, marcada por

grande alternância das funções de seu espaço. Neste sentido, o uso que se faz da malha urbana relaciona-se aos sentidos – pessoais e socialmente construídos – que a ela são atribuídos. Para compreender a complexidade de seus significados, é necessário considerar que os processos de urbanização andam lado a lado dos ciclos econômicos e políticos de cada época (SILVA, 2015).

Inaugurada no aniversário de 416 anos da cidade de São Paulo, em 1970, pelo prefeito Paulo Maluf, contando com a presença do então presidente general Emílio Médici, foi projetada como um edifício-praça, como uma das obras faraônicas a demonstrar o poderio do Estado durante a ditadura militar. Sua arquitetura se deveu aos objetivos ideológicos de uma representação do poder, vinculando este espaço mais à dominação do que à apropriação, geralmente característica das praças (VIEIRA, 2002). Assim, sua disposição desconvidava ao encontro no espaço público e à formação de aglomerações e/ou situações de protesto (YAMASHITA, 2013). No entanto, apesar de receber uma estrutura construída em concreto em 1970, a Praça Roosevelt não foi assim nomeada nessa data. Sua história é anterior.

Figura 2: Vista área da praça em 24 de janeiro de 1970.



Fonte: Acervo Estadão

2.1 Recortes Etnográficos da Praça Roosevelt: de 2019 a 2020

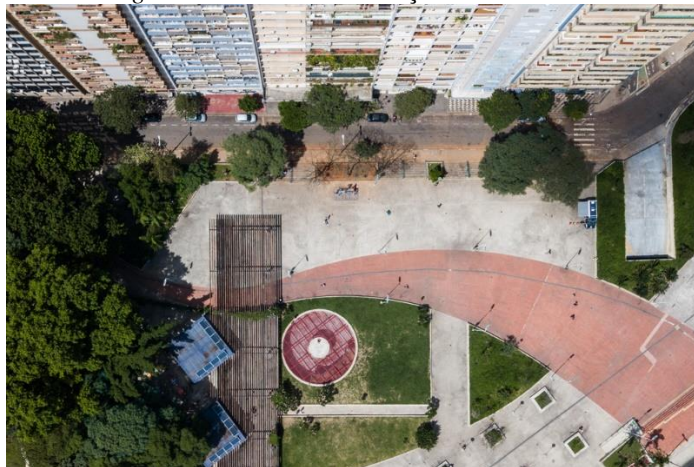
A praça, como parte do espaço urbano, é o resultado da convergência de múltiplos sentidos que, para serem acessados, demandam a descrição minuciosa de seus

detalhes, um trabalho que permite a interpretação da vida urbana. Nesse jogo entre memórias individuais e construções coletivas se buscou a apreensão da vida na Praça Roosevelt, já que etnografá-la é “também fazê-la durar como parte de uma memória coletiva da cidade, na medida em que descrevemos e narramos seu cotidiano” (ECKERT & ROCHA, 2013, p. 15).

A experiência na praça foi fundamental para a reflexão antropológica sobre as suas possibilidades de ocupação. Durante esse processo busquei me atentar tanto às atividades dos frequentadores quanto às ações e táticas dos agentes policiais. Apresentarei algumas situações observadas à distância, outras em que fui agente participante, voluntária ou involuntariamente. Optei ainda por alternar entre perambular e me sentar para tomar notas, fazendo descrições gerais do espaço até que eventos peculiares e situações de conflito chamassem minha atenção. Por vezes, também utilizei do recurso fotográfico para registro. Ao todo, foram realizadas 33 visitas, que variaram de poucos minutos a horas.

Aos meus olhos, a Praça Roosevelt é ampla e o acesso é feito por escadarias ou rampas independentemente de onde se venha, com exceção da entrada próxima à Escola Caetano de Campos e Escola Municipal de Educação Integral (EMEI) Patrícia Galvão, que está ao nível da rua, por onde entram e saem viaturas da PM e da GCM. Apesar de um espaço agradável e de haver canteiros com árvores espalhados por todo o perímetro, falta sombra e o excesso de concreto aumenta o calor em dias quentes. O chão é plano, com uma ampla faixa pintada de vermelho da entrada próxima à Escola Caetano de Campos até o centro da praça, estreitando-se à medida que avança sentido centro.

Figura 3: Vista área da Praça Roosevelt



Fonte: Veja São Paulo

Nos limites da Praça Roosevelt com a Rua Augusta, está localizada a base da GCM e uma escada de acesso à “esplanada Augusta”. Há aí um espaço com canteiros. Esta seria sua porção menos ocupada. À esquerda (no sentido Rua da Consolação) está a Rua João Guimarães Rosa, onde está a Escola Caetano de Campos. À direita localizam-se a entrada da Rua Nestor Pestana e a rua nomeada como “Praça Roosevelt”, onde ficam os bares, cafés e teatros. A praça é mais estreita em seu encontro com a Rua Augusta e mais larga do seu lado oposto, no encontro com a Rua da Consolação.

Na “esplanada da Consolação”, ao lado da igreja, em desnível, existe o acesso ao banheiro, que está desativado e se tornou um estacionamento das viaturas da PM. As rampas e escadarias de acesso deste lado são utilizadas por skatistas para praticarem manobras. O cachorródromo, que fica no encontro com a Rua João Guimarães Rosa, na porção próxima à Rua da Consolação, está costumeiramente vazio, por dar aos animais fácil acesso à rua. Em geral, os tutores optam por frequentar os canteiros centrais.

Figura 4: Estacionamento das viaturas de polícia na Praça Roosevelt



Fonte: acervo pessoal

Vindo da Rua da Consolação, sentido à Rua Augusta, ao passar pelas escadarias utilizadas pelos skatistas, está a base da PM, à esquerda, onde há o pergolado que cobre a área de acesso ao café Via Roosevelt⁴, que está alocado em dois quiosques de vidro. Em frente aos quiosques, existe um canteiro gramado e sem árvores. As muretas de seu entorno são usadas como assentos pelos frequentadores, já que os bancos foram todos retirados. A área do pergolado oferece alguma sombra, por isso é comum encontrar ali

⁴ O Café Via Roosevelt foi desativado em 2022, quando o pergolado também foi isolado por apresentar desgastes da estrutura e oferecer riscos aos frequentadores. Até o encerramento desse trabalho, a estrutura do pergolado e do café encontravam-se isoladas e descuidadas.

pessoas com seus cães, em grupos ou não, conversando enquanto os animais correm pelo canteiro.

Figura 5: Pergolado e café Via Roosevelt



Fonte: Acervo pessoal

O espaço destinado às mesas ao ar livre do café foi separado do resto da praça por pneus empilhados que servem de floreiras. Ao fundo, próximo dos pneus, há uma rampa de acesso à Rua da Consolação, por onde também passam viaturas. Ao descê-la sentido Rua da Consolação, à direita, está o playground, numa área arborizada. Devido às sombras das árvores, não há mais grama nesse espaço, estando o parquinho instalado na terra. Ali, é raro ver crianças brincando, mas não tão raro ver pessoas em situação de rua. Do lado direito, já na divisa com a Rua da Consolação, está a Igreja do Consolação, cercada por grades e portões.

Figura 6: Vista lateral café Via Roosevelt e rampa de acesso à Rua da Consolação



Fonte: Acervo pessoal

A retornar pela mesma rampa em direção à Rua Augusta, do lado direito, na altura do café, há muretas que separam o gramado do concreto, que também são

utilizadas como bancos. Essas muretas ficam ao lado de uma das escadarias que dão acesso à rua dos bares, à altura do Espaço Parlapatões, um dos teatros da região. Há mais quatro escadarias como essa desse lado. Próximo à terceira delas, à altura do bar Mr. Cult, é de praxe que tenha uma base móvel da GCM estacionada com alguns agentes a postos.

O canteiro central é formado por 3 partes desiguais, recortadas por passagens que, vistas de cima, formam uma figura parecida com um triângulo, apesar das laterais arredondadas. No maior desses canteiros, há um gradeado vermelho e branco, no chão, cercado de grama. Este espaço é comumente ocupado por cães passeando durante o dia e pessoas em grupos bebendo e conversando, no período noturno. Também não é raro ver jovens estiradas ao chão, tomando sol, vestindo roupas de banho. Principalmente ao final da tarde e noite, as escadarias ficam cheias e é necessário pedir licença para passar.

Chamou-me atenção que a Roosevelt foi encontrada movimentada independente do horário, com exceção dos momentos de chuva, pela falta de abrigo, mas rapidamente ocupada após as precipitações. Seu público muda a depender do horário: aos finais de semana, pela manhã e pela tarde, crianças e seus pais, pessoas se exercitando e tutores com seus cães (alguns em guia e um número considerável soltos pela praça); no período da tarde, em dias de semana, a praça é ocupada pelos estudantes da Escola Caetano de Campos, após a aula, por trabalhadores em intervalos de descanso e entregadores de aplicativos de entrega enquanto aguardam novos chamados. No período da noite, estive quase sempre cheia, majoritariamente de pessoas jovens, estando muitas em grupos. Os skatistas estão sempre presentes, independente do horário e, apesar de haver maior concentração desse público à noite, na escadaria e esplanada da Consolação, ao lado da Igreja da Nossa Senhora da Consolação – área destinada pela prefeitura para a prática do esporte – ocupam toda a praça.

Às sextas e sábados a agitação é maior, mas durante a semana à noite, o movimento é também intenso. Apesar de ser constante a presença de pessoas em situação de rua tanto na praça quanto nas calçadas próximas dos estabelecimentos que a circundam, pude reparar que o número de pessoas e abordagens é também maior no período noturno, quando a região está mais movimentada. A aglomeração de pessoas em busca de descanso, lazer e em encontro com amigos acaba por atrair outras formas de circulação e ocupação desse território.

Assim, principalmente à noite, é comum a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social – que, vale marcar, são de maioria negra – perambulando em

busca pedindo dinheiro, comida, bebidas ou ainda, remexendo as lixeiras, procurando por restos de alimentos ou recicláveis que possam ser revendidos. É comum também ser abordado por aqueles que tentam vender guloseimas, produções artísticas, seda e outros objetos de baixo valor e alta liquidez. Outro grupo emblemático são os ambulantes irregulares, com suas mochilas térmicas e carrinhos de isopor, que vendem comida – a famosa “a pizza de 15 reais” – e bebidas.

Em função das atividades clínicas que realizei pelo “Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt”, até 2019, antes da pandemia, era comum que eu estivesse por lá aos sábados pela manhã. Usualmente encontrava a praça suja, com garrafas, latas vazias e copos descartáveis espalhados, restos da ocupação noturna das sextas-feiras.

A partir da minha frequência constante na Roosevelt e bares da região, pude observar a movimentação dos agentes policiais e suas viaturas. Fato é que a praça era bastante policiada, mas as estratégias de policiamento vão se modificando a depender do horário e do dia da semana. Não era raro encontrar uma unidade móvel da base comunitária da GCM parada ao lado da primeira escadaria, que fica próxima ao bar Mr. Cult e entrada para a rua Nestor Pestana, assim como era comum passar por policiais militares e GCMs em duplas ou trios andando pela praça durante o dia.

No período noturno, no entanto, reparei que, repetidas vezes e por volta das 22 horas, um número considerável de viaturas se posicionavam estrategicamente distribuídas com suas luzes ligadas. Ao que parece, essa estratégia visa coibir as ações dos frequentadores que possam gerar perturbação à comunidade. Uma consequência da instalação da base e estacionamento de viaturas ali, é a circulação de carros, às vezes em alta velocidade, para atender chamados em outras localidades. Estes acabam por disputar a circulação com pedestres, skatistas e ciclistas, exigindo desses grupos mais cuidado.

Apesar da forte presença policial, o uso de maconha é frequente. Pude sentir seu cheiro característico em diversos momentos, principalmente à noite, mas não exclusivamente nesse horário, além de ser abordada mais de uma vez por jovens vendendo, por exemplo, o “brisadeiro” (brigadeiro feito com maconha), seda e dechavadores e/ou acompanhar as vendas desses itens a outros frequentadores. Jovens em grupo compartilhando *becks* também são cenas cotidianas ali. Nesse sentido, foi emblemático acompanhar uma situação em que adolescentes, após findar a aula no colégio Caetano de Campos no período da manhã, se reuniram na praça para “fumar um *beck*”, sem a preocupação de ocultarem de outros presentes e mesmo dos agentes

policiais. No entanto, isso não quer dizer que a polícia não interfira nessas situações. As intervenções policiais a jovens por suspeita de posse e venda de drogas também acontecem, como pude observar durante evento da Virada Cultural de 2019.

Na ocasião, próximo ao palco, aconteceu uma abordagem da GCM: quando notei o fato, dois rapazes estavam sem camisas, parados, com as mãos para trás, e havia um agente revistando-os. Ao lado – e bem próximo – um grupo dividia uma garrafa de “*Catuaba*” sem se incomodar com a situação. Uma segunda agente da GCM se junta ao primeiro, fala ao rádio e pega a mochila dos rapazes para averiguação. Abre zíper por zíper, pede para que tirem as coisas de dentro e para que tirem seus sapatos, enquanto o outro confere dentro e no solado se há algo escondido. Um grupo de adolescentes passa em frente e os escuto comentar: “Já tem a maior cota que eles (GCM) estão neles (rapazes)” (sic). Depois de um tempo, devolvem os pertences aos rapazes, que se vestem, colocam os sapatos e saem em direção ao café, enquanto os agentes seguem na direção contrária. Ali, nada foi encontrado.

Apesar de ter acompanhado algumas abordagens policiais, essa mereceu destaque pela minúcia. Chamou-me atenção que a praça, nessa data, estava lotada em função da Virada Cultural (2019) e pude identificar outros grupos usando maconha, mas esta ação foi feita de forma isolada, não tendo visto nenhuma outra antes ou depois dessa durante minha permanência por lá. Um fato curioso: logo após a averiguação, iniciou-se uma peça teatral em um palco montado como parte da estrutura da Virada que contava com o apoio da GCM para garantir a segurança. Ao anunciar o início da atração, e apesar da presença dos agentes, o locutor convoca os espectadores presentes dizendo “*vamos continuar a atração, podem tomar seu goró, fumar seu baseado à vontade...*”. O convite me deixou surpresa, assim como me surpreendi ao perceber a tranquilidade dos agentes presentes ao também escutarem o convite.

Apesar de ser um território sem ocorrências mais graves, em uma conversa informal com um GCM pude ouvir sua percepção. Ele havia sido recentemente deslocado de uma área da cidade em que crimes graves são comuns, porém, segundo ele, sentia-se mais esgotado com o trabalho na Praça Roosevelt, devido à sua dinâmica. Queixou-se: “no fim do dia, lá pelas 18 horas, é sempre pesado porque vivemos coisas demais na praça, com o peso da farda” (sic). Antes desse diálogo, motivado por um comentário meu de insatisfação sobre as ações excessivas da GCM naquele dia, acompanhei três situações da GCM simbólicas para construção dessa pesquisa.

Primeiro, dois dos agentes da GCM estavam conversando ao lado de uma viatura no pergolado, quando, ao lado da praça, uma comerciante grita com um senhor negro e em situação de rua após este abordá-la e a uma cliente dentro da loja, provavelmente pedindo dinheiro. Ele revida as agressões verbais, gritando com a vendedora, e então a mulher passa a gritar por socorro policial, acusando-o de ter invadido o estabelecimento. Os agentes da GCM, ao escutarem os gritos, passam a procurar de onde vem. Um grupo de skatistas faz coro aos gritos da mulher apontando a direção enquanto chama os agentes, que correm na direção da confusão, um deles, já com a arma em punho, grita: “O que houve, senhora?” (sic). Ela responde, aos berros de onde está, apontando para o homem (que já estava um pouco longe da loja): “Ele estava aqui, invadiu o estabelecimento!” (sic). Os agentes passam a correr atrás do homem em questão, que já havia atravessado a rua e estava na calçada da praça. A comerciante não vai até eles e sequer apresenta queixa formal. Depois da ação da GCM e da represália ao homem, ela não apareceu na porta do estabelecimento para acompanhar os desdobramentos da ação. A viatura parada próxima ao pergolado se desloca para o local onde o homem está. Não pude acompanhar o desenrolar da cena, portanto não soube se o senhor chegou a ser recolhido, apesar de também não o ter visto mais na praça. Chamou-me atenção a polícia atender prontamente ao chamado, coibindo a presença dessa pessoa no local sem que ao menos a outra parte envolvida apresentasse uma queixa formal sobre o ocorrido.

Pouco tempo depois, presencio uma segunda ação, dessa vez contra uma mulher jovem e negra em situação de rua que é conhecida por sua presença recorrente no território. Eu estava sentada próxima ao pergolado com amigos quando agentes da GCM prenderam a jovem. Ela vestia roupas vermelhas, estava maltrapilha, descalça, descabelada e tinha comportamento agressivo. Não acompanhei o momento anterior à sua prisão, mas segundo os colegas, ela teria incitado a GCM gritando, em tom provocativo, para que eles a prendessem. Não sem resistência, ela foi neutralizada por dois agentes. Foi algemada e conduzida à base móvel estacionada na praça por um deles, enquanto o outro carregava seus pertences (uma sacola de supermercado cheia de coisas, que pareciam roupas). Pouco depois chega também ao local uma viatura policial que a conduziu para outro lugar.

Nesse mesmo dia, quando já me preparava para deixar a praça, um casal de rapazes (sendo um negro e outro branco) estavam discutindo e o clima entre eles parecia tenso. Um agente da GCM intervém na conversa de maneira exaltada, mas mais agressiva com o rapaz negro. Me assusto com os gritos do agente e comento com uma colega sobre

meu incômodo com as ações dos guardas, achando-os mais agressivos naquele sábado. Em seguida, talvez por ter me escutado, o agente em questão vem falar comigo. Em tom jocoso, pergunta se a Psicanálise (naquele momento, eu estava na praça como integrante do coletivo de Psicanálise, oferecendo atendimentos) poderia ajudá-lo, porque a praça andava difícil. Durante essa conversa breve, um dos rapazes agride o parceiro com um tapa no rosto. O agente interrompe bruscamente nosso diálogo e corre para interferir, gritando com o agressor – o rapaz negro- ameaçando-o. O rapaz também grita com o policial, ambos discutem, sendo o outro jovem o responsável pela intervenção entre o agente e o seu parceiro. Por fim, o policial manda os dois deixarem a praça, já que nenhum dos dois queria prestar queixa um contra o outro.

Após esse incidente, ele retoma a conversa comigo, dando um panorama do quanto a GCM é convocada a resolver situações como as vivenciadas naquele dia, sendo todas desgastantes aos agentes. Nessa conversa, revela que a questão do uso de ilícitos, principalmente a maconha, é um dos maiores impasses: o uso é frequente e conhecido, porém não configura crime. Ainda assim, provoca reclamações de moradores, comerciantes e outros frequentadores, que exigem intervenção. Às polícias caberia então coibir o tráfico, mas o uso não seria uma demanda para ação, apesar das recorrentes reclamações recebidas.

A relação entre a GCM e os skatistas também necessita ser mencionada. É de conhecimento público, através da veiculação em mídias sociais e meios de comunicação jornalísticos, as situações de conflito envolvendo ambos, sendo possível também nas visitas à praça reconhecer a hostilidade mútua entre esses grupos. Como exemplo dessa relação tensionada, pode-se citar duas cenas, sendo a primeira presenciada em uma quinta à noite: dois skatistas estavam filmando suas manobras, buscando realizá-las próxima dos agentes que ali estavam. Um dos rapazes pede para que o outro foque na polícia antes de filmá-lo, registrando seu afronte à GCM ao andar de skate tão próximo deles.

A segunda, foi presenciada em um sábado de manhã: uma intervenção agressiva de um GCM contra um adolescente que fazia manobras e que resultou em conflito com o segundo adolescente, também skatista. O recorte racial dessa cena merece destaque: presenciei o policial abordando o primeiro garoto, que tinha por volta de 13 anos e era branco, aos berros por uma manobra realizada, acusando de estar destruindo a praça. Outro garoto da mesma idade, porém negro, intervém para defender o amigo e, ao chamar o policial de “você” para pedir que ele não trate o amigo daquela forma, é

respondido aos berros e com ameaça de agressão física, com a frase “Você é o caralho, para você é senhor, porque eu não sou seu amigo” (sic). A ação do policial foi mais agressiva com o segundo garoto do que com o primeiro, apesar do primeiro ter cometido atos mais graves que o segundo. A situação gerou reações de indignação nos frequentadores presentes, que buscaram intervir, perguntar o que houve e abordar o garoto após a saída do guarda. O garoto por sua vez estava indignado e chorava assustado com o tratamento recebido porque “não havia feito nada” (sic).

Na esteira das intervenções policiais, está o controle realizado em relação à presença e comportamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Não é incomum que os policiais se movimentem rapidamente para neutralizar ou afastar pessoas em situação de rua com comportamento agressivo e que incomodam outros ocupantes, como já narrado em relação à jovem de roupas vermelhas recolhida após provocar a GCM.

Certa vez, em um sábado pela manhã, fui abordada por um homem negro, por volta dos 50 anos, em um quadro delirante, figura também conhecida na região. Este senhor acredita ser um médico e costuma abordar as pessoas para entregar-lhes seu “cartão” (algum papel que tenha em mãos, tais como panfletos de lojas e pedaços de papel sulfite cortados). Especificamente nesse dia, ele apresentava um comportamento agressivo. Em um primeiro momento (em que eu estava ali como membro do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt), me perguntou por um colega psicanalista que o havia escutado na semana anterior, pedindo para avisar ao Dr. D. (psicanalista) que o Dr. A. (ele mesmo) o aguardava.

Algum tempo depois, passo novamente por este senhor na calçada e ele, em um surto agressivo, grita e cospe, não em mim, mas em minha direção. Dois policiais da Guarda Metropolitana presenciaram a cena, gritam para que o homem vá embora e me sugerem que eu “representasse queixa contra ele” (sic) para que possam prendê-lo. Me oponho a prestar queixa, pois ele está em surto psicótico e delirante, defendendo que o encaminhamento necessário à situação é outro; e comento sobre ele vir buscar atendimento com o coletivo de Psicanálise já há algumas semanas. Um dos policiais me responde que ele é “delirante quando quer” (sic). Ele aproveita nossa conversa para me perguntar ainda por A., uma moça em situação de rua que costumava frequentar a praça, e eu digo que não a vejo há um tempo. A. também mantinha um estado delirante, costumava ser agressiva com outros frequentadores e era comum causar problemas com a GCM. Ao comentarem sobre o seu comportamento difícil, um dos agentes GCM me

conta que ela estava grávida, perdeu o bebê e que notou seu sumiço há algum tempo, disse não fazer ideia do que houve depois do aborto. Voltei a ver essa moça na Roosevelt algum tempo depois.

Através desse diálogo, pude perceber que as intervenções inadequadas de agentes de segurança pública, por vezes usando violência, se dão não só pelo desconhecimento das questões de saúde mental, por sua incompreensão dessas condições e dos manejos apropriados, mas também por uma estigmatização desses sujeitos. Além de serem convocados a intervir em situações de instabilidade, agressividade e comportamento sexual inadequado sem a devida noção sobre o reconhecimento, contenção e encaminhamento, os agentes também baseiam suas ações em um senso-comum que tende a criminalizar a condição de adoecimento mental de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A praça é também frequentada por grupos reconhecidos como identitários, ou seja, que se agrupam a partir de traços comuns, tais como idade, gênero, orientação sexual, religião, etnia, raça, dentre outros. Dentre esses, a presença de pessoas LGBTQIA+ é marcante. Como exemplo, em um sábado pela manhã, havia um grupo composto por travestis e mulheres trans que parecia estar ali desde a noite anterior ou, ao menos, desde a madrugada, bebendo e possivelmente utilizando outras drogas, já que o estado alterado de consciência era facilmente percebido. Esse grupo estava caracterizado com roupas femininas e maquiagens socialmente tidas como “de balada”. O comportamento (conversavam alto, dançavam, riam e, às vezes, gritavam) acabou por atrair a GCM, que apesar de não intervir, passou a vigiar de perto, em evidente postura de intimidação: dois agentes se posicionaram exatamente ao lado do grupo, de braços cruzados, encarando todo o tempo, deixando a impressão que caso o comportamento extrapolasse, iriam abordar. Durante as horas que estive por ali, esse controle se manteve.

São também facilmente percebidos os grupos de pessoas negras que se reúnem para discutir questões políticas, como é o caso de um grupo de fotógrafos que estavam, em um sábado de manhã, debatendo as dificuldades para integrarem o universo do cinema e do teatro, ou ainda, os presentes ali para vender roupas e acessórios étnicos nas feiras de brechó que eventualmente aconteciam também aos sábados no Café. A escolha da praça para esse debate sobre a participação na cena artística é emblemática, já que congrega diversos teatros e grupos teatrais.

Apesar de ser um importante lugar para a comunidade LGBTQIA+, durante a Parada LGBTQIA+ de 2019, a última que aconteceu em São Paulo antes da pandemia, a

Praça Roosevelt foi cercada por tapumes de metal para evitar a concentração de pessoas e, durante o evento, reuniu o contingente policial, abrigando também seu aparato, tais como as viaturas. O fechamento provocou indignação de moradores vizinhos e frequentadores assíduos, que não foram informados dessa decisão tomada pela Prefeitura em alinhamento com o CONSEG e com a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON).

Figura 7: Praça Roosevelt cercada para a Parada LGBTQIA+ de 2019



Fonte: Facebook Praça Roosevelt de Todxs

O isolamento da área se deu para garantir o cumprimento da portaria da Prefeitura Regional da Sé nº 033-PR-SÉ/ GAB/ 2018, que veta a realização de eventos com grandes aglomerações. No entanto, em minhas visitas à Roosevelt pude observar que, apesar do rigor com o cumprimento da lei para a Parada LGBTQIA+, a mesma portaria não é cumprida com tal rigidez em outros eventos, como foi o caso de uma corrida de rua promovida por uma famosa marca de artigos esportivos, em um sábado de manhã, que teve sua concentração e início na praça. Nesse dia, ao chegar, me deparei com parte do terreno cercado por grades, dessa vez criando um espaço privativo decorado com balões laranjas e roxos e onde havia um caminhão de som, do tipo trio-elétrico, tocando músicas animadas. O evento contava com uma equipe de segurança particular para garantir a entrada apenas de pagantes, configurando uso privado do espaço público.

A corrida tinha como objetivo chegar ao Festival de Música “Coala”, que ocorria no Espaço das Américas, 7 quilômetros dali. Chama atenção que um evento pago e privado tenha conseguido autorização para acontecer, visto que outros, de menor porte e de cunho público já foram interrompidos por infringirem as portarias em vigência. A medida de cercamento para evitar aglomeração já havia acontecido no carnaval de 2019

e voltou a acontecer no carnaval de 2020, no entanto, nessas vezes, foram utilizadas apenas barras de metal, o que não impedia a circulação, apesar de limitar o acesso.

Em relação aos grupos e coletivos, até o início da pandemia de COVID-19, em março de 2020, às quartas à noite foi possível identificar a presença de um grande grupo de pessoas, a maioria jovens e algumas crianças, realizando atividades circenses. Malabares com bolas e fitas, bambolês, monociclos, dentre outras atividades, são realizadas entre as escadarias (que vão para os bares/teatros) e o pergolado, eventualmente acompanhados de uma caixa de som de média potência. Apesar do número de pessoas ser considerável, as atividades são realizadas individualmente, em duplas ou pequenos grupos.

Ao mesmo tempo, do outro lado do canteiro, próximo à base da PM, também às quartas à noite, acontecia a Batalha da Roosevelt. A estrutura da Batalha, diferente do Encontro de Malabares, exige maior integração entre os envolvidos. De maneira geral, é conduzida por uma pessoa, que controla o som e organiza as competições de rimas (que são cantadas no ritmo de rap), e aos presentes cabe a tarefa de torcer e avaliar as rimas, votando pelo vencedor a cada rodada. Segundo um informante que participou das entrevistas, o prêmio da batalha é o “boné”, que é passado no início para que todos contribuam – financeiramente, mas não só, podendo também contribuir com pequenos objetos. Há uma ordem de competidores e duelos que vai sendo organicamente construída a partir das vitórias e derrotas de cada partida. A partir da minha participação em alguns dos eventos, pude observar que temas como racismo, violência e abusos policiais são abordados em meio a provocações pessoais, que envolvem também o desempenho do competidor e, por vezes, questões de gênero – inclusive reproduzindo estereótipos. Diferentemente do encontro de malabares, que é heterogêneo do ponto de racial, os participantes da batalha são de maioria negra e masculina.

Já aos sábados, a praça era ocupada por diversos grupos. O coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt” pode ser identificado através das cadeiras de praia utilizadas para realizar atendimentos psicológicos/psicanalíticos. Desta forma, a partir das 11 horas, até o início de março de 2020, era possível ver algumas duplas de pessoas sentadas nas cadeiras, configurando um atendimento clínico. A cada 15 dias, um segundo grupo também se reunia usando cadeiras de praia para os “Estudos na Praça: práticas de Psicanálise”. Esse grupo de estudos configurava-se por ser gratuito e aberto a quem se interessa por estudar e discutir Psicanálise. Nos dias de chuva, os participantes dos dois

grupos se deslocam para as marquises dos prédios e bares próximos, aproveitam a cobertura para se abrigarem ou utilizavam o espaço do Teatro “Espaço Parlapatões”.

Figura 8: Atendimentos do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt



Fonte: Adriano Vizoni/Folhapress

Ainda aos sábados, em meados do ano de 2019, um grupo de homens, que mais tarde também passou a acolher mulheres, passou a se reunir para praticar “Yoga fit” no espaço reservado ao Café Via Roosevelt, sendo as aulas gratuitas e ministradas por um professor utilizando uma caixa de som de média potência. O café também abrigou alguns saraus artísticos e feiras quinzenais de brechós a partir de meados de 2019. Infelizmente, apesar de ter conhecimento sobre os encontros do Slam Resistência, na primeira segunda-feira de cada mês, não foi possível acompanhar suas atividades.

A Praça Roosevelt é um lugar vivo e dinâmico, apesar de sua paisagem sólida e concretada e de suas marcas de uso e descuido. Seu espaço é compartilhado por diversos grupos de pessoas e, por vezes, esses encontros suscitam situações de conflitos, que podem ou não sofrer interferência policial. No entanto, não parece haver um padrão de manejo dos conflitos, ficando a cargo das características individuais dos guardas presentes a reação a cada caso. Apesar da praça abrigar uma base da PM e outra da GCM, é a segunda que mantém presença mais ativa, tendo sido mais recorrente presenciar seus agentes envolvidos também em situações de conflito.

2.2 A Praça antes da Praça: início do século 1900 aos anos 1960

Segundo o *Dicionário de Ruas*⁵, a área da Praça Franklin Roosevelt durante séculos foi considerada um “arrabalde” da cidade, cortado por inúmeras chácaras. No século XIX, toda a área da atual praça pertencia à D. Veridiana Prado – figura do meio cultural e empreendedor que divergia do conservadorismo de São Paulo em sua época⁶ –, em um momento em que o território era ainda considerado subúrbio.

A Igreja da Consolação foi fundamental para a organização de seu entorno. Assim, na primeira metade do século XX, esta área foi conhecida, porém não oficialmente nomeada, como Praça da Consolação. A primeira capela foi construída em 1799, reformada em 1840, e apenas em 1910 foi dado início à construção da Igreja da Consolação, terminada em 1959 (anexo 2). Atenta-se, porém, ao fato de que, a partir de 1890, aconteciam os loteamentos para dar lugar a ruas e a praça, sendo em 1906 seu terreno cedido por D. Veridiana à prefeitura, em função das dificuldades de realizar as obras de drenagem (anexo 3). Até a sua construção oficial, em 1970, a área era um imenso espaço que servia de estacionamento, em que se realizavam feiras-livres semanalmente e abrigou um velódromo na primeira metade do século XX.

A Praça Roosevelt existe oficialmente desde a Lei nº 3924, de julho de 1950. O projeto de Lei 197/1948, do vereador Décio Grisi, propunha inicialmente renomear a Praça das Guianas, no Bairro Jardim Paulista, de Praça Franklin Roosevelt, em homenagem ao 32º Presidente dos Estados Unidos⁷. O projeto recebeu um substitutivo em 1949, em que seria a área sem nome, conhecida como Praça da Consolação, a ser o logradouro nomeado em homenagem ao presidente norte-americano⁸.

Décio Grisi foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo e lutou obstinadamente entre os anos finais dos anos 1940 e década de 1950 para homenagear Franklin Delano Roosevelt em algum logradouro de São Paulo. Ao propor o projeto, ele relembra que, em decorrência dos desdobramentos finais da Segunda Grande Guerra, o

⁵ Site da Prefeitura que cataloga a história das ruas de São Paulo. A história da Praça Roosevelt pode ser encontrada no endereço: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/praca-franklin-roosevelt>

⁶ Oliveira, A. (2015). *A Mulher Que Chocou O Conservadorismo – Veridiana da Silva Prado*. Recuperado em 25 de outubro, 2017 de <http://www.saopauloinfoco.com.br/veridiana-da-silva-prado/>

⁷ 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1948, São Paulo. 47ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 7 de janeiro de 1918 [...]. São Paulo: [s. n.], 1948. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/047SO01.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

⁸ 149ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1949, São Paulo. 149ª SESSÃO ORDINÁRIA, em 18 de abril de 1949 [...]. São Paulo: [s. n.], 1949. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/149SO01.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

interventor federal Fernando Costa prometeu 4 júbilos aos 4 grandes líderes que entendia responsáveis pela vitória das Nações Unidas contra o “autoritarismo” (Roosevelt, Lenin, Churchill e Getúlio Vargas). Havia então a proposta de dedicar logradouros em homenagem a esses quatro personagens. No entanto, a legislação municipal impedia tributos desta modalidade a pessoas vivas, o que viabilizava que apenas Roosevelt, falecido em 1945, fosse homenageado.

No projeto de lei que cria a praça, Grisi se refere a esse personagem como “Cidadão Universal”, sugerindo que se instale uma placa com os dizeres: “Praça Franklin D. Roosevelt – cidadão do mundo”. A homenagem a Roosevelt sofreu resistência do vereador João Fairbanks, que chegou a propor um substitutivo de lei segundo o qual o mesmo espaço deveria ser dedicado a Júlio Prestes. Fairbanks era abertamente contrário à ideia de nomear logradouros paulistanos com nomes estrangeiros e argumentava que Júlio Prestes havia sido fundamental para a história de São Paulo e não havia recebido ainda devida homenagem⁹. Segundo Fairbanks, nos anos 1941, 42 e 43, enquanto Roosevelt acenava para a América Latina com sua “política de boa vizinhança”, também assinava decretos que prejudicavam o preço do café, produto fundamental para a economia local¹⁰. Durante os anos em que o Projeto de lei 197/1948 esteve em discussão, Grisi e Fairbanks discutiram diversas vezes na Câmara Municipal de São Paulo.

Segundo Tota (2005), a política da boa vizinhança do presidente Franklin Roosevelt era uma tentativa de aproximação entre os Estados Unidos e a América Latina, desde meados da década de 1930. Através dessa estratégia, pretendia-se modificar a imagem de potência intervencionista nos países latino-americanos. Quando, em 1940, o quadro bélico da Europa se complicou e a Europa Ocidental foi invadida pelas tropas nazistas, houve a preocupação norte-americana de que a influência nazista chegasse às Américas do Sul e Central. Assim, com o avanço nazista, os americanos (re)elegeram o subcontinente como esfera privilegiada em seus planos de defesa. Este autor fala em americanização do Brasil durante o período de guerra e pós-guerra. Um bom exemplo dessa americanização é a própria Praça Roosevelt.

⁹ Substituto ao Projeto de Lei nº 197/1948 pelo vereador João C. Fairbanks em 15 de Março de 1950

¹⁰ 234ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1949, São Paulo. 234ª Sessão ordinária, realizada em 14 de Dezembro de 1949 [...]. São Paulo: [s. n.], 1949. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/234SO01.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

Ao que parece, Franklin D. Roosevelt¹¹, devido ao seu papel na vitória dos países aliados contra os regimes nazifascistas, era importado como modelo político pelos vereadores da Câmara de São Paulo dos anos finais da década de 40. Em um dos pareceres favoráveis à criação do logradouro, Roosevelt foi caracterizado como “um democrata convicto”, “cidadão modelo”, “cidadão universal” e “o homem das quatro liberdades pertencentes ao mundo”¹². Desta forma, era colocado no lugar de um político-modelo, como pode ser lido em uma das atas da Câmara Municipal¹³ (p.237): “passados tantos anos, justo é que a cidade de São Paulo não esqueça o nome de Roosevelt, pela importância que Roosevelt representou na história política internacional e na vitória das Nações Unidas sobre os regimes totalitários”.

Durante a década de 50, apesar de batizada de Praça Franklin Roosevelt, o espaço seguia sendo um “resto” não incluído na programação urbanística. Um terreno vazio, mas não desocupado, pois esteve intrincado às atividades urbanas de seu entorno. Surgiram propostas para que a “praça”, até então ocupada como estacionamento, recebesse a construção do Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt, porém não teve

¹¹ Nascido em Nova York em 1882, Franklin Delano Roosevelt foi presidente dos Estados Unidos em 1932 pela primeira vez, sendo eleito por mais duas vezes ao cargo. Foi considerado o presidente que tirou os Estados Unidos da grande crise de recessão que aconteceu com a quebra da bolsa em 1929, sendo sua política de recuperação econômica chamada de “New Deal”. Roosevelt foi eleito ao segundo mandato no ano de 1937, enquanto acontecia na longínqua Europa o fortalecimento dos regimes nazifascistas. Neste mandato, Roosevelt preparou o país para intervir em caso de conflito, implantando o serviço militar obrigatório e acelerando o processo de produção de armamentos. Já no terceiro mandato, de 1941 a 1944, Roosevelt decide pela entrada na Segunda Guerra ao lado dos países aliados. O então presidente americano autorizou a fabricação da bomba atômica e desenvolveu um importante trabalho diplomático na preparação do pós-guerra, para evitar conflitos entre os países alinhados. Em 1944, propõe a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e em fevereiro do mesmo ano se reúne com Stalin, governante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e com Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido, na Conferência dos “Três Grandes”, para pôr fim à Guerra. Chegou a ser reeleito para o quarto mandato em novembro de 1944, porém sofreu um derrame em abril do ano seguinte e, apesar de sua importante atuação para o desfecho da guerra, não chegou a assistir à vitória dos países aliados, falecendo em 12 de abril de 1945.

¹² 64ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1949, São Paulo. 64ª Sessão ordinária, realizada em 28 de Dezembro de 1949 [...]. [S. l.: s. n.], 1949. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessos/Extraordinarias/064SE01.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

¹³ 257ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1950, São Paulo. Anais da Câmara de São Paulo [...]. [S. l.: s. n.], 1950. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessos/Ordinarias/277SO01.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

seguimento¹⁴. Na década de 60, esse espaço desobstruído abrigou carros guinchados estacionados em local indevido¹⁵.

Figura 9: Praça Roosevelt em 1954



Fonte: Acervo Folha de São Paulo

Nas décadas de 1950 e 1960, a questão do trânsito no centro de São Paulo esteve em voga e a Praça Roosevelt, por sua localização estratégica, fez parte das discussões, como é o caso das propostas de modificação na malha viária para a ligação entre a Avenida 9 de Julho e a Avenida Ipiranga. Propunha-se a abertura de uma via entre a Praça Franklin Roosevelt e a rua Avanhandava, com a largura de 10 metros, passando sob a rua Augusta, sendo esse o início dos projetos de vias em desnível sob a praça Roosevelt¹⁶ que resultariam mais tarde no Corredor Leste-Oeste.

Em 1957, houve o projeto de lei nº 482, em que se desenhavam melhorias visando o escoamento do trânsito. Nele, dentre outras, se propunha mudanças na ligação entre a Avenida Ipiranga e a Rua Amaral Gurgel com a Rua João Passalacqua, através de passagens sob a Rua da Consolação, Praça Roosevelt, Rua Augusta, e o viaduto sobre a Rua Avanhandava, Avenida 9 de Julho e a Rua Santo Antônio.

¹⁴ 470ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1951, São Paulo. 470ª Sessão ordinária, realizada em 24 de Dezembro de 1951 [...]. São Paulo: [s. n.], 1951. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/470SO01.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

¹⁵ 75ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964, São Paulo. 75ª Sessão Ordinária, realizada em 04 de Setembro de 1964 [...]. São Paulo: [s. n.], 1964. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/075SO05.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

¹⁶ 275ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, São Paulo. 275ª Sessão Ordinária, realizada em 23 de Abril de 1954 [...]. São Paulo: [s. n.], 1954. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/275SO02.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

Em 1958, como solução para o problema da falta de estacionamento e trânsito lento no centro, propôs-se o projeto de lei 443/58. Este tratava da construção de abrigos subterrâneos para estacionamentos na área central de São Paulo. A Praça Roosevelt era um dos logradouros escolhidos para esse tipo de intervenção e exploração comercial¹⁷. Esse projeto inaugura a possibilidade, hoje consolidada, de se utilizar a área subterrânea com estacionamento privado, porém demorou a ser implementado.

Em 1960, os feirantes são intimados a deixar o local em 15 dias para a construção de um jardim¹⁸. Em 1961, é extinta a feira que acontecia às quartas, gerando problemas com o abastecimento doméstico da região, pois provocou o aumento de preço dos alimentos nos mercados¹⁹. A supressão da feira se deu como tentativa de solucionar, mais uma vez, o problema com o tráfego. Ela passou a acontecer apenas aos sábados, e de maneira provisória²⁰, até 1964, quando se propõe sua extinção, sob protestos e resistência das “donas-de-casa”, que temiam o agravamento do problema²¹. Ao que parece, a feira de sábado continuou instalada na Praça Roosevelt até 1966, quando seu fim volta a ser debatido em função das obras do Corredor Leste-Oeste²². Percebe-se que a expulsão dos feirantes se deu de maneira gradual e com resistência deste grupo e dos moradores.

Em 1962, durante gestão de Prestes Maia, surge uma proposta mais consistente de criação do Corredor Leste-Oeste, através do projeto de lei 17/62. Nele era anunciado

¹⁷ 403ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1958, São Paulo. 403ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de Setembro de 1958 [...]. São Paulo: [s. n.], 1958. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/403SO03.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

¹⁸ 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1960, São Paulo. 52ª Sessão Ordinária, realizada em 01 de Junho de 1960 [...]. São Paulo: [s. n.], 1960. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/052SO04.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

¹⁹ 157ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1961, São Paulo. 157ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de Abril de 1961 [...]. São Paulo: [s. n.], 1961. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/157SO04.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁰ 159ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1961, São Paulo. 159ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de Abril de 1961 [...]. São Paulo: [s. n.], 1961. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/159SO04.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²¹ 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964, São Paulo. 40ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de Maio de 1964 [...]. São Paulo: [s. n.], 1964. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/040SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²² 387ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1967, São Paulo. 380ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de Maio de 1967 [...]. São Paulo: [s. n.], 1967. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/388SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

o plano de abertura de uma via expressa, interligando as extremidades leste e oeste da cidade, através da Avenida Alcântara Machado à Rua Amaral Gurgel, além de ligações auxiliares. Previa, ainda, a abertura de uma via entre a Rua Augusta e a Rua Avanhandava, a fim de estabelecer ligação desta última com a Praça Franklin Roosevelt, sob a Rua Augusta, além de revogar as leis anteriores sobre o alargamento das vias da região: 5.419, de 14 de novembro de 1957, 5.547, de 22 de março de 1958, e a Lei n. 4.704, de 3 de julho de 1955. O projeto não foi implementado na gestão de Maia, ficando a cargo do prefeito Faria Lima realizá-lo.

No ano de 1966, já na gestão de Faria Lima, o projeto sobre a Ligação Leste-Oeste volta a ser debatido na Câmara devido ao agravamento da situação do trânsito, consequência do crescimento urbano. À esta altura, a proposta inicial havia sido modificada na altura da Rua Caio Prado, o que sacrificaria de maneira drástica a Praça Roosevelt²³. Essa mudança foi alvo de críticas e resistência, pois, a pretexto de economia, diminuiria o raio e a irradiação do trânsito, sendo suas alterações urbanísticas qualitativamente também piores²⁴. Antevia-se que as novas soluções apresentadas seriam mais baratas e mais fáceis, mas que não atenderiam às necessidades futuras²⁵. A modificação não foi aprovada pela Câmara, mas Faria Lima não dependia de tal aprovação para torná-la lei.

As obras das vias públicas só são iniciadas em 1968, ainda na gestão de Faria Lima²⁶. Foi um período de grandiosas obras, sendo tais intervenções inauguradas na gestão de Paulo Maluf. A Ligação Leste-Oeste foi inaugurada em 1969 e a Praça Roosevelt um ano depois, ainda inconclusa, em 25 de janeiro de 1970. Sua inauguração

²³ 290ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1966, São Paulo. 290ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de Junho de 1966 [...]. São Paulo: [s. n.], 1966. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/290SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁴ 295ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1966, São Paulo. 295ª Sessão Ordinária, realizada em 01 de Agosto de 1966 [...]. São Paulo: [s. n.], 1966. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/295SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁵ 304ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1966, São Paulo. 304ª Sessão Ordinária, realizada em 01 de Agosto de 1966 [...]. São Paulo: [s. n.], 1966. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/304SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁶ 55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1968, São Paulo. 55ª Sessão Extraordinária, realizada em 08 de Julho de 1968 [...]. São Paulo: [s. n.], 1968. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/055SE05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

era esperada para o ano de 1969, porém aconteceram atrasos nas obras em prol do melhorias do projeto²⁷.

Figura 10: Construção da Praça Roosevelt em 1968.



Fonte: Acervo Folha de São Paulo

Ao longo dos anos 60, outro problema importante era denunciado na Câmara Municipal, na área central, em decorrência da acelerada urbanização, foi a instalação de “boites” e “inferninhos”, em que aconteciam prostituição, inclusive de menores. A Praça Roosevelt não escapou da situação, sendo reduto de prostituição, tráfico de drogas, falsificação de bebidas e aliciamento de menores²⁸. Alguns abusos de “boites” da localidade foram, inclusive, denunciados nas sessões da Câmara²⁹.

Um exemplo recuperado foi a instalação de um novo estabelecimento no entorno da praça que se tornou assunto de discussão na Câmara em 1967. À época, havia uma lei estadual (47450/66) que impedia a instalação de “boites” e cabarés a uma distância mínima de 200 metros de igrejas, escolas e hospitais. Assim, a distância da Igreja da Consolação e do Colégio Visconde de Porto Seguro (onde atualmente está instalado a Escola Estadual Caetano de Campos) foram usados pelos moradores dos prédios como recurso argumentativo contra o funcionamento do lugar. Uma ação popular sugeriu que não se instalassem estabelecimentos noturnos embaixo de prédios domiciliares, na

²⁷ 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1969, São Paulo. 33ª Sessão Ordinária, realizada em 21 de Maio de 1969 [...]. São Paulo: [s. n.], 1969. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/033SO06.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁸ 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964, São Paulo. 9ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 1964 [...]. São Paulo: [s. n.], 1964. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/009SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

²⁹ 174ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1965, São Paulo. 174ª Sessão Ordinária, realizada em 09 de Junho de 1965 [...]. São Paulo: [s. n.], 1965. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/174SO05.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

tentativa de coibir proliferação desse tipo. Esses problemas foram agravados nas décadas seguintes, após a construção da praça.

No entanto, outra vertente discursiva interpreta a inauguração de bares e boates nos anos 60 como o florescimento da vocação cultural e artística da região. Podemos citar como exemplos a boate Baiúca, que ficou conhecida como reduto da Bossa Nova; o famoso Cine Bijou, que exibia sessões de filmes de arte da época; e a primeira apresentação de Elis Regina, em 1964, no extinto bar Djalma (anexo 4).

Figura 11: Cine Bijou, na Praça Roosevelt, em 1986.



Fonte: Acervo Folha de São Paulo

Nos anos 50 e 60, os debates em torno da área da praça foram majoritariamente sobre a questão do trânsito, inclusive com a utilização massiva desse espaço para aliviar a falta de estacionamentos no centro. Seu amplo espaço também era utilizado por manifestações populares, pois, por ser uma das maiores áreas livres da cidade, acolhia a aglomeração de pessoas; e essa região também foi culturalmente fortalecida ao longo dos anos 60. Pode-se citar como exemplos de manifestações populares, o desfile geral dos trabalhadores industriais, que aconteceu na Praça Roosevelt no dia 1º de Maio de 1954³⁰, e um grande culto evangélico da “Obra Brasil com Cristo”, que aconteceu em 01 de janeiro de 1965, com intenção de pedir intercessão divina pelo futuro do país, já durante a ditadura militar³¹ e em alinhamento ideológico com esta.

³⁰ 276ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, São Paulo. 276ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de Abril de 1954 [...]. São Paulo: [s. n.], 1954. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmmp/anadig/Sessoes/Ordinarias/276SO02.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

³¹ 120ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1964, São Paulo. 120ª Sessão Ordinária, realizada em 23 de Dezembro de 1964 [...]. São Paulo: [s. n.], 1964. Disponível em:

2.3 A “dita” praça: o edifício-praça dos anos 1970 aos anos 2000

Paulo Maluf inicia sua gestão em 1969, em um momento em que a cidade crescia extraordinariamente e de maneira não planejada, com inúmeras obras viárias em andamento, muitas em atraso. Durante a década de 60, estima-se que 270 mil pessoas chegavam à São Paulo anualmente, trazidas pelo rápido progresso econômico e industrial nos anos anteriores. Seu crescimento era representado por uma taxa de 5,4% ao ano, o que levava à previsão de 10 milhões de habitantes em 15 anos. Tal crescimento exigia o aperfeiçoamento da máquina administrativa. Falava-se à época em “Cidade Nova”, sendo a Praça Roosevelt, para aquele momento, um marco das construções imperiosas, símbolo da modernização.

Figura 12: Prefeito Paulo Maluf visita obra da Praça Roosevelt em 1969



Fonte: Acervo Folha de São Paulo

Se discutia também a implementação do metrô e a ampliação das redes de transporte coletivo existentes, assim como a criação de um plano diretor, na tentativa de impedir um crescimento explosivo e desordenado. Questões como habitações comunitárias, expansão do abastecimento de gás, rede de iluminação, ampliação do sistema de educação, implementação de “feiras modernas” e criação de mercados distritais, visando a descentralização do abastecimento de alimentos, eram

exaustivamente debatidas. Neste sentido, projetou-se a criação de um mercado no interior da Praça Roosevelt, como proposta à extinção da feira livre³².

A Praça Roosevelt foi inaugurada em 25 de janeiro de 1970, ainda inacabada, pelo então prefeito Paulo Maluf, na presença do general e presidente Médici, sem que fosse realizada consulta popular para um levantamento das reais necessidades e anseios da comunidade (FERREIRA, 2009). Seu conjunto arquitetônico original, um edifício-praça, buscava atender às demandas de serviços da região central, a partir de uma lógica de recursos tecnológicos inovadores para a época e uma racionalidade espacial presente em suas formas. No entanto, a praça atendia primeiramente aos anseios da ditadura militar ao dificultar a aglomeração de pessoas. Assim, a Roosevelt esboçava uma conexão com o contexto a partir do ideário funcionalista que se submetia à lógica das necessidades urbanas (YAMASHITA, 2013).

Construída sobre o complexo do sistema viário Leste-Oeste, a praça contava com dois pavimentos subterrâneos de garagens e um complexo programa funcional distribuído em patamares acima do nível das ruas. Foi projetada pelos arquitetos Roberto Coelho Cardoso, Antunes Netto e Márcio de Souza Dias, e pelo engenheiro José Carlos Figueiredo Ferraz (anexo 5).

Ao que parece, a perda de espaços verdes e o excesso de concreto, que também atingiu o projeto da Praça Roosevelt, era uma tendência urbanística dos anos 60 e 70. Muitas áreas arborizadas foram desapropriadas e deram lugar não apenas às construções públicas, mas também a edifícios privados e espaços públicos concretados³³. Apesar de não ser o foco deste texto, é importante saber que durante o período da ditadura militar houve ilegalidades e desvios financeiros nas relações entre Estado e empreiteiras, atrelados ao discurso de modernização e apoiados na lógica de “concretamento”³⁴.

A proposição inicial da Praça Roosevelt abrigava um projeto que, além de supermercado, teria multifuncionalidade de equipamentos, comércios e serviços sob as lajes. Previam-se: complexo cultural, restaurante, floriculturas, feira no modelo

³² 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1969, São Paulo. 1ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de Março de 1969 [...]. São Paulo: [s. n.], 1969. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmmp/anadig/Sessoes/Ordinarias/001SO06.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

³³ 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1973, São Paulo. 43ª Sessão Ordinária, realizada em 16 de Maio de 1973 [...]. São Paulo: [s. n.], 1973. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmmp/anadig/Sessoes/Ordinarias/043SO07.pdf> Acesso em: 25 abr. 2020.

³⁴ Para se aprofundar neste tema, sugere-se a leitura de: CAMPOS, P. H. P. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: [s. n.], 2014. 444 p.

hortifrutigranjeiros, estacionamento subterrâneo, serviços de turismo e agência de correios (YAMASHITA, 2013). No entanto foi inaugurada com modificações acentuadas em seu projeto original, tendo sido a disposição dos equipamentos alterada de maneira não-sistemática, dificultou a inteligibilidade do espaço pelo usuário, tornando também sua gestão problemática (FERREIRA, 2009).

Desde o começo, a praça é percebida como um “desastre arquitetônico”, principalmente pelo excesso de concreto e ausência de áreas verdes. Como pode ser lido em trecho da Reportagem “Abandono: tudo que resta da Praça Roosevelt”, citada na 15ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo (1973, p.62)³⁵: “construída para ser a praça do futuro, a Roosevelt transformou-se em mais um monstro de concreto inacabado, entre os muitos que existem em S. Paulo”.

Figura 13: Vista aérea da Praça Roosevelt na década de 70.



Fonte: Acervo Estadão

Em função de dificuldades de gestão e manutenção, a partir da década de 80 a Roosevelt passou a ser símbolo de solidão, ao sofrer processo de desgaste das suas estruturas físicas, resultando em outras modalidades de ocupação do território, caracterizadas como “desvios de uso”, em destaque a prostituição e o tráfico de drogas. No contexto da presença de sujeitos “indesejáveis”, a desvalorização imobiliária se consolidava, reforçando ensaios (ineficazes) de requalificação, na tentativa de minimizar os problemas. A paisagem vista do topo dos prédios era triste (anexo 5), “os moradores – obrigados a servir-se da praça, no mínimo para circulação – conviviam com uma árida mancha de cimento e situações urbanas indesejadas”.

³⁵ 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1973, São Paulo. 15ª Sessão Ordinária, realizada em 09 de Março de 1973 [...]. São Paulo: [s. n.], 1973. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/015SO07.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

Dez anos após sua inauguração, a praça passou a ser um problema urbano de difícil solução e os órgãos da administração municipal se isentavam e transferiam responsabilidades entre si. A Empresa Municipal de Urbanização (EMURB)³⁶ creditava a manutenção e limpeza da praça à Regional Sé, e esta alegava, por sua vez, que a sua administração era responsabilidade da EMURB (anexo 6). Um dos problemas apontados eram as condições dos *playgrounds*³⁷, como pode ser captado em reportagem da Folha da Tarde (anexo 7) que denuncia a recontaminação da areia nos tanques de areia por fezes humanas e de animais, já que no período da noite o parque era ocupado por pessoas em situação de rua.

O acelerado crescimento de São Paulo, decorrente do modelo econômico adotado pelo Brasil durante a ditadura militar, também deixou como resto a pauperização e mais pessoas em situação de rua, complicando as possibilidades de acolhimento dessa demanda pela prefeitura. O aumento demográfico não era acompanhado por investimentos nas áreas básicas e não havia políticas públicas que dessem contorno ao problema. A lógica de “desenvolver primeiro, para depois distribuir as benesses de saúde, de educação, de habitação” (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1978, p.100) foi um complicador para o agravamento dos problemas sociais que São Paulo passou a enfrentar³⁸.

Segundo Ferreira (2009), da data de sua inauguração, em 1970, até o final da primeira década do século 21, a Praça Roosevelt passou por diversas reformulações e adaptações em função de seus espaços funcionais não atenderem às necessidades da população e/ou para conter as subversões dos usos não programados. Já em meados de 70, determinadas camadas sociais são repelidas da área. Para Cunha (2018), a saída de moradores antigos de uma região se dá em decorrência da chegada “excessiva” de novos moradores classe mais baixa e/ou grupos étnicos não-brancos diversos atraídos

³⁶ Empresa Municipal de Urbanização, empresa pública criada pela lei municipal nº 7.670, de 24 de novembro de 1971, tinha como objetivo principal o replanejamento e a intervenção no espaço urbano e se cindiu em 2010 nas empresas São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e São Paulo Obras – SPObras. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/empresa/index.php?p=19437#:~:text=A%20Emurb%20E2%80%93%20Empresa%20Municipal%20de,e%20S%C3%A3o%20Paulo%20Obras%20E2%80%93%20SPObras. Acesso em: 20 jun. 2020.

³⁷ 548ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1981, São Paulo. 548ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de Outubro de 1981 [...]. São Paulo: [s. n.], 1981. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/548SO08.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

³⁸ 45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1978, São Paulo. 45ª Sessão Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 1978 [...]. São Paulo: [s. n.], 1978. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/045SE08.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

pela circulação de capital, sendo a presença dessa nova vizinhança entendida como degradação ou decadência da área.

Nakano, Campos e Rolnik (2004) destacam que as grandes obras viárias das décadas de 60 e 70 consagraram o deslocamento do capital econômico para o setor sudoeste, acarretando a perda do relativo poder econômico do centro histórico, assim como de sua atratividade para os usos de maior prestígio imobiliário. O centro antigo passou a ser ocupado majoritariamente pelas estratégias de sobrevivência dos segmentos sociais empobrecidos: pessoas em situação de rua, vendedores ambulantes, desempregados, movimentos sociais em luta por moradia, imigrantes e demais excluídos dos circuitos produtivos formais, acentuando a fuga das camadas socialmente privilegiadas e a desvalorização imobiliária. Esse processo é inevitavelmente marcado pela racialidade, já que é uma realidade brasileira intersecção de classe e raça.

Os anos 80 marcaram o início das medidas paliativas, como por exemplo o projeto da EMURB, juntamente com a Academia Paulista de Belas Artes, que propuseram uma composição monocromática, em que canteiros, muretas e paredes receberam tinta verde, na tentativa de sanar a questão da “falta de verde”. Porém, antes de completar três anos da primeira intervenção, suas estruturas já exibiam novas infiltrações, resultando em novas pressões da comunidade para que fossem executadas melhorias. Neste período, também foi inserido o primeiro posto policial na Roosevelt. Em 1984, na gestão de Mário Covas, a praça passou por uma grande reforma, foram instaladas quadras esportivas e um novo parquinho infantil protegido por grades para restringir o uso noturno (YAMASHITA, 2013).

Ao longo dos 40 anos em que esteve em processo de desgaste, a praça também abrigou inúmeros órgãos municipais, formas de comércio, foi local de eventos e passou por modificações da vida de seu entorno. Sabe-se que em 1976, por falta de espaço, a Biblioteca Circulante deixou a Biblioteca Mário de Andrade e passou a funcionar na Praça Roosevelt³⁹. Também esteve instalado, na década de 70, órgão responsável pela regularização de imóveis construídos clandestinamente, o que acabava por aglomerar

³⁹ 386ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1976, São Paulo. 386ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de Março de 1976 [...]. São Paulo: [s. n.], 1976. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/386SO07.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

pessoas na tentativa de resolver suas pendências legais com moradia⁴⁰. Além disso, a partir dos anos 80, a estrutura de concreto passou a ser utilizada por skatistas (anexo 4).

Em seu entorno, esteve instalado até meados de 70 o Colégio Visconde de Porto Seguro (antigo Colégio Alemão), que foi transferindo para o bairro do Morumbi. Apesar de ser um prédio ideal para a instalação de uma escola, este ficou sob tutela de uma empresa privada que planejava demoli-lo. A desapropriação do imóvel e criação de uma escola municipal para atender às necessidades da comunidade foi levada a debate na Câmara Municipal pelos vereadores⁴¹, enquanto o tradicional Colégio Estadual Caetano de Campos, instalado na Praça da República também por essa data, em função das obras do metrô, necessitava ser transferido para nova localidade. Em meados de 1978, essa escola é dividida em duas, sendo seu ginásio e ensino médio transferidos para o imóvel na Roosevelt⁴².

Nos anos 80, a EMEI Patrícia Galvão, esteve instalada na praça até ser desativada para a reforma, concluída em 2012. Também esteve abrigado o Centro Informação Mulher (CIM) na década de 90 até sua desativação, também para a reforma. Sabe-se pouco sobre todos os equipamentos e serviços que ali passaram, mas sabe-se que paralelamente às reformas e manutenções, os equipamentos e serviços eram constantemente modificados (YAMASHITA, 2013). A feira livre também foi restabelecida em meados de 1980 e ficou ativa até sua reinauguração (anexo 8).

Outro fato marcante, porém, contraditoriamente pouco lembrado sobre a Praça Roosevelt, seria a ação do dia 28 de junho de 1996, em que reunião de cerca de 150 pessoas para comemorar o orgulho “GLS” (como intitulado à época) renunciou o desejo de visibilidade coletiva da comunidade LGBTQI+, que viria a inspirar a Primeira Parada LGBT no ano seguinte. Em 1997, aconteceu o 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, que foi finalizado com uma passeata de 300 a 400 pessoas pelo centro, tendo a Praça Roosevelt como ponto final. À época, havia ali o Bar Corsário,

⁴⁰ 421ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1976, São Paulo. 421ª Sessão Ordinária, realizada em 09 de Junho de 1976 [...]. São Paulo: [s. n.], 1976. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sesoes/Ordinarias/421SO07.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁴¹ 431ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1976, São Paulo. 431ª Sessão Ordinária, realizada em 02 de Agosto de 1976 [...]. São Paulo: [s. n.], 1976. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sesoes/Ordinarias/431SO07.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁴² 155ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1978, São Paulo. 155ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de Maio de 1978 [...]. São Paulo: [s. n.], 1978. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sesoes/Ordinarias/155SO08.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

tradicional local de encontro dessa comunidade e que vinha sofrendo pressão e ameaças por parte de moradores e policiais.

Na década de 90, já em regime político democrático, as obras urbanas realizadas durante a ditadura são duramente criticadas na Câmara Municipal de São Paulo e os projetos de revitalização do centro começam a ser amplamente debatidos. Falava-se da recuperação dos prédios históricos e áreas verdes, sendo o excesso de cimento identificado como responsável pela deterioração⁴³. Já em 1993, a praça aparece como um dos logradouros previstos para reforma, no projeto de lei 01-0901/93 da operação urbana centro (Programa de Obras na Área Central). Esse projeto estabelecia um programa de melhorias e criava possibilidades para sua implementação⁴⁴.

Como estratégia de revitalização, já nos anos 90 o lazer e a cultura foram elencados como boas opções para revalorização urbana, sendo a ocupação do espaço público para essas finalidades um dos efeitos da redemocratização. Como pode ser visto no discurso do vereador Nelo Rodolfo (PMDB), p.1⁴⁵:

Espaços que originalmente não destinados para esse fim adquirem múltipla funcionalidade quando, sem incentivo, controle ou prejuízo dos Poderes Públicos, os habitantes elegem determinado ponto de encontro para desfrutar suas horas livres.

A chegada dos teatros na Roosevelt marcou um momento que levou a redescoberta de seu potencial cultural, conseqüentemente, mudanças nas formas de ocupação e novas demandas dos moradores. A presença dos teatros e suas conseqüências para o território serão tratadas a seguir, em tópico específico, dada a sua importância para o processo de transformação da região.

2.4 A Praça-palco: As transformações dos anos 2000

O resgate da vida cultural via instalações das salas de teatro foi fundamental para que a praça tivesse seu significado social modificado no início dos anos 2000. O

⁴³ 383ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1992, São Paulo. 383ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de Março de 1992[...]. São Paulo: [s. n.], 1992. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/383SO10.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁴⁴ 118ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1993, São Paulo. 118ª Sessão Ordinária, realizada em 22 de Dezembro de 1993[...]. São Paulo: [s. n.], 1993. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/118SO11.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁴⁵ 227ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1994, São Paulo. 227ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de Dezembro de 1994[...]. São Paulo: [s. n.], 1994. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/125SO11.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

primeiro teatro a se instalar, em 1997, foi o Studio 184 - renomeado Heleny Guariba desde 2013, em homenagem à diretora teatral, professora e militante desaparecida em 1971, localizado onde anteriormente já havia sido a Sala Sérgio Cardoso do lendário Cine Bijou, o Cine Clube Oscarito e o Teatro de Câmara de São Paulo⁴⁶.

No entanto, a companhia teatral de maior reconhecimento nesse processo de entrelaçamento entre praça e palco foi “Os Satyros”, criada por Ivam Cabral e Rodolfo Garcia Vázquez em 1989 e instalada na Roosevelt desde dezembro de 2000⁴⁷ (FERRON, COHN & CABRAL, 2010). Além desses dois grupos de teatro, a praça também está contemplada pelo Espaço Parlapatões (2006)⁴⁸, pelo Teatro do Ator (2005)⁴⁹, pelo Minitatro (2009)⁵⁰, além da SP Escola de Teatro, alocada desde 2010. Nas proximidades, também estão instalados os teatros de Arena Eugênio Kusnet⁵¹, na Rua Dr. Teodoro Baima, e Cultura Artística⁵², situado à Rua Nestor Pestana, que são fundamentais para a história cultural e teatral da cidade.

Assim, no início dos anos 2000, a produção cultural foi, novamente, vetor de convivência e encontros na região da Roosevelt. Os teatros, em especial “Os Satyros”, na tentativa de reavivar a praça e recuperar sua suposta vocação artística, colocaram-se fora dos espaços fechados: a ocuparam – com seus espetáculos – e ocuparam-se dela – na construção de personagens e dramaturgias. Esse processo foi fundamental para a ressignificação e revalorização do território (CARDOSO, 2010).

Segundo Palma (2010), até a chegada dos grupos teatrais, a região era estigmatizada como lugar degradado e perigoso. A presença de “indesejáveis”, suas práticas consideradas incivilizadas e a ausência do poder público no manejo e repressão

⁴⁶ Recuperado em 05 de março, 2018 de <https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/1482/>

⁴⁷ A Companhia De Teatro “Os Satyros” chegou a manter um segundo espaço, o Espaço do Satyros 2, em funcionamento de 2005 a 2020, quando, após fechar as portas por tempo indeterminado em decorrência das medidas de isolamento impostas pela pandemia de COVID-19, optou por encerrar o contrato de locação do imóvel. De

⁴⁸ Recuperado em 21 de maio, 2021 de <http://parlapatoes.com.br/site/historico-espaco/>

⁴⁹ A data de fundação não pôde ser encontrada em meios de comunicação oficiais do estabelecimento. O ano de 2005 foi apontado por Yamashita (2013), em sua dissertação.

⁵⁰ Recuperado em 13 de junho, 2021 de <https://guia.folha.uol.com.br/teatro/ult10053u539153.shtml>

⁵¹ Fundado em 1953, foi pioneiro na proposta de coletivização de criação cênica e dramaturgia visando a pesquisa da representação da sociedade brasileira. Durante a ditadura militar, teve importante papel de crítica cultural ao processo político instalado e chegou a ser fechado em 1972. Recuperado em 09 de agosto, 2021 de <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/arena-teatro-de>

⁵² Está com a reabertura prevista em 2022, após sofrer um incêndio em 2008, em reforma desde então. Inaugurado em 1949, é fruto tardio da Sociedade de Cultura Artística, nascida em 1912, através de saraus realizados nas casas de membros da elite econômica e cultural da cidade. Esse teatro tem papel fundamental na consolidação e posterior internacionalização cultural de São Paulo. Recuperado em 09 de agosto, 2021 de <http://culturaartistica.org/linha-do-tempo/>

dessas formas de ocupação eram apontadas como motivo da desvalorização imobiliária (SILVEIRA, 2018). Porém, foi justamente o preço baixo dos aluguéis, consequência dessa percepção pejorativa, que a tornou atrativa para a instalação dos teatros, transformando-a em ponto cultural alternativo.

Com a presença dos teatros, a área passou a ser frequentada por uma elite artística em busca de novas experiências culturais, sendo acompanhada por um público consumidor com perfil econômico privilegiado, curioso com as produções locais, o que acabou por estimular o investimento governamental (FERREIRA, 2009). Através das memórias e percepções de Rodolfo Garcia Vázquez, diretor da companhia teatral “Os Satyros”, outros antigos moradores e comerciantes da região, é possível compreender algo desse processo de revalorização e gentrificação⁵³ e suas consequências.

Para Rodolfo, a chegada ali foi marcada pelo encontro com um público marginalizado, em um cenário interpretado como decadente: *“a gente conviveu primeiro com a praça muito decadente: prostituição, travestis, tivemos ameaça de morte. Não tinha ninguém morando nos prédios... muitos prédios eram ocupados por travestis, rufiões e tal, né?”*.

A instalação dos primeiros grupos teatrais da região não aconteceu sem a resistência dos grupos que lá estavam instalados e detinham o controle da região. O processo exigiu traquejo e negociação com a comunidade local, na resolução dos conflitos consequentes da ocupação cultural. Nas memórias de Rodolfo:

Quando a gente chegou, a praça estava no escuro. Não tinha iluminação pública, porque os traficantes atiravam pedras nos postes para apagar as luzes. Então a praça ficava muito escura, o que facilitava o tráfico, e as próprias travestis eram aviãozinho. Na verdade, muitas vezes o cliente não queria sexo, ele queria comprar e daí ele comprava com as travestis. Quando a gente colocou mesas na calçada, na frente do Satyros, era um dos pontos que eles usavam (...)os traficantes começaram a achar aquela situação prejudicial pro negócio deles. Na verdade, os traficantes voltaram e agora eles ocupam a praça de outra forma mas, naquela época, eram os clientes das prostitutas e travestis que consumiam a droga ali. Então, eles nos

⁵³ Segundo a enciclopédia de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, gentrificação “em sua definição primeira, o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os “gentrificadores” (gentrifiers) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos”. Acesso em 04 Junho 2022 <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao#:~:text=Em%20sua%20defini%C3%A7%C3%A3o%20primeira%20o,moradores%20de%20rendas%20mais%20elevadas.>

ameaçavam, as ameaças que a gente sofria eram em virtude de a gente estar iluminando uma região que deveria estar escura.

Quando nós chegamos na praça, nós não tínhamos 50 seguranças para trabalhar conosco. A gente tinha só a nossa capacidade de dialogar com a cidade, e foi isso que nós fizemos e isso aí não há poder público que pague. Era sentar e conversar com as pessoas. Então, quando nós chegamos na praça, o Ivam, Ivam Cabral, que é o outro fundador do Satyros, ele dizia: “o nosso planejamento urbanístico aconteceu da seguinte forma: olhar praquela pessoa estranha que tá do outro lado da rua e perguntar ‘qual é o seu nome?’ e a partir disso tentar um diálogo”. E foi assim mesmo que a gente fez, a gente foi conversando com os traficantes, com as travestis... (...) foi meio por aí, sabe? Que a gente conseguiu dialogar com a cidade e construir o nosso trabalho nesse diálogo.

“Os Satyros” se debruçaram sobre os problemas e, como possibilidade de elaboração das vivências e aproximação com o público local, suas produções não só passaram a absorver esses sujeitos em seu quadro de artistas, como também se inspiravam em fatos e personagens cotidianos que ali habitavam:

Era um dos lugares mais perigosos de São Paulo e daí, aos poucos, a gente foi conseguindo convencer crítica teatral, público em geral, a conhecer o nosso trabalho na praça. Começamos a trabalhar com as prostitutas, algumas delas começaram a trabalhar no nosso grupo de teatro, com os michês também e com os traficantes. Aí fomos inseridos na comunidade da praça. Foi 2003... 2002, 2003, 2004... houve essa grande mistura entre artistas, jornalistas, acadêmicos, travestis, prostitutas, michês e traficantes, que se transformou num texto muito famoso, que é baseado num texto alemão, chamado “A Vida na Praça Roosevelt”. Nós montamos esse texto em São Paulo e começamos a ficar muito conhecidos. (Rodolfo)

Pimentel (2018) recupera que o circuito de teatro independente que se formou na Praça Roosevelt teria sido responsável por promover uma mudança na qualidade de convívio da região. Com os anos, essa presença transformou a área em referência cultural alternativa e atrativo turístico de estilo cosmopolita. Nas palavras de Rodolfo:

Essas histórias foram tornando a praça visível para a cidade e os problemas dela também se tornaram visíveis, de uma forma ou de outra, para a cidade. A praça começou a ocupar outro lugar no espaço simbólico da cidadania paulistana. Ela deixou de ser aquilo que ela era, como lugar de crime, de violência, para se tornar um lugar, entre aspas, exótico e atraente, sedutor, onde havia um risco de criminalidade, mas ao mesmo tempo havia uma excitação com a possibilidade de estar seguro num lugar desses, porque era um teatro. Então, isso foi mudando também a forma simbólica da praça existir para cidade. E esse foi um elemento fundamental.

Desde que se instalou na Roosevelt, dentre as muitas intervenções que aproximaram o teatro da vida na praça, o grupo realiza as Satyrianas. Trata-se de um

festival artístico que acontece no início da primavera e que mantém, durante 78 horas, atividades de acesso livre, com entrada gratuita ou no estilo “pague o quanto puder”. Esse evento teve sua importância reconhecida ao longo dos anos, passando a compor o Calendário Oficial do Estado de São Paulo desde 2009⁵⁴. Apesar de sua realização ser basilar para o processo de ressignificação e valorização imobiliária, também é motivo de conflitos com muitos vizinhos atuais e que não reconhecem a relação entre as intervenções culturais e a valorização que os atraiu. Segundo Rodolfo, eles se queixam da movimentação e barulho:

Todo ano a gente faz as Satyrianas, né? Todo ano a gente briga com os vizinhos e todo ano é uma delícia. É maravilhoso você fazer um festival gratuito pra quarenta mil cidadãos paulistanos, pra curtirem a arte, pra se encontrarem, pra beberem, pra conversar, né? (...) Sempre é uma festa que a gente considera muito importante, porque coloca que a arte não pode ser medida em termos de dinheiro. Oferecer arte gratuitamente é uma apologia ao encontro, à festa, à praça como uma ágora, né? E os moradores, eu acho que alguns, não todos, mas alguns, eu acho que eles não entendem que isso é muito importante pra cidade, que é muito importante ter uma manifestação dessas na cidade, porque isso preserva um espaço de respiro dentro de uma estrutura capitalista bastante opressiva. Eles só pensam no bem-estar deles. Não pensam que durante 4 dias eles também vão dar um presente para os moradores da cidade. Eles pensam “Eu quero dormir”.

Essa relação conflituosa entre parte dos moradores e frequentadores, com suas mais variadas propostas de ocupação do espaço público, será objeto de análise ao longo dessa dissertação, nos próximos dois capítulos.

Outra conquista importante, foi a inauguração da SP Escola de Teatro, que tem íntima ligação com “Os Satyros” e esteve fortemente atrelada ao projeto de intervenção no local, para melhorias e valorização local. O projeto da escola foi desenvolvido entre 2005 e 2009, prevendo a formação profissional de nível técnico na área cênica, e teve Ivam Cabral, um dos diretores da companhia “Os Satyros”, como um dos principais articuladores junto ao governo estadual, durante a gestão de José Serra (YAMASHITA, 2013). Apesar das polêmicas⁵⁵ em torno da concretização dessa instituição, a presença de um dispositivo de formação profissional em artes cênicas construído pelo poder público estadual consolidou o perfil artístico-cultural da Praça Roosevelt.

⁵⁴ Informação retirado do site oficial do festival “Satyrianas”. Recuperado em 19 de maio de 2021 de <http://www.satyrianas.com.br/sobre/>

⁵⁵ O tema não será aprofundando neste trabalho por ser de menor importância para o objetivo desta pesquisa. Para mais informações, sugere-se a leitura da dissertação de mestrado de Yamashita (2013), “Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas”.

Concomitante ao movimento de consolidação como polo cultural, aconteciam discussões de interesse especulativo e imobiliário que se materializavam através de um extenso projeto de revitalização que mirava o centro. A administração municipal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a entidade “Associação Viva o Centro”⁵⁶, buscava executar uma série de obras nas grandes praças do centro na tentativa de restaurar seu potencial imobiliário. Esse é um dado a ser entrelaçado com a narrativa que tem nos dispositivos culturais o principal elemento para as mudanças na região entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000.

A presença da cena teatral também passou a atrair outros empreendimentos de lazer, como os bares alternativos e despojados, voltados a jovens com maior poder aquisitivo em busca dessa experiência de risco calculado citada por Rodolfo. Esse fenômeno contribuiu para um processo de revalorização imobiliária de caráter higienista, já que levou à expulsão das travestis, prostitutas, michês, pessoas em situação de rua e outras formas de vida consideradas socialmente rebaixadas e associadas à degradação (YAMASHITA, 2013). Não por acaso, no final dos anos 2000, efervescem também as discussões sobre a reforma da praça.

Essa articulação simbólica acabou gerando toda uma demanda econômica, imobiliária, e aí veio o processo de gentrificação, né? Mas não era o objetivo inicial, tanto é que nós fomos vítimas de nós mesmos, porque os imóveis ficaram muito mais caros e o aluguel que a gente pagava passou a ficar mais caro, passou a ficar muito mais alto do que quando nós chegamos na praça. (Rodolfo, diretor da Companhia “Os Satyros”)

Para Augusta, 59 anos, moradora desde 2006 e dona de um bar ali desde 1998, apesar da presença dos teatros ser positiva e bem-vinda no primeiro momento, o consequente processo de especulação imobiliária impactou negativamente a vida de parte dos antigos moradores e comerciantes. Em sua visão, a perspectiva de investimento e lucratividade na exploração do potencial econômico esvaziou o caráter artístico que havia se instaurado até então. Com efeito, expulsou moradores, artistas e comerciantes que iniciaram e acompanharam esse processo, preparando o terreno para a chegada de outro perfil de comércio, frequentadores e moradores.

⁵⁶ A Associação “Viva o Centro” é uma entidade de caráter público, fundada em 1991, mantida por empresários, proprietários e entidades civis, que se formou a partir do desejo de articular um projeto de requalificação da área central de São Paulo. Nasceu em decorrência da deterioração dessa região, buscava atender aos interesses dos proprietários que viviam a desvalorização de seus imóveis e tinha como maior objetivo reverter a situação de declínio, abandono e insegurança da região. A associação funcionava como um interlocutor representativo em face ao poder público para a realização de projetos de revalorização dessa área para as atividades da classe média e elites da cidade (FRUGOLI JR, 2001).

Ah, a gente viveu uma vida muito boa, tinha muita boate aqui do lado, tinha o Cultura Artística, tinha bastante público e a praça, eu, pra mim hoje, a antiga praça era muito boa, antes da reforma, depois da reforma deu uma decaída novamente (...) pelo menos para o comércio, eu acredito que sim. Para mim, sim. Muita gente mudou, muita gente antiga do teatro também hoje não reside mais aqui no pedaço. Muitos clientes morando... muitos clientes moram fora, no interior de São Paulo. Enfim, houve uma mudança muito grande. Os imóveis encareceram e o pessoal acabou mudando, né? (Augusta, moradora e comerciante da região)

A administração da prefeita Marta Suplicy chegou a fazer um empréstimo de 100 milhões com o BID para realizar as reformas do centro, o que incluía a Roosevelt. No entanto, o empréstimo expirou antes que a reforma fosse iniciada, após inúmeros adiamentos, e precisou ser renovado em 2009, momento em que a praça ganhava projeção como polo cultural, de lazer e turismo (YAMASHITA, 2013).

O primeiro projeto de reforma foi feito em 2005, na gestão municipal de José Serra, após discussões com diversas pessoas da área central, em que a pauta mais polêmica era a demolição ou não do conjunto arquitetônico do pentágono. O projeto foi adiado por diversas vezes, até que em 2009 a sua licitação foi aprovada e as obras iniciadas em outubro de 2010 (anexo 9). O processo foi longo e conflituoso, envolvendo como entidades participantes do processo, dentre outras, a Associação Viva Centro (ACV), através da Ação Local Roosevelt⁵⁷, e o Comitê Roosevelt.

A Ação Local Roosevelt, criada em 1995, foi um participante fundamental do processo. Esse grupo era composto principalmente por comerciantes e síndicos, e configurou-se como “a voz mais eloquente no que diz respeito às pressões e influências exercidas junto ao poder público, desempenhando papel fundamental na condução do processo de requalificação da praça” (YAMASHITA, 2015, p. 130). Já o Comitê Roosevelt, criado em 2006, nasceu para contestar a falta de representatividade da Ação Local nas discussões do projeto em andamento (YAMASHITA, 2015).

Um dos principais pontos que motivaram a criação desse comitê foi o destino da “Praça Pentagonal”: de um lado, a favor de sua demolição estava a Ação Local Roosevelt, do outro, contrário à demolição, estava o Comitê Roosevelt. Os dois argumentos favoráveis à retirada dessa estrutura, defendidos pela Ação Local Roosevelt, eram que sua construção era um produto do regime militar, carregando um

⁵⁷ “Ação Local” é um instrumento específico da região central de São Paulo que integra e colabora com a AVC (além de ser marca registrada da AVC), criada para que a comunidade se organize para resolver os problemas de sua localidade, enquanto a AVC se ocupa de questões mais amplas a respeito do centro (YAMASHITA, 2013).

posicionamento ideológico remanescente da época e, além disso, sua permanência significava “falta de segurança”, principalmente se não realizada devida manutenção por parte do poder público, já que seria, entre outras coisas, facilmente usada como abrigo por pessoas em situação de rua. Enquanto o Comitê Roosevelt argumentava em favor da manutenção do pentágono justamente porque sua demolição representava a destruição de um símbolo histórico, devendo então permanecer para garantir a memória ali contada. Além disso, propunha usos alternativos, aproximados aos usos da marquise do Ibirapuera, pelo Colégio Caetano de Campos (YAMASHITA, 2015).

Apesar de terem sido pioneiros no processo de requalificação nos primeiros cinco anos, “Os Satyros” e, ao que parece, outros grupos teatrais, não participaram de maneiras mais diretas das discussões sobre a reforma, e as preocupações não abarcaram os interesses dos dispositivos culturais e de lazer. Rodolfo compreende que, apesar da intenção existir desde o início dos anos 2000, foram as mudanças consequentes da presença dos teatros que apressaram as obras em 2010.

Por causa da visibilidade toda que a gente foi conseguindo e de todo o processo artístico que foi muito poderoso nesse período, a prefeitura se sentiu, ente aspas, obrigada a fazer uma reforma decente na praça, né? Entre outros fatores, né? E aí fizeram essa reforma e daí como acabou a reforma, foi mais ou menos a época em que, eu não tenho a data precisa, mas foi quando a escola começou a funcionar, o processo de gentrificação da região ficou bastante poderoso. Foi muito forte, as travestis foram expulsas.

Eu acho que o problema mais grave veio da reforma. Eu acho que a reforma... é sempre isso, os urbanistas olham planilhas, olham desenhos e não dialogam com a comunidade. Na época em que foi feita a reforma, existiam mais de cinco teatros funcionando em 200 metros daquela praça. Não custava nada esses urbanistas falarem “Puxa, vamos fazer da praça um espaço de arte? Vamos dialogar? Vamos construir um espaço que possa ser uma área de expressão de arte, de expressão de cultura?” Eles não perderam 15 minutos da vida deles, meia hora da vida deles, pra sentar conosco e conversar. Então quando o projeto da praça veio, ele veio completamente árido. Completamente desconectado do que poderia ter sido e isso reverbera até hoje, sabe?

Em 2010 são iniciadas as obras, consolidando-se a demolição do pentágono. E de fato, seu início teve como efeito comércios tradicionais fecharem as portas, moradores dos prédios tiveram que se mudar em função do aumento dos preços dos aluguéis, bares e teatros também iniciaram reformas para ampliar o espaço e acompanhar a “nova” cara da praça (anexo 10).

As propostas e objetivos da construção encontraram divergências dos diversos segmentos, parte deles interessado no potencial econômico de valorização imobiliária e outra parte interessada em priorizar o potencial social, artístico e cultural do território. É possível perceber o embate entre um discurso favorável à elitização, que busca rentabilidade no setor imobiliário a partir de uma prática higienista, e um discurso favorável à democratização do espaço público, que mantém como objetivo garantir o acesso à cidade e aos espaços de lazer e cultura às classes econômicas desfavorecidas.

Assim, o que esteve em pauta na construção do projeto foram justamente estratégias para pensar a questão da segurança local: a primeira, a partir da vigilância de grupos socialmente estigmatizados, a segunda a partir da incorporação e pertencimento destes, como fez a companhia teatral “Os Satyros” em sua chegada. Com a reforma, se inicia também um processo de militarização do espaço, já que, como estratégia de conservação e segurança, optou-se por alocar bases da PM e da GCM em pontos estratégicos para coibir “atos antissociais” (YAMASHITA, 2013). Para Caetano, 49 anos, morador da praça Roosevelt desde 2002:

A praça Roosevelt está muito ligada à questão da gentrificação. É um ícone pra isso da questão de higienizar o centro de São Paulo, de acabar com essa questão de movimento da cidade. A forma como se vive, como se compartilha, se lida com o centro de São Paulo, a praça faz presença nesse questionamento... eu acredito que essas intenções de gentrificação perpassam por aqui e pela forma como o poder público enxerga tudo isso, né? Então são as únicas desvantagens de ver que há essa questão do cerceamento da liberdade.

A questão urbanística da praça, ela sempre foi, infelizmente, fatiada por diversos interesses. Tanto é que a gente vê aí PM, GCM... sempre um movimento de intervenção urbana inadequada, né? Mas sempre fatiada. Sempre jogada nos interesses do poder público, sejam eles quais forem.

A militarização como forma de gestão dos conflitos, citada por Caetano, é um efeito do processo de requalificação, ou, nas palavras de Yamashita (2013), de “reelitização” da Praça Roosevelt, e está atrelada à sua facilitada acessibilidade às regiões periféricas da Grande São Paulo, como pôde ser visto em uma entrevista da presidente CONSEG responsável pela região e presidente da AMACON: “*Tem pessoas que vêm de Itaquera, da zona leste, de Caieiras e até Mogi das Cruzes; vem de lugares que dizem não ter praça. Mas vou te dizer: essas pessoas são mal-educadas por si só*”

(Entrevista dada à UOL, em 2018, para tratar da ocupação da praça durante as festividades de Carnaval⁵⁸). Esse aspecto será melhor explorador no próximo tópico.

Em estudo sobre a transição étnico-racial em vizinhanças, Cunha (2018) observou que os processo de degradação e revitalização das áreas urbanas coincidem com o perfil socioeconômico e racial dos seus ocupantes. Assim, a presença de trabalhadores pobres e pessoas em desvantagem material representam a degradação local e são obstáculos a serem vencidos nos projetos de revitalização, enquanto a presença e pertencimento das classes médias ricas representam a própria revitalização urbana. Assim, na prática, trata-se do embranquecimento de uma área.

Esses dois fenômenos são observáveis na Praça Roosevelt, ao longo dos últimos 70 anos. Observa-se que o que se chamou de “degradação” diz respeito às formas de uso que se desviam da intencionalidade de uso, ou seja, a ocupação por sujeitos e atividades estigmatizadas e/ou criminalizadas. A deterioração diz mais sobre quem e como ocupa do que sobre as condições físicas do local, apesar de não podermos dissociar ambos. A revitalização coincide com a expulsão desses sujeitos para que outros grupos socialmente respeitados, possam utilizar o espaço, dentro de um uso programado.

No caso da Roosevelt, a cultura foi um importante método de revalorização, assim como ela tem orientado’ a reestruturação produtiva de centros das grandes cidades mundiais (FERREIRA, 2009). As atividades teatrais possibilitaram que o território fosse novamente frequentado pelos grupos social e economicamente dominantes e privilegiados, apesar da presença de grupos empobrecidos, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e que realizavam atividades, se não criminosas, ao menos moralmente reprováveis dentro da lógica social vigente.

Esse não é um fenômeno inédito. O desenvolvimento das habitações em loft no SoHo e em toda área do Lower Manhattan, em Nova York, é o exemplo mais conhecido do uso da arte como estratégia alternativa de recapitalização imobiliária. Nos anos 60, os antigos armazéns, ancoradouros e moradias de trabalhadores na área do Low Manhattan foram demolidos para dar lugar a modos de construção centralizados, verticalizados, financeirizados e de alta tecnologia. No entanto, o projeto sofreu resistência da comunidade artística já instalada. Em 1971, a luta em nome da

⁵⁸ Reportagem “‘Síndica da Roosevelt’ quer ‘ouvir pássaros’ no Carnaval da praça em SP ...”. Recuperado em 04 de Junho, 2021 de <https://www.uol.com.br/carnaval/2018/noticias/redacao/2018/01/19/sindica-da-roosevelt-quer-ouvir-passaros-no-carnaval-da-praca-em-sp.htm>

“preservação histórica e das artes” levou ao reconhecimento do SoHo como “distrito de artistas”, prevalecendo o entendimento de preservação da área, mas esse processo não representou a superação do capital pela cultura. Este título também evocou a elevação do valor do solo, servindo como estratégia alternativa para os interesses do mercado que miravam a região (Smith, 2007).

A seguir, vejamos os efeitos da reforma e reinauguração da Praça Roosevelt.

2.5 A “nova” Praça: da revitalização da Praça (2012) aos dias atuais

Após anos de conflitos e disputas sobre o destino da praça, a Roosevelt foi entregue reformada pelo então prefeito Gilberto Kassab, em 29 de setembro de 2012, uma semana antes das eleições municipais. Sua reforma durou dois anos, tendo sido iniciada com outros dois de atraso, e custou 55 milhões de reais, dos quais 15% foram bancados pela prefeitura e os outros 85% vieram do BID. Rubens Reis foi o arquiteto responsável pelo projeto que praticamente a reconstruiu. Ainda assim, foi entregue inconclusa, já que a base construída para a PM estaria programada para dezembro daquele ano. Além disso, a melhoria da garagem não foi incluída, sendo realizada anos depois (SAMPAIO, 2010 apud PIMENTEL, 2018).

Figura 14: Projeto de Implantação da Praça Roosevelt



Fonte: Borelli e Merigo (2013)

Devido a suas características estruturais e sua função urbanística de cobertura da Ligação Leste-Oeste, a praça tem sua estrutura formada por concreto armado, numa área total de 25 mil m², porém houve o esforço de arborizá-la: foram plantadas ali 223 árvores nativas. O local recebeu um “cachorródromo”, um *playground*, construções que seriam destinadas à instalação de floriculturas (que nunca chegaram a ser, de fato, instaladas), escadarias e rampas, pensadas para facilitar o acesso de pessoas com

mobilidade reduzida, além das edificações que seriam destinadas às forças policiais, a base da PM, ainda em construção, e a base da GCM, entregue na inauguração, com o objetivo de manter e evitar que o espaço fosse danificado (anexo 11). A militarização como estratégia para garantir a ordem e a preservação é, inclusive, uma característica polêmica que marca o momento pós-reforma.

Antes da inauguração, parte dos vizinhos viam a reforma com desconfiança, temiam que a história se repetisse e que a região se tornasse uma “cracolândia”, sensação que está relacionada aos anos de descuido do poder público para com a região central (anexo 9). Por outro lado, parte da vizinhança, ao vê-la sem os tapumes, também se mostrou satisfeita com o resultado: a Roosevelt estava mais colorida e iluminada e, por ser um espaço amplo e aberto, permitia ampla visão de seu território, o que aumentou a sensação de segurança. Ainda assim, a Ação Local Roosevelt buscou articular com comerciantes, representantes das igrejas, grupos de teatros e com a direção das escolas formas de ocupação e atividades, para evitar que o local ficasse vazio ou que fosse novamente ocupado por formas consideradas marginalizadas (anexo 12).

Apesar da inauguração oficial acontecer no dia 29 de setembro de 2012, a praça foi palco da festa “Santo Forte de Rua”, que funcionou como uma inauguração não oficial, um mês antes, reunindo mais de mil pessoas (anexo 13). Pouco depois de abertura, a Roosevelt passou a ser um lugar atrativo e de lazer, movimentada até altas horas da noite, como pode ser lido, a seguir, no trecho de uma reportagem publicada na Folha de São Paulo (anexo 14):

A noite na praça Roosevelt está bombando. Uma semana após a inauguração, a área de lazer da Consolação (centro de São Paulo) tem atraído muita gente até tarde. Às 22 horas de anteontem eram pedestres, skatistas, ciclistas... À meia-noite, boa parte continuava por lá.

Houve, portanto, aumento do público. Em destaque, a presença massiva de skatistas atraídos pela estrutura de concreto, propícia para a prática do esporte, além dos atos públicos, com caráter festivo.

Dois dias antes do primeiro turno das eleições municipais daquele ano, aconteceu o ato “Amor sim, Russomano não”, que reuniu centenas de pessoas. Já durante o primeiro turno, aconteceu na praça a primeira edição do “Churrascão da justificativa”, com a segunda edição marcada para o segundo turno (anexo 15). Outro evento de cunho político que aconteceu ainda no primeiro mês, dias antes do segundo

turno, foi o “Festival existe amor em SP”, que contou com os shows de Criolo e Gaby Amarantos, reunindo cerca de 10 mil pessoas no espaço^{59, 60}.

Figura 15: Vista área do evento "Amor sim, Russomano não", na Praça Roosevelt.



Fonte: Rede Brasil Atual

Inicialmente, a movimentação noturna chegou a ser elogiada e celebrada, como pode ser lido na reportagem “Reforma faz praça Roosevelt ‘bombar’ até tarde da noite” (anexo 14). A matéria descreve o entusiasmo de moradores e comerciantes, trata como positivo o novo movimento, como pode ser lido no trecho: “Nem o incessante barulho de patins e skates irrita quem mora ali perto. ‘Se não tivesse problemas no joelho, andaria de skate também’, diz o cientista político Eduardo Barone, 28 anos”.

Porém, não tardou para que as aglomerações e as formas intensas e festivas de ocupação, consequências da nova geografia do local, passassem a ser um problema, como também pode ser visto na reportagem “Morador quer menos skate e mais segurança na Roosevelt”. A notícia comenta uma reunião conduzida pela Ação Praça Roosevelt com a Subprefeitura da Sé, com cerca de 80 moradores para debater a possibilidade de instituir horário de uso e área específica para prática do skate, além de reforço das medidas de vigilância para coibir o barulho noturno (anexo 16).

Outro efeito da revitalização, como já citado, foi o aumento dos valores dos aluguéis. A especulação imobiliária começou antes mesmo de sua inauguração e se agravou após. O primeiro estabelecimento comercial a se mudar foi a HQ-Mix Livraria. Com o fim do contrato, o proprietário reajustou o aluguel para o triplo do valor pago até

⁵⁹ DANTAS, T. Justiça proíbe festival de música por ‘cunho eleitoral’ em SP. **O globo**, 29 set. 2016. Recuperado em 23 de junho, 2020 de <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-proibe-festival-de-musica-por-cunho-eleitoral-em-sp-20202496>

⁶⁰ 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2013, São Paulo. 22ª Sessão Extraordinária, realizada em 07 de Maio de 2013[...]. São Paulo: [s. n.], 2013. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmstp/anadig/Sessoes/Ordinarias/022SE16.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

então. O novo perfil de frequentadores levou também à intensificação do processo de abertura de novos bares e teatros, iniciada antes da reforma, consolidando o perímetro da praça como uma área de consumo e lazer de perfil mais elitizado (anexo 17).

Porém, após o primeiro ano, a praça já exibia problemas de manutenção: bancos e corrimãos quebrados, luzes apagadas, as instalações que deveriam servir como base da PM encontravam-se abandonadas e pichadas e as regras de convivência, relacionadas à prática do skate, não eram seguidas, sendo motivo de reclamação dos moradores. Fato é que na reforma não foi considerada a função de “pico” do skate e, sem obstáculos apropriados para o esporte, bancos e corrimãos eram utilizados. Além disso, o parquinho apresentava problemas de iluminação e o cachorródromo era inadequado por não ter cercas, facilitando a fuga dos animais, faltava manutenção higiênica. A reserva do espaço aos skatistas se mostrou insólita, já que era grande o número de pessoas que comparecia para praticar manobras. Já no primeiro ano, a prefeitura passou então a projetar nova reforma, visando a adaptação para o skate (anexo 18).

Em 2014, a situação de vandalismo se agrava. Os quiosques que deveriam servir como floricultura continuavam vazios, assim como o prédio que deveria receber a PM (exigência de grupo de moradores contestada por grupos de jovens, críticos à militarização, que reivindicavam a instalação de um Centro de Arte de Rua⁶¹). Apesar do policiamento, a manutenção do espaço não era realizada de maneira adequada, o que culminou na falta de jardinagem, excesso de lixo devido às lixeiras quebradas, brinquedos do parquinho inutilizados, banheiros, fraldários e bebedouros interditados, além de malfadada situação entre skatistas e pedestres.

Ainda em 2014 é realizada outra reforma, a partir de projeto da arquiteta e urbanista Sandra Soares de Oliveira, com valor estimado em R\$1,4 milhão para criar o “Skate Plaza”. A área tem em torno de 1,150m² - a praça tem 25 mil m² - e fica próximo da Rua da Consolação (anexo 19). O projeto visava recuperar a parte deteriorada pelo uso, adaptar rampas, corrimãos e bancos com materiais apropriados para o skate. A pista foi reinaugurada no dia 09 de dezembro de 2014, com um campeonato que contou com a participação de 60 skatistas nacionais e internacionais. A criação da área surgiu após uma parceria entre a Subprefeitura Sé e a empresa Skatenuts, que assinou um Termo de Cooperação de três anos com o município, com investimentos de R\$ 100 mil feitos pela

⁶¹ PONTE JORNALISMO. **Desmilitarização da Praça Roosevelt: a defesa do urbanismo sem medo.** [S. l.], 09 set. 2014. Disponível em: <https://ponte.org/desmilitarizacao-da-praca-roosevelt-a-defesa-do-urbanismo-sem-medo/> . Acesso em: 24 jun. 2020.

empresa⁶². O entrevistado Caio, 24 anos, assistente técnico de refrigeração, skatista e morador de Itaquera (Zona Leste), se refere a esses eventos de forma positiva:

Não é sempre que a gente consegue ver os skatistas profissionais, apesar que aí tem uma frequência muito grande de skatistas profissionais, não é sempre que a gente vê eles reunidos e todos juntos, né? Participando de algum evento. E ainda mais quando vem os skatistas de fora, né? Sejam eles norte-americanos ou da Europa e isso é muito legal para a gente, porque a gente costuma ver esses caras só nas redes sociais, né? Em vídeos... e você poder estar ali vendo o cara andando pessoalmente, isso é muito legal! Agrega muito, assim sabe... é muito legal!

A reforma, no entanto, não foi suficiente para resolver a situação, porque a área construída manteve-se proporcionalmente pequena ante o contingente de skatistas.

Segundo Gonçalves (2013), o espaço público é emblemático, pois suas dificuldades de gestão dos conflitos revelam as desigualdades de nossa sociedade e a falta de tradição de convívio entre grupos diferentes. Quanto mais heterogêneos e diversificados forem os moradores e frequentadores da área, mais complexa e conflituosa se torna a gestão, ao passo que, quanto mais democrático o acesso ao lugar, maiores também são as dificuldades de convívio. Seria então função do Estado mediar acordos de convivência possíveis entre todos.

A praça Roosevelt é reconhecida como a “mais democrática de São Paulo”, por comportar diferentes perfis e formas de uso do espaço ao longo dos períodos do dia e a depender do dia da semana, e por acolher jovens vindos de diversas regiões de São Paulo. como pode ser percebido, novamente, na fala de Caio:

A primeira vez que eu fui lá, foi logo quando reformaram, né? Teve a primeira grande reforma de lá e eu vi que não tinha nada a ver com o que falavam. Então quando eu cheguei, eu tive tipo, sei lá, uma epifania, porque é um lugar muito grande. Assim quando você vai a primeira vez, pelo menos para um moleque que nunca tinha saído muito da zona leste, você meio que se você espanta, né? Com o espaço que que você tem ali e com todo tipo de público que frequenta. Então pô, para mim, aquele lugar ali foi... sei lá... maravilhoso.

O conflito entre os moradores e frequentadores, em especial os skatistas, persiste como um ponto nodal. À primeira vista e no discurso oficial, as queixas são sobre a perturbação sonora, o desgaste da estrutura e risco de acidentes envolvendo pedestres (Anexo 15). No entanto, o skate é também uma prática considerada periférica e marginal, associada à criminalidade, ao vandalismo e uso de drogas, e que este discurso

⁶² R7. **Campeonato de skate inaugura nova pista na Roosevelt.** [S. l.], 28 nov. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/campeonato-de-skate-inaugura-nova-pista-na-roosevelt-29112014>. Acesso em: 24 jun. 2020.

também influencia na resistência em considerá-lo legítimo. Não é incomum que os skatistas venham de regiões distantes e que por isso sua presença seja considerada indesejada e associada à degradação, não só pelos efeitos da prática do esporte, mas também pelas marcações raciais, estéticas e sociais que caracterizam o grupo.

Para ilustrar o fenômeno descrito acima, cabe comentar dois episódios presenciados durante a pesquisa na reunião do CONSEG: na reunião do dia 30 abril de 2019, um morador da Consolação pede a palavra e levanta a hipótese de que os skatistas que se deslocam pela Avenida Consolação até a Praça Roosevelt seriam vigilantes e “olheiros” das moradias do bairro para passar as informações a assaltantes, sem que pudesse apresentar alguma situação concreta de que isso de fato tenha ocorrido.

Já no dia 29 de outubro de 2019, em que uma moradora de outra região assistida por esse CONSEG reclama à Subprefeitura da Sé de equipamentos instalados em outra praça, próxima de sua casa. Segundo a reclamante, *“esse tipo de evento não combina com a dinâmica dos usuários de lá, além de ter trazido ao território pessoas que quebraram as mesas da praça”*, escutando então a intervenção: *“Bem-vinda ao clube da Roosevelt!”*. Ao retomar a palavra posteriormente, a moradora comenta: *“Nosso grupo sabe o que é melhor para a praça, é uma praça tombada, estritamente residencial, então não dá certo qualquer evento”*, além de dizer: *“se é uma coisa de skate, não combina com a praça”* e, respondendo: *“Eu fui em algumas reuniões, há muito tempo atrás na Roosevelt, e você agora comentou ‘Bem-vinda à Roosevelt!’, é o que a gente não quer! Eu já fui nas suas reuniões, eu já sei o que acontece e a gente não quer puxar isso praquela pedaço”* - fala essa que é comentada por outra moradora da região central que reclama da gestão da subprefeitura, por trazer eventos para o centro: *“do festival do skate, ao festival da cachaça, ao festival do funk, tudo é aqui (...)é um número imenso de pessoas que vem da periferia e que aqui virou terra de ninguém. ‘Nós podemos esfaquear, podemos roubar, podemos beber, cantar... não vai acontecer nada”*. Neste trecho fica evidente a percepção de que pessoas vindas da periferia representam um risco à segurança dos moradores da área central, sendo, portanto, função do estado controlar sua presença e reprimir suas atividades.

Figura 16: Skatistas na Praça Roosevelt.



Fonte: Guia Folha São Paulo

2.5.1 Praça Roosevelt: formas de ocupação e seus efeitos

O skate foi uma modalidade esportiva marginalizada em São Paulo nos anos 80, chegando a ser proibida durante a gestão municipal de Jânio Quadros (1986-1988). Na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), o esporte foi novamente legalizado e recebeu incentivo governamental, assim como na gestão de Marta Suplicy (2001-2004). Em 2013, em função dos problemas relacionados à prática na Praça Roosevelt e por episódios de violência policial, a regulamentação do esporte chegou a ser debatida na Câmara Municipal de São Paulo, na tentativa de se encontrar saídas para os conflitos⁶³.

O episódio emblemático que marca a situação de conflito e criminalização dos skatistas foi uma agressão de GCMs que foi filmada e lançada nas mídias sociais, causando comoção. Um agente sem farda deu um golpe “mata-leão” em um skatista, e ao menos outros cinco jovens foram atingidos por spray de pimenta, o que culminou no afastamento dos guardas envolvidos.

No entanto, a atuação desproporcionalmente violenta dos agentes policiais, ao que parece, não é vista como um problema por alguns dos grupos que se propõem a discutir os conflitos decorrentes da ocupação. O problema seria a divulgação desses fatos e não sua ocorrência, como pode ser observado abaixo, em trecho da entrevista

⁶³3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2013, São Paulo. 3ª Sessão Ordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2013[...]. São Paulo: [s. n.], 2013. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/003SO16.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

dada à UOL⁶⁴ pela presidente do CONSEG Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu e presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON), em 2018:

“Aqui a polícia não pode fazer nada, porque sai vídeo (na internet) no dia seguinte, dizendo que a polícia foi truculenta. É gente que não tem dinheiro; compram bebida dos ambulantes por R\$ 3, compram pizza de R\$ 10 e, como não têm transporte público, ficam até o dia seguinte”.

À época, para tentar resolver o impasse, a Ação Local Roosevelt e a Confederação Brasileira de Skate (CBSK), após meses de discussão, definiram, conjuntamente com a subprefeitura Sé, o uso do espaço entre 8 e 23h, em uma área reservada para o skate (anexo 20).

Outro grupo atraído para a praça em decorrência de suas características estruturais foi o de artistas de circo e malabares. Desde 2012, logo após a reinauguração, às quartas-feiras, de 18 às 22 horas, acontecia o “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt”, próximo ao canteiro central⁶⁵, até março de 2020, quando o país passou a enfrentar a pandemia de COVID-19. O encontro aberto foi idealizado pelo uruguaio Jorge Luiz Ribero Mendes que, logo após a inauguração, reconheceu o espaço como propício para treinar malabares, devido à sua boa iluminação e seu solo plano, de concreto. Em iniciativa pessoal, Jorge passou a convidar os amigos para os treinos e, então, a atividade acabou se consolidando como uma prática tradicional⁶⁶. Nas palavras do próprio Jorge:

Eu comecei com esse encontro de malabares foi em outubro de 2012. E daí... é que foi um pouquinho depois que reinaugurou a praça né? Era da turma da praça, morava aqui perto, daí eu acho o espaço bem bacana pra treinar. Aí eu fui treinar sozinho lá umas três semanas, aí eu comecei a chamar uns amigos pra chegar junto no treino, comecei a levar um som. Aí eu falei “Ah! Vou oficializar um encontro um dia na semana pra vir, pra ter mais um encontro de circo em São Paulo, né?”. Sendo que o encontro mais próximo, que é o circo no beco, ele tava meio caidinho assim de público, não tinha muita gente frequentando, como era antigamente... “Ah eu vou puxar mais um encontro no centro de São Paulo” e fazer acesso pra todo mundo, e aí eu comecei com o encontro.

⁶⁴ Reportagem “‘Síndica da Roosevelt’ quer ‘ouvir pássaros’ no Carnaval da praça em SP ...”. Recuperado em 04 de Junho, 2021 de <https://www.uol.com.br/carnaval/2018/noticias/redacao/2018/01/19/sindica-da-roosevelt-quer-ouvir-passaros-no-carnaval-da-praca-em-sp.htm>

⁶⁵ Informações retiradas da página do Facebook @encontroroosevelt. Disponível em: <https://www.facebook.com/encontroroosevelt/> Acesso 24 jun. 2020

⁶⁶ Matéria jornalística para o canal televisivo “Câmara SP” disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=djzHA1nHd2g&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1gvExOxtk7ST7jZJnaPm6oif_v6BQhJri0RbUQY7TFCeF0SgcIj9DKDA Acesso 24 jun. 2020

Ainda em 2012, surgiu também a “Batalha da Roosevelt”, uma atividade que reúne “MC’s” e jovens adeptos do rap para “batalhas de rimas” conhecidas como *Freestyle*, sendo o fundador Nino CrewOlina. As batalhas aconteciam todas as quartas-feiras, a partir das 20 horas, próximo à Igreja da Consolação ou do colégio Caetano de Campos⁶⁷ e também foram interrompidas devido à pandemia de Covid-19 durante os anos de 2020 e 2021.

Em 2013, a praça também protagonizou um marco das manifestações sociais que deram início à virada política e ascensão de movimentos e partidos de direita no Brasil. Os protestos do Movimento Passe Livre, em decorrência do aumento no valor da passagem do transporte público, eram constantemente marcados pela truculência da polícia, sem causar maiores comoções e respostas da sociedade. No entanto, um episódio de extrema violência e repressão policial ocorrido na Praça Roosevelt em 13 de junho de 2013 – deixando inúmeras pessoas da imprensa e manifestantes feridos e 240 detidos – foi registrado por alguns moradores e transeuntes, gerando comoção nacional e culminando nas emblemáticas manifestações de junho de 2013⁶⁸. Olinda, 51 anos, moradora desde 2007 e comerciante desde 1996, relata, com olhos marejados e voz embargada, o que considera a sua lembrança mais triste da praça:

Foi assim... eu vi um campo de batalha. Foi triste, eu estava aqui dentro do meu estabelecimento, tivemos de fechar, aos poucos que nós abríamos a porta... foi triste! Foi triste... eu nunca pensei que eu ia vivenciar aquele momento na minha vida. Nunca pensei... aí quando foi um pouquinho mais calmo, eu fui pra minha casa e meu marido ficou... e da janela da minha casa eu vi mais coisa ainda entre os manifestantes, entre os policiais, entre tudo... Foi uma cena que eu nunca vou apagar da minha vida. Foi triste. Mas... não sei porquê, né? A gente tem que ver isso né?

Em 2013, a insatisfação com os eventos políticos e constantes denúncias de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), partido da então presidente Dilma Russef, passaram a tomar as ruas do país. Inicialmente, um movimento legítimo, porém sem lideranças, com pautas políticas e econômicas vagas, descrente das instituições políticas e que encontrou alento no surgimento de diversas frentes “apartidárias” que buscavam cavar autoria nas mobilizações. As insatisfações gerais

⁶⁷ Informações retiradas da página do Facebook @BatalhaDaRoosevelt. Disponível em: <https://www.facebook.com/BatalhaDaRoosevelt/> Acesso 24 jun. 2020

⁶⁸ UOL. **Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 240 detidos...** [S. l.], 14 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm> . Acesso em: 24 jun. 2020.

ecoaram na classe média que, sendo pouco identificada com a classe trabalhadora e movimentos sociais, desacreditando as mediações institucionais, colocou-se em busca de saídas mágicas para problemas estruturais complexos (CHAUI, 2013).

Rapidamente, o movimento de massa, inicialmente sem rosto, acabou cooptado por movimentos de inclinação autoritária que tencionavam a chegada ao poder e a mudança nos rumos dos projetos políticos vigentes até então, utilizando-se da insatisfação popular em sua escalada. Estes movimentos em ascensão desde 2013 flertam com desejos de privatização dos espaços públicos, controle e censura de atividades culturais e marginalização de grupos minoritários, e recorrentemente utilizam o par “violência x segurança” para legitimar o controle e segregação social, dinâmica essa que incide diretamente sobre a vida na praça.

Em contrapartida e em decorrência dos protestos políticos que tomaram as ruas em 2013/2014, surgiu, também na Roosevelt, o “Slam Resistência”. Del Chaves, o idealizador, encontrou nesse momento de agitação política motivos para começar uma nova modalidade de intervenção poética, com intuito de potencializar as insatisfações populares e os poetas e poetisas dessa cena. Escolheu então a Roosevelt por ser um local de reuniões de movimentos sociais. O slam é uma competição de *spoken word*, de poesias faladas, em que o poeta apresenta seus textos em até 3 minutos, sem utilização de objetos cênicos e acompanhamento musical. O “Slam Resistência” acontecia, desde então, toda primeira segunda do mês, às 18 horas, na escadaria da Praça Roosevelt⁶⁹, mas, assim como outros grupos, interrompeu seus encontros devido à pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020.

Outro coletivo é o “Psicanálise na Praça Roosevelt”, do qual faço parte. Este coletivo passou a ocupar o local em julho de 2017 como resposta a uma proposta de cercamento da Praça Roosevelt. Naquele momento, o grupo era nomeado “Clínica Aberta – Roosevelt” e atrelava sua fundação ao complexo cenário político no Brasil, consequência do golpe de estado de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff (PT), que agravou os tensionamentos sociais e, localmente, às constantes ofensivas dos órgãos de segurança e institucionais contra as ocupações espontâneas. Em 2018, este coletivo foi renomeado “Psicanálise na Praça Roosevelt”.

Sua proposta advém do desejo de um grupo de psicólogos e psicanalistas de que a psicanálise possa existir para além do consultório privado, de forma acessível e ampla

⁶⁹ Informações retiradas da página do Facebook @slamresistencia. Disponível em: <https://www.facebook.com/slamresistencia/> Acesso 24 jun. 2020

na vida da urbana, defendendo, através da clínica, a legitimidade na ocupação do espaço público e o direito à cidade, e se opondo dessa forma às propostas de privatização desses espaços. O coletivo atendia gratuitamente aos sábados, das 11 às 14 horas, até março de 2020, quando passou a atender online, também devido à pandemia, retornando apenas em maio de 2022.

2.5.2 Ocupação e conflitos: tentativas de solução

A presença desses coletivos também é marcada pelo controle e, por vezes, repressão das forças de segurança, em destaque a GCM. As formas de abordagem são distintas, e são mais violentas com grupos que realizam atividades percebidas como marginais e que atraem à praça jovens vindos de bairros da periferia, tal como a Batalha da Roosevelt e o Slam Resistência, apesar de todos os coletivos terem relatado algum tipo de abordagem policial.

Um dos organizadores do “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt” manifestou, em entrevista à pesquisa, seu incômodo com as constantes abordagens realizadas durante os encontros realizados

Tipo, imagina que ao longo de seis anos, eu acho que umas duas ou três vezes no mês eu tenho que ficar conversando com a PM ou com a GCM entre trinta e cinquenta minutos. E aí é muito chato. Enquanto isso está acontecendo, a gente não tá incomodando ninguém, tá num horário tranquilo, a gente nunca estendeu das dez horas. A galera até fica até onze horas, meia-noite, mas a gente... dez horas a gente corta o som e a gente também nunca colocou o som alto, a gente... não tava no intuito nunca de incomodar nenhum vizinho nem nada, mas é isso né? Aí você chega, muitas vezes chegam lá pra reprimir mesmo, tipo “Não pode”, “o que que é isso?”, “Não pode isso aqui!”, “Cadê a autorização?”, tipo... aí você tem que explicar tudo “Ô! Eu já fui na subprefeitura da Sé, eles sabem que o encontro acontece”... não existe autorização pra fazer algo que não precisa de autorização.

Já para Cesário, rapaz negro de 19 anos, morador de Guaianazes (Zona Leste de São Paulo), que costumava participar da Batalha da Praça Roosevelt antes da pandemia, a atuação repressiva das forças de segurança é o que a considera o maior problema:

é porque eu não frequento com tanta frequência assim à praça, mas... acho que o maior problema que eu enfrentei, na minha visão... porque eu sempre tô na batalha, no evento da batalha... o problema maior, é a repressão da polícia. Eles normalmente... a gente tá só fazendo a batalha, tem a permissão de ter a batalha, mas eles embaçam. Às vezes não deixam a batalha acontecer, maltratam as pessoas que estão lá, tratam como marginal quem tá indo lá só pra ver as rinhas mesmo, curtir o evento. Na minha visão assim, como frequentador da batalha, esse é o maior problema.

Em relação ao Slam Resistência, apesar de não ter sido possível escutá-los para a composição dessa pesquisa, há relatos de episódios de abusos policiais e repressão aos eventos narrados por Pimentel (2018, p.52), em sua dissertação:

Lá pelas 15 pras 11 (o slam ainda estava na sua segunda rodada), um dos organizadores (o que pedia calma aos presentes junto com o LeGusta) pede a palavra e diz que o slam teria que de fato ser encerrado antes do horário previsto por exigência dos guardas civis, e atribuiu a situação à gestão do prefeito João Dória (do PSDB), que havia sido empossado justamente no início de 2017. De onde eu estava não conseguia ver a presença dos guardas, mas eles já tinham formado uma espécie de cordão de isolamento na parte superior das escadarias, próximo ao local do slam. Novamente o público esboça vaias e gritos de ordem às forças policiais e ao prefeito, e os organizadores do slam pedem calma. Naquele momento havia inclusive a ameaça da chegada da Tropa de Choque da Polícia Militar para evacuar o local, o que poderia por em risco a integridade física dos presentes.

Mesmo o coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”, que é formado por um grupo que ocupa a praça de forma silenciosa e não provoca aglomerações, não escapa do controle. Segundo Angélica, 36 anos, psicanalista moradora da zona norte que costumava frequentar a praça aos sábados para realizar os atendimentos, observa que

Já teve vezes da gente tá atendendo e aí começar a ficar circulando polícia lá, que a gente não sabia direito se queria ficar de bituca ouvindo a sessão, sabe? Assim, uma coisa de... ah, fica querendo ouvir o que tava acontecendo ali, né? Das pessoas, duas pessoas ali conversando, vamos dizer assim, privadamente... curioso, né? Ali, no seu espaçozinho privado... e é até uma postura mais arrogante.

Também em 2014 nasceu a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON), uma entidade sem fins lucrativos, criada na tentativa de responder ao anseio de parte da população por uma associação que ouvisse suas reivindicações e procurasse auxiliar na concretização de soluções, após o esvaziamento da Ação Local Roosevelt. Em sua página do *Facebook*, seu meio de comunicação oficial, a entidade diz buscar mais segurança, revitalização, respeito aos idosos, valorização e manutenção do patrimônio histórico e cultural (Cemitério da Consolação e outros locais); uso civilizado e democrático do espaço público; convivência harmoniosa dos moradores com os frequentadores da Roosevelt; coibição da perturbação e da poluição sonora, dentre outras pautas reivindicatórias⁷⁰.

A AMACON, utilizando-se de meios legais e institucionais, tem sido um importante agente de ordenação, alinhada às forças policiais e à administração

⁷⁰ Informações retiradas da página do Facebook @AMACONsp. Disponível em: <https://www.facebook.com/viaroosevelt/> Acesso 24 jun. 2020

municipal. Como já citado acima, a fundadora e presidente dessa associação é também, atualmente, a presidente reeleita no CONSEG Consolação Higienópolis Pacaembu⁷¹. Portanto, as provocações realizadas pelo CONSEG estão estreitamente vinculadas aos interesses da AMACON e há forte afinidade entre essa associação e o controle policial.

Em 2015, supostamente visando o interesse coletivo e na tentativa de proporcionar “melhor e maior convivência à população e aos usuários”, a partir da instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público (MP) referente a denúncias de poluição sonora, a subprefeitura Sé resolveu adotar uma série de medidas para disciplinar o uso da praça através da Portaria nº 022/SP-SÉ/GAB/2015.

Essa portaria vetou oficialmente o ingresso de automóveis, motocicletas e veículos motorizados, sendo permitida a circulação apenas de veículos oficiais, tais como as viaturas policiais, além de burocratizar a realização de eventos e coibir o uso de amplificadores de som. Por fim, a setorizou: para a prática do skate, os 1.894,15 m² próximo à Rua da Consolação; para eventos, a área delimitada de 1.043,00 m², próximo à Rua João Guimarães Rosa; para os animais, a área de 626,15 m², denominada cachorródromo, situado próximo à Rua João Guimarães Rosa; a área de aproximadamente 864,50 m² em frente aos quiosques é reservada para a exclusiva circulação de pedestres; e a utilização do playground seria, exclusivamente, para as crianças acompanhadas de responsáveis, na área de 919,30 m² ao lado da Igreja⁷².

Apesar de ser uma portaria atualmente vigente, o uso dos espaços se dá organicamente, não seguindo as regras de subdivisão impostas. Além disso, a autorização para viaturas policiais circularem livremente causa incômodo em frequentadores e moradores que discordam da militarização que entendem estar acontecendo nos últimos anos.

Então tá todo mundo no mesmo barco de certo modo, né? Eu mesmo moro aqui na praça já há 10 anos, né? Então aí você começa a perceber, e aí nesse meio tempo é justamente o tempo, né? Esses 3 anos é o momento em que você começa a ver mais carros da polícia aí, tanto da GCM quanto da PM, eles aumentam, expandem o cercadinho deles lá, né? Que deve ser todo custeado com dinheiro público aquilo e lá embaixo, onde as vagas são privadas, elas, as vagas, são para uso das viaturas, só tem carro particular, entendeu? Então tá errado. E o espaço que é do povo fica tomado por carro da

⁷¹Informação retirada do blog do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu. Disponível em: <https://consegconsolacao.wixsite.com/conseg-consolacao/sobre> Acesso 24 jun. 2020.

⁷² SUBPREFEITURA SÉ. Portaria nº 022/SP-SÉ/GAB/2015. 29 mai. 2015. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/RenderizadorPDF.aspx?ClipID=DQ5SM6D5FVRPSeA6V2L6G6NV4BU> Acesso 24 jun. 2020

polícia, manobrando em cima da praça. (Martinho, 57 anos, morador da praça desde 2008)

O discurso mais difundido é que a presença dos frequentadores causa transtornos à população local. As reclamações em relação ao barulho vêm sendo um problema persistente desde sua inauguração, como pode ser observado na fala de uma moradora dessa região na Câmara Municipal de São Paulo⁷³: “há três anos que os vizinhos da praça, 2.500 apartamentos cujas janelas dão para a Praça Roosevelt, não dormem mais, não sabem o que é dormir nem têm sossego aos sábados e domingos”. A partir dessas reclamações, a subprefeitura Sé, provocada pela AMACON, tem um histórico de esforços para coibir os usos que incomodam os moradores.

A perturbação gerada pela intensa ocupação da Roosevelt é uma demanda legítima e que solicita negociação para ser minimizada, já que impacta diretamente a qualidade de vida dos vizinhos, porém essas queixas têm sido usadas como subterfúgio para proposições autoritárias e segregacionistas quanto ao público que a frequenta.

Em 2016, na tentativa de solucionar o problema, e ouvindo a demanda de apenas parte representada por essa associação, o então vereador Eliseu Gabriel (PSB) propôs o projeto de lei nº 01-00421/2016, que transformaria a praça em parque, sugerindo que o fechamento no período noturno seria menos oneroso (considerando os gastos com manutenção) e proporcionaria mais sossego aos moradores⁷⁴. Houve resistência e o projeto, apoiado pela AMACON, acabou retirado pelo próprio vereador⁷⁵.

Da articulação contrária às ações de coibição das forças policiais, principalmente contra skatistas, e da resistência ao projeto do vereador Eliseu Gabriel, também nasceu o grupo “Praça Roosevelt para todxs”. Esse grupo de moradores se alinhou em defesa do acesso à cidade e criticamente aos movimentos entendidos, por este coletivo, como gentrificadores. Sua interpretação do PL nº 01-00421/2016 foi o de ser uma tentativa de restringir o acesso como estratégia para redefinir o público frequentador. Muitas pessoas que compunham o grupo já fizeram parte de outras articulações com objetivos semelhantes, em momentos distintos, conforme a tensão política pertinente ao momento

⁷³ 30ª SESSÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2015, São Paulo. 30ª Sessão Pública, realizada em 07 de Novembro de 2015[...]. São Paulo: [s. n.], 2015. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/030SP16.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁷⁴ 348ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2016, São Paulo. 348ª Sessão Ordinária, realizada em 10 de Agosto de 2016[...]. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/348SO16.pdf Acesso em: 25 abr. 2020.

⁷⁵ Informação oral conseguida com membro do coletivo “Praça Roosevelt de Todxs”.

histórico do território. Há também forte relação entre a formação desse grupo e os movimentos políticos de ocupação do Parque Augusta, uma área próxima⁷⁶.

A tentativa de cercamento marca a história da Praça Roosevelt e é recorrentemente comentada por moradores e frequentadores quando insatisfeitos com a atuação autoritária da AMACON e do CONSEG. Como pode ser observado abaixo:

Tanto é que veio alguns políticos pra cá tentar a história de fechamento pra transformar em parque. Onde já se viu isso? Isso é uma praça, não tem estrutura de parque isso... “Aah, porque Praça Buenos Aires...” Cara, lá conseguiram fazer isso ninguém sabe como. (Caetano, 49 anos, morador da praça desde 2002)

E uma das coisas que marca dessa história, Maria, é a tentativa de cercarem a praça. Porque eu acho que isso, pra mim é uma coisa que participa dessa história. Eu sei que é mais atual, mas é uma história que pra mim é bem significativa, né? De quererem fechar a praça, sabe? (Angélica, 36 anos, psicanalista e frequentadora da praça).

Em paralelo à ideia de fechamento, em 2016 também se instalou na praça o Café “Via Roosevelt” (Antiquário Natural Roosevelt Sucos e Saladas), nas áreas destinadas às instalações da floricultura, com funcionamento de 09 às 22 horas. O café é a junção de dois empreendimentos criados a partir de concessão público-privada, resultado de uma licitação que propunha o uso para o estabelecimento com contrapartidas, tais como cuidar da área verde e promover ações e eventos culturais gratuitos à população⁷⁷. O café tinha papel social nas atividades de convivência da Roosevelt, sendo um divulgador das iniciativas, eventos e coletivos propostos nesse território, no entanto, não sobreviveu aos efeitos da pandemia de COVID-19 e acabou fechado.

Outro ponto de conflito fundamental que envolve a Roosevelt é o carnaval. Em 2017, o carnaval nas imediações foi pauta de discussão e acabou por suscitar a portaria n.º 017-PR-SÉ/ GAB/ 2017, que vetou a realização de eventos, a concentração e/ou dispersão de blocos carnavalescos na Praça Franklin Roosevelt e no Elevado João Goulart (Minhocão). A Roosevelt apenas poderia fazer parte do percurso dos blocos⁷⁸. Para evitar a concentração durante a passagem deles, a prefeitura, na gestão de João Dória (2017-2018), adotou como medida colocar de grades. Essa prática vem se consolidando desde então durante os megaeventos no centro (anexo 21).

⁷⁶ Informação oral conseguida com um dos participantes desse coletivo “Praça Roosevelt de Todxs”.

⁷⁷ Informações retiradas da página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/viaroosevelt/> Acesso 24 jun. 2020.

⁷⁸ PREFEITURA REGIONAL SÉ. Portaria 017-PR-SÉ/ GAB/ 2017. 06 fev. 2017. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-prefeitura-regional-da-se-pr-se-17-de-6-de-fevereiro-de-2017> Acesso 24 jun. 2020

Em 2018, foi instaurada uma nova portaria, que revogava a anterior, também provocada pela AMACON e pelo CONSEG Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu, definindo os usos e proibindo o que consideraram como novos desvios para a Praça Roosevelt. A portaria da Prefeitura Regional da Sé nº 033-PR-SÉ/ GAB/ 2018, em tese, autoriza apenas realização de eventos de baixo impacto e pequenos grupos, o que, na prática, passa a proibir a aglomeração e aparelhagem de som de grande amplitude, inviabilizando uma série de manifestações populares espontâneas.

Segundo essa determinação, ainda em vigor, somente está autorizada

realização de eventos de baixo impacto e pequena aglomeração de pessoas, que demandem simples ou nenhum equipamento sonoro, limitados a 60 decibéis quando ocorridos no horário entre 07 às 19:00 horas e 50 decibéis quando ocorridos entre 19:00 até as 22:00 horas⁷⁹.

Além disso, o intervalo mínimo entre eventos desse porte seria de dois finais de semana livres. A portaria é categórica quanto aos blocos carnavalescos, proibindo expressamente as concentrações e dispersões no local.

Desta forma, os anos de 2017 e 2018 foram marcados pelo endurecimento do controle do território, a partir de ações do CONSEG e da AMACON ao MP. Também em 2018, a presidente de ambos estampou matéria da Uol em que é citada como “sindica da praça Roosevelt”, ao tratar da proibição do carnaval. Na matéria, é enaltecida por conduzir as ações que visam o vigilantismo da praça⁸⁰. A reportagem provocou mal-estar e reação de moradores e frequentadores e, em resposta, não só ao texto, mas também às ofensivas do CONSEG para impedir o carnaval na região, moradores pertencentes ao coletivo “Praça Roosevelt de Todxs” divulgaram uma carta, dez dias após a referida matéria, em que demonstram preocupação com as possíveis ações de repressão. O documento pede por paz e democracia para a festividade, além de criticar o uso de bombas e outros aparatos bélicos para dispersão dos foliões⁸¹.

⁷⁹ PREFEITURA REGIONAL SÉ. Portaria nº 033-PR-SÉ/ GAB/ 2018. 17 ago. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-prefeitura-regional-da-se-pr-se-33-de-17-de-agosto-de-2018> Acesso 24 jun. 2020

⁸⁰ Reportagem “‘Sindica da Roosevelt’ quer ‘ouvir pássaros’ no Carnaval da praça em SP ...”. Recuperado em 22 de Agosto, 2021 de <https://www.uol.com.br/carnaval/2018/noticias/redacao/2018/01/19/sindica-da-roosevelt-quer-ouvir-passaros-no-carnaval-da-praca-em-sp.htm>

⁸¹ Reportagem “Praça Roosevelt: grupo lança manifesto contra a violência policial no carnaval”. Recuperado em 22 de Agosto, 2021 de <https://avidanocentro.com.br/cidades/praca-roosevelt-contra-violencia-policial-carnaval/>

As ofensivas para aumentar o controle e a vigilância deixam suas marcas no cotidiano, e são sentidas mesmo por aqueles que estão alheios às ações institucionais e às organizações populares de oposição a elas:

Eu acho o carnaval lindo. Carnaval marca muito. A alegria, a brincadeira. Não é porque eu sou comerciante, não. É porque, Carnaval, ele traz multidões, né? Então, como eu te falei, eu gosto... eu e meu marido gostamos assim, de frequentar e de morar em locais frequentados por pessoas né? Então a Praça Roosevelt, onde ela recebe maior número de pessoas, é no carnaval. É brincadeira, é felicidade, é folia, né? Um outro evento também é a Virada Cultural. A virada cultural, ela marcou bastante a praça Roosevelt. Coisa que não tem mais hoje em dia, né? Tem mais afastado, no Vale do Anhangabaú, tem na Praça da República, mas tiraram a Praça Roosevelt. Então, deixa saudade... deixa, deixa... todo mundo, aah... eu sempre comento, né? Deixa saudade a Virada Cultural na praça. E como eu te falei, os eventos na Praça Roosevelt são maravilhosos... foram maravilhosos, né? Trazia culinária, trazia artesanato, né? Então... o circo, né? Então deixa saudade tudo isso, pra hoje você ver ela só mais um concreto, né? E eu acho que deveriam pensar, repensar isso, né? É isso aí... (Olinda, 51 anos, moradora desde 1996, comerciante desde 2007)

Por último, tem-se a lei municipal 16868/2018, que altera a lei nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo. Seu projeto é de autoria do vereador Caio Miranda Carneiro (PSB). Esse projeto de lei previa, como saída para a dificuldade em realizar os serviços de manutenção e zeladoria das praças, que estas possam ser “adotadas” por mais de um parceiro da iniciativa privada, em que a contrapartida não necessariamente deva ser feita com preço público, podendo ser também com bens e serviços. Assim, há uma relação de troca que antevê a possibilidade de empreendedorismo privado no espaço público. Na prática, a lei permite que se faça uso privado e lucrativo, como também abre brechas para que a iniciativa privada defina as funções e, portanto, os desvios de uso dos espaços. O efeito deste projeto incide diretamente sobre a segregação social na medida em que o usuário deixa de ser cidadão para ser consumidor e, caso não possua as características ideais, corre o risco de ter seu direito à permanência aviltado.

Em reuniões do CONSEG, pude observar não ser raro atrelar o direito à cidade às possibilidades de consumo e contribuição tributária das pessoas. A lógica gentrificadora que tem conduzido as relações sociais e conflitos urbanos, que acontecem também na Praça Roosevelt, é constantemente reafirmada ao se discutir políticas e medidas de segurança, como pôde ser observado na fala de um morador de meia-idade sobre a perturbação de sossego nas proximidades de sua casa: “*Eu costumo dizer dos*

três Cês: o cidadão, o contribuinte e o consumidor. Eu acho que aqui também tem a autoridade como cidadão, como contribuinte, que quer ver a lei ser complementada, e os cidadãos que queiram o justo sono, o descanso”, ou na fala de outro morador e síndico de condomínio, incomodado com a presença de pessoas em situação de rua nas adjacências de seu prédio: “Nós pagamos impostos. Nós! Os que estão lá atrás realmente não pagam nada, só invadem. O que eu faço?”.

Curiosamente, essa lógica entre o direito à cidade atrelada ao pagamento de impostos e ao consumo também pode oferecer uma saída para os impasses relacionados ao barulho causado pela ocupação, principalmente no período noturno. Retomando a proposta de fechamento, Rodolfo, diretor de teatro da companhia Os Satyros, sugere:

Eu acho, assim... eu sempre defendi essa ideia e todo mundo acha um absurdo. E eu vou falar pra você, provavelmente você vai achar um absurdo também, mas tudo bem... eu acho que a praça, ela tinha que ter isenção de IPTU e dizer assim “Olha, essa praça é uma área livre, é uma zona franca. Vai fazer barulho até a hora que quiser, pode fazer isso, pode fazer aquilo e quem morar nela tem isenção de imposto. Não paga imposto nenhum.” Ou seja, você não é obrigado a morar na praça, você mora porque você quer e daí você não vai ter esse custo, mas você não pode reclamar e isso vai ser um benefício pra cidade. Ou seja, é um bem que a gente oferece pra cidade, que é uma área livre e aberta, a céu aberto, democrática, gratuita e que pode ser... mas todo mundo, quando eu falo isso, todo mundo acha que eu tô doído.

No entanto, apesar da interessante saída para a questão do barulho, sugerida por Rodolfo, o entrelaçamento entre consumo, tributação e direito à cidade, em geral, surge como estratégia de dominação e segregação no espaço público. Esse manejo das possibilidades de ocupação, em que se impede a permanência de quem não paga pelo uso, seja pela forma do consumo ou através de impostos, está ligado às políticas de segurança pública que serão debatidas com maior profundidade no próximo capítulo.

2.6 A Praça Roosevelt em tempos de Pandemia

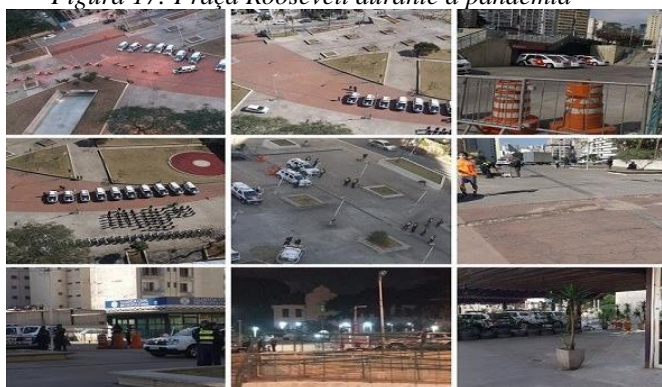
Em função da pandemia de COVID-19 e das orientações da Organização Mundial de Saúde, que tinham como prerrogativa o distanciamento social como medida para conter a disseminação da doença, tornou-se inviável visitar sistematicamente a Praça Roosevelt durante o ano de 2020. No entanto, vale registrar os efeitos da pandemia sobre esse território.

Durante os primeiros meses, os bares e teatros permaneceram fechados e o fluxo de frequentadores diminuiu. Todos os grupos e coletivos que ocupavam a praça

interromperam suas atividades presenciais, alguns passando a atuar na modalidade virtual, como é o caso do coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt” e “Estudos na Praça: práticas de Psicanálise”. Outros encerraram definitivamente suas atividades até que se tivesse uma vacina disponível e o programa de imunização municipal concluído, como é o caso da Batalha da Roosevelt e do encontro de malabares. Alguns bares e teatros também não sobreviveram financeiramente ao fechamento prolongado e encerraram suas atividades definitivamente. O caso mais emblemático foi o da Companhia Satyros, que anunciou o fim de uma de suas salas em abril de 2020 e o próprio Via Café que encerrou suas atividades em 2022.

No início da pandemia, com o esvaziamento Roosevelt, que por vezes era cercada aos finais de semana para evitar aglomerações, passou a ser ocupado de forma ostensiva como estacionamento das viaturas policiais. A situação causou a indignação de vizinhos, que passaram a denunciar nas redes sociais a prática como abusiva.

Figura 17: Praça Roosevelt durante a pandemia



Fonte: Facebook “A Roosevelt é Praça”

Com o passar dos meses, o movimento foi retomado e, apesar de não haver atividades coletivas, o fluxo de ciclistas, skatistas, pessoas com seus animais, grupos de amigos voltou a aumentar, sendo possível observar a negligência com o uso das máscaras. Em outubro de 2020, em decorrência das eleições municipais, dois eventos de cunho político em apoio ao candidato Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), chegaram a acontecer. O espaço foi escolhido como comemoração do movimento “Amor sim, Russomano não” já citado, que foi um marco na derrota do candidato Celso Russomano em 2012, já que ele era novamente candidato à prefeito em 2020, como forte concorrente de Boulos.

Ao final do ano de 2021 e início de 2022, estando a população de São Paulo vacinada, algumas atividades presenciais dos coletivos foram retomadas, porém sua continuidade é mais flexível, sendo suspensas em momentos em que o cenário da pandemia apresentava aumento dos casos e retomadas quando os números permitiam.

Figura 18: Foto da Praça Roosevelt durante a pandemia de COVID-19 à noite



Fonte: André Bodgan

3 O DISCURSO DE SEGURANÇA PÚBLICA E A PRAÇA ROOSEVELT: O MANEJO AUTORITÁRIO DOS CONFLITOS URBANOS

“Ela [a civilização] espera prevenir os excessos mais grosseiros da violência conferindo a si mesma o direito de praticar a violência contra os infratores, mas a lei não tem como abarcar as expressões mais cautelosas e sutis da agressividade humana”. (FREUD, 1930/2011, p. 58)

A partir da experiência pessoal, juntamente com os levantamentos de dados em documentos, reportagens e conversas informais, foi possível localizar o CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu como um grupo ativo e fundamental para a compreensão da gestão dos conflitos que envolvem a Praça Roosevelt.

A aproximação entre o CONSEG e a AMACON e a atuação desse conselho ao acolher e apoiar a proposta de cercamento da Praça Roosevelt alavancada pela AMACON, citada no capítulo anterior, junto às autoridades políticas e ao MP, foram fatores fundamentais para escolhê-lo como objeto de investigação dessa pesquisa. A tentativa de cercamento foi emblemática em minha chegada – via Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt – bem como para outros moradores e frequentadores que também passaram a articular em defesa do espaço público aberto, questionando a forma autoritária de gestão dos conflitos.

Apesar de abordar a história, organização e dinâmica do CONSEG, em destaque o Consolação/Higienópolis/Pacaembu, o objetivo deste capítulo é recolher, através dos registros de observação, o discurso de seus participantes, reconhecendo-os como uma parcela da população local ativa nos conflitos comunitários, que credita às forças policiais a tarefa de resolvê-los. Ao longo da pesquisa, as observações de suas reuniões também se mostraram uma fonte de dados possível, já que esse grupo não pôde ser acessado através de entrevistas. Escutá-los durante as reuniões permitiu acompanhar como se dão suas contribuições e quais são suas interpretações para as questões sociais que a vida urbana suscita. Propõe-se aqui também a reflexão sobre os efeitos desse modo de deciframento da cidade e seus conflitos na Roosevelt.

Para compreender a função da polícia na mediação social, tal como se apresenta na praça, é necessário retornar aos primórdios do Brasil República, entre o fim do século XIX e início do século XX. Naquele momento, conexas à ideia de ordem e progresso, estampada na bandeira nacional, se erguia, nas principais cidades do país, um processo de higiene e limpeza social de cunho racista, associando pobreza e criminalidade. Assim, fazia-se a contraposição entre civilização e atraso: se por um lado

prevalencia a precariedade nos modos de viver da população urbana, efeito de nosso processo de colonização e racismo estrutural, por outro, predominava a ideologia da elite em busca de utópicas condições de limpeza, organização e saúde, utilizando-se do ideal de progresso para disciplinar corpos e espaços. A partir desse olhar, as classes empobrecidas representavam uma ameaça ao tecido social, através do contágio de doenças, da possibilidade de oferecer problemas à organização do trabalho e à ordem pública. A cidade demandaria então uma intervenção estatal, através da higiene pública, para garantia da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho (SOBRINHO, 2013).

Temos aqui uma consideração a ser feita: o discurso higienista, além de seu conhecido cunho racista, tem afinidade com o processo de gentrificação vivido por São Paulo ao longo das últimas décadas, pois a higienização da cidade produz valorização imobiliária dos terrenos em questão, atendendo aos interesses do mercado imobiliário.

Para Matos (1996), São Paulo foi delineada por tensões atravessadas pelos pressupostos de disciplina e cidadania. A cidade foi tratada como uma questão higiênico-sanitarista, convocando a medicina e a engenharia para análises e intervenções que visavam neutralizá-la segundo uma racionalidade e objetividade científica, em favor da modernização. Nesse contexto, as figuras do médico e do engenheiro surgem como personagens de uma elite intelectual que estabeleceriam uma nova ordem. Essa concepção se revela através das grandes construções, avenidas e novos bairros, que visam uma estética coerente com padrões burgueses inspirados nos hábitos e experiências estrangeiras como modelo de vida urbana, em destaque, a experiência parisiense⁸². Essa forma de compreender a cidade revela parte de um projeto político excludente (SOBRINHO, 2013).

A preocupação com a proliferação de doenças e epidemias encontrou nas situações de pobreza e precariedade habitacional terreno fértil para a associação entre a pobreza, a imoralidade e o perigo, agregando essas condições à promiscuidade,

⁸² A reconstrução das ruas parisienses pelo Barão Haussman serviu de inspiração para as intervenções urbanas de Francisco Pereira Passos, médico sanitaria e prefeito do Rio de Janeiro entre 1892 e 1906, que realizou a abertura de ruas e avenidas e a extinção de quiosques, casas de cômodos e cortiços, na tentativa de modernizar a capital federal do país. Naquele momento, o centro da cidade era densamente povoado por ex-escravizados, ambulantes, operários e assalariados, que sofreram remoções forçadas e acabaram se deslocando para as áreas suburbanas e encostas de morros. Apesar do Rio de Janeiro ser o caso mais marcante, por ser a capital do país, esse processo de demolições, expulsões territoriais e reconstrução da cidade, influenciadas pelo modelo parisiense haussmaniano, aconteceram também em outras cidades brasileiras, tais como São Paulo, Manaus, Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre (COIMBRA, 2001)

degradação moral e criminalidade. A ideologia da higiene faz surgir as “classes perigosas”⁸³ como efeito da situação de pobreza, em que se infere potencial criminoso e se estabelece suspeição generalizada às camadas populares e de forma ainda mais intensa, aos indivíduos negros, os principais remanescentes em condições miseráveis do nosso processo de exploração colonial (NIELSSON & WERMUTH, 2018).

Para Guimarães (1981), há controvérsias conceituais que desfavorecem o entendimento dos fenômenos relacionados ao processo de urbanização e empobrecimento nos países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil. Dentre ela, distinções e aproximações tênues entre as classes trabalhadoras e as perigosas. Para este autor, as teorias marxistas ajudam a compreender essas diferenças a partir das proposições entre proletariado e lumpemproletariado, um efeito perverso e necessário do capitalismo, composto pela massa excedente das relações de trabalho, que pouco ou nada contribuem com a produção e que não possuem consciência de classe.

As nuances entre essas condições produzem uma noção de periculosidade das classes subalternizadas que está ligada à atuação das forças de segurança pública. Para Nielsson e Wermuth (2018), a ampliação das “classes perigosas” em consequência do processo de empobrecimento e perda de status está relacionado à informalização das relações de trabalho, que assombra as classes dominantes, legitimando as estratégias de controle cada vez mais autoritárias e violentas, através de uma atuação policlesca.

O pensamento higienista tem íntima relação com o pensamento eugenista, um movimento pretensamente científico alavancado no início do século XX, que obteve adesão das elites econômicas e intelectuais. Segundo a perspectiva eugênica, os sujeitos negros e mestiços carregavam consigo a degradação física e moral e estavam sujeitos à toda sorte de doenças, devendo ser, portanto, combatidos para prevenir o contágio.

Essa perspectiva eugênica visava encontrar uma direção para a modernização do país que tinha como entrave o elevado número de negros, agora livres, mas que

⁸³ Segundo Guimarães (1981), essa expressão foi utilizada por Carpenter (1849) para se referir aos indivíduos com passagens pela prisão e/ou mesmo às pessoas que mesmo não tendo sido presas, viviam nas franjas da sociedade, fora do mercado de trabalho e, portanto, disponíveis às pilhagens e pequenos delitos para garantir sua sobrevivência. O termo também aparece no “Tratado das Degenerescências”, de Morel (1857) apud Coimbra (2001, p.88):

“(…) no seio desta sociedade tão civilizada existem 'verdadeiras variedades' (...) que não possuem nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades, foram designadas sob o justo título de classes perigosas (...) constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente”.

representavam a marca fundamental da condição colonial, presentificando assim nosso passado. Como saída, o incentivo à imigração de brancos europeus, principalmente italianos, no caso de São Paulo, se tornou uma política em busca da ocidentalização, modernização e embranquecimento tardio da população (CARDOSO, 2017). Desta feita, o desejo de controle dos corpos dos que são considerados “problemas sociais” ressurgem na defesa de internações compulsórias, prisões ilegais, execuções sumárias e extermínio de pessoas pobres e negras, tão comum nos discursos atuais das classes médias e elites (COIMBRA, 2001) – compostas majoritariamente por brancos e descendentes de europeus.

Ainda segundo Coimbra (2001), a relação entre pobreza e perigo, através das “classes perigosas”, é marca das reordenações urbanas ocorridas no Brasil no início do século XX. Essa cidade reformada e higienizada depende de uma polícia competente para manter a ordem nos espaços públicos e garantir que os miseráveis perigosos se mantenham longe das áreas de interesse das elites.

As proposições weberianas sugerem que a polícia é uma instituição burocrática moderna que congrega o poder bélico nas mãos do Estado em um processo de complexificação social. Neste cenário, tornou-se necessária a criação de um serviço especializado dedicado exclusivamente à pacificação e manutenção da ordem em um território pré-determinado (WEBER, 1968 apud NATAL, 2020). Na perspectiva freudiana (2010), as (in)justiças praticadas pelo indivíduo, isoladamente, são vetadas pelo Estado, não porque deseja acabar com elas, mas para monopolizá-las. Assim, ao estado beligerante está permitido cometer tiranias e atos de violência para garantir o controle e a ordem, já que se renunciasse a essa estratégia estaria em desvantagem.

Coimbra (2001) defende que, desde o início, as polícias foram pensadas e criadas para a proteção dos “cidadãos”, sujeitos “respeitáveis” em um cenário de estratificação social, consequente do nosso modelo dependente da força de trabalho escravo, enquanto o policiamento seria dedicado às camadas médias e pobres. Já Rosenberg (2010), ao tratar da história da polícia paulista, revela que a consolidação do Estado Republicano levou à criação da polícia urbana como consequência da inserção no sistema capitalista e de sua demanda por uma racionalização das condutas voltadas à produtividade. Os agentes tinham como missão a repressão de costumes inadequados e o controle social das massas, além da educação de hábitos sociais, idealmente, através de seu (suposto) exemplo de decoro, moderação e moralidade.

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988) delimita como forças de segurança pública as polícias federal, rodoviária federal, civis, militares, corpos de bombeiros militares e penais (federal, estaduais e distrital), deliberando também sobre a possibilidade dos municípios constituírem suas guardas municipais para proteção de seus bens, serviços e instalações. Para esse capítulo, considerando as especificidades da formação do CONSEG em São Paulo que serão abaixo abordadas, é necessário conceituar as polícias militar e civil, além de diferenciá-las da GCM.

Ainda segundo a Constituição, as PMs, que são forças auxiliares e de reserva do Exército, são responsáveis pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Já às polícias civis, que são dirigidas por delegados de carreira, incumbe-se a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto quando cometidas por militares. Ambas se subordinam aos governadores dos Estados e do Distrito Federal.

A GCM, apesar de prevista pela constituição, está sob ingerência municipal, não havendo maiores especificações no documento. No caso de São Paulo foi criada em 1986, pelo prefeito Jânio Quadros, através da Lei Municipal Nº 10.115, com intuito de proteção e vigilância dos bens, serviços e instalações municipais e colaboração na segurança pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1986).

Já os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) são conselhos participativos que visam discutir questões relacionadas à violência e à segurança em territórios pré-determinados, circunscritos à área de atuação de determinado distrito policial ou da organização da PM. Segundo a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP):

Os CONSEGs, Conselhos Comunitários de Segurança, são grupos de apoio à Secretaria da Segurança Pública nas relações comunitárias, constituindo-se um canal privilegiado de participação cidadã, cuja finalidade é assegurar um fluxo de informações relevantes à Polícia Estadual e auxiliar outros órgãos públicos e privados no encaminhamento e resolução das demandas legítimas da comunidade, com foco na promoção da segurança coletiva e da paz social.

3.1 Os Conselhos Comunitários de Segurança no Estado de São Paulo

O surgimento dos CONSEGs data a década de 80, sendo uma proposta de participação popular que ocorreu no bojo da redemocratização do país, pós-ditadura militar, como uma forma de redistribuição de poder político entre os diversos atores sociais, promovendo a democratização na discussão sobre a segurança pública.

No estado de São Paulo, os CONSEGS foram instituídos e regulamentados em 1985, pelo Decreto Estadual nº 23.455 de 10 de maio e pela Resolução SSP-37 de mesma data, assinados pelo então governador Franco Montoro (LIMA, 2015). Foram ainda complementados pelo Decreto 25.366, de 11 de junho de 1986, e aperfeiçoado pela Lei Complementar nº 974, de 21 de setembro de 2005 (Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018). Desde sua criação, em 1985, a estrutura dos CONSEGS já sofreu diversas reformulações.

Segundo Caldeira (2003), André Franco Montoro foi o primeiro governador eleito através de eleição direta após o regime militar, governando de 1983 a 1987. Sua gestão foi marcada pela expectativa de mudança e democratização e, se apoiando no slogan “retorno ao estado democrático de direito”, assumiu a difícil tarefa de controlar a violência policial e trazer sua atuação para dentro dos parâmetros da lei. Pode-se considerar que a criação do CONSEG foi uma de suas medidas de participação popular, visando uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade.

Infelizmente, as tentativas de Montoro de implementar mudanças estruturais nas práticas policiais de violação de direitos perpetradas na ditadura e estabelecer medidas de controle sobre essas instituições, norteadas pelo respeito aos direitos humanos, encontrou forte resistência e campanha negativa de setores políticos e midiáticos. Rapidamente, seus esforços para humanizar a segurança pública foram atrelados à ideia de “privilégios para bandidos”, deslegitimando suas reformas (ALVARENGA, CALDAS e JAYO, 2020).

A década de 80 foi marcada por oscilações no cenário político e econômico. Nesse período, houve um aumento considerável da população empobrecida nos grandes centros urbanos, efeito migração interna, caracterizado pela favelização e aumento da população em situação de rua, consequências da crise econômica que assolava o país. Em resposta ao crescimento da miséria, os mecanismos de segurança e proteção das classes médias e elites foram aprimorados, através da militarização do cotidiano, dos condomínios fechados, de serviços de vigilância e segurança privados que se proliferaram. Desta forma, a relação entre pobreza e perigo é reatualizada e o aumento da criminalidade é associado às práticas democráticas e ao próprio processo de redemocratização (CALDEIRA, 2003; COIMBRA, 2001).

Sintomaticamente, a violência se transforma em tema nacional, amplamente explorado pelas mídias e por políticos ante a “abertura política” justamente quando o modelo econômico adotado no regime militar entra em crise. No cenário de

esvaziamento do discurso contra as guerrilhas comunistas (re)ascende um novo inimigo nacional: o marginal. Em um cenário de inflação descontrolada, desemprego e crise política que amedronta a classe média com crescente proletarização, perda de status e poder aquisitivo, é preciso criar a possibilidade de esconjuração dos fantasmas e demônios, realizada sobre a figura do “bandido” (OLIVEN, 1983 apud COIMBRA, 2001). Assim, a redemocratização era sentida como possibilidade de esgarçamento do tecido social, em que “marginais” passariam a ter mais direitos e possibilidades do que lhes são devidos.

A criação dos CONSEGS se entrelaça a esse cenário de lutas sociais por ampliação de direitos e conseqüente medo sentido pelas classes dominantes. No período entre 1985 e 1986, sua concepção esteve inicialmente ligada a grupos alinhados à defesa dos Direitos Humanos. No entanto, a partir de junho de 1986, a implementação da proposta foi transferida para a Secretaria de Segurança Pública, sob comando de Michel Temer, e os delegados de polícia, grupo esse até então resistente às mudanças institucionais de cunho democrático, passaram a ser responsáveis pela criação dos conselhos. Essa transferência de responsabilidade comprometeu o perfil ideológico de policiais e representantes da sociedade civil inicialmente desejado (CRUZ, 2009).

Para Alvarenga, Caldas e Jayo (2020), passados 30 anos, a promessa de controle da sociedade sob a ação governamental no campo da segurança parece ter sido frustrada ao ser apropriada por apenas alguns atores sociais. Assim, a possibilidade de criação de um espaço democrático orgânico e fruto de mobilização popular deu lugar a um espaço criado e controlado pelo Estado, em que as formas de participação são induzidas e demandadas pelo próprio Estado.

Um efeito do processo de construção do CONSEG como política de auxílio às forças policiais, em detrimento da participação popular, na formulação das políticas públicas de segurança, está na lista “Público Básico do CONSEG”, divulgada pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo⁸⁴. O documento ordena de 1 a 102 o público com o qual os conselhos desejam interagir mais proximamente. Os dez primeiros citados são oriundos de diversas organizações policiais, além de membros e participantes ativos do próprio CONSEG, seus familiares e representantes do poder público, enquanto os dez últimos seriam representantes de associações de vítimas de atos violentos, entidades de assistência aos idosos, mulheres, migrantes e moradores de

⁸⁴ Esse documento pode ser acessado através do link: <http://www.ssp.sp.gov.br/CONSEG/Downloads/DetailDownload/56>

rua, pastorais e movimentos comunitários ligados a igrejas e de defesa a excluídos, representantes de organismos de Defesa Civil, Guardas Municipais, Sindicatos ou Associações, além de profissionais liberais e outros líderes comunitários. Assim, apesar de não se propor a hierarquizar a desejabilidade de participação dos grupos citados, sua enumeração não deixa de revelar a ordem de importância atribuída a cada ator social para o trabalho do CONSEG.

Segundo o último regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança (Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2018), os CONSEGs são constituídos por uma diretoria que possui, como estrutura mínima: Membros Natos, além de Presidente, Vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, Diretor Social e de Assuntos Comunitários. São divididos por categorias de membros participantes:

1. Membros Natos: Delegado de Polícia Titular, cuja unidade esteja subordinada à respectiva Seccional do Departamento de Polícia Judiciária, e o Comandante da Companhia da PM da área da circunscrição do respectivo CONSEG;
2. Membros institucionais públicos: representantes do Poder Público com atribuições correlatas à Segurança Pública (MP, Poder Judiciário e Legislativo, Prefeituras, Subprefeituras, Secretarias, Guardas Municipais, Conselho Tutelar, dentre outros);
3. Membros representativos: líderes de organizações não governamentais ou oriundos da iniciativa privada, cuja atividade seja destacada na área do respectivo CONSEG;
4. Membros efetivos: voluntários participantes maiores de 18 (ou menores com título de eleitor) inscritos regularmente, que podem votar e ser votados nas eleições da diretoria, fazer uso da palavra nas reuniões segundo os termos e participar das atividades propostas pelo CONSEG à comunidade;
5. Membros dos Núcleos de Ação Local (NAL): necessariamente membros efetivos que representam subáreas territoriais ou de interesses e afinidades específicas das comunidades locais da circunscrição do CONSEG.

Um dado importante diz respeito ao impedimento de participação e à exclusão, como membro efetivo, de pessoas com anotações criminais, evitando assim que pessoas processadas e condenadas judicialmente, mesmo após cumprir sua pena, tenham direito

a voz e voto, além de não poderem se candidatar aos cargos efetivos. Essa medida relega pessoas com histórico criminal à condição de menos cidadãs, já que retira, de forma definitiva, seu direito civil de participar das discussões sobre Segurança Pública no principal canal de comunicação entre comunidade civil e forças militares.

Outro ponto, é a estratégia de manutenção de poder dentro do CONSEG, já que apenas membros efetivos têm o direito de votar e serem votados para os cargos representativos, e que, para se tornar membro efetivo, além da participação assídua, é necessário que membros natos e representativos aprovelem a propositura do participante a membro efetivo. Essa estratégia de participação garante uma uniformidade de discurso, sendo incomum que pessoas e grupos discordantes consigam sustentar discussão e/ou influência nas decisões sobre as pautas, ou mesmo ascender a cargos representativos, minando suas possibilidades democráticas e de alternância de poder.

Há ainda uma regra fundamental para a formação de novos CONSEGs que reforça a hegemonia desde sua criação: a primeira diretoria não se formará por eleições, mas pela escolha e convite dos Membros Natos, ou seja, delegado da Polícia Civil e comandante da PM responsáveis pelo território. Desta forma, se garante afinidade entre a diretoria do Conselho e as polícias militares e civis, o que, se por um lado, favorece a coesão, por outro, empobrece a possibilidade de divergências democráticas.

3.2 Entrelaçamentos entre o CONSEG e a Praça Roosevelt

A praça Franklin Roosevelt está localizada no limite entre os distritos da República e Consolação, portanto, alocada na região administrativa da Subprefeitura Sé e sob responsabilidade do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu, circunscrito à área de atuação da 1ª Companhia da PM. Esse CONSEG foi fundado em 1993, ainda como CONSEG Consolação/ Higienópolis, sendo o Dr. Luiz Roberto de Menezes o primeiro presidente. Em maio de 2008, sob gestão de José Luís Braz Leme, foi solicitado que passasse a incluir o nome “Pacaembu”, já que essa área era de responsabilidade da mesma companhia da PM. Ao longo de quase 30 anos, esse CONSEG teve apenas 5 presidentes, sendo comum a permanência por mais de uma gestão, que tem duração de 2 anos. Desde 2015, a presidência é ocupada por Marta Lilia Porta Campoamor Regairás, a primeira mulher no cargo⁸⁵.

⁸⁵ Informações retiradas do site oficial do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu: <https://consegconsolacao.wixsite.com/conseg-consolacao/sobre>

O CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu é formado ainda pelo 7º Batalhão da Polícia Militar (7º BPM), Delegacia Seccional de Polícia de Catanduva (1ª Seccional) e a 4ª Delegacia de Polícia – Consolação. As reuniões são mensais e acontecem às últimas terças-feiras de cada mês, das 19h15 às 22 horas, em locais determinados em um calendário anual, divulgado no início do ano vigente. Em geral, antes da pandemia, as reuniões ocorriam de maneira itinerante na Associação Cristã de Moços (ACM), no Campus Consolação da Pontífice Universidade Católica (PUC) e no Campus Higienópolis do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Em função da pandemia, as reuniões foram suspensas de março a outubro de 2020, quando passaram a acontecer pelo aplicativo Zoom, preservando horário e duração. Até o momento da escrita deste capítulo, este ainda era o formato em funcionamento.

A Praça Roosevelt acomoda⁸⁶, a 3ª Companhia do 7º BPM e o estacionamento de suas viaturas, sendo esse o ponto de partida dos agentes para o socorro de ocorrências policiais na sua área de cobertura. Desde 2015, a praça conta também com a instalação da Inspeção Regional Consolação/Pacaembu, um posto avançado da GCM. A presença das duas bases de forças de segurança pública atrela fortemente a Praça Roosevelt ao CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu.

Como já citado, para a construção desta pesquisa, estive presente nas reuniões ordinárias mensais de março a novembro de 2019 e em janeiro de 2020, tomando notas durante e depois da reunião. As observações foram interrompidas em função da pandemia e não foram retomadas após o retorno das atividades por já se haver concluído o momento de coleta de dados. Houve o entendimento de que a experiência de um ano e o material recolhido nesse intervalo seriam suficientes para o objetivo proposto.

Para análise e tratamento dos dados, as notas das observações foram lidas exaustivamente, buscando fazer emergir, e organizando em tópicos, o material que favoreça a apreensão, nesse grupo, dos modos de compreender os conflitos urbanos, considerando tanto os frequentadores civis quanto os agentes policiais, diretoria e representantes do poder público. Desse processo de leitura, optou-se também por atentar às características notadas e registradas, durante as observações, sobre os frequentadores do CONSEG, na tentativa de apanhar seu perfil. Foram ainda elencadas citações e situações que envolvem a Praça Roosevelt; além de trechos em que se revela o

⁸⁶ O projeto já constava previsão para instalação das bases da PM e GCM, porém a praça foi entregue inconclusa e a PM só se instalou meses após a inauguração. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/arquivos/Fotos/PRA%C3%87A%20ROOSEVELT/2012-09-30_diariodesaopaulo_roosevelt_fica_sem_pm_ate_dezembro.pdf

pensamento higienista em relação à cidade, a filosofia das instituições policiais ante o tema da Segurança Pública e a noção de público, atrelada ao espaço e segurança, que esse grupo exercita. Foram considerados, para análise, os trechos em que a Praça Roosevelt é diretamente abordada e trechos mais gerais sobre os temas da violência, medo e (in)segurança que favorecem a reflexão sobre a percepção das relações sociais no espaço público. A seguir, serão apresentadas formulações gerais sobre a experiência no CONSEG e recortes de situações elencadas para análise.

Apesar de não ter realizado coleta formal dos dados dos participantes, foi possível perceber que as reuniões do CONSEG eram formadas majoritariamente por pessoas brancas, de meia-idade ou idosas, porém equilibrado quanto ao gênero. Nas falas abertas, ao longo de todas as reuniões em que estive presente, foram contabilizadas 30 intervenções realizadas por 17 mulheres, enquanto os homens contabilizaram 44 intervenções feitas por 23 sujeitos diferentes. Em relação à questão racial⁸⁷, foi identificado que a expressa maioria dos frequentadores podiam ser lidos como brancos, transmitindo uma impressão de uniformidade quanto à classe, raça e idade.

Segundo Natal (2020), o apoio ao uso da força desproporcional pela polícia é mais acentuado entre pessoas brancas, sendo os homens mais aderidos a valores autoritários. Além disso, a variável idade também é um ponto conflitivo em relação aos discursos sobre segurança. Segundo a mesma autora, os mais jovens tendem a valorizar sua liberdade e veem a polícia como uma instituição de repressão e restrição de sua autonomia individual, enquanto os mais velhos preferem a segurança pessoal em detrimento da liberdade.

As reuniões eram iniciadas pela formação da mesa, apresentação do Hino Nacional e homenagens prestadas pelo CONSEG às pessoas que contribuíram com a segurança pública no último mês. No momento seguinte, a presidente apresentava devolutiva às demandas trazidas na última reunião para, na sequência, passar a palavra aos membros natos e outros representantes do poder público presentes, que ofereciam também suas devolutivas e comentários. Por último, liam-se as solicitações e demandas enviadas por escrito e abria-se o microfone para quem quisesse se manifestar. Nesta ocasião, eram apresentadas tanto questões prontamente respondidas e/ou comentadas

⁸⁷ Esta é importante, porém polêmica, observação, já que a classificação étnico-racial no Brasil se dá a partir da autodeclaração e não foi possível questioná-los sobre a autoidentificação, porém as características fenotípicas eram evidentes e merecem ser citadas.

pela diretoria, membros natos e/ou representantes do poder público, quanto demandas para serem solucionadas ao longo do mês seguinte.

De maneira geral, pôde ser observado que, apesar de alguns participantes novatos ou frequentadores esporádicos que pedem a palavra para apresentar alguma queixa recente, o grupo mais participativo no momento de microfone aberto é composto por pessoas conhecidas pela diretoria. O número de frequentadores variou bastante ao longo do ano, porém ao menos 30 pessoas sempre estiveram presentes. Ao observar as interações antes e depois das reuniões, pude perceber também que àqueles mais ativos possuem laços, senão de amizade, ao menos de proximidade.

Em relação às intervenções realizadas, foi possível constatar ao menos três tipos. Pessoas com participação frequente traziam queixas relacionadas ao cotidiano, tais como questões com lixo, barulho, presença de pessoas em situação de rua e discursos amplos sobre a criminalidade, permeados por situações habituais que lhes causavam transtorno. Já as pessoas que participaram uma única vez apresentaram queixas atravessadas por vivências pessoais em que se sentiram pessoalmente prejudicadas. Em geral, essas situações eram carregadas afetivamente, seja pelo sentimento de prejuízo ou perda, tal como a poda irregular de uma árvore com grande significado afetivo, seja pela sensação de medo, impotência e risco ao qual foi submetido(a), ao ser vítima ou presenciar situação de crimes tais como furtos, assaltos e roubos, em que a vítima teve objetos subtraídos, sob ameaça ou não.

A terceira forma de participação era motivada por eventos criminais chocantes, que envolvem grave ameaça e violência à vítima, e que tiveram grande impacto na vizinhança, por vezes noticiados em jornais locais, amplificando a sensação de insegurança e medo. Em especial, nesse cenário os reclamantes, movidos pela sensação de vulnerabilidade e evidentemente comovidos pela violência, demandavam das forças policiais uma resposta rápida em seu bairro, ainda que isso implicasse em violações de direitos básicos e de garantias individuais. São nesses momentos que a população conclama fortemente pela violência estatal como resposta à criminalidade.

Segundo Caldeira (2001), ao demandar que a polícia atue em nome da justiça, mas sem a mediação do sistema judiciário, a população demanda, na verdade, que se exerça vingança imediata. Nesse caso a violência, ainda que ilegal, é considerada justa e eficiente. Segundo Natal (2020), em geral, o desejo de brutalidade policial contra supostos criminosos é uma forma de proteção à comunidade com a qual se identifica

contra ameaças potenciais, e revela, portanto, o sentimento de vulnerabilidade das pessoas diante do crime cometido.

Em geral, as principais queixas observadas foram em relação ao barulho e perturbação do sossego, além da presença de pessoas em situação de rua, pedintes, catadores de recicláveis e vendedores ambulantes. Também houve reclamações em relação ao trânsito, à má-conservação do espaço público, acúmulo de lixo, iluminação, vandalismo, semáforos, esgoto e podas de árvores. Por fim, também foram comuns falas que envolvem percepções gerais, subjetivas e/ou superficiais sobre criminalidade e (in)segurança, além das insatisfações com o poder público na gestão dos problemas urbanos e com a atuação das forças policiais, solicitando intervenções mais duras.

Um ponto fundamental foi a recorrência de reclamações envolvendo as ocupações e intervenções no espaço público, sejam elas de cunho artístico-cultural, de lazer festivo ou políticas. Diante da quantidade de pessoas de outras regiões circulando pelo centro, as suposições de crimes atribuídos ao público dos eventos e pedidos de maior repressão e controle da polícia, associados às reclamações de perturbação de sossego, atentado à “moral” e vandalismo são discursos presentes. Em menor escala, tiveram pessoas que se manifestaram a favor dos eventos, porém solicitaram maior diálogo com a comunidade a fim de minimizar os impactos negativos, se mostrando descontentes com a forma com que o poder público em geral organiza os eventos.

Em relação às queixas por perturbação de sossego, durante a reunião de setembro de 2019, foi lido, pela presidente de outro CONSEG da região central da cidade, um emblemático manifesto “da sociedade civil contra a poluição sonora na cidade de São Paulo”. Esse documento foi assinado por todas as entidades e associações autodeclaradas e reconhecidas por esse CONSEG como legítimas, além de outros grupos de mesma natureza de toda a cidade⁸⁸.

Chamou-me atenção o incômodo generalizado com o barulho urbano, referido como poluição sonora e questão de saúde pública, que incluem os ruídos emitidos pelos automóveis em circulação, empreendimentos imobiliários em construção, espaços privados de confraternização tais como bares, lanchonetes e boates, eventos de grandes proporções em espaços privados, além das manifestações políticas e culturais no espaço

⁸⁸ O “manifesto da sociedade civil contra a poluição sonora na cidade de São Paulo” foi lido na reunião e esteve disponível no endereço <https://souavenidapaulista.com.br/index.php/lideranca/144-manifesto-da-sociedade-civil-contr-a-poluicao-sonora-na-cidade-de-sao-paulo>), porém foi retirado do ar, permanecendo salvo em meus arquivos pessoais. Em função disso, o manifesto estará disponível em anexo. Encontra-se em anexo (anexo 22).

público. De fato, a questão é conflitiva, porém considerando as proporções de São Paulo, o barulho é um efeito colateral a ser, em algum nível, tolerado, já é de difícil resolução, devido às suas múltiplas origens e naturezas.

O silenciamento da cidade solicitado através de trecho final do texto “A POLUIÇÃO SONORA PRECISA SER COMBATIDA AGORA!!!” sugere medidas totalitárias para lidar com o problema, o que desconsidera as singularidades de cada caso ou região, e incide também sobre as possibilidades democráticas no espaço urbano. Apesar de já existirem regulamentações jurídicas e dispositivos legais que propõem medidas para lidar com a questão do barulho e a importunação de sossego, visando minimizar o impacto na qualidade de vida dos munícipes, essas medidas são constantemente alvo de reclamação pela não-resolutividade.

Uma peculiaridade da região central, é sua acessibilidade urbana somada às possibilidades artístico-culturais. É uma área bem-servida de dispositivos culturais, de lazer e econômicos, facilmente acessível através do sistema de transporte público, e onde acontece também grande parte dos eventos de cunho público, tais como principais blocos de carnaval e palcos da Virada Cultural, dentre outras atividades e protestos políticos. Em função da grande circulação de pessoas e capital e da própria geografia do centro paulistano, há também importante movimentação de trabalhadores informais, vendedores ambulantes, pedintes e pessoas em situação de rua, muitas delas usuários de substância ilícitas. Uma consequência dessas características são os delitos cometidos na região: furtos de celulares por jovens de bicicleta são uma prática comum apontada pelos agentes das forças policiais, além do tráfico de drogas.

Para comprovar esses dados obtidos informalmente pelas forças policiais nas reuniões do CONSEG, o “Mapa da Desigualdade 2021” aponta que o distrito com maior oferta de emprego formal da cidade de São Paulo foi o da Sé, vizinho à República, onde está alocada a praça, enquanto o distrito República foi avaliado com o melhor índice de acesso ao transporte público e onde foi contabilizado o maior número, por habitante, de teatros e espaços culturais independentes. Já a maior população jovem (0 a 29 anos) está concentrada no bairro da Consolação, distrito imediatamente vizinho à praça, onde também está o melhor índice de densidade domiciliar (de habitantes por habitação) da cidade. Por outro lado, foi também o bairro da Sé que apresentou os piores índices – ao menos registrados – de violência racial, LGBTQfobia, além de ser o campeão em agressão e morte por intervenção policial.

Diferentemente de outras regiões de São Paulo, em que os condomínios fechados predominam, o centro, em destaque a região da Consolação, possui uma disposição que força a convivência nos espaços públicos. Ao que parece, essa dinâmica suscita desconfiança e constante solicitação de repressão e controle policial contra quem vem das periferias, que, como os dados anteriores nos permitem inferir, chegam à região devido à facilidade de acesso via transporte público, em busca de renda, lazer e cultura.

Segundo foi informado por um representante da GCM na reunião de maio de 2019, o centro recebe, todos os dias, aproximadamente 2 milhões de pessoas de outras áreas, o que também levaria ao aumento da criminalidade na região. Já na Virada Cultural daquele ano, estima-se que tenham passado pelo centro pelo menos 4 milhões de pessoas, sendo necessário fortalecer o policiamento preventivo e o zelo pelo patrimônio público. Essa relação entre periferia e centro foi explicitamente citada pelos membros do CONSEG como causa dos crimes por diversas vezes ao longo de 2019.

Por sua vez, uma característica ressaltada pelo representante da PM, ao tratar da questão e do policiamento ostensivo, é seu caráter migratório. Por mais de uma reunião, presenciei sua explicação sobre a dialética entre patrulhamento e índices criminais: ao aumentar o número de ocorrências registradas em determinada região, esta passa a ser foco do policiamento, o que provoca a diminuição de delitos. Ao mesmo tempo e em consequência, os índices criminais aumentam em outras áreas em que o policiamento foi diminuído por haver, até então, menos demanda.

Outro ponto da atuação policial para garantir a ordem é o monitoramento de pessoas em situação de rua em relação ao uso e tráfico de entorpecentes, sendo o patrulhamento a principal estratégia de dispersão de agrupamentos considerados suspeitos. A Praça Roosevelt seria uma dessas localidades monitoradas, em que o policiamento é realizado com maior intensidade, tanto para coibir o barulho noturno quanto o tráfico (citado pelo representante da PM na reunião de maio de 2019).

Se o policiamento ostensivo é função da PM, a GCM conduz 6 complexas tarefas no território, explanadas na reunião de junho de 2019. Seria ela responsável por oferecer proteção aos agentes públicos municipais que realizam apreensão de mercadoria irregular comercializada por ambulantes; pela zeladoria e proteção do espaço público, já que *“com nossa presença na via, nas praças, nos parques, nós protegemos o espaço público do uso indevido”* (sic), citando ainda a abordagem das pessoas em situação de rua como estratégia para proteção desse patrimônio. Realizam

também a ronda escolar e conduzem as ações de proteção ambiental no centro, atuando principalmente com a prevenção do descarte irregular de lixo e entulho.

A GCM atua ainda conjuntamente com a Secretaria Municipal de Defesa Social e Direitos Humanos em ações humanitárias de apoio às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, como nas campanhas de distribuição de cobertores e alimentos durante o inverno. Finalmente, tem papel auxiliar na difícil tarefa de prevenção dos chamados “crimes de oportunidade”⁸⁹, orientando pessoas que se colocam em situação de “facilitação ao crime” e monitorando pessoas de comportamento considerado “suspeito”. É interessante a ambivalência de papéis exercidos pela GCM quanto ao manejo das pessoas em situação de vulnerabilidade, já que, se por um lado, exercem o controle e repressão de sua presença em função da tarefa de zeladoria do bem público e atuação preventiva quanto aos delitos, por outro, seriam também responsáveis por auxiliar no acesso a garantias mínimas de direitos dessa população.

Por último, o papel da polícia civil se distancia das intervenções diretas no espaço público exercidos pela PM e pela GCM e se volta para o trabalho investigativo e de inteligência, buscando dismantelar associações e crimes práticos de maneira articulada, tais como os golpes financeiros e o tráfico de drogas.

Em relação à ação das três forças policiais na Praça Roosevelt, foi possível perceber, tanto através da presença e observação na própria praça quanto nas reuniões do CONSEG, que há uma ação conjunta entre PM e GCM para diminuir os ruídos noturnos e manter a ordem. A principal estratégia de ambas é o reforço do policiamento, utilizando-se de viaturas, em pontos estratégicos e com *giroflex* ligado, para desestimular a permanência e coibir o barulho. A GCM atua de maneira direta e contundente, reprimindo ações dos usuários que causam desgastes na estrutura, além de realizar certo controle em relação às formas de permanência de pessoas em situação de rua. Já a principal atuação da polícia civil está voltada para o trabalho investigativo dos esquemas que envolvem o tráfico de drogas, como a distribuição de substâncias na própria praça, a articulação entre o tráfico e alguns comerciantes e ainda, situações envolvendo corrupção policial.

A seguir, seguem situações presenciadas no CONSEG que são emblemáticas para os temas elencados na construção dessa dissertação e que mobilizam os conceitos

⁸⁹ Os crimes de oportunidade são considerados pelas forças de segurança pública como crimes consumados a partir da facilitação da vítima, em que o criminoso não é contumaz na prática. O tipo de crime mais comum seria o furto, já que não há uso de violência contra a vítima, mas um prejuízo material a partir da desatenção do furtado, por exemplo.

de higienismo social e “classes perigosas” acima trabalhados, assim como os efeitos dessa lógica sobre a Praça Roosevelt e a percepção dos conseguianos sobre o tema da Segurança Pública.

3.2.1 O medo do outro e o isolamento de si

Trata-se de um relato escutado na primeira reunião do CONSEG da qual participei. Um casal de idosos, moradores de Higienópolis, compareceu à reunião em função de uma determinação judicial tomada à época que impedia o Shopping Higienópolis de expulsar menores em situação de vulnerabilidade que estivessem desacompanhados – “*os menores que ficam pedindo*” (sic) – e entregá-los à PM⁹⁰.

Apesar de iniciar sua fala dizendo ter empatia pela situação das crianças, a senhora passa a falar de seu incômodo e medo por precisar conviver com elas dentro do shopping, dizendo escolher esse espaço justamente por ser “*um lugar que a gente vai para se sentir seguro*” (sic). Relata já ter sido assaltada 15 vezes e sequestrada uma vez e que é “*uma pessoa em pânico*” (sic). Outro frequentador do CONSEG, um homem de meia-idade, também branco, sugere em voz alta e bastante irritado: “*desce o cacete neles! Dá uma surra! É isso que eu faço!*” (sic). Apesar de presentes policiais militares, civis e guardas da GCM, não houve qualquer contestação em relação a esse comentário.

O PM presente explicou que em caso de estabelecimentos privados, a segurança do local deve ser acionada; além disso, sugeriu atenção aos objetos pessoais e de valor, tais como joias e celulares. Outros conseguianos demonstraram insatisfação com a impossibilidade de a PM agir, recolhendo ou amedrontando os “menores”. Houve ainda uma intervenção de outro morador, afirmando que há um esquema de aliciamento de menores por uma “máfia” (sic), porém não apresentou provas sobre a suspeita levantada. Ao se referir às crianças em questão, um dos componentes da mesa – um membro nato - utilizou o termo “esses delinquentes”.

Este recorte foi selecionado por expor a dinâmica do medo do “Outro” de maneira cirúrgica, já que o “Outro” presente nesta cena são crianças pobres, provavelmente negras, que, a princípio, não ofereceriam grande perigo a um adulto, dada sua importante desvantagem física e local da abordagem. Ainda assim, sua presença causa pavor, o que permite perceber a noção de perigo que pessoas em

⁹⁰ A situação citada pode ser conferida no seguinte artigo: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/02/22/juiza-nega-pedido-de-shopping-de-higienopolis-area-nobre-de-sp-para-apreender-menores-moradores-de-rua.ghtml>

situação empobrecida causam às classes médias e elites. A polícia é então convocada em nome da defesa do “nós” contra “eles”, ainda que o “eles” sejam crianças em situação de vulnerabilidade.

Para fortalecer a noção de perigo que as crianças e adolescentes supostamente oferecem, não é raro que se estabeleça a suspeita de que existem adultos que os aliciam para que cometam crimes ou mesmo para que exerçam a mendicância, gerando alta renda. Por mais de uma vez, pude escutar a suspeita de que havia “quadrilhas” e “esquemas” por detrás das crianças pedintes, porém sem que se apresentassem provas sobre o dito. Curiosamente, a perceptível vulnerabilidade infantil é constantemente interpretada como parte de uma encenação que garantiria ganhos financeiros às famílias ou grupos aliciadores. Há aí uma negação do empobrecimento e vulnerabilidade como condições a que essas pessoas estão submetidas, supondo-se que estariam nessa situação porque desejam ou porque a vida é mais fácil ou ainda que fingem miséria.

O trecho acima também nos leva à reflexão sobre os “enclaves fortificados” propostos por Caldeira (2003, p.11) como “espaços privatizados fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios fechados”. Segundo a autora, esses empreendimentos são atrativos aos que são fóbicos à heterogeneidade social urbana e tendem a deixar o espaço público aos pobres, marginais e pessoas em situação de rua, na tentativa de evitar a convivência.

Os espaços privatizados, em geral, permitem a sensação de convívio e mimetizam a experiência de espaço público, porém oferecendo garantias de segurança ao impedir o acesso de sujeitos e grupos desprovidos das mesmas possibilidades. Essa expectativa é evidente quando a senhora em questão diz que o shopping é “*um lugar que a gente vai para se sentir seguro*” (sic). A presença das crianças e adolescentes em situação de rua no shopping amplificam o medo pois produzem a sensação de que não há lugar seguro, experimentada por essa mulher ao contar dos inúmeros assaltos e do sequestro que já sofreu.

A distância social não se dá apenas através da desejada segregação espacial, solicitada à PM (e redirecionada aos agentes de segurança privada do shopping), mas também pelo ato de consumir. Segundo Caldeira (2001), há uma demarcação social que se dá por essa via, sendo repreensível que pessoas pobres acessem as mesmas possibilidades que pessoas de maior poder aquisitivo. Ao fazê-lo, o pobre estaria transgredindo uma fronteira imaginária entre classes e acessando algo que não é de seu

direito, ferindo então o direito de outrem. As crianças dentro do estabelecimento estão lá para “pedir”, porém são atraídas pelas possibilidades de consumir, através da esmola, os mesmos produtos e serviços que têm como público-alvo crianças socialmente privilegiadas. Sua presença causa medo e irritação, pois estão “invadindo” um lugar que deveria garantir a convivência entre pessoas de mesma condição social. A polícia é então solicitada para garantir esse distanciamento e ordenamento pré-estabelecido, zelando pelas fronteiras entre classes.

Essa relação entre o “Eu” e o “Outro”, ou ainda o “eles”, sujeitos a quem se deposita toda sorte de afetos negativos e sensação de ameaça, será mais bem trabalhada no último capítulo dessa dissertação, através da teoria psicanalítica.

3.2.2 A Praça Roosevelt: Higienismo social e militarização do espaço

Em relação à Praça Roosevelt, duas situações merecem destaque. A primeira, em maio de 2019, em que um comerciante da região compareceu à reunião para agradecer a atuação do CONSEG no combate ao tráfico de drogas e presença de ambulantes, em seguida fazendo uma solicitação em relação a uma mulher em situação de rua⁹¹. Em seu relato: *“temos uma moradora de rua na Roosevelt há um ano com problemas de saúde mental. Ela fica agressiva, às vezes some e às vezes volta toda machucada”* (sic). Outro morador vizinho complementa: *“Está agressiva e direto fica grávida”*. Relatam então que há reclamações dos comerciantes em relação à presença dela e demandam a internação ou a responsabilização da secretaria de Direitos Humanos pelo caso, retirando-a de lá.

Neste momento, a representante da subprefeitura Sé explica que não se pode fazer internações compulsórias de forma indiscriminada, causando reações negativas dos presentes. Apesar de explicar o fluxo legal no sistema de saúde e assistência social para conseguir interná-la, sugere a possibilidade de enquadrá-la criminalmente por seu comportamento agressivo, já que situações de agressão a outrem configuram crime. Neste cenário, poderia ser recolhida pela polícia, mas que a medida também seria ineficaz, pois por se tratar de uma situação de menor importância, logo seria liberada, voltando ao mesmo lugar. Essa representante da administração municipal reforça ainda

⁹¹ Essa mulher é conhecida no território por sua condição delirante e comportamento agressivo. Ela foi citada no capítulo anterior, em outra situação que envolveu um diálogo entre mim e GCMs, sobre seu paradeiro e condições de saúde mental, em que descreditaram seu possível diagnóstico psiquiátrico dizendo se tratar de simulação ou má intencionalidade.

que não existe a possibilidade de remover pessoas, pois seus direitos fundamentais precisam ser respeitados, porém sugere que se pode recolher seus objetos como estratégia de desencorajar a permanência.

Ainda sobre essa pauta, um membro nato, portanto representante das forças policiais, relata situação em que recolheram, três anos antes, uma mulher em situação de rua, imigrante e com questões psiquiátricas, que havia se estabelecido também na Praça Roosevelt. Segundo ele, a mulher provocava agentes da PM e da GCM xingando-os de bandidos e fascistas, por vezes gritando, cuspidando e agredindo. Usaram como estratégia a prisão pelo comportamento insurgente, quando, “*por sorte*” (sic), esta agrediu uma médica na delegacia, justificando-se a internação psiquiátrica. Com a reação positiva do público ante à solução sugerida, a representante do poder municipal faz um adendo lembrando a todos que a mulher em questão se encontra em situação de sofrimento. A representante da diretoria do CONSEG pede então, como forma de pressionar as secretarias de saúde e assistência social, que os presentes façam registros fotográficos, de áudio e vídeo para comprovar a situação.

É perceptível que o incômodo maior não é seu sofrimento, mas encontrar uma “solução definitiva” (sic) para os transtornos que ela causa. Nesse cenário, independente se uma internação ou uma prisão, os moradores solicitam que a “causa de transtornos” seja demovida da convivência social e levada para alguma instituição total, seja ela uma clínica psiquiátrica ou uma prisão. Não por menos, sugere-se que se aproveite de um ato impulsivo para enquadrá-la criminalmente, justificando sua privação de liberdade. As direções dadas à questão permitem acessar quais “tipos” e comportamentos são aceitáveis e quais são considerados estorvos e devem ser, de alguma forma, excluídos por não se enquadrarem na norma esperada.

A segunda situação que causou agitação na reunião do CONSEG envolvendo a Praça Roosevelt diz respeito à parada LGBTQIA+, realizada em junho de 2019. Por ocasião da festividade, que ocorreria no domingo, 23 de junho de 2019, a praça amanheceu cercada no sábado (22), sem qualquer tipo de diálogo ou aviso à comunidade, causando mal-estar. Na ocasião, eu também fui surpreendida, juntamente com outros membros do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, ao chegar e me deparar com os tapumes de metal cercando todo o perímetro. Acompanhei, durante toda a manhã, moradores e frequentadores surpresos e indignados com tal ação. Busquei saber o motivo e em meu caderno de campo registro:

Vou até a base da GCM perguntar sobre o cercamento. Sou atendida por duas agentes que explicam o motivo: uma delas me diz que é por causa da “parada gay” que acontecerá amanhã (domingo). A outra interpela a fala da primeira e, em tom de deboche, a corrige: “não se pode mais falar parada gay, eles não gostam. Agora é parada LGBT”. A agente que havia me respondido então concorda com a fala, também em tom de deboche, e repete: “É! A parada LGBT”. (virando os olhos). Retorno para a escadaria e sigo com os atendimentos. (Registros em campo, 22 de julho de 2019)

Naquele mês, a reunião foi centralizada nos efeitos dessa ação. A representante da subprefeitura inicia sua fala adiantando que houve um erro e a praça foi fechada um dia antes do previsto, explicando os motivos para cercá-la: devido ao enorme contingente de pessoas, à legislação vigente que proíbe grandes aglomerações e à necessidade de aparato policial suficiente para garantir a segurança do evento. O fechamento, em função do amplo espaço e localização, oferece uma base às forças policiais atuantes no evento, assim como garante a dispersão do público. Em função da situação, duas pessoas compareceram à reunião para questionar a medida, apontando-a como autoritária.

O primeiro foi um morador, um homem com idade próxima aos 45 anos, que questiona por escrito: “Por que o fechamento da Praça Roosevelt? E o turista? E os usuários que usufruem da praça?”. A presidente responde dizendo que a praça não atrai turistas, que estes vão aos bares apenas. Em relação aos usuários, alega que estes teriam conhecimento das situações conflitivas envolvendo eventos desse porte. Em seguida, expõe que existem problemas estruturais (rachaduras na laje) e que a aglomeração é um risco de “tragédia” (sic).

Segundo ela, a praça não suportaria mais de 200 pessoas reunidas e questiona o que aconteceria em um evento com 3 milhões de pessoas: “o que aconteceria se a praça estivesse aberta?”, e complementa a fala alegando que o “tipo” que comparecem nesses eventos não respeitam os moradores, “então iam ficar lá a noite inteira, como já aconteceu em noites anteriores, e temos o direito de descansar” (sic). Alega ainda, como defendido anteriormente, que o fechamento, além de acontecer por motivos de segurança, é estratégico para possibilitar reunir a estrutura necessária para a operação policial, órgãos de vigilância e poder público.

O problema teria sido então, não o fechamento, mas sua antecipação, ainda assim comenta que “por outro lado, tivemos mais ou menos 300 pessoas que se comunicam nos aplicativos de segurança dizendo que, pela primeira vez, em muitos anos, conseguiram dormir direito sexta e sábado” (sic). Sugere que o ocorrido teria

sido um “piloto”, que foi filmado, fotografado, e que esse material está sendo recolhido para apresentação ao MP como forma de argumentação sobre seus destinos no período da madrugada, já que *“pelo tipo de pessoas em questão, que ficam de madrugada na praça, não estão fazendo nada que seja louvável”* (sic) e acrescenta *“as pessoas estão acostumadas a usar a Praça Roosevelt como um centro de distribuição de drogas”* (sic). O autor da pergunta pede a palavra, se apresenta como representante de uma associação de moradores da praça.

Curiosamente, este morador não esteve presente em nenhuma outra reunião, nem antes nem depois do ocorrido. Ele manifesta seu desejo tanto de ter tranquilidade e direito a dormir, mas também de uma praça viva de convivência, sem criminalidade e tráfico de drogas. Segundo ele, a reforma, a vinda dos teatros e abertura dos bares trouxeram segurança para a região e a tornou, segundo seu prisma, *“um dos lugares mais seguros do centro, justamente porque tem vida”* (sic), desta forma, *“nos incomodam decisões que tiram a vida da praça. Fechar a praça é uma coisa que para nós não faz sentido”* (sic). Enseja-se uma discussão em que se supõem outras estratégias para lidar com a questão, e que são contestadas pelos membros do CONSEG. Um momento de exasperação acontece entre este morador e a presidente, ficando evidente que já havia entre eles divergências anteriores.

O segundo reclamante é um comerciante, representante do café até então instalado na Roosevelt. Ele alega ter comparecido para pedir explicações sobre o cercamento sem diálogo com seu estabelecimento, porque o ato o prejudicou financeiramente. Afirma que o local recebe turistas nacionais e internacionais, que são atendidos em seu café. *“Eu não concordo com o fechamento da Praça Roosevelt, acho que foi meio autoritário aí da prefeitura...”* (sic), se queixa por ter funcionários, fornecedores, produtos perecíveis, pessoas que se deslocam para trabalhar de regiões distantes e que chegaram na praça fechada. Sente-se prejudicado por buscar informações e não as obter: *“não dá pra ficar isolado e perguntar pra prefeitura, pra PM, pra GCM e ninguém ter resposta, acho uma falta de respeito”* (sic). Diferentemente do primeiro, os membros da mesa concordam com o posicionamento desse comerciante, afirmando que de fato ele não deveria ser só notificado, mas consultado. Me chama a atenção que ao envolver o prejuízo financeiro que a situação impôs ao comerciante, a queixa tenha sido rapidamente acolhida e apoiada.

Os dois exemplos acima são distintos, mas expõe algo em comum: o poder de decisão do CONSEG para definir quem pode ou não frequentar a praça e quais as

possibilidades de ocupação são tratadas como legítimas. No primeiro exemplo, ao tratar de uma única pessoa com comportamento agressivo, ainda que justificado por questões de saúde mental, o grupo busca uma forma de criminalizar seus atos para demovê-la do local, institucionalizando-a. Já no segundo exemplo, por se tratar de um grande grupo LGBTQIA+, a estratégia passa a ser impedir o acesso através de tapumes, viaturas e policiais. Mas nota-se que assim como a pessoa em situação de rua, as pessoas LGBTQIA+ são tratadas como “tipos” que também estorvam a comunidade e que, portanto, deve-se tomar medidas para evitá-las no local. Não é raro que nas reuniões do CONSEG esse público seja associado à promiscuidade, imoralidade e comportamentos depravados que resultariam na experiência de degradação da região central. Essa ideia de comportamento promíscuo também está presente ao falar da moça em situação de rua ao ser citado que ela supostamente viveria grávida e abortando.

3.2.3 Moralidade, sexualidade, repressão e violência: a função da polícia

Durante a reunião de julho de 2019, uma senhora, moradora da Consolação, pede a palavra para manifestar sua insatisfação com as formas de ocupação que presenciou no perímetro das ruas Augusta, Frei Caneca e Peixoto Gomide. Conta ter saído às 2h30, de carro, para conhecer a “*famosa madrugada*” (sic) da região, ficando consternada:

“Gente, que vergonha! Que nojo! Que absurdo! Se alguém de fora desse país vem nessa região e for como eu, criada em berço de família (...). É uma libertinagem de um padrão que eu não posso citar as palavras que eu gostaria de descrever (...). É indecente! Não tem palavras pra descrever! Não é só homem, não é só mulher. Existem pessoas sem roupa...”

Em seguida, segue fazendo acusações sobre o comércio e uso de substâncias ilegais, critica as forças policiais que, apesar de presentes, circulam sem reprimir o comportamento que julga inapropriado: “*Eu, moradora desse bairro há 61 anos, me senti com vergonha de morar nesse local. É o que tenho pra dizer pros senhores! (...) Por mais que vocês trabalhem, me desculpem, a partir das duas e meia da manhã tudo é possível (...). Nota zero pra vocês”*.

Colocada em contexto, a fala dessa senhora faz coro às constantes reclamações e menosprezo de outros moradores em relação ao público frequentador da região da Rua Augusta e adjacências, sendo este reconhecido por ser majoritariamente jovens e LGBTQIA+. O percurso seguido por ela é famoso por sua diversidade e por abrigar

vários estabelecimentos noturnos de perfil “alternativo”. Muito embora o público LGBTQIA+ não seja exclusivo nas noites da Augusta e adjacências, foi, em geral, a presença desse grupo – e sua performatividade – o destaque das críticas. A “baderna”, o “atentado à moral”, a “baixaria” e a “sem-vergonhice” foram, dentro outras, expressões comuns para descrever o comportamento e presença no “fervo” da Rua Augusta.

A Rua Augusta é uma via arterial que liga o elitizado bairro de Jardins ao centro, atravessando a Avenida Paulista. A porção a que se refere a moradora está localizada entre a Avenida Paulista e a Praça Roosevelt, trecho conhecido como “Baixo Augusta”. Essa região foi marcada pelo seu glamour dos anos 30 aos anos 60 e, à época, apelidada “calçada da glória”. Dos anos 70 a 2000 passou por um processo de decadência atrelado ao autoritarismo da ditadura militar e esvaziamento do espaço público, momento em que ficou conhecida como “a rua das putas”, já que seus hotéis passaram a ser intensamente utilizados para a prática de prostituição. Atualmente é caracterizada pela sua boemia e badalação, que atrai o público jovem em busca de diversão, ainda que mesclada com espaços dedicados ao entretenimento erótico (ARRUDA, 2016).

Também nessa mesma reunião, um síndico de edifício próximo à Praça Roosevelt compareceu para apresentar uma queixa quanto à atuação das forças policiais frente uma situação de violência sexual. Conta ter presenciado duas pessoas em situação de rua em uma tentativa de estupro. Tratava-se de um homem e, possivelmente, uma travesti, na Rua Nestor Pestana – rua vizinha à praça. Relata ligar para a polícia e ir até a base da GCM, localizada na Roosevelt, para pedir uma intervenção. Segundo ele, a GCM interferiu, porém liberou o agressor sem nenhum registro da situação e que ele seguiu no local, *“totalmente drogado, agredindo os moradores, continuou me agredindo”* (sic). Em sua percepção a guarda foi conivente com a situação de violência sexual ao não agir de forma mais enérgica.

Ao responder à queixa, o representante da corporação trata como uma *“briga de casal”*. O reclamante, mais uma vez, insiste que não se tratava de uma briga de casal, mas de uma situação de violência, já que o rapaz usava da força física para ter contato sexual, enquanto ela se debatia dizendo *“Não!”* repetidas vezes. A resposta foi então confirmar se os agentes foram até o local e se separou as duas pessoas, e ao dizer que sim, o reclamante escutou que sua demanda foi atendida: *“então foi atendido (...) Acredito que se os guardas tomaram essa decisão é o que tinha no momento pra ser feito, mas a gente acerta isso aí”* (sic).

As duas situações acima apresentadas têm em comum a questão da sexualidade no espaço público, apresentando a expectativa de intervenção da polícia ante atitudes consideradas imorais, no primeiro exemplo, e violenta, no segundo.

De fato, a Rua Augusta é conhecida como uma área em que a juventude LGBTQIA+ se sente mais à vontade e lida com a própria orientação sexual e expressão de gênero de forma mais livre e festiva. Esse comportamento é, possivelmente, o que desconcertou a moradora ao observar a área no período da madrugada. Desta forma, sua reclamação se deu pela suposta desvalorização moral que estes frequentadores provocariam à região, mobilizando o pedido de repressão policial. Observa-se que, apesar das acusações de tráfico de drogas e venda ilegal de bebidas, a reclamação se sustenta a partir de uma expectativa moral da moradora, não havendo, a princípio, crime no comportamento tido como “libertino”.

Ao que parece, a atuação pacificada para garantir controle, monitoramento e prevenção ao sossego dos moradores, enquanto também atuavam em prol da segurança dos frequentadores, intervindo em situações flagrantes contra estes – ou seja, não tratando-os como invasores – causou indignação à reclamante, motivando sua “nota zero” à atuação dos agentes policiais.

Essa senhora também atribuiu ao seu tempo de instalação no bairro e à sua origem social certa superioridade moral em relação aos “arruaceiros” e “libertinos” que frequentam a rua Augusta. Além disso, é perceptível sua identificação com os “de fora do país” – neste caso, possivelmente estrangeiros de origem europeia – atribuindo-lhes origem moralmente superior a do brasileiro. Segundo Quijano (2005), a branquitude latino-americana carrega como herança a identidade e o lugar de dominação social, aproximando os ideais das elites de países periféricos aos ideais de uma burguesia europeia. Dentre esses valores, há de se frisar uma organização burguesa-familiar calcada na heterossexualidade monogâmica, em que o sexo teria como função primordial a reprodução (SERRA, 2019), o que poderia elucidar o incômodo com a expressão de outras orientações sexuais e de gênero que presenciou.

A questão aponta para a LGBTfobia ao considerar que foi essencialmente a presença e o comportamento das pessoas LGBTQIA+ que causaram indignação ao público do CONSEG, quando tema da sexualidade é citado. Pascoal (2021), a partir de proposições psicanalíticas, sugere que a possibilidade para a intolerância a essas pessoas se dá, pois, estas “podem estar na indulgência de um ‘tabu’ quando se desviam da ‘norma’, das convenções sociais, religiosas e culturais” (PASCOAL, 2021, p.187),

levando ao ressentimento àqueles que se submetem às regras acordadas socialmente, dentre elas, a repressão sexual. Para àqueles aderidos aos discursos de ódio, a igualdade de direitos e a livre expressão são vividas como ameaça à diferença entre os sexos, comprometendo também o suposto direito das famílias aos princípios morais que as organizaram dentro de um processo civilizatório (SERRA, 2019).

No segundo caso, chama a atenção o encaminhamento realizado pelas forças policiais ao saber que se tratava de duas pessoas em situação de rua, sendo uma delas, a agredida, uma travesti. A violência sexual foi recebida pelo agente de segurança pública como mero desentendimento, portanto agiram para dissipar a situação sem maiores desdobramentos. Pelo membro da instituição, a situação foi categorizada como “briga de casal”, mais uma vez minimizando aquela violência como corriqueira e apenas ato de perturbação à ordem.

A partir de um trabalho com travestis de baixa renda, Garcia (2009) observa que este grupo é alvo de discriminação por extrapolarem as classificações normativas associadas ao gênero, marcadamente binárias, e de sexualidade, evidentemente heterocentrada. Desta forma, são percebidas como “monstruosas” e abjetas por não se conformarem aos sistemas de saber e poder estabelecidos em nossa sociedade, o que suscita sua eliminação em nome de determinada conformação social. Para Busin (2015), ao assumir formas e expressões mais femininas apesar do corpo biológico masculino, as travestis passariam a ocupar lugar de objetificação e oferta sexual e, ao romper com a roteirização cultural de gênero, teriam parte de sua humanidade negada socialmente e, com isso, a possibilidade de dizer sim ou não quando sexualmente demandadas.

Serra (2019), ao considerar que os crimes contra pessoas LGBTQIA+ atingem de maneira mais violenta mulheres trans e travestis e são cometidos por homens cis, propõe que a intolerância e crimes de ódio contra elas revelaria o protesto contra àquelas que teriam “abdicado” do corpo “masculino” em prol de uma posição “feminina” no laço social. Ainda segundo a mesma autora:

É como se os sujeitos que abdicam da masculinidade colocassem em xeque a crença na existência exclusiva de dois sexos distintos, desequilibrando os atributos sociais designados a cada um e, portanto, afetando diretamente a ordem hegemônica historicamente estabelecida. Ou seja, ao ameaçar o dispositivo de distinção entre os sexos, romperiam a hegemonia masculina na estrutura social. (SERRA, 2019, p. 117)

Assim, a violência transfóbica representa a forma ativa de eliminação desses sujeitos. Essa violência também se dá, de forma passiva, pela negligência e

desassistência do estado ante situações de violação de direitos, deixando-as à própria sorte. Para Serra (2019), a indiferença policial a tratar dos crimes de ódio contra LGBTQIA+ estaria alinhada às representações socialmente estigmatizantes, em que, recorrentemente, essas pessoas são interpretadas como “desajustadas”, cuja morte seria consequência de seu modo de vida “marginal”. Assim, mais uma vez, se opera o pensamento higienista de eliminação das “classes perigosas”.

Ainda que se tratasse de uma “briga de casal”, existem garantias legais previstas para a proteção à vítima de violência de gênero em contexto de relacionamento íntimo, cabendo aos agentes a responsabilidade de executar a prisão do agressor em flagrante, conduta que não se concretizou. Assim, é evidente que há uma valoração desigual dos direitos determinada pela origem social, em que a travesti está em posição ainda mais desvantajosa que seu agressor, dada sua condição de gênero. Ao tratar a situação de violência como desordem ou desentendimento, o agente policial nega a condição de sujeito de direitos à travesti, naturalizando a violência sexual sofrida por ela, a re-vitimizando. Neste caso, os GCMs atuaram não para garantir seus direitos, mas para evitar a perturbação e constrangimento que a situação causava a vizinhos e pedestres.

Segundo Natal (2020), a tomada de decisão de agentes da segurança pública tem afinidade com um viés classista em que, quanto maior for a vulnerabilidade social do sujeito envolvidos, maior será a brutalidade permitida contra ele em situações em que é suspeito. Em contrapartida, mais frouxos serão os controles e possibilidades de proteção oferecidos, quando for a vítima. Assim, “a forma como os policiais tratam os cidadãos pode ser um relevante indicativo de status e pertencimento, apontando quem são os cidadãos respeitáveis e quem são os de segunda classe” (NATAL, 2020, p. 45-46).

3.2.4 Fronteiras entre público e privado: a apropriação dos dispositivos de segurança pública

Na reunião de setembro de 2019, ao expor as dificuldades das forças policiais em exercer o patrulhamento ostensivo, membros da mesa comentam sobre o sucateamento das viaturas devido burocracia com a manutenção e na entrega de novos veículos. O efeito da precarização seria a diminuição de carros disponíveis para atuar no bairro: “*apesar de não terem as viaturas, se viraram de qualquer jeito para cumprir aquilo que a gente tinha programado, isso é muito importante...*” (sic).

Em resposta a este informe, frequentadores se manifestam agradecendo ao empenho e reclamando do descaso dos governantes para com as forças de segurança.

Um dos presente sugere que os próprios moradores invistam recursos financeiros para subsidiar a Segurança Pública, dentre outras sugestões que surgiram para minimizar os problemas. Em uma delas, um munícipe atribui à estação de metrô próxima ao Mackenzie, inaugurada em anos recentes, os problemas relacionados à insegurança e criminalidade, já que facilitou o acesso à região. Desta forma, sugere que o metrô disponha de agentes de segurança ou que financie o batalhão de polícia.

O comandante presente reforça o direito de transitar pela cidade como um direito constitucional e que a segurança no espaço público é função da PM. Esse mesmo morador reclama dos transtornos que atribui também a uma das instituições de ensino, sugerindo novamente que eles patrocinem o batalhão já que *“o que eles acarretam de insegurança pro bairro é absurdo”* (sic) e, em seguida, sugere uma articulação com empresários para consertar as viaturas. O representante da PM presente traz explicações sobre a inviabilidade de tal forma de patrocínio, já que são um serviço público, pontuando que o processo de aquisição e manutenção do aparato precisa estar em acordo com a lei para garantir transparência.

A confusão entre público e privado não acontece apenas em relação a quem teria direito à proteção policial, mas também a quem poderia ocupar espaços públicos. Não foram raras as reclamações de moradores, comerciantes e síndicos sobre a presença de pessoas em situação de rua, vendedores ambulantes, prestadores de serviços de limpeza e manutenção urbana e/ou entregadores de aplicativo em descanso, sob o argumento de contribuírem com alta taxa tributária, enquanto àqueles que os incomodam se instalam no espaço sem pagar pelos mesmos impostos. Nas palavras de um síndico, ao reclamar de pessoas em situação de rua: *“Nós pagamos impostos. Nós! Os que estão lá, não pagam nada. Só invadem!”* (sic).

Cabe ainda comentar uma resposta dada a um munícipe que solicitou às forças policiais uma resposta mais enérgica à questão do barulho próximo de sua casa. Ao receber uma explicação do fluxo da denúncia e conduta a ser tomada, o morador em questão perguntou se *“o cidadão pode fazer barulho na rua a qualquer hora sem ser abordado pela autoridade policial?”* (sic). O membro da mesa inquerido responde dizendo que *“Ele pode. Ele tem o direito de fazer qualquer tipo de barulho que ele quiser, assim como o cidadão tem o direito de reclamar, então o que acontece: o cidadão reclama do barulho”*, a função da polícia, seria, a partir da reclamação formal de barulho, abordar o reclamado e pedir que diminua o ruído. Se, após isso, o problema persistir, cabe ao reclamante se dirigir até a delegacia e realizar um Boletim de

Ocorrência para que o processo então caminhe nas instâncias jurídicas e acrescenta: *“Tem muita gente que procura a polícia e fala ‘só quero que dê um susto nele’, a polícia não é fantasma pra assustar ninguém. A nossa lei não permite”* (sic).

O trecho acima é um exemplo pertinente para compreender a expectativa de apropriação que alguns moradores têm da polícia, como representantes de seus interesses privados. Ao responder qual a função da polícia em situações de conflito, como um mediador e não como um representante dos interesses de uma das partes envolvidas, o policial aponta o imaginário que se tem do setor. Apesar das diretrizes para o uso da força por agentes da segurança pública previrem que a força coercitiva deve estar alinhada aos princípios de legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência (NATAL, 2020), é esperado da polícia que discipline, controle e enfrente àqueles que são decifrados como ameaça aos “moradores”, grupo supostamente legitimado a definir quem pertence e não pertence à sua comunidade.

Segundo Natal (2020), em uma sociedade hierarquizada, como o caso brasileiro, espera-se que os agentes sejam capazes de distinguir quem devem manter sob vigilância e controle, utilizando-se da ameaça e, se necessário, da violência, de quem deve ser mantido sob proteção e segurança. A ação policial deve se atentar às marcações de classe e raça, agindo com prudência e evitando aborrecimentos aos “cidadãos”, sob o risco de sofrer retaliações e punições, já que as relações legais e burocráticas são cotidianamente superadas pela influência de quem está em situação privilegiada.

Na mesma esteira, Lima (2015) explorou as relações entre o CONSEG Morumbi e o território de sua responsabilidade, constatando que uma noção de segurança voltada para proteção patrimonial de grupos economicamente favorecidos, em detrimento dos direitos civis, sociais e políticos de outras camadas da população menos privilegiadas. A partir dessa lógica, estabelecem-se estratégias de segurança ancoradas na suspeição generalizada voltada para indivíduos identificados como pertencentes às “classes perigosas”, estratégias essas atravessadas pelo racismo estrutural que assola nossa cultura. Apesar das sensíveis diferenças geográficas, econômicas e sociais entre o distrito do Morumbi e da Sé, em ambos há uma tentativa de instrumentalização das forças policiais para que sua atuação se direcione aos interesses de determinado grupo local.

Outro ponto coincidente nas confusões entre público e privado, encontrado tanto no CONSEG aqui exposto quanto na experiência de Lima (2015), trata-se da característica valorativa que se atrela ao direito de permanecer no espaço público. A

carga tributária paga pelo reclamante, principalmente através do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), é percebida como garantia de direitos e exigências quanto a possibilidade de definir quem pode ocupar o espaço e em quais condições, sendo utilizado como argumento fundamental para solicitar à polícia a expulsão daqueles considerados desagradáveis e perigosos.

3.2.5 Os “Outros” da cidade

Palavras como criminosos, meliantes, suspeitos, bandidos, vagabundos, menores, infratores, delinquentes foram comuns para se referirem às pessoas em situação vulnerável que circulam pela cidade, estejam elas cometendo crimes ou não. Além disso, a suspeição de crimes e pedidos para averiguação dessas pessoas acontecem frequentemente.

Em uma das reuniões um morador levantou suspeita de propina recebidas por agentes policiais, essa acusação foi duramente repreendida pela mesa e, a partir desse momento, a orientação de que denúncias envolvendo agentes só pudessem ser feitas mediante provas e em particular, já que configurava uma séria acusação. No entanto, outras formas de suspeição, acusação e ameaça de justicamento com as próprias mãos, ainda que sem provas, não representaram nenhum constrangimento aos presentes.

Para exemplificar, um morador da Consolação pede à polícia que fique de olho em carroceiros que recolhem material reciclado, pois viu um deles com objetos metálicos que julga ter sido ilegalmente retirados de alguma moradia. Há ainda um pedido de uma moradora para que os frequentadores da Augusta sejam revistados: *“Estamos sentindo falta de as viaturas pararem, verem esses grupinhos, esse pessoal meio diferente aí ‘cadê seus documentos?’ . Vão achar até faca com eles”* (sic).

As acusações, em geral, não são acompanhadas de indícios sólidos de que os crimes aconteçam, mas de um sentimento de suspeição genérica aos que aparentam pertencer a um grupo social vulnerável ou que tragam marcações associadas às periferias. A desconfiança de que pessoas estrangeiras ao território e em situação de desvantagem material, sobretudo pessoas pretas e em situação de vulnerabilidade social, sejam “olheiras” para assaltantes também foi um achado de Lima (2015), já que moradores do Morumbi demonstraram temer que catadores de papel estivessem vigiando suas rotinas para passar informações para a arquitetura de crimes.

O sentimento de medo de violência leva a sensação constante de insegurança e consequentes pedidos por mais repressão por parte desses moradores, que pode se dar não apenas pela violência, mas também pelo constrangimento como estratégia para afastamento do território. Caldeira (2003), ao abordar a “fala sobre o crime”, considera que as narrativas cotidianas, comentários e conversas que tem o crime como ponto central são ambivalentes porque, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao medo e à experiência de ser vítima, também proliferam o mesmo medo.

Essa modalidade de fala permite uma organização simbólica da experiência em que os sentimentos de medo e insegurança que tem origens também no cenário político e econômico, tais como o medo da perda, do empobrecimento e da decadência social, sejam expressos e encontrem um culpado. No entanto, esse processo ordena a experiência a partir de preconceitos e simplificações, em que se divide o mundo entre o bem e o mal, o “nós” e o “outros”, produzindo um processo de suspeição generalizada e criminalização de grupos sociais marcados pela diferença social e econômica. É a fala sobre o crime, como um discurso do medo, que autoriza as “tecnologias de exclusão”.

Para Natal (2020) o discurso sobre a violência está alicerçado em vivências compartilhadas e negativamente reconhecidas, o que autorizaria o uso da linguagem violenta, evocando justificativas calcadas no preconceito, intolerância e estereótipos. O apoio à violência é comum e a violação de direitos é vista como legítima solução contra tudo que é considerado ruim, errado, sujo, transgressor e reprovável e que está sintetizado na figura do criminoso a ser extirpado. Vilhena (2006), a partir de uma leitura psicanalítica dos fenômenos sociais, propõe que ante a condição de desamparo e impotência, constitutivos do sujeito, a alteridade e as práticas sociais de solidariedade são dificultadas. Como efeito acontece a segregação, o antagonismo e o ódio em relação a tudo que recebido como diferente, portanto, como ameaça.

Explorar os discursos do CONSEG em relação à vida urbana e convívio social nela inscrito, fornece material para compreender a profundidade dos conflitos suscitados pela e na Praça Roosevelt. Um espaço convidativo à experiência de alteridade, permite o encontro com o diferente, com o estrangeiro dentro da própria cidade, em todas as suas formas. A Roosevelt é um ponto de encontro para as minorias sociais marginalizadas, ao passo que também é um espaço onde famílias tradicionais de classe média, moradoras do centro, levam suas crianças para brincar. Esse encontro das diferenças suscita conflitos e convoca as forças policiais ao trabalho de vigilância e manutenção da ordem.

O contato com o público do CONSEG permitiu acessar seu discurso, por vezes professado, em sua mais densa profundidade, apenas entre pares. O medo, o ressentimento, o asco e o ódio são afetos suscitado pelo encontro como tudo aquilo que ameaça uma forma de organização psíquica e social, ancoradas em traços de identificação narcísica que homogeneízam esse grupo, transpassam a lógica da Segurança Pública. Os discursos do CONSEG, mesmo quando voltados à segurança de outras áreas e bairros, fornecem material para compreender a lógica e tática de controle utilizados, permitindo-nos acessar qual seria o objetivo desse grupo de moradores em relação àqueles que são percebidos como estrangeiros.

Vale considerar ainda que acessar o discurso circulante no CONSEG de maneira tão crua sem que minha presença causasse constrangimento, só foi possível porque minhas características fenóticas, se não me aproximam do grupo, ao menos não geraram estranhamento aos presentes. Da mesma forma, apesar de não ter chegado a escutar falas objetivamente racistas, em que a cor da pele e outras características étnico-raciais eram citadas como fator pejorativo e usadas como ofensa, por compartilhar o mesmo universo simbólico, fui capaz de decifrar rapidamente como seria o “Outro” que é ameaçador. É como se as características fossem óbvias a todos, portanto, não há necessidade de citá-las, afinal citá-las configura racismo. Segundo Schucman (2012), as pessoas brancas assumem sua identidade racial como normativa e relegam outros grupos às franjas, ora como desviantes, ora como inferiores.

Essa mesma autora, em sua pesquisa, percebe que o fato de ser branca possibilitou que os sujeitos entrevistados sobre sua branquitude se sentissem confortáveis para falar honestamente o que e como pensam as questões raciais e que determinados conteúdos jamais seriam revelados da mesma forma a um pesquisador negro. Maria Aparecida Bento (2002) nomeia como “pactos narcísicos” o mecanismo pelo qual os brancos selam alianças inconscientes entre si em relação às questões étnico-raciais, agindo pelo silenciamento e interdição de negros em espaços de poder. Há assim um permanente esforço pela manutenção da exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social. Essa dinâmica ocorre sem necessariamente nomear ou reconhecer diretamente o Outro, deixado de fora, como negro. Esta questão será retomada no quarto capítulo dessa dissertação.

Para compreender os efeitos desses discursos, o próximo capítulo abordará a percepção de moradores, comerciantes e frequentadores da Roosevelt, que tenham ou

não conhecimento sobre a existência e funcionamento do CONSEG, sobre os conflitos no território e os manejos por eles percebidos.

4 A PRAÇA DE RETALHOS: A PERCEPÇÃO DE MORADORES, COMERCIANTES E FREQUENTADORES

Ao longo dessa pesquisa foram entrevistadas 17 pessoas em busca de suas memórias, vivências e percepções sobre a Praça Roosevelt. O perfil de entrevistados foi propositalmente diverso, na tentativa de capturar diferentes olhares e discursos, o que também tornou desafiador a análise dos dados. Assim, esse capítulo configura-se um mosaico construído a partir de lembranças, experiências, observações, opiniões e insatisfações de moradores antigos, chegados após a reforma e recém-chegados; comerciantes, artistas, sujeitos que participam e não participam de articulações políticas em defesa da Roosevelt, frequentadores participantes e não participantes de coletivos que atuam na praça e skatistas. Uma tabela expondo uma síntese das entrevistas está nos apêndices (apêndice E).

Como construção de método para análise dos dados, as entrevistas foram lidas, primeiramente, na ordem em que foram realizadas. A partir dessa leitura, se percebeu pertinente organizá-las a partir do tempo de convívio dos informantes com a praça. Em seguida, foram relidas observando a sequência temporal, tendo-a como balizador e chave de leitura, na tentativa de captar as percepções dos informantes a partir do seu momento de chegada, considerando como a singularidade de cada tempo pode mobilizar e modificar as percepções. Foi desse processo de leitura que os grupos temáticos foram pensados, optando-se por deixar emergir do próprio texto o caminho para sua análise. A cada nova categoria, as entrevistas anteriores eram revisitadas buscando relê-las a partir dessa nova chave de leitura. As temáticas elencadas para orientar a análise do material foram:

1. História da praça;
2. Localização e acessibilidade;
3. Formas de ocupação da praça;
4. Conflitos;
5. Fechamento da praça;
6. Militarização da praça;
7. Gentrificação;
8. Higienismo e segregação;
9. Racismo;
10. Sensação de segurança;

11. Reclamações e problemas da praça;
12. CONSEG;
13. História e funcionamento dos grupos e coletivos;
14. Efeitos da pandemia.

Por vezes, as características identitárias, tais como as étnico-raciais, de gênero e orientação sexual, surgiram como dados relevantes para localizar a experiência e percepção do informante sobre a praça e sua comunidade local. O entrecruzamento de identidades nos ajuda a entender também o que dizem e de onde falam esses sujeitos e, por isso, optou-se pela citação dessas características quando se mostraram necessárias para compreender o posicionamento dos informantes, porém, caso o entrevistado não tenha se apresentado a partir desse traço, em geral, e quando se trata de minorias, este também não foi destacado em seu nome, mesmo que essa característica pudesse ser observada durante o contato.

Via de regra, os entrevistados preencheram mais de uma categoria de identificação a partir da praça. Por exemplo, além de serem moradores, são também comerciantes ou ainda, diretor de Teatro e morador, ou frequentador esporádico e skatista. Uma característica interessante dos moradores entrevistados é que, apesar de não participarem dos grupos tratados como vozes oficiais da Roosevelt pelo poder público, o CONSEG e a AMACON, todos participaram ou empreenderam algum tipo de iniciativa com outras coletividades, sejam elas políticas, artística-culturais, de pesquisa, esportiva ou de lazer.

A participação ativa dos moradores e comerciantes nas discussões sobre manejo e destino da praça é uma de suas características mais peculiares. Há anos ela tem sido palco e pretexto das disputas políticas entre grupos ali instalados pelo lugar de porta-voz da comunidade local. O CONSEG e a AMACON, não sem resistência e oposição, estão consolidados nessa função junto aos setores políticos e administrativos da gestão municipal, o que tem provocado a organização política dos que não se sentem representados, para questionar medidas que foram impostas a partir de interpelações dessas entidades. A formação do grupo de moradores “Praça Roosevelt de Todxs”, do qual alguns dos informantes participam, é um dos efeitos desse tensionamento político.

A partir de informação oral fornecida por Gaspar, um morador de 39 anos que reside desde 2014 nas proximidades com sua companheira, o grupo “Praça Roosevelt de Todxs” surgiu em 2016, quando estava em debate o projeto de transformá-la em

parque⁹². Essa proposta foi encaminhada, à época, a um vereador em exercício pela representante do CONSEG e da AMACON como uma demanda popular. Em determinado momento, o projeto foi apresentado à comunidade em uma reunião na paróquia da Consolação, a igreja localizada na praça, causando espanto e indignação. Esse foi um momento singular na história recente local apontado como marcador das tensões políticas locais em várias entrevistas.

Houve uma articulação, por meio de abaixo-assinado, para barrar o projeto de lei. O aplicativo de mensagem *Whatsapp* foi fundamental para que este grupo se mantivesse coeso, mesmo após o arquivamento do projeto, favorecendo uma articulação contínua entre os moradores em prol da formalização do “Comitê de usuários da Praça Roosevelt”⁹³, que vem sendo sistematicamente ignorada pelo poder público, representado pela Subprefeitura Sé.

Na verdade, tem um grupo também que eu faço parte. Um grupo bastante informal, não sei nem se a gente pode dizer que é um grupo. Talvez seja mais um agrupamento de pessoas do que um grupo em si, que se indignam com esses movimentos higienistas do local e tentam oferecer alguma resistência, mas por não ter uma organização tão formal acaba não tendo a mesma força política de embate. Apesar de que já tem mais de 3 anos que nós pedimos uma formalização perante a subprefeitura e ela é sistematicamente ignorada, mesmo estando na legislação que a criação de comitês de usuários de praças pode ser mediante solicitação, a subprefeitura simplesmente não cumpre. (Gaspar, 39 anos, morador desde 2014, participante do Coletivo de Moradores “Praça Roosevelt de Todxs” e do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt)

A organização de uma oposição à hegemonia de instituições reconhecidas como oficiais é parte de uma tentativa de experiência democrática muitas vezes recebido com incômodo e angústia. Na percepção da moradora mais antiga, a comerciante Olinda, o embate entre grupos lhe causa indisposição, fazendo-a rememorar o momento seguinte à reinauguração – quando estas articulações não estavam consolidadas – como um período de paz no território “*Creio eu que todo mundo quer ser dono da Praça Roosevelt. Todo mundo quer dar sua opinião, todo mundo acha que a praça deve ser assim. Aí eu falei pra você que eu não acho, que eu gostaria que a praça só voltasse a ser igual quando foi inaugurada*”. (Olinda, 51 anos, comerciante desde 1996 e moradora desde 2007).

⁹² Trata-se do projeto de Lei 421/2016, do vereador Eliseu Gabriel (PSB), que autorizava o Poder Executivo a criar o Parque Franklin Roosevelt. O projeto de lei não traz maiores detalhes das implicações, mas sabe-se que o cercamento da praça no período noturno era previsto e foi o maior ponto de resistência.

⁹³ Os comitês de usuários de praças públicas estão previstos pela lei municipal nº 16.212 de 10 de junho de 2015 e dispõe a gestão participativa da praça do município de São Paulo.

Já Gaspar, que é ativo nessas discussões tanto pela sua participação no grupo de moradores “Praça Roosevelt de Todxs” e pelo coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”, percebe um desequilíbrio na correlação de forças entre os grupos tratados pelo Estado como representantes oficiais e outras tentativas de organização políticas que tentam questionar as medidas impositivas de interdição do convívio na praça.

Essa disputa é de um grupo específico contra uma população. Porque não são dois grupos que entram em embate. É um grupo específico que entra em embate com toda e qualquer pessoa que não seja de um padrão específico e façam atividades de um padrão específico. Esse embate que eu digo, tem muito essa característica. Parece que é um grupo contra todos. (Gaspar)

Gaspar escolheu essa localidade para residir com sua companheira atraído pela dinâmica de ocupação do bairro, em parte também efeito da reforma, pelas possibilidades de acesso à cultura e mobilidade e acabou se aliando a outros moradores quando houve a ameaça de cercamento, para questionar a legalidade do projeto.

Em geral, esse grupo segue acompanhando e discutindo temas que envolvem a Roosevelt por meio do *Whatsapp* e, diante de propostas ou medidas mais duras, se organizam de maneira também mais incisiva para interpelar ou denunciar as ações encabeçadas, principalmente, pela AMACON ou pelo CONSEG. As tentativas de oposição, no entanto, acabam enfraquecidas por não haver formalização da coletividade como representante de moradores locais.

As demandas que esse grupo que eu faço parte, que tenta oferecer resistência a esses processos e até levar demandas reais mesmo da praça, de infraestrutura, como eu disse, perde força. Essas demandas todas não são reconhecidas porque não vem de um órgão oficialmente reconhecido. A administração pública não reconhece nenhum outro grupo que não seja a associação de moradores que eu citei. (Gaspar)

Rodolfo, diretor dos Satyros, traz uma perspectiva interessante sobre a atuação do CONSEG na Praça Roosevelt e os conflitos com uma parte dos moradores:

Eu acho que tem coisas que ele [CONSEG] faz que também são legais, mas acho que precisa um pouquinho mais de diálogo, sabe assim? Um pouco menos de... um pouco mais de sentar na mesa e conversar com quem quer que seja. Acho que isso é importante também. E esse negócio de ser a voz da praça é meio complicado. Eu acho que a praça tem muito artista que mora na praça, tem muito jornalista, tem muito intelectual que mora na praça e essas pessoas, elas não conseguem dialogar com o CONSEG... então, é uma grande parte da comunidade, ela fica subrepresentada, sabe? Eu acho que tem um problema de representação muito grave.

Outro morador aponta como questão crucial a ser debatida a proibição do uso do espaço a partir de uma suposta autoridade institucional dessas entidades como representantes dos interesses dos moradores para os órgãos administrativos. Para Caetano, também participante do grupo “Praça Roosevelt de Todxs”, esse reconhecimento é equivocado e contrário às demandas de tantos outros moradores:

... por exemplo, fazer um evento aqui, “Não, não pode!”; “Como assim, não pode? Como assim não pode, não vou fazer... não vai ter som.” “Não, não pode.”; “Não pode por quê?”; “Ah... tem que pedir pra subprefeitura”, aí chega na subprefeitura “Não, não pode... a AMACON disse que não pode” (...) Essa coisa está complicada. Lá na prefeitura, na subprefeitura, chegar com a ideia de um evento “Cara! Não traz isso não, velho. Putz, isso aí vai dar uma dor de cabeça, tem que peitar a [presidente do CONSEG e representante da AMACON]”, sabe? Então é muito complicado isso. (Caetano, 49 anos, morador da Praça Roosevelt e participante do coletivo “Praça Roosevelt de Todxs”)

Nenhum dos entrevistados participavam ativamente das reuniões do CONSEG. Alguns já participaram em algum momento e de forma esporádica, mas não se reconhecem enquanto frequentadores ou membros; outros se mostraram críticos e alegaram não participar por discordar do formato das reuniões e do discurso adotado; tiveram àqueles que apenas ouviram falar e não tem maior conhecimento; e àqueles que desconheciam completamente a existência desses conselhos na cidade.

Curiosamente, nenhum dos escutados que conheciam o CONSEG identificam-se com a gestão dos conflitos operada por ele e, em geral, a presença e atuação da polícia causa algum estranhamento e incômodo, ainda que reconheçam que se sentem seguros em consequência do policiamento ostensivo. A narrativa de um morador sobre sua breve participação no conselho traz notícias dos motivos desse afastamento entre CONSEG e esses moradores: *“Particpei e é muito difícil participar hoje porque é um clubinho fechado, de decisões fechadas. Então assim, escutar a população é proforma, porque eles fazem à revelia”* (Caetano).

Durante as entrevistas, frequentadores e moradores se sentiram mais à vontade para expor suas indignações com as ações das forças policiais que as comerciantes, que são também as moradoras mais antigas. Estas evitaram falar do assunto. Duas hipóteses puderam ser levantadas sobre esse posicionamento: a primeira resgata a perspectiva de Natal (2020), que localizou na experiência de pessoas mais velhas maior deferência às forças policiais por priorizar segurança pessoal, patrimonial e material em detrimento da autonomia e liberdade, como abordado no capítulo anterior; já a segunda trata de

circunstâncias locais, que envolvem o receio de represálias e prejuízos econômicos caso se manifestem insatisfeitos.

4.1 A velha-guarda: os que estavam antes da reforma de 2013

Olinda e Augusta tem seus comércios e moradias na região desde a década de 90 e, portanto, conviveram com a praça no período anterior à (re)instalação dos primeiros teatros. Essas mulheres vivenciaram o esquecimento pelo poder público, a redescoberta da “veia artística”, a modificação de perfil dos moradores e frequentadores e os processos e efeitos da reforma, em 2012. Olinda, 51 anos, comerciante desde 1996 nas proximidades, lembra que

A praça antes da reforma, ela era um pentágono. Ela tinha uma creche, um supermercado, uma floricultura... ela tinha vazamentos, frequentadores, assim, poucos frequentadores, digamos, na parte de baixo. Eles ficavam mais na parte de cima... e à noite tinha muitos moradores de rua, muitas pessoas que vinha para dormir... À noite era perigoso. Não era um lugar pra se ficar, né? Ela ficou fechada uns 4 anos pra reforma. Após ela abrir, era muito bonita...

Já Augusta, 59 anos, moradora desde 2006 e comerciante desde 1998, conta ter saudades da praça antes da reforma, pois havia construído relações afetivas com outros moradores e comerciantes dessa época, que acabaram por encerrar suas atividades e/ou se mudar para outra região mais tranquila e menos cara.

Peguei a fase que não tinha nada na praça. Não tinha comércio quase aqui. Tudo aberto, bar, só tinha eu, o Satyros, o Biju, o “Papo e petisco” e a loja de antiguidades. Eram os que tinha aqui. O resto era fechado. Aí tinha casa de material de construção que era aberto e só.

Em outro momento da entrevista, relembra que “a gente viveu uma vida muito boa, tinha muita boate aqui do lado, tinha o Cultura Artística, tinha bastante público e a praça, eu, pra mim hoje, a antiga praça era muito boa, antes da reforma. Depois da reforma deu uma decaída novamente” e lamenta as mudanças que se seguiram à reforma: “Muita gente mudou, muita gente antiga do teatro também hoje não reside mais aqui no pedaço. Muitos clientes morando... muitos clientes moram fora, no interior de São Paulo. Enfim, houve uma mudança muito grande. É, os imóveis encareceram e o pessoal acabou mudando, né?”.

Ambas também reconhecem que a praça é ponto de convergência da cidade, em função de sua centralidade e acessibilidade urbana, atraindo público de outras regiões. O que para a presidente do CONSEG, segundo entrevista dada ao UOL em 2018 citada

anteriormente, é um problema, para essas moradoras e comerciantes é uma potencialidade. A presença desse público é bem-vinda, assim como os grandes eventos que aconteciam lá.

O que eu presenciei, né? Aqui na Praça Roosevelt... ela é um, uma praça que tem manifestação, eventos, atos políticos, né? É uma praça que recebe pessoas de todos os bairros próximos, né? Tem a parte dos skatistas, o cachorródromo, tem duas lanchonetes, entendeu? Então é uma praça que ela acolhe pessoas de todos os lugares. (Olinda)

Ó, eu vou ser sincera...eu só vejo vantagem em trabalhar e morar perto da praça. A praça é linda. Eu adoro a praça. Como eu te falei, que todos sejam bem-vindos nela. Que todos os frequentadores usufruam dela, porque ela tá aí pra isso, né? Eu só tenho a falar bem da Praça Roosevelt. E como eu te falei àquela hora, né? São três linhas de metrô próximas, Rua da Consolação, Rua Martins Fontes, Rua Augusta, Rua São Luís. Então, pra onde você queira ir, tem ônibus, né? Então é fácil e essa é uma grande vantagem. (Olinda)

Ahhh... a praça foi boa pra todo mundo, eu acho que todo mundo tem o direito de curtir né? Lógico que vem muita gente pra cá pra praça, esse ponto não é daqui, do centro. Eles vêm de bairros, são pessoas que vem de ônibus, vem aqui andar de skate. Pra eles é um outro mundo né? Porque é diferente você morar num bairro e vir pro centro... então o público que a gente tem agora na venda são os meninos que vem de bairro, vem da zona sul, vem de Guarulhos, vem de tudo quanto é redondeza, vem gente aqui... tem do Grajaú, tem de tudo... (Augusta)

A vivacidade local foi citada não apenas por essas moradoras, mas por todos os entrevistados como uma de suas características positivas, ainda que tenham considerado, e lamentado, também os efeitos negativos de sua intensa ocupação, tais como barulho e lixo.

Outro ponto convergente entre as comerciantes é a avaliação negativa das mudanças quanto aos eventos artísticos e culturais nos últimos anos, quando passaram a ser, se não proibidos, ao menos dificultados. A desaprovação com relação às mudanças não se dá apenas pelo impacto financeiro, já que a proibição de grandes públicos levaria à menor lucratividade dos estabelecimentos, mas também porque, enquanto moradoras, essas duas mulheres têm carinho por experiências que já tiveram em eventos culturais.

De 5 anos pra cá, creio eu, que é... ela tá um pouco esquecida, tá? Pela arte-cultural. Ela tá esquecida. Não tem mais eventos... A família frequenta? Sim, a família frequenta a Praça Roosevelt, os skatistas... todos são bem-vindos, porque... de que adianta uma praça vazia? Não é uma coisa legal, não é bonito. Bonito é a praça toda enfeitada, é a praça cheia, com crianças correndo, outros lendo um livro, outro fazendo um piquenique, né? Então esse é o bonito do local. Então eu acho que tá faltando, assim, mais cultura, mais eventos. (Olinda)

Ah, eu gosto do público. É um público divertido, é um público que a gente conhece todo mundo, a gente faz amizade, se conhece, entendeu? Eu tenho cliente de tudo quanto é parte... (Augusta)

Olha, eu acho que a Satyrianas no começo era muito boa... a Satyrianas, o carnaval aqui na praça foi muito... era muito bom. Uma pena, mas era uma época muito boa. (Augusta)

Ao que parece, a partir do lamento sobre o “esquecimento” da Roosevelt pelo setor cultural, é possível supor que a moradora desconheça a proibição desses eventos impostada pela administração municipal a partir de solicitações do CONSEG e da AMACON. O suposto desinteresse pelo potencial cultural contrasta com as narrativas dos coletivos que insistem em realizar suas atividades e que enfrentam dificuldades burocráticas e/ ou repressão das forças policiais. Como podemos ver no trecho da entrevista realizada com João (39 anos, artista circense, frequentador da praça e do Encontro de Malabares)

Não é uma coisa que a gente possa mudar, mas é isso, dependendo como for, a gente tem passado por momentos chatos e por momentos bons. Momentos em que estão acontecendo o espetáculo, comunidade toda ali assistindo, um público lindo, criançada desfrutando do espetáculo e a GCM querendo cortar no meio. Aí você tem que segurar as pontas pra deixar acontecer lá e segurar a polícia aqui, falando que você tá no seu direito, enfim, nesse sentido teve uns dias de desgaste também, teve de tudo.

Outros moradores antigos, ativamente envolvidos com questões políticas, já conseguem reconhecer as mudanças nas formas de ocupação dos últimos anos como consequências de decisões administrativas, do posicionamento do CONSEG e das forças de segurança pública. Caetano é direto ao comunicar sua insatisfação com a gestão dos conflitos. Para ele, que tem um projeto de memória da praça através de documentos e imagens, esse manejo é autoritário, antidemocrático e está diretamente ligada ao CONSEG:

Então nós temos pelo menos dois documentos do Ministério- Público hoje que questionam a segurança da praça, como ela é feita, né? Essa segurança que tá deteriorando a praça e como tá deteriorando a praça, a questão dos fechamentos, a falta de liberdade e de expressão ali na praça. Ela é, digamos (aspas com os dedos), camuflada de certa forma. Infelizmente todos esses órgãos de tentativa de controle, incluso o CONSEG, eles tentam fazer um cerceamento de liberdade aqui.

Olha, os problemas são vários. As reclamações são várias, são muito plurais. O poder público dificilmente debate isso com esse público, com esse pessoal. Algumas instituições tomam a rédea disso como CONSEG e tentam solucionar isso de maneira equivocada, com truculência e não há uma comunicação do poder público...

Já entre Olinda e Augusta, que não por coincidência, são moradoras e comerciantes veteranas, um ponto de inflexão é a tentativa de se distanciar dos questionamentos sobre o manejo da segurança pública, especialmente sobre a atuação da polícia. Ambas demonstraram conhecer os processos políticos que envolvem as forças policiais, mas evitaram tecer críticas ou elogios sobre a política de segurança empregada, creditando à GCM, à PM e ao CONSEG o poder de tomar decisões e não se dispondo a questioná-las, já que são as instituições responsáveis pela vigilância local, como podemos perceber abaixo, através de um comentário de Olinda:

O que eu tenho a falar da segurança é o seguinte, é o que eu vejo, da minha janela, tá? Tem, constantemente... carro. Eles ficam andando em cima da praça, né? Ficam mantendo. Não sei se é certo ou se é errado, eu não sei. Outro dia vieram perguntar pra mim o que eu achava, eu “Olha, se a Praça Roosevelt, tá? Ela está apta aos carros da polícia militar ficar dentro... circulando em cima da praça, seja pra ver como é que está... como posso te falar? Eles fazendo a ronda deles e eles tem permissão pra isso, tudo bem. Porque eu acho que um carro não iria fazer... a guarda, a polícia militar, não iriam fazer a ronda em cima da praça se eles não tivessem permissão...” eu sou sincera, eu acho. Eu aceito...

Já Augusta, ao ser perguntada sobre as questões de segurança respondeu primeiramente: “A segurança? Olha, eu não tenho a reclamar da segurança não. Pra mim aqui ninguém perturba, os moradores de rua já são conhecidos da gente aqui, então... conversa de boa, falo “não, não pode”, atualmente eles não têm perturbado nada”, evitando o tema do policiamento e, quando pergunto sobre sua perspectiva sobre a atuação das forças policiais, Augusta responde, mais uma vez, evitando o assunto “Ah, e não tenho o que reclamar disso. Eu acho que se eles dão uma batida, eles estão fazendo o serviço deles e tem que ter né? Infelizmente, tem que ter punição na praça”.

Uma possível hipótese para o motivo dessa evitação foi trazida por outro morador durante sua entrevista. Martinho, 57 anos, escritor, poeta e morador desde 2008, ao falar de suas insatisfações, destaca a atuação da polícia e traz à tona sua percepção sobre os comerciantes. Segundo ele, estes têm medo de expor insatisfações e sofrerem represálias

Os bares, eles são de um certo modo... eles têm medo, tem uma cultura de medo, medo de reclamar, medo de pedir por escrito porque pode sofrer uma represália da subprefeitura. Eles não conseguem se articular, né? Porque um pensa que é isso, outro pensa que é aquilo, o pessoal já pensa que tem que gastar, entende? Não sei, tem várias questões aí. Não sei, as próprias questões pessoais deles porque boa parte dos donos dos bares são moradores aqui da região.

Martinho é um dos moradores que chegou durante o momento de instalação dos teatros e bares que precederam a reforma, e é idealizador de um sarau realizado mensalmente nos bares da Praça Roosevelt⁹⁴ que acontece desde 2017. Além disso, tem alguns livros publicados, sendo a praça uma de suas fontes de inspiração. Nossa entrevista foi mobilizada por sua insatisfação aos modos de ocupação da polícia, já tendo organizado inclusive reclamações formais sobre a situação ao MP juntamente com outros moradores, possivelmente participantes do grupo “Praça Roosevelt de Todxs”.

“Nós reclamamos dessa questão, de que você tem um desvio, uma ocupação irregular de um serviço público, que tá sendo executado de forma errada, prejudicando a questão arquitetônica e o espaço de reunião das pessoas, entende? Aí representamos, tá lá no Ministério Público essa reclamação aí. A gente precisa até ver como que tá lá, isso desde julho, se não me engano, por aí, né? E você percebe isso, houve de fato essa, esse serviço público de segurança que andam executando aí tá errado, completamente errado, né? E ele acaba limitando o uso da, das pessoas”.

Martinho, apesar de não frequentar às reuniões do CONSEG, conta conhecer e discordar da gestão proposta, dedicando parte de sua entrevista para comentar sua percepção sobre ela:

Um outro aspecto que eu como morador pressinto aqui e vejo, aí tem a ver com o CONSEG, aí você eu acho que já viveu essa experiência. Há um preconceito. tem pessoas preconceituosas, né? Preconceituosas em relação às pessoas da periferia que vem pra praça, sabe? Aí é até bom você pesquisar também, já conversou com alguém de periferia? “O que é a Roosevelt pra você”, numa periferia?

O processo de higienismo social e gentrificação que se dá através da ação das polícias vem atravessando a praça desde sua reforma também não passa despercebida por ele:

Então existe uma ação parece que pra expulsar as pessoas, não deixar as pessoas à vontade na praça. E isso é fruto dessa... desse serviço público mal-orientado... não sei se mal-intencionado, mal-orientado, mas ele é discriminatório. Ele é discriminatório, porque ele tá ali fazendo isso com as pessoas que percebem que vêm da periferia pra praça, sei lá, realizar a vida deles... e a Roosevelt é muito interessante por isso né, são muitos cenários que você tem aqui.

Esse grupo de moradores consegue perceber o aprofundamento do processo de militarização do espaço atrelado ao higienismo social que vem acontecendo desde

⁹⁴ O Sarau também passou a acontecer online pela plataforma Zoom em 2020 em função da pandemia de COVID. No momento da entrevista, havia sido realizado 2 edições online do sarau.

então, que tem como importante consequência a diminuição de eventos culturais ao longo do tempo. Estes demonstraram estar mais cientes dos processos de disputa política que envolveram não só o CONSEG e a AMACON, mas também que envolveram a Ação Local Praça Roosevelt e o Comitê Roosevelt, que os precederam.

Como já citado no primeiro capítulo, a institucionalização da PM e da GCM no local como estratégia de conservação representou alívio para alguns moradores que tinham receio que a praça voltasse a enfrentar problemas como a criminalidade violenta, prostituição e tráfico de drogas. Ao longo dos últimos anos, no entanto, sua intensificação tem sido recebida como uma afronta por alguns entrevistados. Estes percebem a disputa de espaço entre as bases policiais e os usuários, em que a polícia vem progressivamente se apropriando do território que, à princípio, deveria cumprir função de convivência.

Então tá todo mundo no mesmo, no mesmo barco de certo modo, né? Eu mesmo moro aqui também, né? Aqui na praça já há 10 anos, né? Então aí você começa a perceber, e aí nesse meio tempo é justamente o tempo, né? Esses 3 anos atrás, é o momento em que você começa a ver mais carros da polícia aí, tanto da GCM quanto da PM, eles aumentam, expandem o cercadinho deles lá, né? Que deve ser todo custeado com dinheiro público aquilo e lá embaixo, onde as vagas são privadas, elas, as vagas, são para uso das viaturas só tem carro particular, entendeu? Então tá errado. E o espaço que é do povo fica tomado por carro da polícia, manobrando em cima da praça. (Martinho)

A PM usa de maneira completamente escusa e inapropriadamente a praça, né? Isso aí tá documentado no ministério público, essa falta de... de tato com a população, tanto é que esse documento critica, por exemplo, a PM, ela faz desse espaço como se fosse a Faixa de Gaza: ela vai aumentando, aumentando a gradezinha dela pra colocar cada vez mais viaturas, mais viaturas, que ficam passando à milhão quando tem chamado, sendo que, no projeto original a parte do estacionamento seria para as viaturas. (Caetano)

Para alguns, após a reinauguração, a chegada de novos moradores, atraídos também pelo potencial imobiliário que a região passou a ter, atualizou as disputas pelo domínio não só do uso, mas também da narrativa histórica, sendo a tentativa de cercá-la um de seus efeitos.

Sabe cara, é um retrocesso o que a gente tá vivendo nesse sentido e tudo por causa da gentrificação. Esses caras conseguem fazer esses links e cooptar essas pessoas pra fazer esse fechamento e o uso de maneira inescrupulosa, eu diria, da coisa pública. Então a segurança local por alguns momentos tem a presença eu acho que ela se faz necessária, outras horas é completamente desnecessária. (Caetano)

Então, eu acho que tem essa questão né? “De quem é a praça?” Acho que isso é uma questão importante, porque eu vejo muitas vezes alguns moradores falando “Ai, mas aqui, minha casa e não sei o que...”, mas o espaço é público e daí como que você... como que você administra o espaço público e como esse espaço público pode ser pensado de uma forma que seja mais democrática, sabe? E atendendo casos específicos, né? (Rodolfo)

Na percepção de Rodolfo, diretor dos Satyros, uma das consequências dessa dominação seria o esforço para recontar a história excluindo os laços fundamentais entre a praça e os teatros.

Porque é uma praça única pra cidade, né? E foi uma conquista que agora tá sendo jogada no lixo, assim... ou seja, dessas pessoas que chegaram depois do teatro... que chegaram depois do movimento teatral e tudo, elas querem falar pela praça, sabe? E elas querem reescrever a história. Então isso é muito triste também... chegou o momento em que eles diziam “Aah... o Satyros não fez nada... é tudo mentira o que eles falam”, sabe? Essa coisa de reescrever a história e também desautorizar àqueles que chegaram antes, sabe? Então acho que a cidade deveria pensar “Meu, foi o teatro que tornou essa parte da cidade interessante, viável... é... poderosa, do ponto de vista simbólico. Reconstruiu, requalificou essa região, então nós devemos fazer alguma coisa em troca do teatro”. Não digo em troca do Satyros, mas pensar esse espaço como... de uma forma diferente, sabe? (Rodolfo)

De fato, através das entrevistas foi possível perceber, que, diferentemente dos moradores mais antigos que reconhecem o movimento teatral como protagonista no desencadeamento de mudanças locais, os chegados após a reforma, se sabem da relação entre os teatros e a praça, desconhecem a dimensão de sua importância no início dos anos 2000. Além disso, não reconhecem, da mesma forma como os veteranos conseguem fazê-lo, os atrativos que o bairro passou a ter – sua requalificação e valorização – como consequências diretas desse movimento urbano movido pelas companhias teatrais. Além do mais, apesar de haver um estranhamento com a ostensividade da ação policial, não reconhecem a progressividade tanto do processo de militarização quanto do arrefecimento das atividades e eventos culturais ao longo dos anos. Essa questão será mais bem explorada a seguir.

4.2 Jovem-guarda: os moradores desde a reforma e os recém-chegados

Dentro do grupo de entrevistados que chegaram após a reforma, as potencialidades artísticas, de lazer e mobilidade urbana foram determinantes para a

escolha para residência, ainda que não tenha sido nomeadamente o movimento teatral que os motivaram.

Esses moradores se instalaram a partir do *boom* imobiliário que desencadeou a alta dos aluguéis e dispersão da vizinhança anterior. No entanto, considerando o que haviam almejado na relação com a cidade, o valor das locações não foi um impeditivo. Pelo contrário, como no caso de Nestor, 36 anos, programador e morador desde janeiro de 2020 junto com sua namorada, optar pela Praça Roosevelt representou uma ascensão social, já que passou a gastar mais com moradia em nome de uma economia de tempo e dinheiro no deslocamento:

Querendo ou não, eu venho de uma família que tem mais condições do que a família da [namorada] e eu dei a sorte de me dar razoavelmente bem numa área, TI, que paga razoavelmente bem nos padrões brasileiros. Então assim, pra mim, de novo, não é barato. Eu já morei em São Caetano sozinho em um lugar bem maior que esse, pagando metade do aluguel, mas assim... de novo, se é pra pôr na ponta do lápis todas as vantagens que você tem morando aqui, só o que a gente economizou de transporte, tipo, tanto público quanto Uber, cara já é... sei lá, meio aluguel por mês, assim, entendeu? Então assim, você... e, e uma coisa que pra mim é fundamental e, tipo assim, eu sei que a [namorada] também passou por isso, mas assim. Durante muitos anos eu morei longe do meu trabalho ou da minha faculdade. Então assim, eu perdi... assim, nossa, uma infinidade de horas da minha vida me deslocando e é um tempo que eu nunca mais vou ter de volta na minha vida sabe? Então assim, pra mim pagar um pouco mais de aluguel, mas reduzir pela metade ou por um terço o tempo que eu gasto no deslocamento, pra mim não tá nem em discussão, assim, sabe? É, enfim...

Em outro momento da entrevista, acrescenta:

Eu comentei com amigos quando eu tava mudando pra cá que a mudança pra cá foi a primeira... assim, eu mudei de casa algumas vezes na vida e desde 1996 eu não tinha uma mudança com a sensação de upgrade, de melhora de vida e essa foi minha primeira, exatamente por todas esses pontos positivos que eu falei. O apê, ele é bem bonitinho... assim, ele é recém-reformado.

Essa dinâmica comumente paulistana, em que a ascensão social se dá através melhora do poder aquisitivo e resulta em migração de bairros da periferia para os centrais – preferencialmente para as proximidades das estações de metrô, onde os aluguéis são mais caros, como é o caso da Roosevelt – é explicitada na relação de Nestor e sua namorada, Bela.

Nestor é um rapaz que se afirma branco (e, de fato, essa é uma característica evidente em suas narrativas), tem 36 anos, já alcançou estabilidade financeira e pôde escolher morar na praça. No entanto, Bela, sua namorada, tem 29 anos, é estudante de

farmácia, refere ter vindo de um bairro periférico, se reconhece como não-branca e está em busca de consolidação profissional. Bela traz um contraponto ao posicionamento de Nestor que reforça como a escolha entre o alto custo de moradia e o tempo de deslocamento pela cidade é, de fato, uma questão, para moradores mais jovens: *“Aqui é pornograficamente caro. É muito caro. Eu só tô aqui porque ele, só porque ele insistiu porque por mim eu tava mais na periferia ou mais na parte do centro velho. Isso é uma desvantagem bem grande, tudo aqui é bem caro”*.

Já Maria Antônia, 34 anos, jornalista, natural de Belo Horizonte e moradora desde 2014, conta que escolheu a localidade um ano após a abertura da praça, não só pela mobilidade urbana, mas também por gostar da dinâmica cotidiana, considerando as opções culturais, de lazer e seu público diverso. Essa moradora também conta que não conheceu a Praça Roosevelt antes da reforma porque chegou em São Paulo em 2005, portanto, tem memórias apenas do período em que já estava cercada por tapumes e da grande efervescência e otimismo após a inauguração.

Eu gosto da diversidade que tem aqui nessa região, porque é um privilégio morar num lugar tão bem servido de atração cultural. Você vai a pé para quase todas as coisas, você tá perto de restaurantes, eu acho isso muito bom. Eu trabalho no centro então andar até o trabalho andar até o trabalho... Ir a pé pro trabalho é uma grande vantagem. Isso e conviver com todo tipo de morador, de várias idades, de vários interesses diferentes.

Apesar de desconhecer a história do local, Maria Antônia também é participante do grupo “Praça Roosevelt de Todxs” e, em sua percepção, credita sua importância no cenário urbano não apenas à sua acessibilidade somada à infraestrutura, que avalia ter ainda muitos problemas, mas também pela carência de espaços públicos amplos e gratuitos em São Paulo.

É um lugar e converge muita gente de outras regiões e que executa muitas atividades diferentes, mas como espaço, eu ainda acho que... na verdade, a falta de espaço público em São Paulo faz as pessoas se deslocarem para cá. Mas é uma praça com muitas deficiências em termos de infraestrutura né? Mas ao mesmo tempo, é realmente, é uma praça que converge jovem, adolescente, tem muito, é uma região de muito morador idoso. É uma região de comércio mais forte, tem muitos bares, tem uma vida noturna, recebe um fluxo de pessoas da Augusta, todos os dias, mas principalmente nos fins de semana. Então, é utilizada para muitas coisas. Ela abriga manifestação, ela abriga bloco de carnaval, ela abriga movimento social, ela abriga grupos de poesia, grupos de arte, praticantes de esporte...

Apesar desse grupo de pessoas ter sido aleatoriamente escolhido, ainda assim, foi composto apenas por moradores que vivem sozinho ou casais sem filhos, com

menos de 40 anos, e que, portanto, compõe a população economicamente ativa de São Paulo, o que é também um indicativo do perfil de moradores atraídos a partir da reforma. Não por acaso, a mobilidade urbana, somada à localização central, foi uma vantagem citada por vários entrevistados por reduzir o tempo de deslocamento ao local de trabalho. Essa centralidade também favorece socialização, pois serve como ponto de encontro aos amigos que permaneceram em outras regiões.

Ah, sobre morar na praça. Eu gostava de lá porque era muito perto de tudo, tipo conseguia chegar a pé em qualquer lugar... Meus amigos normalmente acabam, acabavam na minha casa ali... acabava virando um point por que as pessoas sempre estavam no centro e ligavam "Ô [nome do entrevistado], onde você tá?" "Tô em casa". E acabava sempre subindo para casa... (Martins, 28 anos, foi morador da praça entre julho de 2019 e julho de 2020)

Como eu sou aqui do centro, então, assim, acho legal que de vez em quando eu encontro alguns amigos aqui que eu não vejo faz tempo e tal... porque é um lugar que provavelmente a minha galera vai acabar passando em algum momento, assim... então eu acho isso muito bacana. Então às vezes eu tô saindo, tô passeando com minha cachorrinha ou tô atravessando a praça, encontro alguém que tá aqui, tá curtindo o dia na praça. (Aurora, 35 anos, moradora da praça desde 2019 e participante do coletivo “Praça Roosevelt de Todxs”)

Acho que é melhor coisa é estar perto de tudo, porque dali é muito fácil chegar na região da República, mas também tem o metrô perto, o metrô Higienópolis, e quase tudo eu conseguia fazer a pé ou de skate ou de bike. Foi uma época que eu praticamente não tive que usar transporte público, o que é uma coisa que eu tenho prezado muito nas minhas residências assim, é evitar usar transporte público e usar sempre ciclovias, evitar de ter que pegar Uber ou metrô, ônibus... O mais vantajoso de lá é que é um lugar muito estratégico assim quanto a mobilidade, né? (Martins)

A busca por agitação social e cultural é tão marcante entre os moradores jovens que um dos entrevistados se mudou de lá durante o período de isolamento mais rígido da pandemia, em 2020, porque avaliou que o alto custo de vida ante o esvaziamento das atividades culturais e fechamento do comércio, era uma desvantagem. Ao relatar sua história, Martins conta que foi morador entre julho de 2019 e julho de 2020, quando decidiu se mudar para outro bairro central: “Agora eu tô morando na Santa Cecília. Eu me mudei um pouquinho, sair um pouquinho lá da Roosevelt. Eu tava pagando um aluguel por um CEP que na pandemia não tava valendo a pena” e complementa:

Basicamente, todos os atrativos que tinham pra pagar o aluguel ali na praça, acabaram né? Porque, sei lá, o que é legal da praça é tipo... os bares. Tá perto dos nightclubs ali da Augusta e tal e quando tudo fechou não tinha mais o que fazer. Eu só tava saindo de casa no

máximo pra ir no supermercado, ali no Extra mesmo, da esquininha ali da praça e só. Então então, tipo... estava pagando quase 2 mil reais pra morar numa kitnet bem localizada mas que no meio da pandemia não tinha tanto sentido assim, sabe? Não fazia jus ao que eu tava pagando.

É perceptível ainda o orgulho de morar em uma localidade tão marcada pela diversidade de públicos e atividades, ainda que essa miscigenação social resulte em episódios de conflitos e violência policial com alguma frequência.

Todo dia também tem uma manifestação e um bloco de carnaval, então, quando você mora aqui, você tem que ter o perfil de poder conviver com esse tipo de coisa, porque é frequente, da característica do espaço. E agora aqui também acaba sendo alvo, acaba... Quando você tem manifestações ou protestos muito duros aí... então é sempre nessa região aqui que você tem dispersão da polícia, então existe violência, sabe... quando você tem eleição ou manifestação, os comerciantes tem que fechar as portas, tem que colocar tapume... Quando, tudo... O carnaval começa e termina aqui, então você inviabilizar a região algumas vezes por ano, por alguns motivos... Mas eu vejo isso mais como vantagem, eu só acho que isso é uma questão que você tem que lidar com isso. (Maria Antônia)

E também lá acontece muita... a maioria das manifestações acabam terminando ali... tem a parte que acaba ficando por ali, só que a polícia também comete vários... tem vários episódios violentos da polícia contra esses fins de manifestação que também me desagradavam um pouquinho. Mas o que me agradava era o que acontecia comumente, que as pessoas se reuniam lá pra se divertir sabe? São episódios muito bons assim, episódios que não marcaram negativamente. (Martins)

As situações violentas entre policiais e frequentadores evidenciam outra dimensão das questões e conflitos que permeiam a vida na Praça Roosevelt, que também dizem respeito ao outro grupo de moradores, que não foi possível acessar diretamente. Esses vizinhos, no entanto, estão presentes no incômodo dos moradores mais jovens, sendo descritos como habitantes mais velhos, por vezes, com maior poder aquisitivo e de perfil mais conservador.

Conversando com a nossa vizinha, ela falou que aqui era um pessoal mais velho que morava antes, então teve um choque com o pessoal mais velho, a praça toda cheia de gente nova e todo esse caos que tem. Então tipo, pra eles foi um pouquinho mais chocante também e a impressão que eu tenho é que muitas dessas pessoas aqui, elas têm uma situação financeira boa. (Bela)

Neste sentido, o relato de Martins, traz elementos para reflexão sobre os conflitos e dificuldades de convivência entre os moradores recentes e alguns dos

vizinhos antigos, sobreviventes do processo de mudança de perfil da região. Martins é um jovem que se afirma LGBTQ e que também tem diversos amigos que frequentavam sua casa que também se identificam a partir desse traço. Ao tratar das desvantagens, o rapaz é, não por acaso, o único entrevistado a apontar diretamente a presença de vizinhos intolerantes como um problema de seu cotidiano.

Eu acho que muitas pessoas que moram nos predinhos ali, é óbvio que tem muita gente mais jovem e tal, mas também tem muita gente que tá lá há muito tempo assim, comprou apartamento sei lá nos anos 70 assim, e... não entendeu que a região mudou e continua querendo viver na região da forma que ela era. Então, tinha muita gente preconceituosa no prédio... muita gente conservadora no prédio, em todos os quesitos. Não podia andar com tal roupa nos ambientes comuns do prédio porque tinha gente mais idosa morando lá que, bom, sendo que lá é uma área que hoje em dia é ocupada por muita gente LGBTQ. Enfim, de todas as formas possíveis e muitas vezes esses moradores conservadores... muitas vezes não lidavam muito bem com isso e parecem que ainda queriam o prédio antigo lá, como compraram nos anos 70. (Martins)

Ainda assim, a percepção positiva sobre a mistura de públicos como atrativo é um traço comum percebido entre moradores chegados após a reforma. Se alguns dos antigos se mudaram por não suportar essa dinâmica ou buscam soluções mais autoritárias de silenciamento e controle via CONSEG, por exemplo, esse também parece ser o motivo que atraiu outros após a revitalização.

Dentre essas características, percebe-se que a forma de lidar com a questão das drogas é divisor entre os moradores jovens recém-chegados e os mais conservadores, como os que frequentam o CONSEG. A relação que os entrevistados constroem, principalmente, com a maconha, é de flexibilidade, não sendo o seu uso explícito visto como um problema a ser reprimido pela polícia. Ao longo das entrevistas, foi perceptível não só a convivência pacífica, mas também a reprovação da ação das forças policiais para coibi-la e até discreta satisfação pela naturalidade com que é encarada.

Você tem gente andando de patins, você tem gente andando de bike, você tem jovens, tem pessoas mais velhas, você tem gente fazendo malabares, você tem gente ensaiando peças de teatro. Tudo no mesmo espaço. Você tem gente consumindo droga, consumindo maconha do lado da polícia militar. Então, é... eu tenho esse sentimento de que parece que é uma bolha dentro de São Paulo, a Praça Roosevelt. Aqui acontecem coisas que não costumam acontecer, pelo menos que eu conheça, eu não sei de nenhum lugar que tenha tanta variedade social que nem aqui, né? (Maria Antônia)

Sabe, tem dia que paro aqui e olho e vejo um pessoal aqui, uma turma aqui, com os malabares, e vejo uma turminha sentada trocando ideia, aí a galera do skate, a galera com os cachorros e tal... isso é muito lindo sabe? Até a próprio a questão de ser um espaço que se faz mais vista grossa pra questão do uso da maconha, por exemplo. (Aurora)

Vai todo tipo de gente. Vai desde universitário até família, até gente que vai lá para fumar maconha. Tem de tudo assim, até os... Deixa eu pensar o que mais que tem para dizer de lá. Lá sempre tem gente, na praça sempre tem gente, independente da hora, independente do dia. Tipo, segunda-feira de noite, se você for passar lá de madrugada vai ter alguém bebendo com os amigos e ficando até terça-feira de manhã e qualquer dia é assim. (Martins)

E geral, esses moradores e não tiveram a vivência de risco do período em que a praça era encarada como um problema de segurança pública, por isso não a associam ao sentimento de medo e insegurança. Pelo contrário, a percepção de que se trata de um lugar seguro também compõe as características atrativas que levaram a escolha.

Eu acho que, na praça em si, a praça é um lugar seguro, muito seguro na verdade. Essa região é uma região segura, por exemplo, o que não é seguro, é exatamente ausência do poder público nos finais de semana, na Augusta, você tem várias batidas de carteira, ééé... A violência e tem aumentado tem mais haver com uma ausência de política pública na região, mas a praça, na praça em si, não... Ela é segura. (Maria Antônia)

Segundo Caldeira (2003), a percepção sobre criminalidade se entrelaça à experiência pessoal e marcam essas percepções em cada classe e território. Como já citado, as narrativas sobre violência são tentativas de elaboração de experiências desconcertantes, de natureza arbitrária que acabam por reforçar a sensação de perigo, insegurança e perturbação causada nos eventos criminais. Desta forma, não por acaso, alguns dos antigos moradores do bairro têm maior sensação de segurança a partir da presença das polícias que os novos moradores, que, sem apreender o progressivo processo de militarização citado anteriormente, manifestam estranhamento à presença e à ação ostensiva da polícia no território, julgando-a excessiva.

[E qual sua percepção da atuação das polícias, da GCM e da PM ali na praça?] *Eu acho errática, eu não entendo como eles, como eles tomam as decisões de fechar e abrir, o que pode ser feito e o que não pode, eles às vezes ocupam ostensivamente, intimidam usuários. Às vezes, quando eles são necessários lá para organizar, em algum momento, eles não existem. Então*

assim, na verdade, o que eu gostaria de saber é: Qual o que é a proposta deles para a praça... Eles circulam por lá, eles estão por lá, eles ocupam o espaço da praça com o aparelho militar e ao mesmo tempo é como se eles não existissem lá. (Maria Antônia)

O que eu percebo assim de longe, né? É... tem uma questão acho do espaço que tá sendo ocupado pela PM e eu não sei nem se isso é correto, porque eles colocam os carros na parte de cima da praça e ocupam um espaço da praça também... e eles andam, além disso eles andam com os veículos na praça, às vezes rápido demais por ser uma área que tem criança, que tem gente com cachorro, que tem gente andando. (...) se a PM não tá preocupada em ferir alguém que tá na praça, aí ferrou né? Porque tem até um lugar ali que é uma curva, que é meio ponto cego sabe? E não dá pra ver se tem alguém vindo do lado de cá e eles vem, tipo, extremamente rápido. Corre risco mesmo de pegar alguém ou um animal que tiver passando ali. Mas assim, na verdade eu não consigo entender muito bem quem faz o que (risos). Sinceramente eu não sei quem faz o que, em que momento, quem faz o que. (Aurora)

Diferentemente dos moradores antigos, que, quando perguntados sobre as deficiências da praça, reclamaram da diminuição dos eventos culturais ao longo dos anos, reconhecendo ou não as normas de proibição, e, em alguns casos, da progressiva ocupação das forças policiais, para os novos moradores, a questão do barulho intenso, principalmente à noite e nos finais de semana, e a quantidade de lixo deixado devido ao seu fluxo de ocupação são pontos a serem melhorados, ainda que tenha demonstrado grande complacência com a situação.

Olha, eu acho que o maior problema hoje aqui é o lixo. Isso é seríssimo assim. E pra quem mora na praça tem uma percepção completamente diferente das pessoas que frequentam a praça. Então quando o pessoal começa a chegar pra valer mesmo aqui, pra curtir e tal... a praça já foi limpa, porque limpa na parte da manhã. Só que as vezes é tanto lixo que ainda fica um pouco de lixo pra pra de noite ainda. (Aurora)

A flexibilidade em relação aos problemas, um ponto comum entre esse grupo de moradores, está relacionada à consciência das condições quando decidiram pela região.

Bem, tem a questão do barulho que é demais, mas quando eu fui morar para lá já sabia, então não tem do que ficar reclamando, mas tem muita gente que reclama, muitos moradores ali da praça que reclamam do barulho depois de certo horário, enfim... (Martins)

Assim, eu tava conversando isso outro dia com uma amiga nossa, assim que quando eu vim morar pra cá eu sabia que ia ser barulhento, então, tipo assim, eu já... antes da mudança chegar eu já tinha desligado um botãozinho na minha cabeça, mas assim... é barulhento. O dia inteiro, você quer dormir, três horas da manhã tá rolando barulho na praça, às vezes tão quebrando calçada... prefeitura reformando, enfim... (Nestor)

Não tem o que fazer em relação à sujeira, porque tem um monte de lixeira [Nestor complementa:] Sim, é falta de conscientização das pessoas... conseguir conscientização, mas isso tinha que ser geral. Não é uma coisa local, sabe? Eu não vejo um problema específico, não sei... (Bela)

Apesar das reclamações em relação a ostensividade das polícias até coincidirem com as percepções apresentadas por moradores antigos, estes não possuem tanto domínio e conhecimentos do funcionamento institucional das instâncias de poder que regem os órgãos de segurança pública, característica perceptível dentre os veteranos, mesmo entre os que se distanciam da questão. Desta forma, apesar de críticos à presença da polícia, não há uma noção de progressão do processo de militarização e não se reconhece a importância do CONSEG ou da AMACON nesse cenário.

Outro ponto desse grupo é que, apesar de terem escolhido a praça pela sua dinâmica de lazer, não parecem considerar a presença dos teatros como força motriz responsável pela transformação do território em direção à requalificação que os atraiu. Essa dinâmica corrobora com a percepção de Rodolfo, sobre um processo de reescrita da história, em que a força política dos grupos de teatros é, aos poucos, deletada, e a vocação artística e cultural é tomada como uma característica naturalmente dada. Para esses moradores, não parece haver um tempo anterior, um processo de construção e mudanças culminaram na dinâmica atual que tanto lhes agrada. Assim como, não parecem reconhecer os riscos que uma progressiva militarização oferece a essas características.

4.3 A percepção de frequentadores da Praça Roosevelt

foram entrevistados 3 participantes ativos de atividades coletivas na Praça Roosevelt: Encontro de Malabares, Batalha da Roosevelt e Psicanálise na Praça Roosevelt, além de um frequentador, identificado como skatista assíduo e dois usuários, que se apresentaram com skatistas esporádicos. Os dois últimos foram abordados na

própria praça, em um dia de semana à tarde, possibilitando que a entrevista aconteça presencialmente e em dupla.

Como resultado desse trabalho, foi possível compreender que a acessibilidade, a centralidade e a ampla infraestrutura estão entre os motivos pelos quais a praça foi escolhida para realizar as atividades pertinentes a cada uma das coletividades. Para exemplificar, resgata-se o trecho da entrevista de Cezário Júnior, participante da Batalha da Roosevelt. Este jovem de 19 anos, o único que se identifica enquanto preto dentre os informantes, no momento da entrevista, estava desempregado e conta que, antes da pandemia, encontrava nas batalhas de rap sua principal fonte de renda, já que a maioria dos eventos oferecem premiações em dinheiro, sendo a Batalha da Roosevelt uma das principais na cena paulistana. Cezário desconhece a história da praça, apenas referindo-a com um importante ponto de referência no centro da cidade, ainda assim, observa que:

Eu acho que é um dos poucos espaços que tem aqui que é desse jeito né? Uma praça grande que é boa de ficar. Porque tipo, tem a praça da Sé, mas a praça da Sé é um pouco ruim de habitar. E a Praça Roosevelt tem todo o lance de skate, várias intervenções culturais acontecendo, não só a batalha né? É um dos poucos espaços em São Paulo que são assim. É muito legal né? E também é ao ar livre, um lugar público, pode ir qualquer hora. Eu gosto muito de lá, gosto bastante da praça.

O relato de Caio, usuário frequente, skatista, também traz notícias de como a estrutura física configura um atrativo bastante específico para a comunidade do skate:

Olha, não sei se você vai conseguir entender, porque isso é uma... uma parada mais de quem anda de skate, né? Porque a praça, ela não... ela não te limita tanto assim. Ela tem muitas possibilidades. Se você andar de skate, você consegue fazer diversas coisas na praça sem parar, sem ter que pegar o skate na mão. Então isso é uma das coisas que eu mais gosto na praça... pelo menos para mim, pro que eu faço, eu consigo ter uma fluidez bem legal.

Dos entrevistados, apenas João, que está à frente do “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt”, é morador da Bela Vista, bairro próximo. Este também é o frequentador com críticas mais contundentes às relações de poder que envolvem o CONSEG, à ostensividade policial e que tem uma percepção de progressão do processo de militarização nos últimos anos, já que a proximidade territorial faz da praça um lugar de seu percurso e cotidiano de maneira mais frequente que para outros usuários.

Dos demais Angélica, psicanalista do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, é moradora do bairro Jardim São Paulo, na Zona Norte; Cezário Júnior, frequentador da Batalha da Roosevelt, se desloca de Guaianazes, na Zona Leste para participar dos

encontros; enquanto Caio vem de Itaquera, também na Zona Leste para andar de skate. Já Luiz e Amaral, usuários esporádicos que eventualmente vão à praça como skatistas, são munícipes de São Caetano, cidade do ABC paulista avizinhada de São Paulo, o que justifica os longos intervalos sem visitá-la.

No caso dos projetos em grupo, ao que parece, a interferência da polícia tem a ver com a natureza da atividade proposta e do público-alvo, numa tentativa de vigilância da coletividade. Já entre os usuários houve relatos de situações específicas em que, de fato, realizavam alguma atividade considerada uso indevido, como por exemplo, manobras de skate que danificam a estrutura. A relação com as forças de segurança pública se mostrou, em geral e assim como para moradores, ambivalente, porém mais tensionada, aos que se percebem mais vigiados. Essa ambivalência está explicitada em um recorte da entrevista de João, artista circense, ao defender que as ações excessivas podem ser encaradas como atitudes individuais de agentes policiais:

A polícia nem sempre é um problema, né? Vamos entender bem o fato. O problema, como eu sempre digo, são as pessoas né? O arsenal dela, porque depende do bom senso comum com a pessoa que está lá. Somos seres humanos lidando com seres humanos e às vezes, porque... é como disse antes. Eu não acho errado. O fato de ter polícia e GCM em cima da praça também me dá uma tranquilidade, sabe? (...) E enfim, é bom que tem uma segurança, não vejo ruim o fato de segurança, o problema é que não é a instituição como um todo e sim quem que está lá exercendo o trabalho no dia. Esse é o grande problema, né? Que nem sempre é uma pessoa com bom discernimento.

O sentimento ambivalente de confiança e receio em relação à PM e à GCM apontado por João também se confirma na percepção de Caio, quando este relata se sentir seguro, mas demonstra hesitação ao falar diretamente do tratamento dado aos frequentadores:

A praça em si, ela... ela é muito segura, né? Porque tem uma base da... da GCM. Tem base da... da PM. Eu não vou entrar em nenhum mérito, se tem que ter ou não e da maneira como eles agem com as pessoas, né? Mas...eu acho a praça bem segura, como ambiente, assim... bem tranquilo mesmo. (Caio, 24 anos, skatista assíduo da Praça Roosevelt)

Já Angélica, 36 anos, psicanalista do coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt” contesta como um todo tanto a presença da polícia quanto a política de controle que observava durante as atividades de seu coletivo. Essa entrevistada considera que sua

sensação de segurança seria efeito da movimentação intensa da própria praça e não da presença policial ostensiva. Quando perguntada sobre o tema, responde:

Eu detesto, porque fica lá aquela base da polícia lá, várias vezes o carro da polícia, fica andando no meio da praça... por mais que ande devagar, é uma coisa muito afrontosa, sabe, assim? Ninguém anda de carro lá dentro, só a polícia. E não é um lugar perigoso, entendeu? Justamente porque tem muita gente, sabe? Mas fica ali uma postura da polícia, da base da polícia, mais perto de onde a gente fica, mas tem uma outra base mais pro outro lado, que não é o lado que a gente frequenta tanto, mas que tem uma posição muito afrontosa, sabe? Já teve vezes da gente tá atendendo e aí começar a ficar circulando polícia lá, que a gente não sabia direito se queria ficar de bituca ouvindo a sessão, sabe? Assim, uma coisa de... ah, fica querendo ouvir o que tava acontecendo ali, né?

As narrativas de Cezário, MC da Batalha da Roosevelt, trazem mais elementos em que denuncia ações autoritárias para coibir a presença dos participantes do evento. Para conter a presença desse público, é comum associá-los ao tráfico e uso de entorpecentes, o que nos obriga observa um recorte de raça e classe:

É porque é uma questão social bem maior do que só a batalha a gente ser reprimido na batalha. Normalmente a polícia tem esse comportamento com qualquer evento, com qualquer aglomeração de origem periférica que tiver acontecendo eles vão querer embaçar, vão querer reprimir (...). A gente poderia ter um documento que... Na verdade, tem o alvará que pode tá acontecendo [a batalha de rap], mas é que eles colocam lá que tava usando droga, tavam fazendo tal coisa que não tavam fazendo. E a gente tá refém das autoridades né? Querendo ou não. Acho que não tem muito o que fazer no momento né? Seria uma utopia social bem maior a solução.

O entrevistado responsável por representar o “Encontro de malabares e circo da Praça Roosevelt”, foi João. A longa data de história e frequência semanal permitiram a ele, que é artista pioneiro nesse grupo, vislumbrar a dinâmica progressiva de conflitos entre frequentadores e agentes policiais. Como outros moradores da área central, João não tem muito conhecimento do que se passou nesse território antes da reforma e abertura da praça, por ter se mudado para a região já quando a reforma estava em andamento:

De fato, a história da praça em si eu não tenho muito conhecimento, sei que ficou muito tempo pra eles reabrirem, né? Isso é o que eu sabia. A partir daí teve a reinauguração né? Abriram a praça pro público e a partir daí eu comecei a frequentar e a fazer o encontro de circo lá. Então eu sei mais dessa história recente, depois dessa reinauguração do que o que rolou antes, porque eu, de fato, não morava na área, não tinha conhecimento. Não sei como foi o passado.

Para os organizadores do “Encontro de Malabarismo e circo da Praça Roosevelt”, a negociação com agentes policiais quanto ao volume do som sempre foi uma questão conflitiva. Mesmo tomando medidas para diminuir o incômodo aos vizinhos, algumas vezes mantendo o aparelho desligado, João conta ter sido abordado por policiais, a pedido de moradores, de diferentes formas. Alguns agentes são cuidadosos e educados na abordagem, realizando-a apenas para cumprir o protocolo, outros já chegaram ameaça apreender o material caso o evento não se encerrasse. Como pode ser observado nos trechos abaixo:

Tinha semanas que ficava mais tranquilo, tinha semanas que num lapso de quatro horas que a gente tava lá na praça, a gente levava quatro, cinco abordagens. Aí esses dias era muito desgastantes, eu ficava... eu não conseguia nem treinar, porque eu ficava praticamente quatro horas conversando com um ou com outro, saía um, chegava outro, saía um, chegava outro. E aí anotava meu RG, passava na mão de um e de outro, de outro, de outro.

Às vezes, pra você ter ideia, chegava a ter abordagem de gente que já me conhecia, daqueles GCMs que ficava dois, três meses lá na praça direto. Já chegava lá e já falava “E aí? Tudo bem?” ou “Boa tarde, tudo bem. E aí? A senhora [nome da moradora que reclama do som] já ligou?” “Sim, pois é, já ligou”, “E aí? Você acha que tá muito alto? Precisa baixar o som?” e ele falar “Não, só vim aqui pra bater tabela, pra ela ver lá de cima também que eu vim conversar com você, mas o som, eu tô vendo que tá baixinho, então não precisa nem mexer. Deixa aí mesmo, deixa aí mesmo”, sabe?

A partir da queixa quanto ao som, João relata que o “Encontro de Malabarismo e circo” já se deparou com pressões não só da polícia, mas também do CONSEG, que usou de estratégias burocráticas de poder para tentar proibir sua continuidade.

Olha, eu não... eu não tenho muito conhecimento do que eles fazem... o único que chegou a dar impasse comigo foi o tal de que eles criaram um regulamento (faz aspás com a mão) aqui pra praça, que eu acho que... eu acho que não tem cabimento esse regulamento, embora ele exista, que eles fizeram e não sei o que... até porque, tem coisas que na minha concepção, tipo... primeiro vem a constituição né? Depois a gente conversa, então tipo, se eu tenho meu direito constitucional de me expressar livremente em uma praça pública... pode vir nenhuma regra interna dizer “você não pode fazer isso na praça”. (João, 39 anos, artista circense do “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt)

Um dado importante, que para evitar a exposição do informante não será desdobrado, são as constantes interpelações diretas da presidente do CONSEG à presença do movimento circense.

Como comentado no início dessa dissertação, em minha história pessoal, enquanto participante do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, também vivenciei abordagens dos dois tipos: mais insistentes quanto à impossibilidade de estar na praça sem autorização da prefeitura e para “cumprir tabela” e “mostrar serviço” aos moradores que estão vigilantes ao encaminhamento de suas reclamações. Em específico, sobre a segunda abordagem, houve rumores de que foi motivada por essa mesma moradora, que tem relação de proximidade com as forças policiais e, de sua janela, exerce controle do que se, sendo este o contexto das abordagens pra “mostrar serviço”.

Já a experiência de Cezário Jr, da batalha de rap, traz elementos mais autoritários da atuação da polícia. Diferentemente dos outros dois grupos, que apesar de abordados em diferentes momentos e formas, não trouxeram notícias de uma escalada de agressividade e violência, este entrevistado rememora situação de conflito com desdobramentos mais graves.

Teve um dia que eu não tava na batalha, mas eu tava na praça que eles, acho que eles queriam agredir uma menina e deu maior bafafá. A batalha não aconteceu esse dia. Acho que tipo, teve a primeira fase, mas na segunda já não teve mais porque... eu não entendi direito, sabe? Porque eu não tava envolvido na hora, mas eu lembro que não teve batalha justamente pela repressão deles. Eles chegaram, falaram uma pá de coisa, gritaram, aí o pessoal da batalha também discutiu com eles. Aí acabou que nem teve batalha. Esse dia eles pararam o evento por conta da repressão. Esse dia foi osso.

O *skateboarding* – ou esquetismo, em português – enquanto esporte considerado marginal, também tem um histórico de relação conflituosa, tanto com vizinhos incomodados pelo barulho, quanto com a GCM, que é acusada de usar violência contra esses usuários. Inclusive, nas memórias de Caio se destaca o relato de uso excessivo de força na intervenção da GCM contra um skatista:

Aconteceu uma situação com um rapaz que tava andando e, a agora não me recordo se o skate escapou ou ele caiu perto de um GCM. Eu sei que o GCM ficou bravo, deu um mata-leão no cara e todo mundo tentando separar a situação, e... acabou que os GCMs apontaram arma, tipo de uma maneira completamente desnecessária, porque um ambiente que tem mais de, sei lá, tem... umas 10 viaturas da polícia paradas, 4 viaturas GCM no fundo toda hora... ninguém ia ser louco de fazer alguma coisa, né? Contra esses caras... aonde eu quero chegar com isso? O problema é que eu vejo, assim... lá não é nem com... com a polícia [PM]. É mais com os GCMs. Eu acredito que eles... eles abusam mais do poder deles do que... do que a PM até porquê... ali naquele ambiente a PM, ela age de uma maneira diferente da maneira que ela... que ela agiria em outros lugares.

Já Angélica conta que a escolha do local para este trabalho se deu em resposta às notícias de uma escalada autoritária e higienista. Foi justamente a possibilidade de cercamento, manejo para afastar os “indesejados”, que mobilizaram o grupo de psicólogos e psicanalistas a ocupá-la reivindicando – através de sua presença e escuta – o direito à permanência. Angélica também pouco conhece da história da praça anterior à reforma, mas tem esse evento como ponto fundante de seu percurso ali:

Uma das coisas que marca dessa história, Maria, é a tentativa de cercarem a praça. Porque eu acho que isso, pra mim é uma coisa que participa dessa história. Eu sei que é mais atual, mas é uma história que pra mim é bem significativa, né? De quererem fechar a praça, sabe? (Angélica, 37 anos, psicanalista participante do coletivo “Psicanálise na Praça Roosevelt”).

Apesar da oposição frente às manobras autoritárias, as memórias de Angélica são marcadas pelos afetos positivos que ali vivenciou. A oportunidade de estreitar laços, a animação do espaço e o eclecismo da experiência:

É uma praça muito viva, muito. Ela é marcada pela heterogeneidade, sabe? Tem um eclecismo de pessoas que circulam ali. Então, desde pessoas que moram ali no entorno, nos bairros, pessoas que moram também ali, estando na rua, né? Na condição de moradores da rua, ou da própria praça, artistas de diferentes áreas, assim... então, sempre tem ali, pessoas que fazem malabares ou fazem bambolê... tem os teatros ali no entorno, isso me chama a atenção. É um lugar aprazível, é um lugar gostoso de estar. Tem pessoas que fazem esporte ali, muito skate, tem os boêmios, né? A galera que fica nas escadas, que amanhece ali, que continuam bebendo desde ontem à noite até o dia seguinte... tem as pessoas que cantarolam, tem psicóticos que circulam por ali e que vem conversar, que dá pra trocar umas ideias... Tem ali o café, que é um lugar também bem gostoso de estar, de sentar com as pessoas e conversar. Tem o coletivo, que pra mim é muito importante o fato de tá lá.

A tentativa de segregação de pessoas consideradas, se não perigoso, ao menos indesejáveis, comparece na percepção dessa frequentadora. Para Angélica, existem padrões estéticos, em que há uma marcação de classe e raça, para se definir quem pode ou não estar na praça, sendo função da polícia coibir a presença daqueles que divergem desses padrões impostos por uma suposta classe dominante, que, para ela, neste local está representada por alguns moradores e frequentadores de classe média:

A gente, enquanto coletivo já acompanhou certas situações em que o fato de querer... de certas pessoas ali do entorno não gostarem de moradores de rua, pessoas pobres, né? De haver um certo movimento, talvez com a GCM, com a polícia, de tentar tirar essas pessoas de lá.

Ao comentar a estratégia utilizada pelos órgãos responsáveis pela segurança pública local, Angélica acrescenta: “a lógica que ali vigora é a lógica do cercamento da

praça, né? Basicamente. Com tudo que nisso, isso tá incluído. Um certo ódio à gente pobre, preta, feia... tudo que foge de padrões estéticos do “autoeuropeísmo”, sabe, assim? Tipo isso”. Essa percepção também aparece uma elaboração de Cezário Júnior sobre sua experiência ante as ofensivas policiais em relação à Batalha da Roosevelt:

Eles estão pra proteger um grupo social muito autoritário, então essas atitudes pequenas que eles fazem de vetar a pessoa de qualquer forma... não pode escutar música, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo é o que essa classe social autoritária quer, né mano? Eles querem vetar as pessoas de poderem fazer o que elas estão, num lugar público, fazendo, que tá incomodando eles de alguma forma. Nem dá pra entender.

Entre os participantes de coletividades, a noção consolidada de “espaço público” garante a defesa do direito de permanência, mesmo com as investidas e questionamentos das forças militares. Esse conceito aparece de forma mais objetiva nos discursos daqueles que se engajam politicamente nas disputas concernentes ao território:

Como qualquer outro espaço público, eu acho que ele é pra ser um espaço democrático, um espaço de convívio de diferente coletivos e pessoas diferentes, respeitando né? O convívio social normal. Acho que é um espaço pra gente usufruir mesmo, ainda mais numa cidade como São Paulo, que tem pouquíssimos espaços públicos né? É tudo prédio pra todo lado, tudo privatizado... estacionamento, loja, não tem né? É tipo, as próprias calçadas são minúsculas. Aí, eu acho que, como todo espaço público, é um espaço pra se encontrar, pra trocar ideia, pra conversar das coisas, pra usufruir, pra fazer atividades e lazer, enfim... seja skate, patins, passear, o que for. Um espaço de socialização é fundamental pra qualquer cidade, isso é o que eu entendo como espaço público. (João)

Porque é um espaço público, e é muito importante que as pessoas possam estar nos espaços que são públicos. Isso é muito saudável. É muito importante para a vida na cidade. É muito importante para a saúde mental das pessoas. É muito importante pro nosso senso de cidadania, né? (Angélica).

No entanto, este conceito também está presente, ainda que de forma mais empírica, nos dizeres dos frequentadores skatistas que frequentam a praça de forma menos articulada com seus pares.

O que eu sempre achei muito legal, isso não só da praça, mas do centro e eu vi muito na praça né? É que as pessoas não tem vergonha de ser quem são, quando estão ali, sabe? Naquele ambiente. Porque ali é um ambiente onde todo mundo meio que se aceita, sabe? Todo mundo... todo mundo respeita o espaço um do outro. Lógico! Existem ocasiões, né? Que... que acontecem brigas, né? E tudo mais... mas o que eu vejo é que todo o tipo de... vamos usar de novo o termo coletivo... ele... ele tá ali e ele não entra em conflito, né? (Caio)

E aqui é um lugar em que não tem um preconceito, sabe? Aqui é um lugar mais... de cultura aberta, sabe? De mente mais aberta, de pessoas que tão aqui mais com outro tipo de ideal... cê vê, o ideal é curtir uma praça, que é um lugar público... (Luís, 32 anos, visitante esporádico, entrevistado na condição de skatista)

A partir dessa noção de “público”, é que se torna possível questionar as medidas autoritárias tomadas como tentativa de conter as insatisfações da vizinhança, mas que atingem diretamente os frequentadores, por vezes, tentando impedir a permanência:

Eles querem tipo instaurar regras que de alguma forma vai contra o uso normal do espaço público sabe? Então, tipo, meio que se quisessem fazer de conta que um espaço público de alguma forma é privatizado pelo Estado, sei lá. E daí colocar PM em cima, GCM, querer controlar o negócio, querer impedir reunião de gente, dizer o que pode ou não pode, sabe? Só que nesse “pode ou não pode” eles querem instaurar regras... aah tipo essas são leis da lei da praça, não tem tipo regra que vai por cima de uma constituição, sabe? (João)

Minha noção de [vida] civilizada tendo em vista isso, sabe assim? De que a gente possa estar junto. De que é importante compor, né? Assim, com pessoas que são diferentes da gente ou que não seguem um determinado padrão de higiene, um padrão social econômico e cultural... eu acho que é a partir daí que podem advir transformações sociais assim, em termos mais estruturais, de tal modo que a gente possa caminhar mais juntos nesse sentido, sabe? (Angélica).

Diferindo das modalidades de ocupação propostas pelo “Encontro de malabarismo e circo da praça Roosevelt” e “Psicanálise na Praça Roosevelt”, a “Batalha da Praça Roosevelt” se configura como uma coletividade de jovens, muitos vindos de bairros distantes, que se reúne a partir do interesse pelo rap.

As relações entre esses usuários e o território parecem menos coesas que dos outros grupos, como podemos conferir na explanação de Cezário, que apesar de frequentador assíduo, não está diretamente articulado com as questões políticas locais, mesmo que constantemente atravessado por elas: “*Eu só colo lá pra rimar de quarta-feira*”, acrescentando: “*Eu ia... mano toda... uma vez por semana, pelo menos, eu ia. Normalmente eu ia... às vezes, bem às vezes, tipo pra beber, ficar com os amigos, mas frequentemente eu ia de quarta-feira pra rimar, pra ir pra batalha. Só de quarta-feira*”.

Ainda assim este usuário consegue localizar as disputas concernentes à vizinhança e a função dos agentes policiais como defensores dos interesses de uma classe dominante local. E o faz reconhecendo que este não é um problema específico da Praça Roosevelt:

Normalmente é esse tipo de pessoa que liga para a polícia, faz queixa contra batalha, contra qualquer coisa que tiver tendo na praça... até outras batalhas que eu frequento, às vezes moradores do lugar

próximo querem acabar com a batalha, chama a polícia. Até se tiver o documento... eu frequento também a batalha que é lá na estação de Itaquera, a batalha da Leste, que tem a parceria com a estação... só que às vezes os moradores da região chamam a polícia e a polícia chega lá para acabar com a batalha, mesmo assim. (Cezário)

As experiências Cezário se aproximam das percepções dos skatistas, usuários que não compõe uma coletividade coesa, apesar de também frequentar a praça em grupos. Como já citado no primeiro capítulo, Caio costuma ir à Roosevelt desde seus 16 anos para praticar o esporte. Vindo também de um bairro distante, o assistente de manutenção de refrigeração reconhece a praça como muito importante para os skatistas.

Assim, desde pequeno, eu escutei muito falar sobre a praça, mas sempre com uma visão das pessoas mais velhas e falando que era um lugar sujo, que só tinha drogado, morador de rua e coisas do tipo. Aí, quando eu comecei a andar de skate, eu percebi que aquilo ali era um lugar que assim tinha muita história para o coletivo, vamos dizer assim, né? Vamos dar esse termo... pro coletivo do que eu estava começando a fazer parte, né? Então isso mudou muito a minha visão. (Cezário)

A Praça Roosevelt como um lugar historicamente ocupado por skatistas também aparece nos dizeres de Luís e Amaral, frequentadores e skatistas esporádicos: *“Embaixo era tipo escuro. Tinha tipo um teatro... Minha lembrança atual é dessa, é ela assim (mostra fotos da praça antes da reforma, a qual respondo comentando que a praça foi construída para dificultar a aglomeração, dadas as características do cenário político à época) E era isso que acontecia. Exatamente! Não aglomerava mano, não tinha quase ninguém... eu via a maioria de pessoas aqui ou era morador de rua ou era skatista ou era polícia. Mano, basicamente isso. Os skatistas que eram uns brabo mesmo”* (Amaral, 31 anos, morador de São Caetano).

Sobre a relação entre moradores e frequentadores, um parêntese: muitos moradores supõem que não há consideração dos usuários quanto aos impactos de sua presença. No entanto, essa percepção não se confirmou nas entrevistas com àqueles que são assíduos na praça. Assim como João mantém um esforço para conter o som em volume que não incomode vizinhança, Caio, enquanto skatista frequente, tem a noção de que a agitação deve ser um distúrbio para a comunidade:

Agora, se a gente for pro lado do morador. É que hoje em dia, assim, eu tenho que ter a visão dos dois lados, mas se você for pro lado de uma pessoa que mora num prédio de frente para praça, pô... deve ser assim... se a pessoa é uma pessoa que é mais reservada, ela deve sofrer um pouco, porque é barulho todo dia, é sujeira, é gente mijando na sua porta, sabe? Essa questão ela é a que... que mais pesa. Porque eu, eu odeio ver gente mijando na rua, sabe? E você vai lá no centro, o que você mais vê é isso, sabe? É a gente sujando os

espaços públicos e não tem nenhum pingo de, de consciência em relação ao seu próprio lixo. Acho que é isso.

Em contrapartida, os frequentadores esporádicos entrevistados, também identificados na qualidade de skatistas no momento da entrevista, se mostraram os menos preocupados com o bem-estar e qualidade de vida dos vizinhos.

Se for ver mano, a buzina do carro atrapalha muito mais do que a batida de um skate, que é um esporte, que é um negócio que... meu, tira de muitas outras... de droga, não só de droga. Tira de vários outros caminhos errados, tipo... É um esporte, entendeu? Os caras tem que ver que, meu, a praça tá aberta pro público. Se o cara quiser ficar bebendo e chapando o dia inteiro aí, problema dele. (Luís)

Ainda que esbocem alguma alteridade pela forma como a vizinhança pode receber as formas de ocupação mais descuidadas tanto com o espaço, quanto com os lá estabelecidos: *“E também do lado do morador, eu acho que, sei lá... se fosse a gente que morasse aqui desde antes também, eu ia pensar que tá sendo invadido, nem que seja o silêncio do cara, entendeu?”* (Amaral).

Curiosamente, foram os dois visitantes, os que mais demonstraram incômodo com as instalações e a segurança, referindo centro como lugar perigoso. Luís não ia à praça há aproximadamente 10 anos e, no dia da entrevista, havia aceitado o convite de Amaral, que mantém uma frequência inferior a uma ida mensal, para andar de skate.

Durante a entrevista, as queixas de ambos com relação à segurança e aos desgastes da infraestrutura, que categorizaram como depredações e descasos do poder público, foram frequentes. Porém, quando questionados sobre sua relação com a praça, ambos trouxeram impressões anteriores à reforma, quando ainda se encontrava desamparada pelo poder público, ou subjacentemente posteriores, portanto, quando sua estrutura estava recentemente restaurada. Como pode ser percebido nos trechos a seguir:

Aqui era um viaduto feio [Amaral comenta com Luís]. Feio mesmo [Luís responde para Amaral]. Não sei se você lembra. [Amaral comenta, direcionando-se à mim, que respondo não ser de São Paulo e, portanto, não conhecer a praça antes da reforma]. Aqui era um viaduto feio. De dia era escuro... de dia era escuro [responde Amaral, no esforço de me explicar como era a praça antes da reforma]. E ó... os caras roubava aqui antes. Até que melhorou muito aí, ó... não colo muito mais, mas sei que melhorou muito... muito... em visão do que era antes? [Complementa Luís]

A minha lembrança antiga, aqui era um viaduto bem escuro aqui, bem perigoso, igual é aqui embaixo, na avenida, aqui em cima também... bem escuro. Tinha uma viatura só e mais nada e agora revitalizou muito. É bem melhor e aí tá o que tá hoje aí... pra gente curtir. (Amaral)

Cê vê, o ideal é curtir uma praça, que é um lugar público e aqui... tá tudo depredado e ainda curte, ainda (ao olhar para os lados e apontar para um canteiro que, de fato, está em piores condições que os demais). Tudo zoadado... pode ser, o próprio pessoal pode depredar, mas... falta um pouco... a gente tá pagando por esses impostos, sabe? Precisa que ela seja renovada constantemente. (Luís)

Os discursos iniciais de insatisfação com as precariedades urbanas, nomeadamente conservação e segurança, adotados pelos dois entrevistados foram genéricos e não pareceram considerar as especificidades locais, já que convocam análises gerais sobre o cenário político brasileiro, descasos dos governantes e corrupção. As queixas sobre o governo vão ao encontro de falas populares sobre política e segurança pública em São Paulo que circulam nas relações cotidianas. A partir da dinâmica da própria conversa, é possível supor que esses são dizeres já esperados sobre o centro como um lugar depredado e perigoso, sem muitas elaborações mais pessoais sobre o tema, já que a longo da entrevista este mesmo posicionamento sobre a Roosevelt foi se esmorecendo e outras percepções puderam surgir:

Meu, eu não tenho, juro pra você, eu não colo muito, eu não sei mais. Vou te dar o ponto, que eu vou muito pra o centro de São Paulo. Melhorou muito a segurança no centro de São Paulo. Muito. Melhorou muito. Em vista desses 4 anos aí que eu colo, melhorou muito. O Brás mano, o Brás o cara não te ganha mais na, o cara não te ganha mais na... [diz Luís, que é complementado por Amaral, que direciona à mim a questão] Você se sente ofensiva aqui na praça? Você se sente desprotegida? Eu não me sinto.

Essa entrevista aconteceu em uma quarta-feira à tarde e foi marcada pelo uso de maconha dos entrevistados e por interrupções de outros frequentadores para pedir o isqueiro com o mesmo intuito. No entanto, mesmo estando próximos da base da PM e havendo uma viatura em nosso campo de visão, não houve abordagem. O assunto também foi citado pelos dois frequentadores, ao consideraram as estigmatizações sociais que, em geral, recebem, relatando também uma percepção de maior complacência com a questão na Praça Roosevelt:

as pessoas hoje, tipo, vê que você tá aqui fumando, te julgam, tipo... julgam por um olhar, nem sabe quem é você, nem sabe do seu conteúdo. Te julga mais pelo que você tá fazendo... um skatista é um vagabundo, sabe? Tipo, um cara tatuado. Hoje mudou muito, mas ainda tem esse preconceito. E aqui é um lugar em que não tem um preconceito, sabe? Aqui é um lugar mais... de cultura aberta, sabe? De mente mais aberta, de pessoas que tão aqui mais com outro tipo de ideal... cê vê, o ideal é curtir uma praça, que é um lugar público... (Luís)

Não posso te falar aqui que eles tão... aqui no ponto de vista, eles estão atuando com... Eles estão olhando, olha lá... olhando com peneira... tão vendo nós fumar, tão vendo nós fumar e não tá vindo enquadrar, entendeu? Tipo, já vi várias polícia passando ali ó, nós tá fumando e o cara não vem enquadrar. Beleza... é errado? É errado, mas meu, no ponto de vista... tipo nós não tá fazendo nada de errado, mano. Nós só tá fumando um baseado. (Luís)

Essa experiência junto aos rapazes permitiu confirmar a percepção dos moradores de que há alguma tolerância das instituições de segurança com relação ao uso da maconha ali. Mesmo fazendo uso de substância, Luís relatou se sentir seguro com a presença da polícia: [E sobre segurança? Que percepções vocês têm da segurança?] “*Nossa! De boa... aí os omi (aponta para policiais próximos) aí... Vixe! De boa. Achei daora. É bom ter viatura aí porque inibe muito. No meu ponto de vista...*”. Não se pode ignorar, ao escutar esse rapaz falar de sua sensação de segurança ante a polícia mesmo usando maconha, o recorte étnico-racial: o rapaz é visivelmente branco, de olhos e cabelos claros, preenchendo o imaginário de ideal da branquitude.

Sua experiência contrasta com os relatos de Cezário Júnior, por exemplo, em que a ação violenta da polícia contra a Batalha, frequentada por jovens vindos de regiões distantes, maioria negros, se justifica através do combate às drogas. Esta é uma vivência que se aproxima da percepção de Nestor, morador autodeclarado “branco, loiro e de olhos claros” sobre sua sensação de segurança ante a polícia mesmo que estivesse praticando alguma atividade ilícita ou que “*esteja com droga nos bolsos*” (sic).

Em suma, o contato com frequentadores de perfis tão diversos nos abre à compreensão das possibilidades de uso do espaço e das muitas funções que as polícias, em destaque a GCM, acabam exercendo. Como relatou um agente em uma conversa informal, as particularidades da praça, a quantidade de situações e funções que precisam exercer ali, torna o trabalho extenuante, mesmo que não lidem cotidianamente com situações de alta periculosidade e risco de vida.

Através dos relatos, os posicionamentos dos agentes institucionais diferem a partir da natureza da atividade e das características identitárias, incluindo as étnico-raciais, dos grupos em questão. Assim, a convivência entre o público e as instituições de segurança pública se tornam tensionadas pela ambivalência entre a sensação de proteção e de controle excessivo, em alguns casos, considerando o receio de intervenções violentas, por vezes localizando as forças policiais como opressores a serem resistidos. O trecho de João (artista circense) é pertinente para abrir e fechar a reflexão sobre as disputas territoriais proposta nesse tópico:

Eu acho que a gente, como frequentadores, né? Tanto você quanto o coletivo ou os outros coletivos, temos que nos manter firmes lá, temos que continuar fazendo esse trabalho, que muitas vezes não é remunerado, mas isso é superimportante pra nós todos como sociedade. Então acredito fortemente que a gente é... a ocupação do espaço público tem que somar atitudes democráticas e tem que acontecer sempre. A gente não pode se intimidar por um PM ou um GCM ou alguém que vem de uma forma intimidar. A gente tem que continuar fazendo esse trabalho, porque senão aí a gente deixa que eles ganhem (...)Então é isso, acho que a gente tem que reivindicar os espaços públicos que pra isso estão, a gente se apropriar deles, claro que de forma consciente, mas a gente tem que manter essa frequência. Não parar de frequentar, continuar fazendo atividades lá, gostem a quem não gostar.

4.4 Enjejos elaborativos: compilações sobre as questões da vizinhança

À guisa de uma (in)conclusão sobre as relações e conflitos na e da Praça Roosevelt, algumas considerações merecem ressaltar.

De fato, o tempo de convívio com a praça mobiliza os temas diferentemente. Apesar dos novos moradores estranharem e, por vezes, reprovarem a ostensividade policial, são os veteranos que demonstraram perceber uma progressiva militarização. Da mesma forma, foram os mais velhos que puderam captar os efeitos das imposições municipais contra a realização de eventos artísticos e culturais de médio e grande porte, e localizaram a falta que fazem, tratando o tema com ressentimento e nostalgia. A ausência deste repertório para os recém-chegados gera a sensação de que a agitação é, em si, a vivência artística-cultural a que a praça é costumeiramente referida, quando para os antigos vizinhos, a praça já se encontra “meio decaída”.

Dentre os achados, a partir de apontamentos dos entrevistados, foi possível identificar como as ações de prevenção à criminalidade, em destaque ao tráfico de drogas, são utilizadas como pretexto para o controle das atividades dos grupos e dificuldade de eventos culturais na praça pela polícia. Uma lógica que se repete nas periferias do nosso país, marcada pelo racismo que atravessa as instituições policiais.

Foram anos muito duros, houve muita pressão. A gente também sofreu pressão por causa da escola. Então, diziam que a escola promovia tráfico de entorpecentes quando na verdade era só uma questão que estudantes de teatro reunidos e alguns usarem maconha, assim... (Rodolfo)

É porque é uma questão social bem maior do que só a batalha a gente ser reprimido na batalha. Normalmente a polícia tem esse comportamento com qualquer evento, com qualquer aglomeração de origem periférica que tiver acontecendo eles vão querer embaçar, vão

querer reprimir e... aah, a questão seria mudar tudo né? A gente poderia ter um documento que... Na verdade tem o alvará que pode tá acontecendo, mas é que eles colocam lá que tava usando droga, tavam fazendo tal coisa que não tavam fazendo. E a gente tá refém das autoridades né? Querendo ou não. Acho que não tem muito o que fazer no momento né? (Cezário Júnior)

Apesar do uso de substâncias ilícitas, em destaque a maconha, ser associado às atividades artísticas e culturais, essa acusação tem efeitos explicitamente mais violentos e deletérios sobre a Batalha da Roosevelt e seus participantes. Seria descuidado não fazer o recorte de raça e classe para compreender essa dinâmica, já que pesa mais sobre pessoas negras e pobres a desconfiança de comportamento criminosos no centro da cidade, como pode ser percebido no capítulo anterior. Resgata-se aqui as palavras de Cezário Júnior para a análise desse processo de criminalização de alguns grupos presentes na Praça Roosevelt:

Eu seria hipócrita falando pra você que não tem realmente droga né? Mas a praça inteira tem, quantos classe média e jovens brancos colam lá na praça pra fumar e beber, usar a droga deles e não são abordados nem nada. Eles tão lá fazendo aquilo e é isso... agora, na praça, quando é o pessoal da batalha, eles costumam embaçar. E rola muita associação. As vezes nem tem ninguém tipo, usando droga... na roda não pode usar, na batalha. Não pode usar na roda da batalha, mas às vezes tem gente que usa e tá lá... tem gente que nem usa e eles acham que usa e embaçam na da pessoa. A questão não é, tipo, se tem usuário ou não ali, se tem gente usando ou não ali. A questão é eles estereotipar quem tá ali e generalizar que todo mundo que tá ali é drogado, tá ali pra usar droga, tá ali pra fazer nada, tá ali porque é vagabundo. Que nem eu, por exemplo, eu não uso droga. Eu só vou lá pra rimar. É isso.

Rodolfo apresenta outro complexo prisma da questão do uso e do tráfico e como isso tem atravessado as relações de convivência na Praça Roosevelt, favorecendo e dificultando dialeticamente a sensação de segurança experimentada por moradores, comerciantes e frequentadores. Em sua perspectiva, é possível compreender que o tráfico é uma consequência da concentração e movimentação de pessoas em busca de lazer e cultura, nos bares e teatros ali instalados. Ao mesmo tempo que esta movimentação traz perturbações para a comunidade, é também essa dinâmica que produz a sensação de segurança que atraiu parte dos moradores.

A polícia finge que não vê os traficantes. Os traficantes fingem que não estão lá. Os consumidores fingem que não gostam da polícia, porque a polícia persegue os traficantes, mas ao mesmo tempo, a polícia persegue os traficantes que fornecem para os consumidores que moram lá. Outros moradores ficam reclamando, mas se os moradores não tivessem os bares e os teatros, eles ficariam muito mais expostos a assaltos e etc... que isso era uma coisa que sempre

acontecia quando a gente fechava os teatros e bares no fim do ano. A taxa de criminalidade aumentava barbaramente, porque é uma região muito exposta. Os moradores acham que tão morando em Moema, só que eles tão do lado da Rego Freitas e fica todo mundo reclamando um do outro e é assim.... é desse jeito que as pessoas vivem.

Essa noção de segurança pública que está relacionada não à ostensividade policial, mas à circulação de pessoas com as quais se pode identificar, também comparece na percepção de Angélica. Ao falar de sua percepção sobre o centro antigo de São Paulo, onde atualmente se concentram o maior contingente de pessoas em situação de rua em condições degradantes de sobrevivência, cita que:

Assim, eu não teria coragem, por exemplo, de andar ali (referindo-se ao centro antigo de São Paulo), né? No centro da cidade sem ninguém. Então eu acho que até o nosso próprio senso de segurança não é ficando fechado... segurança, eu não tô falando da epidemia, eu tô falando da sensação de segurança em relação à essa concepção mais geral que a gente tem de violência. O quanto estarmos circulando, ter gente na rua, nos traz uma sensação de maior segurança do que o contrário.

Sobre o centro, sabe-se que a concentração de pessoas em situação de rua, muitas delas dependentes químicas, vem sendo considerado um problema indissolúvel há anos. Entretanto, este não é um lugar vazio, mas ocupado por modos de vida permeados pela pobreza, miséria e outras condições de sofrimento humano que levam ao medo e sensação de risco. Essa parcela da população é retratada como perigosa e sua presença é criminalizada, controlada, combatida com uso de violência.

Em relação à militarização como estratégia de conservação, a presença ostensiva da polícia foi bastante citada como incômodo. Apesar de algumas das propostas dos entrevistados não encontrem lastro para implementação, percebe-se que o que está em jogo é o desejo de desmilitarização. Como exemplo, cita-se a sugestão de Olinda, que apesar de evitar criticar às forças policiais, ao pensar sua estratégia ideal de conservação, sugere a criação de um cargo de supervisão e orientação aos usuários que estivessem danificando a estrutura, mas que o cargo fosse ocupado por um civil. Curiosamente, a atuação sugerida coincide com as prerrogativas da criação da GCM, o que nos leva a refletir sobre como essa instituição tem atuado e como é percebida.

Não tô falando assim, que não tenha segurança, mas uma orientadora, orientadores que ao ver alguma coisa, assim, digamos... algum infrator, alguma coisa que ele achasse que não estava correto, que chegasse até o indivíduo e orientasse, conversasse, né? Entendeu? Pra melhor conservação da praça, porque no início, os bancos eram todos de madeira, né? Hoje tiraram, arrancaram todas as madeiras e deixaram só no concreto. (Olinda)

Eu acho que uma... eu acho que na verdade, em São Paulo deveria haver uma guarda exclusiva para esse tipo de ambiente, sabe? Igual, sei lá... guarda de parque, assim vai... mas que ficasse mais espalhado e que agisse de forma mais estratégica, pra conseguir coibir um pouquinho esses roubos. (Martinho)

Parte da insatisfação com a presença da polícia é decorrente da ininteligibilidade de sua atuação, somadas a uma percepção de falta de coerência e de excessos cometidos nas intervenções, agravadas pelo racismo institucional das corporações.

Eu não entendo como eles tomam as decisões de fechar e abrir, o que pode ser feito e o que não pode, eles às vezes ocupam ostensivamente, intimidam usuários. Às vezes, quando eles são necessários lá para organizar, em algum momento, eles não existem. Então assim, na verdade, o que eu gostaria de saber é: Qual o que é a proposta deles para a praça... Eles circulam por lá, eles estão por lá, eles ocupam o espaço da praça com o aparelho militar e ao mesmo tempo é como se eles não existissem lá. (Maria Antônia)

[A atuação das forças policiais instaladas na praça] *Eu acho péssima, péssima! Fazem vista grossa para um monte de roubo. Eles sabem quem são os ladrões e sei lá, sempre que eu olho para eles, eles estão tomando cafezinho lá na base, então me parecem meio inúteis eu sinto, assim, sabe? Nunca conseguiram recuperar um celular, que eu saiba. Ah... às vezes tá rolando a maior briga, assim que todos os prédios ali têm gente com a cabeça pra fora, olhando... sabe onde tá a briga porque tá rolando gritaria e a polícia tipo, tá lá tipo... (olha para cima e cruza os braços em um gesto que representa desatenção), fazendo qualquer coisa que não seja proteger a pessoa que está apanhando ou coisa do tipo, sabe. Não importa escândalo que esteja rolando, a polícia nunca aparece pra salvar... ela só faz alguma coisa se ela estiver do lado exatamente de onde tá rolando a perturbação ali. Fora isso acho bem inútil assim a atuação da polícia naquela área. (Martins)*

Então a segurança local por alguns momentos tem a presença eu acho que ela se faz necessária outras horas é completamente desnecessária. Então não gosto dessa ostensividade toda. (Caetano)

Nesse sentido, diante algum conflito, rapidamente, a polícia tende a tomar alguns frequentadores como “problema”, agindo para reprimir sua presença. Nesse cenário, a população negra é mais afetada.

A gente tá vendo que essas instituições de segurança, ela é cada dia mais... Elas, a truculência delas vem do fato delas começarem a trabalhar a questão do inimigo. Então é como se o povo fosse inimigo. O usuário da praça é o inimigo da PM, né? Então isso, isso... é gritante e isso é um problema muito sério. (Caetano)

A gente teve um caso muito grave de racismo em 2019, na Satyrianas. Três atores negros do Satyros estavam com toda a documentação regularizada, tudo permitido pra fazer uma performance contra o

racismo no meio da praça e aí um cara drogado, que inclusive eu conhecia, enfim... começou a atacar os atores e a dizer “mata todos os negros e não sei o que...” e quando a GCM chegou havia uma grande revolta das pessoas contra o cara e aí a GCM protegeu ele e falou que os atores é que estavam errado e aquilo causou uma ferida profunda nesses atores e no próprio grupo. Daí, a partir desse momento a gente decidiu fazer um coletivo negro dentro do Satyros pra discutir essas questões do racismo na praça. (Rodolfo)

Um diálogo entre o casal Bela e Nestor sobre a presença da polícia, as ações de segurança pública e o uso de drogas é ilustrativo para compreender como as identificações étnico-raciais se entrelaçam à percepção de segurança. Nestor, se afirma branco, já Bela se reconhece enquanto não-branca e ambos reconhecem a questão étnico-racial como elemento fundamental em suas expectativas sobre as polícias. Para Nestor, sua sensação de proteção está associada a cor de sua pele e traços europeizados:

Isso, isso é um negócio muito capcioso, assim, porque... é, de novo, tem uma base da polícia metropolitana na ponta de cá (ponta com a mão direita) e uma base da PM na ponta de cá (aponta com a mão esquerda). Então assim, sempre tem policiamento na praça, tem um monte de viatura entrando e saindo... e aí a parte boa de ser branco, loiro dos olhos azuis é que eles nunca olham pra mim.

Bela o interrompe o namorado e discorda: “*Você se sente seguro, mas eu não me sinto segura*”, o que leva Nestor a prosseguir com seu posicionamento:

Sim! Isso que eu ia falar, isso que eu ia falar! Eu tenho o privilégio de não ser o alvo da PM. Então eu passo, tem um policial, eu, tipo, dou um aceno pra ele e ele me cumprimenta de volta e eu tô pleno! Eu posso tá com droga no bolso que ele não vai me parar. Essa é a parte do privilégio. Então, eu, particularmente, sabendo disso, sei que eu vivo numa situação irreal de segurança, porque a polícia tá perto e eu sei que ela vai me defender, né? Tipo assim, ok, eu também não vou fazer merda mas, tem gente que mesmo não fazendo merda, por causa de cor de pele ou coisas afim, a polícia vai atrás da pessoa e eu sei que eu tenho a sorte de saber que eu não vou ser alvo.

Na ausência do namorado, que nos deixa para buscar uma pizza, Bela me confidenciou que a presença da polícia causa desconforto à ela pelo mesmo motivo que o leva se sentir seguro: “*Mano, eu não sinto, eu não me sinto segura com polícia não. Principalmente PM, eu odeio polícia militar*” e acrescenta:

Eu nunca vivi [alguma situação específica com a polícia], mas eu tenho muitos conhecidos que viveram. Acho que (olhando para o braço), minha pele... eu não sou branca, não sei, eu sou uma mistura de negro com branco, mas por eu ser mulher, pela minha pele não ser tão escura, então eu acho que eu ainda tenho muito privilégio, em

comparação com muitas outras pessoas que eu convivi. Mas eu cresci no Capão Redondo. Lá, a maior parte das pessoas que conviviam comigo odiavam polícia e tinham situações bem tensas. Tinha um amigo meu que sempre andava com o violão, com medo da polícia parar ele e, segundo ele, se andar com o violão a polícia olha melhor sabe? Então ele nem tocava, só andava com o violão para que eles não parassem, mas, de novo, pode ser algum viés que eu tenho por causa do meio que eu frequento.

As vivências de Bela estão alinhadas com a percepção de João, artista circense do “Encontro de malabarismo e circo da Praça Roosevelt”, morador da Bela Vista – bairro central de classe média. Sobre as insistentes interferências da polícia nas atividades coletivas das quais participa, o artista comenta:

Inclusive ali na praça do centro, na Praça Roosevelt, até que é mil vezes mais tranquilo do que ter uma abordagem na periferia por aí, quando você sabe que pode morrer ou nunca mais mostrar a cara, né? Então tipo, dentro de tudo, pelo fato de ser uma praça tão central, com tantos olhos apontados pra ela, muita gente com celular na mão hoje em dia, enfim, as câmeras, eles se seguram. Eles vêm lá, mesmo aquelas pessoas que vem querendo intimidar e não conversar, eles sabem que estão sendo filmados, que né? Tipo, eles querem botar um terror mas ao mesmo tempo eles são limitados a isso, é uma praça no centro né?

Em outro momento da entrevista, João também acrescenta à essa elaboração o impacto da cor da pele para determinar o tom da abordagem policial:

Olha que nós... ainda é o centro e ainda de pele branca e tal, a gente é tratado, ainda que a gente ache a abordagem agressiva, ainda a gente tá sendo tratado com carinho, em comparação a como eles tratam por aí o pessoal lá nas quebradas, nas favelas e você sabe como funciona aí a situação, infelizmente.

As experiências de Caio nos territórios central e mais à periferia, na Zona Leste, trazem notícias das diferenças de tratamento das instituições policiais nas duas localidades, confirmando as suposições de João:

Ali naquele ambiente a PM, ela age de uma maneira diferente da maneira que ela agiria em outros lugares. Eu frequento muito a praça Brasil e... eu, eu vejo muitas situações acontecendo na Roosevelt que eu sei que se acontecessem aqui na praça Brasil, que é no extremo da zona leste, na Cohab 2, pô... Eles iam chegar arregaçando, sabe? Um bagulho que me marcou muito foi que uma das últimas vezes que eu fui foi no meu aniversário. Eu fui pro Vale [Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo], andar de skate no Vale, depois passei na Roosevelt e, assim... tava no toque de recolher, era oito horas da noite, hora que é para todo mundo ir embora, e... tinha muita polícia, muita viatura da polícia, mais que o normal, tinha até o choque, e eles

chegaram nas pessoas e conversando, pedindo educadamente para as pessoas irem embora, né? É porque assim, quando você está no centro, eles te tratam com respeito, agora quando você está em outra região da cidade, eles não podem te respeitar da mesma forma, sabe? Isso incomoda muito, mas é isso, sabe? Eles têm medo, né? Porque eles estão... tá no centro, eles não sabem quem é quem. Agora na zona leste, você pode fazer o que você quiser porque a pessoa, ela deve ser, sei lá... um pé rapado. Agora no centro eu posso estar batendo, sei lá, no filho de um advogado e acabar me ferrando

Discordar da atuação excessiva das forças policiais e defender o direito de ocupação, não significa que esses moradores não tenham queixas sobre as consequências da circulação.

Assim, como as queixas dos frequentadores do CONSEG concentram-se na questão do barulho e do lixo gerado pelas aglomerações, o mesmo acontece com esses moradores. Porém, estes tendem a contrabalancear os problemas com a satisfação em conviver com os efeitos positivos, já que, de maneira geral, a escolha pela localidade se deu justamente pela sua efervescência. Desta forma, ao aborda a questão do barulho e do lixo, tentam a buscar soluções arquitetônicas e educativas:

[Quais as vantagens você percebe de morar próximo da praça?] Vida! Eu resumo esse movimento todo em vida. Tem horas que o barulho é ruim, mas a sensação de ver pessoas na rua, de ter vida na rua, de ter confraternização na rua, as pessoas querendo se conhecer, se olhar, se comunicar, se trombar... isso eu acho muito rico, pra mim... (Caetano, 49 anos)

Uma coisa é você morar num bairro residencial e um vizinho teu fazer barulho a uma da manhã. Outra coisa é você morar em um lugar onde é o espaço mais democrático da cidade pro encontro, pra troca e ter um monte de pós-adolescente rindo e brincando às 3 da manhã. Se é que esse espaço pode existir, entendeu? Então... são questões diversas que exigiriam soluções diversas. (Rodolfo)

Essas tentativas, no entanto, também levam a embates e discordância entre vizinhos, que geram novos conflitos e desafetos dentro do próprio grupo. As experiências com os problemas, tais como barulho e lixo, apesar de compartilhadas, tomam significados bastante singulares e, portanto, a modulação das respostas aos problemas tende se modificar segundo cada percepção.

Desde a discussão do barulho, uma vez teve uma tentativa de se fazer uma associação de moradores aqui que era a APARA, a Associação de Moradores da Roosevelt, mesmo aqui da praça (...) e juntou todas as pessoas que não se gostavam, sabe? Porque tem essa coisa de moradores aqui, né? É um bairro... Tem as simpatias, as antipatias, sabe? Gente de esquerda, gente de direita, entendeu? Tem de tudo aqui, e então... aí conseguiu-se, mas logo na sequência você vê que as

peessoas são equivocadas. Por exemplo, a gente tava lá querendo fazer uma questão à respeito do barulho, que era uma coisa assim de fazer uma ação mais de falar “ou gente, vamo falar mais baixo depois de certo horário”, educar as pessoas (...) Fazer uma coisa mais educativa e tal pra você ter uma convivência mais à noite, né? O que era possível, um modo de você, sei lá, urbanizar mais as pessoas, né? E aí, do primeiro encontro, no dia seguinte duas pessoas levam um pedido pra prefeitura... veja você né? Que nem foi discutido... apontando a lista de problemas em relação ao barulho que se tem na praça. O primeiro problema chamava-se Parlapatões. Falei “Meu, pelo amor de Deus, como é que você faz isso com o seu vizinho?”, né? Então você vê que as pessoas são equivocadas. (...) Aí acabou essa história e tal... Algumas pessoas começaram a se desentender, umas já quiseram, sabe? Era... é difícil. As pessoas são bastante complicadas, né? (Martinho)

As percepções dos moradores são atreladas à localização da residência. Para descrever o que encaram como problemas e potencialidades, os moradores resgatam sua vista das janelas, os sons que atravessam – ou não – suas paredes ou os estabelecimentos mais próximos de suas casas. Por exemplo, para moradores dos andares mais baixos, o barulho é mais insalubre que para quem está nos últimos andares. Estes, no entanto, tendem a concentrar sua atenção ao problema do lixo, pois isso representa uma degradação de sua vista.

Você... ao mesmo tempo, eu entendo, às vezes, a demanda ou reclamação do morador que é idoso e mora na praça e, muitas vezes, sexta, sábado e domingo fica sem dormir porque até às 6 horas da manhã é muito barulhento, então precisava ter uma readequação de infraestrutura para a praça não gerar tanto ruído vertical como ela gera, então tem todos os lados. E precisava ter uma administração desses interesses mais próxima porque, apesar da praça estar nesse bairro, ela não pertence só ao bairro, ela não é uma praça só dos moradores, né? (Maria Antônia)

Olha, eu acho que o maior problema hoje aqui é o lixo. Isso é seríssimo assim. E pra quem mora na praça tem uma percepção completamente diferente das pessoas que frequentam a praça. Então quando o pessoal começa a chegar pra valer mesmo aqui, pra curtir e tal... a praça já foi limpa, porque limpa na parte da manhã. Só que as vezes é tanto lixo que ainda fica um pouco de lixo pra de noite ainda. (...) Eu acho que a questão do barulho, eu to muito alto. Tô no décimo oitavo andar. Barulho pra gente é supertranquilo, mas eu não sei para as pessoas que tão lá embaixo, no primeiro andar, no segundo andar, né? Que, assim, as vezes é realmente o acúmulo de gente é muito grande. (Aurora)

A aproximação e escuta dos diversos moradores revelou ainda, que os discursos comuns sobre os moradores mais antigos, que os localiza como conservadores e autoritários, portanto, os principais reclamantes das consequências deletérias da

ocupação, ao menos neste grupo, não se confirmaram. Diferentemente do esperado, foram os moradores jovens, e não os antigos, que apontaram esses efeitos como desvantagens difíceis de lidar, apesar da complacência com eles, já que se sentiam avisados dessas características quando se mudaram. Para os veteranos, as desvantagens narradas contam mais da saudade de um tempo anterior, atravessadas pelas mudanças de vizinhos antigos, modificação quanto aos eventos artísticos-culturais, progressivo avanço da ostensividade policial e esquecimento da importância da cena teatral.

Da mesma forma, as vantagens apontadas pelos recém-chegados dizem da praticidade da vida cotidiana, a acessibilidade, as possibilidades de lazer próximas da residência, a mobilidade urbana e ainda a ascensão social conquistada, enquanto os antigos moradores têm ali construído um conjunto de relações não só de afeto, mas também de trabalho formal e cultural que os favorece olhar para praça com carinho pela sua história pessoal. Esses moradores encontram na praça aspectos positivos que atrelam ao seu percurso de vida.

Eu sou uma pessoa assim que eu gosto, eu sinto que eu vivo num ponto turístico, né? Assim como se você vai pra qualquer lugar, que você foi né? Se viajou, você com certeza em todos eles você parou assim, “aah eu moraria aqui”, né? Né? Porque é um lugar agradável, uma coisa que você gosta e tá no seu lúdico... e de fato, aqui pra mim é assim. Então eu possa tá, eu com certeza posso tá em outros lugares maravilhosos do mundo, mas aqui eu acho que é bem maravilhoso.
(Martinho)

Apesar de alguns dos entrevistados criticarem ações de privatização do espaço público e o viés de discussão operado no e pelo CONSEG, em que o poder econômico e o pagamento de impostos outorgariam mais direitos em relação às prioridades de uso, aos destinos das políticas de segurança pública e da própria cidade, essa mesma lógica também aparece com estratégia para se opor às propostas de dominação do espaço público. Ao comentar sobre a tentativa de articular com comerciantes locais formas de resistência às investidas policiais, Martinho argumenta:

Eu sempre, eu a todo momento falo pra eles “Meu, vocês é que são as pessoas fortes aqui da praça”. Eu venho falando isso aqui com os bares... “porque vocês são o poder econômico aqui da praça, vocês é quem empregam, vocês é quem pagam impostos aqui, vocês é que geram a economia... então é pra vocês, não é pra vocês ficarem pedindo, é pra vocês falarem assim, olha ‘queremos assim!’”. O serviço público tá lá pra servir vocês, não pra mandar em vocês!”
Eu sempre, eu a todo momento falo pra eles “Meu, vocês é que são as pessoas fortes aqui da praça”. Eu venho falando isso aqui com os bares... “porque vocês são o poder econômico aqui da praça, vocês é quem empregam, vocês é quem pagam impostos aqui, vocês é que

geram a economia... então é pra vocês, não é pra vocês ficarem pedindo, é pra vocês falarem assim, olha 'queremos assim!'. O serviço público tá lá pra servir vocês, não pra mandar em vocês!'

O posicionamento reaparece na argumentação de outra moradora, ao pensar a movimentação como interessante ao mercado imobiliário:

Para isso ser um lugar ainda valorizado ou viável, você tem que ter uma gestão, porque o morador, as pessoas, tem que se interessar em morar aqui também, porque isso é o que faz o equilíbrio ocupacional da cidade, você tem que ter um pouco de todas as coisas. Você não pode ter... tem que ter o interesse da moradia, porque isso gera.. né? Isso gera recurso, isso gera imposto, ocupa a praça, é mais seguro. (Maria Antônia)

Esse mesmo argumento foi utilizado por Amaral para justificar o direito à permanência no espaço ante aos conflitos com moradores que reclamam da presença de forasteiros do bairro e das consequências da ocupação intensa na praça:

Quem pagou isso fomos nós, nossos impostos, né? Quem faz... quem fez essa praça hoje foram os impostos de todos, não só de trabalhadores não. Quem contribui com o Estado, já tá fazendo imposto aqui. E o problema é você ter reclamações de ca... de, de... vai, por exemplo, município que tá ao lado e a gente só vê prédio comercial, não tô vendo um... vai, aquele ali pode ser de residência (aponta para um dos prédios da praça, os dois entrevistados tentam saber quais prédios são comerciais olhando apenas um lado da praça até que aponto para o lado oposto para mostrar que há um complexo de prédios residenciais). A gente entende então, ele que se adeque ao espaço, porque aqui, meu... a gente já tá pagando... todo dia a gente paga imposto pra cá a gente tá vendo muito mal-cuidado.

Propor a capacidade econômica e tributária como esteio da argumentação e resistência às medidas autoritárias parece ser uma tentativa de se fazer ouvir dentro de grupos que se embasam e dialogam através dessa lógica. Porém, o efeito dessa articulação é, novamente, a produção de um “Outro”, não-contribuinte, não-consumidor e não-empregador, ou seja, um “Outro” que não gera riquezas e não faz circular a economia, a quem a presença configuraria se não um risco, ao menos um estorvo, e a quem a polícia deveria “realmente dedicar esforços para combater”. Dessa forma, essa lógica de legitimidade da representação e da demanda está associada a uma dialética capitalista mesmo para pessoas que mantêm alguma crítica das relações de dominação que operam no espaço público a partir do sistema econômico.

Às vezes o, o soldado, ele quer fazer o agrado... porque uma das finalidades da GCM é conviver com a população. É de atuar em colaboração com a comunidade, não é contra a comunidade. Mas qual é a comunidade que esses, esses representantes ali com um mínimo de poder de ordem buscam atender? Quem? Quem são os mais estabelecidos economicamente na praça. Os mais

conservadores, os proprietários de apartamentos, o pessoal que é contra as liberdades, que quer fechar a praça (risos) e que são as pessoas que estão no CONSEG. (Martinho)

O fato de ter polícia e GCM em cima da praça também me dá uma tranquilidade, sabe? Porque de alguma forma faz com que a galera que tá lá pra roubar bolsa... porque a gente vai no encontro de circo, larga as bolsas tudo lá e fica treinando, brincando, não fica olhando as coisas né? Então isso garante né, de tipo, ter alguém querendo furtar a bike de alguém que foi pro encontro, a bolsa. De alguma forma dá uma mediada, assim como também chegam umas pessoas fora de si na praça, que acontece assim... São Paulo, né? (João)

Se existe um “Outro” percebido como invasor perigoso a ser vigiado e que torna bem-vinda a presença das forças de segurança, para alguns destes entrevistados, foi possível também reconhecer a existência de um “Outro” autoritário a quem se deve combater: o vizinho que enseja o higienismo, aquele que, supostamente, tem seus interesses privados defendidos pela polícia. Desta forma, é a partir da percepção de uma relação de deferência da polícia a estes sujeitos que esta passa a ser criticada, vista não apenas como desnecessária, mas também excessiva, incômoda e, por vezes, violenta.

Os desdobramentos da relação dialética com estes supostos “Outros”, cotidianamente mediada pela polícia, seja ela agente de proteção ou fator de violência, em nome dos interesses privados de parte dos vizinhos, será aprofundada no próximo capítulo. Ao que parece, ao supor num “Outro” o motivo da dificuldade do convívio, os sujeitos se colam em posições pré-determinadas no laço social e, desta forma, o “Eu”, ou “Nós”, está sempre, imaginariamente, a sofrer algum tipo de dano, seja pela via do autoritarismo do vizinho, seja pela via da invasão do delinquente forasteiro, escapando a esses sujeitos a possibilidade de se perceber participantes também desses dois grupos a que se opõem. A construção desses perfis é envernizada por marcadores de classe e raça que não podem ser ignorados.

Assim, no cenário urbano, basta haver um “Outro” a quem combater, seja ele um dominador ou um invasor, e lá estará a figura do policial para fazer báscula no entremeio.

5 O “OUTRO” DE NÓS: A LÓGICA DO INIMIGO NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA PSICANÁLISE

“Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade”. (FREUD, 1930/2011, p. 80)

Esta pesquisa se ocupou da difícil tarefa de analisar os conflitos gerados pelas diversas formas de ocupação da Praça Roosevelt, uma área pública simbólica para a cidade de São Paulo. Ao fazê-lo, os recortes de classe e raça não puderam ser deixados de lado, sob o risco de oferecer uma análise incipiente, se não desonesta, que forja e recria a realidade ocultando as contradições inerentes aos processos sociais.

Os capítulos anteriores colocaram luz nos conflitos decorrentes das relações cotidianas na Praça Roosevelt. Questões como lixo, barulho e os chamados “crimes de oportunidades” são mal-estares transversais comuns relatados pelos entrevistados e observados também nas discussões do CONSEG. As perturbações são legitimamente incômodas, apesar de também serem condições inevitáveis da vida urbana em uma metrópole como São Paulo. No entanto, a busca por um culpado pelos inconvenientes se mostrou um achado importante deste trabalho. Na tentativa de assimilar a experiência, não é raro que identificações acachapantes resumam processos complexos e singulares, produzindo identidades estereotipadas.

Dentre as estereotípias identificadas – e às quais também estou submetida –, uma será aprofundada neste quarto capítulo: a dinâmica que faz circular discursos autoritários que detêm narrativas sobre a Praça Roosevelt nas instâncias formais de poder. A ideia, no entanto, não é descrever, a partir das suas características específicas individuais e/ou grupais, a postura dos sujeitos que participam do CONSEG. Isso levaria a um alienante diagnóstico sobre as pessoas que aderem ao autoritarismo, sufocando a possibilidade de uma dialética e, novamente, aderindo à lógica de um grupo “culpado” pelos conflitos da vida social.

Para escandir a armadilha das identidades pré-estabelecidas, esse capítulo se propõe, a partir da Psicanálise, a uma análise da dinâmica que perpetra os discursos de dominação de determinado grupo, localizado nessa pesquisa como formado por aqueles que frequentam assiduamente as reuniões do CONSEG e que se sentem legitimamente representados pelas forças de segurança pública contra outros grupos de origens, características e comportamentos muito diversos, mas que, em geral, são percebidos

como ameaças tanto aos bens e propriedades, quanto às identidades sociais desse grupo, garantidas através das distâncias simbólicas dos outros grupos.

Para compreender as relações de poder entre grupos avizinados, vale retornar a Freud para relembrar que se incorre em erro ao tentar separar o indivíduo do social, já que “na vida psíquica do ser individual, o “Outro” é, geralmente, considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (FREUD, 1920/2011, p. 14).

Porém, apesar da Psicanálise apresentar uma base teórica possível para a compreensão dos processos que cá acontecem – especialmente as obras dos anos tardios de Freud, quando ele se debruçou sobre os fenômenos sociais na tentativa de compreender a ascensão nazifascista na Alemanha –, é também verdade que o autor, apesar de judeu, uma minoria étnico-religiosa perseguida na Alemanha nazista, era um homem branco, europeu, pouco inteirado das questões dos trópicos e que não se propôs a pensar os efeitos da dominação étnico-racial e da colonização do continente africano e Américas em suas elaborações teóricas.

Assim, apenas a teoria freudiana não é suficiente para compreender os efeitos deletérios dos processos genocidas impostos, através do colonialismo, por europeus aos povos da África e Américas durante quatro séculos, e continuados pelas elites locais, descendentes destes, aos também descendentes dos povos africanos escravizados e nativos indígenas, como é o caso do Brasil. Aos psicanalistas, psicólogos e pesquisadores brasileiros cabe decodificar a teoria a partir de nossas bases históricas e materiais e construir as interseções entre a Psicanálise e os processos violentos de dominação que fundaram nossa cultura e que incidem diretamente sobre os fenômenos urbanos.

Um dos textos pioneiros de Freud em suas análises sociais foi “*Totem e Tabu*” (1912-1913/2012). Essa obra abre uma perspectiva de compreensão para os processos de exclusão territorial e segregação social que operam na lógica higienista. Ao analisar a configuração comunitária de povos ditos primitivos – quando não-europeus –, Freud observa a exclusão do circuito social, definitiva ou temporária, daqueles que estiveram em contato com a morte ou mesmo com o sexo: tabus sociais que, em alguma medida, lembram o ser humano da sua origem e de seu fim, ou seja, de seu desamparo constitucional.

A violação de determinados tabus envolve um perigo social, que tem de ser conjurado ou expiado por todos os membros da sociedade, a fim de não prejudicar a todos. Se substituíssemos os desejos inconscientes pelos impulsos conscientes, tal perigo existe realmente. Ele consiste na possibilidade da imitação, em virtude da qual a sociedade logo desagregaria. (FREUD, 1912-1913/2012, p. 62)

Para Freud, o indivíduo que violou um “tabu” torna-se também um tabu porque poderia conduzir outros a cometer o mesmo ato, despertando desejos inconscientes, o que poderia desencadear a dissolução do tecido social: “Ele provoca inveja por que lhe deveria ser permitido o que a outros é proibido? Ele é, portanto, realmente contagioso, na medida em que todo exemplo convida à imitação, e por isso tem de ser evitado” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 62). Assim, os pedidos de interdição autoritária seriam uma tentativa de lidar com sentimentos ambivalentes ante formas de viver e estar no espaço público que ferem valores morais e sociais organizadores da sociedade.

Freud trata o isolamento como uma tática de prevenção ao contágio do comportamento tabu, mas não só. Nesse texto, o sistema de punição das comunidades está fundamentado na tentação de imitar e na expiação coletiva sofrida pelo infrator, que é odiado por ser invejado em sua ousadia. A punição daria aos executores, diretos e indiretos, sob a justificativa de fazer cumprir a sentença, acesso aos excessos cometidos pelo primeiro, já que “os mesmos impulsos violentos se acham tanto no infrator como na comunidade que se vingam” (FREUD, 1912-1913/2012, p.118). O que Freud localiza como raiz da proibição seria um “impulso mau”, que ele desdobrará em sua perspectiva teórica nos anos seguintes, quando propõe o “instinto de morte” e o “instinto de destrutividade”.

Nas visitas ao CONSEG, não foram poucas as vezes em que o ódio e o pedido de controle surgiram como respostas à ideia compartilhada de que pessoas em posição outra que não a de morador acessavam algum tipo de prazer ou suposta “vida fácil” e que, portanto, mereceriam controle, punição ou expulsão do bairro. Essa mesma lógica opera para lidar com estrangeiros ao território que buscam a região central como lugar para lazer, supondo-os “bandidos”, “olheiros”, “baderneiros” e “gente sem escrúpulos” que não deveria estar ali. Esta é uma reclamação persistente nas reuniões do CONSEG, que traz à tona a sensação de que os moradores carregariam apenas os ônus de morar, tais como impostos, sujeira, criminalidade e barulho, enquanto aqueles que circulam – seja na condição de moradores de rua, criminosos ou visitantes – gozariam dos

privilégios em seu lugar e às suas custas. Esse acesso trapaceado gera ódio e pedidos de que a polícia intervenha e reestabeleça a ordem local.

Ainda em *“Totem e tabu”*, Freud esboça a dinâmica das massas – que ele irá aprofundar em 1920, no texto *“Psicologia das massas e análise do Eu”* – quando propõe a união dos irmãos, barrados de qualquer satisfação em nome do gozo irrestrito do “pai totêmico”, para destruí-lo: “Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 216). Segundo Freud, para que o bando agisse, foi necessário que se identificassem entre si através da privação imposta pela figura paterna e que, somado a isso, pudessem matar em conjunto, preservando o anonimato do ato.

Essa também é uma característica que se pode observar entre os membros do grupo que frequentam o CONSEG: quando em conjunto com outros moradores e supondo-os aliados contra os mesmos inimigos, torna-se possível realizar falas e sugestões que dificilmente seriam proferidas ante um sujeito discordante. Além disso, o anonimato do expurgo fica garantido quando o perpetrador da punição é um policial, agente do estado imbuído de autorização, ao menos social, para agir com violência.

“Totem e Tatu” aborda o mito do parricídio do pai totêmico enquanto origem do sentimento de fraternidade social que embasa as formações em sociedade. A partir do ato criminoso, a única maneira de assegurar a vida de todos os irmãos seria garantir que nenhum deles acessasse o poder irrestrito exercido anteriormente pelo pai, sendo proibido matar um irmão. Para Freud (1912-1913/2012), as primeiras prescrições e restrições morais foram concebidas como reação à noção de crime ali fundada. A culpa pelo assassinato garante a prevenção de sua repetição e estaria presente ainda nas formações sociais, produzindo novos preceitos morais, restrições, penitências e punições como advertência a outros sujeitos. Assim, a base para a vida em sociedade seria suportar a rivalidade entre irmãos para que todos pudessem sobreviver.

As premissas de Freud nesse texto não podem ser negadas quando nos deparamos com grupos homogêneos, porém são insuficientes para pensar a vida em uma comunidade diversificada. A relação entre irmãos está carregada não apenas de rivalidades e hostilidades, mas também há as identificações entre si a partir da filiação comum, o que produz alteridade: uma relação de reconhecimento do “Outro” como um semelhante, portanto, defendê-lo significaria também defender a si. Além do mais, os

irmãos se identificam entre si contra a figura do pai violento. Ainda há ali um “Outro” a quem se direciona a hostilidade.

Nas relações de conflito em que a violência aparece com medida de segurança e defesa, o “Outro” não está em uma posição que convida à alteridade, mas à estranheza. Schucman (2012) sinaliza que as identidades coletivas defendem as fronteiras entre quem são o “nós” e os “outros”, sendo, portanto, posicionais, relacionais e fluídas. Se são posicionais, uma identidade grupal só existe em relação a outras. Para Blok (2012), ao considerar que a identidade repousa na diferença, seria justamente a diferença a ser afirmada, reforçada e defendida contra aquilo que está mais próximo e que, portanto, representa também a maior ameaça. Em sociedades hierarquizadas, a violência seria a tentativa de se fazer reafirmar a diferença como superioridade identitária e reestabelecer as distâncias sociais.

Blok (2012) observa que, no sul dos Estados Unidos, após a abolição do regime de escravidão em 1865, os atos de perseguição e violência extrema contra negros livres vinham, principalmente, de brancos pobres e de baixa renda, em defesa de sua identidade superior e autoestima racial ante a ameaça de serem colocados no mesmo nível dos ex-escravizados. Caldeira (2003) observou um fenômeno parecido ao entrevistar moradores de classe média do bairro da Mooca, em São Paulo, que enfrentavam a sua deterioração econômica, efeito da superinflação ocorrida nas décadas de 80 e 90:

Com as mudanças rápidas no bairro, a ampliação do mercado de consumo a outros grupos sociais, a crise econômica reduzindo o poder de compra, as novas práticas democráticas transformando a vida política e as velhas crenças no futuro sendo minadas, as pessoas sentiam-se inseguras a respeito de sua posição social. Uma maneira de lidar com a incerteza é elaborar diferenças sociais. Assim, discussões sobre declínio social viram discussões sobre diferenças sociais e a manutenção do lugar de cada um na hierarquia social. (CALDEIRA, 2003, p. 70)

Para essa autora, a distância social pode ser marcada de diversas maneiras, que não a violência direta: o uso de grades, as estratégias de censura da presença no espaço público, a construção de condomínios, somados às concepções depreciativas sobre os pobres e a pobreza, supondo-os acostumados à indignidade.

No CONSEG em questão, essa lógica opera em um território central, um lugar que viveu o apogeu econômico de São Paulo e hoje é lembrado pelos problemas sociais, e no qual o encontro com a diferença é não só inevitável, mas intenso. Como não se trata de um estudo comparativo, não é possível dimensionar diferenças e singularidades

desse para outros conselhos; no entanto, é perceptível que a heterogeneidade de pessoas em circulação na região é relacionada à sensação de insegurança e à percepção do “Outro” como ameaça, e não como sujeitos às mesmas contingências e inseguranças das quais reclamam os moradores. Um exemplo emblemático é a reunião do dia 24 de setembro de 2019, quando um morador da Consolação manifestou sua contrariedade com a abertura do metrô e a existência de instituições de ensino nas proximidades de sua casa. Em nota no caderno de campo:

“W. traz um novo posicionamento: ‘Com o metrô nós tivemos um volume muito grande de frequentadores aqui no bairro(...) e está prevista outra estação. Por que o metrô só põe os agentes dentro do metrô? O PM tenta encerrar o assunto comentando ser difícil discutir essas questões polêmicas, que é possível passar horas falando sem chegar em nenhuma conclusão e esclarece. ‘Dos portões para dentro é responsabilidade da segurança do metrô’, sendo interrompido pelo morador: ‘OK! Mas eles acarretam danos do lado de fora’. O PM então dizendo que a responsabilidade da segurança na rua é da polícia militar e que a quantidade de pessoas é um complicador. Mais uma vez o morador o interrompe, desta vez para sugerir: ‘o Mackenzie é uma instituição religiosa. não paga imposto e o que eles acarretam de insegurança para o bairro é absurdo (...). Assim como a PUC, a FAAP, o Rio Branco... por que eles não financiam um batalhão?’”.

Neste sentido, também é possível captar a sensação de preterimento dos moradores em relação aos dispositivos de segurança pública, quando se comparam a moradores de outros bairros mais elitizados. Em nota no caderno de campo, um registro de reclamações de moradores sobre o funcionamento da delegacia referência no bairro:

“W. inicia sua fala dando boas-vindas ao delegado recém-chegado, faz uma piada sobre o café da delegacia. ‘Nós estamos numa região que tem muitos problemas, por que a quarta delegacia não funciona 24 horas? Ou o nosso governador é conivente, tá? Ou é tapado! Pode escrever, com meu nome’”. (Reunião do dia 24 de setembro de 2019)

“W. comenta: ‘Como é que no bairro nós temos a Rua Augusta com índice de droga, de bandidagem tão elevado e a delegacia não funciona 24 horas? Cadê a lógica disso?’”. O capitão tenta encerrar o assunto, mas o morador: *‘Como é que vocês não têm mais viaturas disponíveis?’*” (Reunião do dia 24 de Setembro de 2019)

O representante da PM marca que o maior efetivo de policiais e viaturas está dedicado a essa área no período noturno, tranquiliza a moradora sem concordar em efetivar a sugestão dada. I. emenda reclamação (recorrente) de não haver uma delegacia que abre à noite e nem nos finais de semana, considerando a demanda da região. “A delegacia aberta 24 horas é do Jardins e não ocorre nada no Jardins”.

Retornando à Psicanálise, para compreender essa dinâmica, consideramos ser preciso resgatar as noções de “Eu” e de “narcisismo”. Apesar de ser um termo usado na linguagem comum de forma pejorativa, para Freud o narcisismo seria “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação”, uma condição fundamental para suportar a vulnerabilidade da espécie humana. Não há, desde o início, um “Eu” do indivíduo, sendo necessário constituí-lo a partir da relação com o mundo externo. Já o

desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal. (FREUD, 1914/2010, p. 48)

Por “ideal do Eu” Freud entende a tentativa de recuperar a condição de perfeição narcísica e satisfação possível do início da vida. O sujeito passa a projetar para si uma condição ideal, em que aquilo que foi perdido poderia ser recuperado. Para ele, o “ideal do Eu” seria um caminho para compreender a psicologia das massas, já que “além do seu lado individual, ele tem o social, e também o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação” (FREUD, 1912/2010, p. 50).

Em “*Os instintos e seus destinos*” (1915/2010), Freud observa que a antítese “Eu - Não eu” é imposta no início da vida, através da experiência de modificar estímulos externos pelas ações musculares, mas não conseguir fazer o mesmo com estímulos instintuais. Nesse momento, a relação prazer-desprazer estaria ligada à escala de sensações que se constitui inseparável da determinação de nossos atos. O “Eu” se faz sujeito, o “fora” torna-se objeto.

O “Eu” inicialmente comporta-se passivamente ante o mundo externo, recebendo dele estímulos, e ativamente, ao reagir a eles. Um ponto dessa elaboração freudiana para pensar as relações de conflito “Eu” *versus* “Outro” está na incorporação das experiências de prazer como atributo do “Eu”, entendendo partes do mundo exterior que lhe são prazerosas como extensões de si mesmo, ao passo que o que é sentido como desprazer é segregado do “Eu”, atribuído ao mundo externo e percebido como inimigo ou ameaça. Desta forma, constituiríamos os sentimentos de amor e ódio.

Para Freud, enquanto relação de objeto, o ódio é um sentimento primordial em relação ao amor, pois surge da rejeição do mundo externo como fonte de estímulos desprazerosos e/ou ameaçadores.

O Eu odeia, abomina, persegue com propósitos destrutivos todos os objetos que se lhe tornam fonte de sensações desprazerosas, não importando se para ele significam uma frustração da satisfação sexual

ou da satisfação de necessidade de conservação. Pode-se mesmo afirmar que os autênticos modelos da relação de ódio não provêm da vida sexual, mas da luta do Eu por sua conservação e afirmação. (FREUD, 1915/2010, p. 78)

Em 1917, no texto *“O tabu da virgindade”*, Freud (1917/2013) faz seu primeiro desdobramento do conceito de narcisismo do campo individual para o social, ao propor o “narcisismo das pequenas diferenças”, teoria essa que reaparece imbricada em outros textos. A partir de Crawley, Freud propõe que o indivíduo se isola dos demais na tentativa de diferenciar-se e que seriam justamente as diferenças mínimas, num conjunto de semelhanças gerais, que gerariam a estranheza e hostilidade entre indivíduos.

Nas relações humanas, o perigo seria vivido de maneira ambivalente, o risco real pouco se diferencia do imaginário e o material também se confunde com o psíquico, sendo os impulsos hostis internos percebidos como ameaça externa. Vale então resgatar as proposições de Caldeira (2003) sobre “fala sobre o crime” que, na tentativa de re-simbolizar um evento violento, faz circular a sensação de insegurança e proliferar o discurso violento como tentativa de superar a própria violência.

Em 1919, em *“O inquietante”*, Freud aprofunda suas reflexões sobre a sensação de angústia e horror ante aquilo que é percebido como sinistro, inominável e incontrolável. Para Freud, o “inquietante”, também traduzido como o “estranho” ou o “estrangeiro”, remontaria a algo que é, na verdade, muito conhecido e familiar ao sujeito, no mais das vezes, inconscientemente. O fator angustiante estaria justamente vinculado à sensação de indiferenciação entre o “Eu” e o “Outro”, entre o sujeito e o mundo externo, a partir do reconhecimento desse algo estranhamente familiar (SOUZA, 2012). Essa noção favorece pensar os aspectos projetivos das políticas de segurança pública, quando a violência é reconhecida no estrangeiro, mas não é percebida no próprio discurso de combate a ele.

Já em *“Psicologia das massas e análise do eu”*, Freud (1921/2011) avança na teorização da formação das massas, considerando que, se os indivíduos estão ligados entre si, há algo que os une e promove coesão grupal: esse conjunto de indivíduos se massifica ao colocar um único e mesmo objeto no lugar de seu ideal de Eu e, em consequência, identificam-se entre si, retomando a ideia anteriormente proposta em *“Totem e Tabu”*.

Como “massa”, neste texto, Freud (1921/2011, p.34) considera:

A condição para que se forme uma massa, a partir dos membros casualmente juntados de uma multidão, é que esses indivíduos tenham algo em comum, um interesse partilhado num objeto, uma orientação

afetiva semelhante em determinada situação e (eu acrescentaria: em consequência) um certo grau de capacidade de influenciar uns aos outros.

Ao tratar de massas, Freud não está imediatamente tratando apenas da análise de multidões em atividade, mas também da possibilidade de indivíduos que aderem aos mesmos discursos hegemônicos e os fazem circular.

Influenciado por Le Bon, Freud (1921/2011, p. 45) defende que “se o indivíduo abandona sua peculiaridade na massa e permite que os outros o sugestionem, ele o faz porque existe nele uma necessidade de estar em acordo e não em oposição a eles, talvez então, ‘por amor a eles’”. Nesse cenário, a figura do líder é de fundamental importância, apesar de poder ser substituído por um conjunto de ideais compartilhados ou pela sensação de mesmo inimigo em comum.

Em grupos como o exército ou a Igreja (Católica), a grupalidade se dá a partir de coação externa para evitar sua dissolução e impedir mudanças em sua estrutura. Assim, a tentativa de desligamento é desestimulada e punida. Por outro lado, há o chefe supremo situado como “Ideal de Eu”, reconhecido como figura paterna (aquele que está em posição hierarquicamente superior, responsável por amar e proteger a todos os seguidores igualmente e ainda com poder de punição aos que se opõem ao grupo), o que produz uma sensação de unidade entre seguidores.

Essa mesma sensação foi percebida nas poucas vezes em que visitantes ao CONSEG que tendiam a um olhar e discurso diferentes sobre os fenômenos da vida urbana pediam a palavra, causando algum desconforto na reunião. Em específico, é emblemática a situação em que um morador que se opõe ao CONSEG compareceu, desdobrando uma situação de conflito que tratei no capítulo 2. Também é possível reconhecer esse processo no capítulo 3, quando vários dos moradores não-participantes contam não ter interesse em frequentar o conselho por não haver diversidade no discurso sobre as questões do bairro. Por outro lado, a relação de deferência aos agentes de segurança pública sugere que são eles os objetos colocados no lugar de líderes ou “Ideal de Eu” pelo grupo participante.

Para Freud (1921/2011), os sentimentos que surgem em um grupo massificado são simples e exaltados, além de desconhecerem dúvidas e incertezas. De maneira inflamatória, chega rapidamente aos extremos. De uma suspeita exteriorizada chega a uma certeza indiscutível, sem que para isso precise provas e fazendo a antipatia se

transformar em ódio. “Ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade” (FREUD, 1921/2011, p. 27).

Esse fenômeno também pôde ser conferido nas reuniões do CONSEG. Bastasse que algum presente fizesse alguma fala mais inflamada, levantando suspeita ou antipatia sobre “tipos” e “sujeitos”, para que fosse rapidamente apoiado por outros, que também se punham a pedir intervenções violentas contra aqueles que, ao menos no discurso, eram representados como ameaça. Como exemplo pode-se citar trecho do caderno de notas da reunião de 30 de abril de 2019, em que se registra a indignação do grupo contra uma intervenção política realizada pela morte da vereadora carioca Marielle Franco, que até o presente momento não teve seu assassinato completamente esclarecido:

Em seguida, a moradora diz que há 20 dias a placa da Rua Peixoto Gomide com a Rua Augusta foi alterada por “ativistas dos direitos humanos”. No fundo da sala um senhor grita, perguntando (de forma agressiva): “Qual o nome colocado? Marielle Presente?” A moradora responde que sim, o que gera reações de indignação em alguns dos presentes. Ela descreve a placa: Nome da Rua “Marielle Presente” e CEP “Quem mandou matar Marielle?”. Dois dos conseqüentistas, o senhor que fez a pergunta e uma outra mulher de meia-idade, demonstram maior indignação e proferem ofensas aos supostos ativistas e à própria Marielle.

Freud também destaca que esses grupos demandam das figuras de autoridade, localizadas com heróis, sua segurança e até mesmo sua violência. Nos termos do autor, a massa “quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo, inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição” (FREUD, 1921/2011, p. 27). Essa hipótese nos dá pistas da estreita relação entre pessoas que aderem aos discursos autoritários e as forças policiais. Como exemplo desse desejo de submissão retratado por Freud, pode-se recortar o trecho do diário de campo que relata o momento em que um morador defende que a polícia tenha estrito controle dos moradores de cada condomínio do bairro:

W. sugere à polícia e à prefeitura que façam cartilhas aos moradores dos prédios da região, dando orientações de segurança, e acrescenta a sugestão de se ter uma relação e controle de todos os moradores de cada condomínio: “Outra coisa, eu lembro que há muitos anos, nós tínhamos a relação de todos os moradores. ‘Ah, mas isso não é legal!’ O que não é legal é invadirem teu prédio, tá?’”.

Ao tratar das relações nos grupos, Freud também destaca a importância da libido como fator de conexão. Por “libido”, nesse texto, se entende “uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos energia, tomada como grandeza quantitativa – embora não mensurável – desses instintos relacionados com

tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra ‘amor’” (FREUD, 1921/2011, p. 43). Nessas condições, o afeto entre os identificados entre si como iguais seria amplificado e o pensamento crítico, assim como as diferenças, diminuídos, favorecendo o nivelamento para criar um “nós”. Essa ligação tem ainda efeito sugestivo entre aqueles que aderem ao grupo, fazendo desaparecer momentaneamente as nuances individuais e prevalecer apenas a identificação pelo traço compartilhado.

O ponto crucial da elaboração freudiana seria a intolerância aos que estão fora da ligação artificialmente criada pelo traço comum. A figura do líder, nesse momento teórico, é fundamental para que ocorra a identificação entre os membros, porém Freud (1921/2011) já sugere que o líder, enquanto representante do “Ideal de Eu”, pode ser substituído por uma religião ou ideia comum. Desta forma, “a identificação é ambivalente, pode tornar-se tanto expressão de ternura quanto desejo de eliminação” (FREUD, 1921/2011, p.61).

Segundo Reino e Endo (2011), há uma diferença entre as teorias freudianas dos anos de 1921 e 1930, quando Freud acrescenta à sua teoria de grupos a importância da pulsão de morte. Em 1930, no texto “*O mal-estar na civilização*”, percebe-se que o agrupamento passa a ser ensejo para a destrutividade, já que “não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir ao instinto um escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele” (FREUD, 1930/2011, p. 80). O grupo localiza no mesmo objeto o destino da pulsão de morte: os sujeitos se identificam e se unem pois há um “Outro” comum a quem hostilizar. Aqui Freud se questiona se o líder é necessário para se amar e seguir ou se há possibilidade de substituição da liderança por um objeto (ou grupo) como destino à pulsão de morte. A ideia de irmandade garante paz entre os membros, desde que todos recebam equitativamente as mesmas liberdades e afetos, sendo a crueldade e intolerância direcionadas aos que não pertencem ao grupo.

Em “*O Eu e o Id*” (1923/2011), Freud propõe existir um “instinto de morte”, cuja “tarefa é reconduzir os organismos vivos ao estado inanimado, enquanto Eros busca o objetivo de, agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente” (FREUD, 1923/2011, p. 50). A ambivalência entre os instintos que visam preservar a vida e levar à morte levariam ao desvio dos impulsos destrutivos ao mundo externo, ou seja, ao “Outro” e às outras formas de vida, eventualmente recebidas como ameaça à própria existência. Para Freud, quando se reprime a energia dos impulsos eróticos,

portanto de “Eros”, se introduz energia no impulso hostil, favorecendo a destrutividade, o que, portanto, indica também uma ligação direta entre as possibilidades de ódio e amor.

Nesse momento teórico, Freud (1923/2011) nomeia o “Eu” como “propriamente a sede da angústia” do sujeito, já que seria a fonte da própria libido. O “Eu” teme a dominação ou a destruição e, ao não a suportar essa percepção a partir de si mesmo, a percebe no “Outro”, projetando nele a destrutividade contra si. Para o autor, “todo medo é, no fundo, medo da morte” (FREUD, 1923/2011, p. 70), sendo a morte um conceito abstrato para o inconsciente, que coloca o sujeito em desamparo ao se reconhecer em sua condição humana.

Mas é em “*O futuro de uma ilusão*” (1927/2014) que Freud aprofunda teoricamente sobre a cultura humana e a formação da civilização como estratégia para tentar superar a condição de vulnerabilidade. Aqui, define: “Como cultura humana – refiro-me a tudo aquilo em que a vida humana se ergueu acima de suas condições animais e em que se diferencia da vida animal – e eu me recuso a distinguir cultura de civilização” (FREUD, 1927/2014, p. 233). Destaca então dois pontos importantes desse processo: as habilidades e conhecimentos que a espécie desenvolveu para controlar as forças da natureza e dela extrair meios de subsistência e a criação das instituições de mediação das relações humanas.

Freud propõe que, apesar de sermos incapazes de viver no isolamento, a vida em comunidade exige sacrifícios instintuais para evitar a autodestruição, sendo essa privação vivida como um fardo: “a civilização tem de ser defendida contra o indivíduo, e todos os seus regulamentos, instituições e decretos são postos a serviço dessa tarefa” (FREUD, 1927/2014, p. 234). Aqui é possível fazer um retorno à lógica higienista que ordena o espaço urbano e às estratégias de segurança pública em operação para questionar: em nossa realidade, quem é considerado o indivíduo contra o qual se deve lutar? Quem é “civilização” ou “civilizado”?

Bento (2022) nos adverte que as instituições constroem narrativas sobre si mesmas desconsiderando a pluralidade com que se relaciona. A autora se apropria dos conceitos psicanalíticos para propor que a branquitude, entendida como racialidade branca, possui um componente narcísico, de autopreservação e superioridade, em que a diferença é uma ameaça à sua percepção de si como universal. Em nossa realidade, o “Outro” ameaçador a que se destinam os afetos hostis e controles institucionais é, majoritariamente, o sujeito negro.

No fenômeno neste capítulo recortado, a branquitude institucional opera sem maior resistência, mesmo que nem todos preencham características fenotipicamente brancas. O CONSEG se mostrou um espaço onde a branquitude – e aqueles com ela identificados, ainda que marcados por traços étnicos-raciais não-brancos – encontra a possibilidade de reafirmar seu pacto de dominação sobre o espaço público, alinhando-se com forças policiais e o Estado para a manutenção dessa supremacia. Como se pode perceber em um trecho em que uma senhora, moradora, solicita maior intervenção das forças policiais para lidar com aqueles que ela identifica como “diferentes” no território:

um morador solicita, por escrito, que a polícia faça mais abordagens de jovens, faça revistas e peça documentos. “Qual é a possibilidade do policiamento (...) parar pequenos grupos de jovens e pedir documentação e passar por revista policial? Só a viatura passar não está resolvendo...” (Reunião do dia 29 de Outubro de 2019)

A moradora, possivelmente autora da solicitação de revistas aos jovens, ao tomar a palavra, pede à polícia: “Estamos sentindo falta das viaturas pararem, verem esse grupinhos, esse pessoal meio diferente aí - ‘cadê seus documentos, vão achar até faça com eles’.” (Reunião do dia 29 de Outubro de 2019)

Sobre essa noção de superioridade racial dentro de nossa cultura, pode-se retornar a Freud (1927/2014), já que, ao localizar a hostilidade como condição naturalizada das classes desfavorecidas que precisam ser controladas, não se dá a devida atenção à hostilidade “latente” das camadas privilegiadas da sociedade. Freud propõe, de forma universal, que a internalização dos preceitos culturais e seus ideais operam como um “bem psíquico”, em que esses padrões normativos representariam “as realizações mais elevadas e mais dignas de serem buscadas” (FREUD, 1927/2014, p.243). Assim, preencher o ideal comum oferece a um ganho narcísico, enquanto não preencher leva à exclusão e ao desprezo de outras formas de viver.

Ao propor a existência de castas como forma de organização social em sociedades ocidentais racializadas, Wilkerson (2021) aponta que uma classe dominante se coloca em uma posição central, em torno da qual orbitam os demais grupos, definindo-se como configuração-padrão de normalidade, estética e habilidades intelectuais. Os integrantes dessa “casta” se cercam de imagens de si mesmos que os retratam como dignos, esforçados e superiores aos demais, sendo, portanto, natural seu mérito em alcançar mais acessos e poderes.

Ao resgatar o processo histórico latino-americano, melhor dizendo, a dependência histórico-cultural de países da América Latina, Quijano (2005) coloca que, em algumas formações nacionais — como é o caso do Brasil —, uma minoria branca se

manteve no controle dos estados independentes e das sociedades coloniais, sem que tivesse interesses sociais em comum com indígenas, negros e mestiços, também destinando a esses grupos sua hostilidade e violência. Seus interesses eram e são abertamente antagônicos em relação aos interesses de minorias étnico-raciais submetidas à exploração, já que os privilégios se dão em decorrência do domínio imposto aos grupos racializados – negros e indígenas – pelos brancos.

A branquitude carrega como herança a identidade e o lugar de dominador. O cenário posto esvazia a possibilidade de interesse comum entre brancos e não-brancos em prol de uma assimilação dos interesses de seus pares europeus e europeizados, ou seja, aproximando os ideais das elites de países periféricos aos ideais de uma burguesia europeia. Há de se pensar então a questão do “Outro” em um contexto brasileiro, no qual a versão normativa de boa sociedade e cidadania considera como ideais grupais aqueles que favorecem a manutenção e o sentimento de autovalor vinculados a uma minoria de ascendência europeia.

Segundo Santos (2021), em nossa realidade objetiva, enquanto sociedade marcada pelos efeitos da escravização, o branco é o modelo escolhido como de Ideal de Ego a ser alcançado. Não apenas em sua condição fenotípica, mas também seus supostos adornos sociais: o aristocrata, o elitizado, o letrado e o bem-sucedido. O que, segundo mesma autora, engendra nos sujeitos não-brancos uma ferida narcísica, grave e dilacerante. Grosfoguel (2007, apud Schucman, 2012) considera que o racismo cultural articula as condições de pobreza, exclusão trabalhista e marginalização às questões de hábitos e/ou crenças, naturalizando a inferioridade de grupos racializados. Na mesma linha, Bento (2022) propõe que a branquitude tende a justificar suas vantagens em um sistema desigual de oportunidades a partir da ideia de mérito.

Na experiência com o CONSEG, o discurso meritocrático opera na organização urbana, através das propostas de acesso e direito à permanência nos espaços – públicos ou não – mediante contribuição tributária ou possibilidade de consumo. Nesse espaço, a ideia de mais direitos atrelada à maior renda, consumo ou carga tributária é tratada como natural. Cabe ainda lembrar que Freud (1930/2011) considera a necessidade de manutenção da propriedade privada e, portanto, a relação com o território, como um dos aspectos da extensão do “Eu”, ou seja, adornos do próprio narcisismo.

Conquistar, comprar, alugar, adquirir, pagar por serviços caros e espaços privativos dá aos sujeitos uma noção de autovalor e representa um suporte à autoestima, individual e coletiva. Essa percepção de si depende da segregação, pois assim se

assegura que o convívio se dará apenas com aqueles também aptos aos mesmos investimentos, portanto pessoas “de classe”. Dentro de uma bolha social, em que as possibilidades de consumo são iguais, viabiliza-se a possibilidade do uso democrático dos espaços entre os moradores. A esse respeito, Dunker (2015, p.49) destaca que:

Um condomínio exprime o conceito de um direito exercido de maneira simultânea por muitos sobre um mesmo objeto ou bem. Ou seja, a mesma coisa pertence a mais de uma pessoa; todas partilham direitos, convivem e contribuem nas despesas necessárias para a manutenção de parcelas que são, necessariamente, usadas e administradas em comum. A premissa de uniformidade do investimento legitima o princípio de igualdade, garantindo mesmos direitos e deveres a estes.

Eliminando a diferença através da equidade financeira, simula-se uma vida sustentável e em comunidade, reafirmando a ideia de que o “Outro”, aquele que está ‘além-muros’ – e não a desigualdade social que os separou – é a fonte de ameaça e violência, que precisa estar sob vigilância, merece sofrer e ser eliminado, já que é criminoso e violento.

Para Caldeira (2003), é a narrativa sobre a violência e o medo que retroalimenta o mercado imobiliário, gerando continuamente novas formas de segregação espacial e discriminação social. O direito ao espaço – inclusive o público – deve ser exclusivo daqueles que se reconhecem como iguais a partir da demarcação de uma regra de uso imposta que, se por um lado demarca quem está apto, por outro recria a noção de ameaça. Assim, se o espaço é privado e não mais de todos, é privado a quem e em detrimento de quem? Há, nessa lógica, a tentativa velada de vetar o direito à cidade, agravando a condição de exclusão social.

Se em “*O futuro de uma ilusão*” Freud (1927/2014) propõe a instituição da cultura, e em consequência a civilização, como saída para a proteção do homem contra a natureza e tentativa de conciliação humana com seu destino cruel – a morte –, às custas da renúncia instintual, é em “*O Mal-estar na civilização*” que Freud (1930/2011) adentra com profundidade a questão. Segundo ele, não é raro que pessoas busquem poder, sucesso e riqueza, e que admirem aqueles que os têm, como tentativa de suportar a fragilidade da vida humana, na tentativa de eternizar-se. A religião seria também uma forma de encontrar esse sentimento oceânico, assim como a adesão a uma ideologia ou grupo. Para Fromm (1964 apud Wilkerson, 2021), o indivíduo retido em seu próprio narcisismo não é nada, mas ao aderir à sua “nação” e transferir a ela seu narcisismo individual, amplifica seu alcance, tornando-se parte de algo maior.

Ao investigar a conduta do ser humano acerca do sentido de estar vivo, Freud (1930/2010) supõe a busca da felicidade – enquanto ausência de dor e desprazer e busca por prazeres. Seria então o “princípio do prazer”, portanto Eros, que estabelece a finalidade da vida. Porém, nossa própria condição primordial – a morte – representa um obstáculo intransponível, já que o sofrer nos ameaça a partir de três lados:

do próprio corpo, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. (FREUD, 1930/2010, p. 31)

Freud retoma o distanciamento, ou seja, o isolamento de si e a segregação do “Outro”, como tentativas precárias de defender-se contra o mundo externo enquanto fonte de desprazer e sofrimento, na busca de tornar-se independente do exterior. Em complemento desta saída, está tomar a realidade como inimiga, com a qual é impossível conviver, já que a aproximação representa ameaça à própria vida e que, portanto, os laços precisam estar rompidos. Há aí uma profunda hostilidade contra a própria civilização.

Em “*O mal-estar na civilização*” (FREUD, 1930/2010), a contraposição à autodestruição da civilização se dá a partir dos vínculos comunitários de amizade. Para Freud (1930/2010), a premissa cristã “Ama o próximo como a ti mesmo” seria uma direção para a sobrevivência. No entanto, o amor é também traço narcísico dos humanos, lhes custa caro e os coloca em posição de vulnerabilidade em relação ao ser amado. Portanto, “quando amo alguém, este deve merecê-lo de algum modo” (FREUD, 1930/2010, p. 74).

Amar outrem é amar o ideal de si no “Outro”. Ao deparar-se com desconhecidos, estes não causam uns nos outros a atração por valores comuns e não possuem significação na vida emocional, sendo injusto destinar o mesmo afeto que dedicam aos escolhidos para uma relação de proximidade e intimidade. Ao contrário, o desconhecido deve receber hostilidade e ódio, pois sua presença ameaça a autopreservação. Na relação de rivalidade, a segurança de um representa o desamparo do outro. A condição primeva de um ser humano diante do desconhecido – com quem não consegue estabelecer uma relação de identificação, portanto de alteridade – não é a indiferença, mas a agressividade.

Retomando a questão da cidade, a segregação é a condição primordial da proposta imobiliária e enseja o sentimento de segurança, pois possibilita a convivência

em comunidade sem que, de fato, seja necessário encontrar-se com o diferente, aquele que ameaça. Na lógica de condomínio, proposta por Dunker (2015), desfaz-se o medo da violência e a culpa pelo privilégio diante da miséria do “Outro”, e performa-se uma vida em comunidade, pois há “Outros” – muitos outros – moradores, cada qual em seus poucos quadrados privativos, mas não há, de fato, diferença entre eles.

Os condomínios têm por premissa a exclusão de tudo que está fora de seu território, pois “(...) o espaço já é concebido e vivido como falso universal. Por isso, os que vivem fora estão sem lugar, sem-terra, sem-teto, sem destino. E os que vivem dentro estão demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição.” (DUNKER, 2015, p.53). O recorte que garante a segurança garante também a empatia e a solidariedade entre vizinhos. É mais fácil ser empático com o outro “espelho”, aquele que “poderia ser eu”, naquele em que a diferença é individual, mas não social. A contrapartida dessa condição de “paz” é a amplificação do medo da diferença e a sensação de ameaça do “Outro” relegado aos muros exteriores do condomínio.

Freud (1930/2011, p. 76) defende que “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade” e que, em geral, essa agressividade aguarda uma provocação ou está à espreita de perceber como provocação estímulos vindos do mundo externo, para que possa agir em nome da autodefesa, se livrando da culpa. Afinal, a violência injusta veio do “Outro”, aquele que primeiro agrediu, conquistando o direito aos excessos mais grosseiros de violência contra os (supostos) infratores dos acordos civilizatórios.

O impasse da precariedade humana e civilizatória está na necessidade de destruir coisas animadas e inanimadas, em nome da autopreservação. A identificação e, por conseguinte, o amor, previnem a destruição do “Outro”, porque ao atacá-lo, parte de si, através dos investimentos libidinais realizados, também é destruída. Neste ponto, ao colocar do avesso a dominação exercida por uma classe social privilegiada como tentativa de controle dos riscos a si mesma, convencida de estar garantindo a própria sobrevivência, encontramos também possibilidades para pensar o fenômeno do aumento da violência urbana que, de fato, (n)os atinge. E, afinal de contas, o que se pode esperar dos sujeitos “Outros” que foram expulsos violentamente das relações sociais de alteridade, e que lidam, a todo o tempo, com o risco iminente do próprio extermínio e que sabem do desvalor de suas vidas perante seus “Outros”?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho partiu de reflexões sobre relações de conflito na cidade, tomando a Praça Roosevelt como objeto de estudo, porém encontrou esteio na noção psicanalítica de identidade para pensar a dialética entre segurança e violência como sofrimento social no contexto urbano. A partir dessa imersão, se acessou, ainda que precariamente, diversas dimensões das experiências de moradores, frequentadores e comerciantes e traçar um esboço de compreensão para as tentativas de solucionar o mal-estar primordial das relações humanas com seus tantos “Outros”.

Analisar as posições no laço social de grupos socialmente protegidos e que raramente são interpelados como objetos de pesquisa ou tem seus discursos sobre a sociedade colocados nessa posição, trouxe, à pesquisadora, uma ansiedade que também investigo na produção da própria pesquisa: a sensação de ameaça e o medo do “Outro”. Um “Outro” que, ao menos no meu imaginário, possui capital simbólico e institucional para inquirir e intimidar caso a imagem que têm de si seja, de alguma forma, aviltada através da produção acadêmica a que me propus, a partir de uma perspectiva crítica.

Analisar sujeitos em relação me pediu, a todo o tempo, cuidado com a forma com escuto e interpreto o sofrimento social sentido pelos informantes e produzido também por eles, através de seus discursos e estratégias de defesa e proteção contra seus “Outros”. E mesmo comigo mesma, naquilo em que decido expor ou proteger, enquanto informação acessada em todo o percurso etnográfico da pesquisa. Mas também convocou um compromisso, ao tocar em pontos nevrálgicos de nossa cultura, ao encontrar a violência e/ou o discurso violento como sintoma social, de não renunciar à uma posição crítica, mesmo quando essa esbarra senão em traços identitários que também compartilho e me estruturam enquanto sujeito, ao menos no medo da minha exposição pessoal e seus efeitos.

Algumas inquietações, ainda persistem e considera-se a importância de seguir com as investigações sobre as identidades sociais para compreender fenômenos sociais e políticos, dentre eles a dominação e violência de classe. Destaco aqui meu interesse por investigar a formação identitária da classe média brasileira a partir da Psicanálise. Não a nova classe média, que passou acessar novas formas de consumo nas últimas décadas – e que entraram nessa categoria a partir de uma simplificada classificação da renda – e que tantas vezes já foi colocada em lugar de objeto de estudo das Ciências Sociais, mas a tradicional. Sua formação ideológica, identitária, seu sistema de

pensamentos, investimentos libidinais e narcísicos e como esta se vê diante do cenário de hiperacumulação de capital da elite financeira e empobrecimento das camadas populares, efeitos do aprofundamento do sistema capitalista. Quais os efeitos subjetivos dessa movediça condição de classe ante uma crise econômica que tende a suprimir as “médias”?

Ainda sobre a questão das identidades, um aspecto que não coube ser aprofundado, mas que mereceria mais investigação, é a relação entre o etarismo e o discurso autoritário, a partir da teoria sobre o narcisismo. Como já mencionado, Cruz (2020) afirmou a relação entre o envelhecimento e a adesão ao discurso autoritário como uma tentativa de conservação das conquistas realizadas ao longo da vida.

A partir das reflexões sobre o narcisismo, retomando a noção de que o meio externo e o “Outro” são confundidos com aspectos que ameaçam a vida – sejam eles externos ou não – pode-se questionar se ao enfrentar o processo de envelhecimento, esses sujeitos estão em contato mais direto com a precariedade do corpo e experiência de finitude. Além disso, se encarar mudanças sociais que abalam o universo simbólico em que se estruturaram pode reforçar a sensação de segurança e despedaçamento do tecido social. Um caminho interessante seria poder percorrer a experiência desses sujeitos para compreender a relação entre essas vivências de insegurança humana e o discurso de violência contra o “Outro”. Minha experiência no CONSEG apontou que, além dos recortes de classe, raça e gênero, o recorte etário e geracional também parece importante para pesquisas sociais sobre o tema das identidades.

Outras pontas seguem soltas e representam também possibilidades de aprofundamento e investigação sobre a obra freudiana. A leitura dos textos sociais, levou-me a questionar em que medida a própria teoria psicanalítica se constituiu a partir da naturalização de condições de classe, étnico-raciais e de gênero que favoreceriam narcisicamente os próprios precursores teóricos enquanto ideal social a serem atingidos. Neste cenário, ao longo do último século, a teoria psicanalítica, não em sua totalidade, mas em suas nuances, apesar de construir críticas a outros dispositivos de controle social e dos corpos, também recriou dispositivos de poder e saber que relegam tantas outras formas de vida comunitária, formações sociais e condições subjetivas à posição de interiores ou primitivas a serem tratadas, curadas e/ou corrigidas.

Sobre “Psicologia das massas e análise do Eu” (1921/2011), anteposta às produções latino-americanas sobre o processo de dominação e colonização afro-americano, um achado merece destaque: quando Freud se propôs a analisar Igreja

Católica como uma massa artificial, um exemplo de manifestação grupal em que se estrutura a identificação entre devotos ao mesmo Deus e à Cristo, gerando um sentimento de fraternidade entre os “fiéis” e o expurgo dos “não-seguidores”, ele não se propôs a pensar a atuação política da Igreja em relação aos processos de dominação racial na África e nas Américas, mas o fez sem saber. Ainda que de forma incipiente. Nas palavras de Freud ((1921/2011, p. 54):

Por isso uma religião, mesmo que se denomine a religião do amor, tem de ser dura e sem amor para aqueles que não pertencem a ela. No fundo, toda religião é uma religião de amor para aqueles que a abraçam, e tendem à crueldade e à intolerância para com os não seguidores.

A Igreja foi agente fundamental na empreitada colonizadora das nações europeias, pois a justificativa para o processo de escravização dos povos africanos e indígenas contou com a interpretação religiosa de que, ao não professarem a fé cristã e não se tratar de povos monoteístas, não preencheriam a condição fraterna proposta pela premissa “Amar ao próximo como a si mesmo”. Assim, foi justamente a identidade enquanto povo a partir da identificação religiosa com o Deus cristão que permitiu categorizar africanos como seres sem alma, e por isso escravizáveis, e indígenas, como seres primitivos, portanto catequizáveis e servis, processo esse que perdurou por quase quatro séculos no Brasil e que foi encerrado enquanto sistema econômico, mas persiste como estrutura social e política, ainda que escamoteada entre tantas outras complexidades da vida cotidiana.

Grosfogue (2016) destaca que no imaginário cristão dos fins do século XV, chegada dos europeus nas Américas, ter uma religião equivalia a ter alma, portanto, ao reconhecer os povos locais como “sem religião”, sua humanidade também foi retirada. Desta forma, podiam ser escravizados e maltratados sem que isso configurasse um pecado aos olhos de Deus. Dussel (1979;1992, apud Grosfogue, 2016) considera que esse não foi um discurso unânime dentro da própria Igreja. Parte da instituição defendeu a existência de uma alma nos “índios”, ainda que primitiva, porém passível de conversão e que, portanto, deveriam ser submetidos a formas pacíficas de trabalho e catequização. A categoria “índios” é então uma identidade moderna e colonial forjada através da diferença religiosa, que reduz a heterogeneidade dos povos a uma única condição, para justificar a dominação e exploração da mão-de-obra dos diversos povos nativos das Américas.

Esse discurso, deslocado para os povos africanos, também embasou seu processo escravização. Considerados como povos sem alma, os negros escravizados não tinham

direitos porque não eram considerados pessoas, mas coisas. Segundo as crenças da época, a alma do negro era habitada pelo demônio e o trabalho forçado, juntamente com o batismo e a catequização, representaria sua salvação. Assim, os brancos europeus justificaram a dominação como cumprimento de um dever moral, social e religioso (RAMOS, 2021).

Apesar de distante do fenômeno que esta dissertação se propõe a analisar, recolher as origens do racismo estrutural e reconhecê-las como parte da dinâmica humana de identidades e identificações nos permite também pensar o porquê – e, talvez, como – romper com essa estrutura é ainda tão complexo. Para Schwarcz (2019) toda a violência do sistema colonial originou uma sociedade violenta e consolidou a desigualdade como estrutura. A lógica de hierarquização racial está profundamente atrelada à organização metropolitana, aos modos de morar e se deslocar pela cidade como estratégia de manutenção das desigualdades sociais e, por que não, identitárias.

Ainda que nossa Constituição Federal promulgada 1988, e que rege – ao menos até o momento da escrita dessa dissertação – nosso ordenamento social, em seu 5º artigo garante que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Em outros termos, nossa carta máxima prevê como ideal de sociedade a convivência pacífica com a diferença e a possibilidade das relações sociais se darem a partir da alteridade. Porém, na prática, se vê é a constante violação desta proposição em nome da segurança. Basta criminalizar ações, ocupações e sujeitos para seus direitos sejam imediatamente retirados e sua morte, tortura e exclusão estejam justificadas.

É de grande importância e urgência social para a consolidação da própria democracia compreender este fenômeno de modo a propor saídas ao nosso engodo histórico de violência que não seja a própria violência.

7 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, B. F.; CALDAS, E. L.; JAYO, M. Participação social e segurança pública: funcionamento e desafios dos Conselhos Comunitários de Segurança no estado de São Paulo (Brasil). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], p. 1-16, abril 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11763/ccss2004conselhos-comunitarios-seguranca>.

ALVES, D. T. A relação estrutural entre o capitalismo e o racismo: o genocídio da população negra enquanto projeto societário. *In: Encontro Nacional de pesquisadoras/es de Serviço Social, XVI. Anais...* Vitória: 2018, p.1-20.

ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; PEREIRA, C. Q.; NASCIMENTO, V. L. V. **Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade**. In: SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. P. A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 57-72.

ARCE, J. M. V. Juvenicídio nas Américas. In: FEFFERMANN, Marisa et al. **Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. cap. Juvenicídio e identidades desacreditadas, p. 33-62. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/pdfs/temassaudecoletiva25.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ARRUDA, M. A. F. **A memória no resgate do passado – a Rua Augusta em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 23.455, de 10 de maio de 1985**. Dispõe sobre a criação de Conselhos Comunitários de Segurança e dá outras providências. [S. l.], 10 maio 1985. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto-23455-10.05.1985.html>. Acesso em: 3 set. 2021.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. 150p.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 169p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php> . Acesso em: 16 jun. 2022.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, 148p.

BLOK, A. O narcisismo das pequenas diferenças (Tradução de The narcissism of minor differences). **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 273-306, 2016. DOI: 10.12957/irei.2016.26570

BOKANY, V. L. **Desigualdades Urbanas. Segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. 340p.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2013. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12 dez.

2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL, Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 10 out. 1996. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/resolucoes/resolucoes.htm . Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Portaria Interministerial SDH/MJ no 4.226. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. **Diário Oficial da União**. 3 jan. 2010, Sec. 1, p. 27.

CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2007.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2003. 400p.

CALLINICOS, A. **Race and Class**, Bookmarks, Londres, 1993.

CARDOSO, C. O palco da praça: As transformações na Praça Franklin Roosevelt pelas mãos do teatro. **Expressa** 3(1), p.1-13, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2009.77144>

CARDOSO, L. O Branco não branco e o branco-branco. IN Müller, T. M. P.; Cardoso, L. (org.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. 335p.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. IN Lander, E. (org.) **A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p.175-195.

CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana. Apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2013.

CHAUÍ, M. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. [S. l.], 27 jun. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marilena-chauí-as-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/> . Acesso em: 24 jun. 2020.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001. 276p.

CORDEIRO, M.P.; FREITAS, T.R.; CONEJO, S.P.; LUIZ, G.M. **Como pensamos a ética**. In: SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. P. A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 31-56.

COSTA, A. G. População em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos em São Paulo. **CNN Brasil**, São Paulo, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos-em-sao-paulo/> . Acesso em: 30 maio 2022.

CRISTÓFARO, H. et al. **Narcisismo: identidade e diferença – uma unidade em tensão?** In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org) *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 141-184.

CRUZ, A. P. G. **Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CUNHA, M. F. Teoria de transição étnico-racial em vizinhança: um estudo de caso sobre degradação urbana. IN VÉRAS, M. P. B. (org.) **Desigualdades urbanas: segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras**. Jundiaí (SP): Paco, 2018, 340 p.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015, 413p.

ECKER, V. D. **A praça como lócus da sociabilidade: estudo de caso da Praça da Cidadania, no Campus da UFSC**. Dissertação (Mestrado em em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Programa de PósGraduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU-Cidade), da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167780> . Acesso em: 2 jul. 2020.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. (org). **Etnografia de Rua: estudos de Antropologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. 294p.

FERREIRA, J. C. M. **Praça Roosevelt: possibilidades e limites de uso do espaço público**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08022010-130251/pt-br.php>. Acesso em: 20 jun. 2019

FERRON, F. M.; COHN, S.; CABRAL, I. **Ivam Cabral Fundador e diretor da cia. teatral Os Satyros**. Casa Rui Barbosa, [s. l.], 16 abr. 2010. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/8269> . Acesso em: 16 maio 2021.

FISS, B. K.; FRANCISCHETT, M. N. A origem da praça e as transformações funcionais no tempo. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC**, 1-11, 2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fiss-francischett-2020-origem-praca-transformacoes.pdf>. Acesso em: 20 jul 2022.

FREUD, S. **Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 415p.

FREUD, S. **Totem e tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 441p.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, 309p.

FREUD, S. **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. SÃO PAULO: Companhia das Letras, 2010, 424p.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 343p.

FREUD, S. **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 392p.

FREUD, S. **O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 370p.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, 492p.

FRUGOLI JUNIOR, H. Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro. Plural - **Revista De Ciências Sociais**, 8, 29-62, 2001, p. 29-62. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2001.75748> Acesso 28 jun 2020.

GARCIA, M. R. V. Alguns aspectos da construção de gênero entre travestis de baixa renda. **Psicologia USP**, São Paulo, outubro/dezembro, 2009, 20(4), 597-618.

GASTAL, S. **Imaginário Urbano: relendo o Texto Praça**. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico, 2, p. 208, 2004.

GONÇALVES, F. Análise: Local revela falta de tradição do convívio entre diferentes. **O Estado de São Paulo**, 08 jan. 2013, p. C1

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, ed. 1, p. 25-49, Janeiro/Abril 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt> . Acesso em: 19 jun. 2022.

GUIMARÃES, A. P. **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, 286p.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LIMA, A. C. **O CONSEG Morumbi: as representações de seus sujeitos e seu lugar nas disputas sociais da cidade pela cidade**. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Humanidades, Direito e outras legitimidades) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-08032016-143020/pt-br.php>> Acesso em: 2 ago. 2021.

LUTAS POR MORADIA NO CENTRO DA CIDADE. Como se analisam dados etnográficos? How do you analyze ethnographic data?. **Youtube**, 29 mai. 2020.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsYjwD8-jn4> Acesso em: 11 Out. 2020

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.143 p.

MATOS, M. I S. **Na Trama Urbana: Do público, do privado e do íntimo**. Projeto História, v.13, p. 129-149, jun. 1996.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG. CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2

MINAYO, M.C.S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017.

NAKANO, K.; CAMPOS, C.M.; ROLNIK, R. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. IN Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e Centro de Estudos da Metrópole – CEM: São Paulo, 2004, 123-158.

NATAL, A. L. **Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia**. Orientador: Sergio França Adorno Abreu. 2020. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03082020-143936/publico/2020_AriadneLimaNatal_VCorr.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

NIELSSON, J. G.; WERMUTH, M. A. D. “Os higienistas estão voltando”: Biopolítica, classes subalternizadas e ocupação do espaço público urbano no Brasil. *Revista de Direito da Cidade*, [s. l.], v. 10, ed. 2, p. 596-619, 2018. DOI 10.12957/rdc.2018.30172. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30172> . Acesso em: 1 set. 2021.

OLIVEIRA, J. J. Brasil sai da pandemia mais desigual, e vai piorar, dizem economistas... **UOL**, [s. l.], 19 fev. 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm>. Acesso em: 30 maio 2022.

PAIM, C. T. **Coletivos e iniciativas coletivas: modos de fazer na América Latina contemporânea**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2009.

PALMA, D. **A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço público**. 2010. 320 p. Tese (Doutorado Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-05112010-110435/publico/369839.pdf> Acesso em: 3 maio 2020.

PIMENTEL, A. P. **Cidades em disputa: Gestão dos usos do espaço e política das práticas a partir da Praça Roosevelt, em São Paulo**. Orientador: Gabriel de Santis Feltran. 2018. 240 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10588?locale-attribute=pt_BR . Acesso em: 3 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei nº 10.115, de 15 de setembro de 1986.** Cria a Guarda Civil Metropolitana, e dá outras providências. [S. l.], 15 set. 1986. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/LEI%2010_1269974462.115%20de%2015 . Acesso em: 15 set. 1986.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html> . Acesso em: 9 out. 2019.

RAMOS, L. P. Justificativas da Igreja Católica para o escravagismo: no Brasil Colônia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, ed. 9, p. 604-623, 2021. DOI doi.org /10.51891/rease.v7i9.2257. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2257> . Acesso em: 20 jun. 2022.

REINO, L. M. G. e ENDO, P. C. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium** [online]. v.3, n.2, pp. 16-27, 2011. ISSN 2176-4891

ROCHA, L. Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra. **Revista Fórum: Brasil de Fato**, [s. l.], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra> . Acesso em: 30 maio 2022.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta/FAPESP, 2016. 196p.

ROSEMBERG, A. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império.** São Paulo: Edusp, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book Kindle.

SEN, A. **Identidade e Violência - A ilusão do destino.** São Paulo: Iluminuras e Itaú Cultural, 2015. E-book Kindle.

SERRA, L. N. **A psicanálise e os crimes de ódio contra população LGBT.** Orientador: Nelson da Silva Júnior. 2019. 148p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13062019-152039/publico/serra_corrigida.pdf

SILVA, D. R. **Midiatização da Praça Roosevelt: espaço urbano, conflito e novas tecnologias da comunicação.** 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19037> . Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVEIRA, P. P. **A percepção da paisagem cultural das praças em centros históricos: uma análise dialógica da Praça Roosevelt em São Paulo-SP.** Orientador: Rosio Fernández Baca Salcedo. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/165178> . Acesso em: 2 maio 2021.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo**, n. 21, p. 15-31, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688> . Acesso em: 26 abr. 2021

SOBRINHO, A. S. O. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-23

SOUZA, M. R. Psicanálise, antropologia e alteridade: apontamentos para um debate. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 131-140, jan./mar. 2012

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, 179p. E-book Kindle.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 160f f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf . Acesso em: 16 jun. 2022.

TOTA, A. P. Americanização no condicional: Brasil nos anos 40. **Perspectivas**, São Paulo, v. 16, p. 191-212, 1993. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/778> . Acesso em: 19 jun. 2020.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.63, p.153-155, 2007.

VIEIRA, S. G. **O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço**. 2002. 387 p. Tese (Tese em Organização do Espaço) - Curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104458>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VILHENA, J. A violência da cor: Sobre racismo, alteridade e intolerância. **Revista Psicologia Política**, v.6 (12), p. 1-18, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269037923_A_violencia_da_cor_Sobre_racismo_alteridade_e_intolerancia

WILKERSON, I. **Castas: a origem do nosso mal-estar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. E-book Kindle.

YAMASHITA, K. Y. **Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas**. 2013. 394 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-10072013-141546/pt-br.php> . Acesso em: 19 jun. 2020.

8 DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Figura 3: Por uma Roosevelt mais receptiva. **Veja São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/sao-paulo-do-alto/roosevelt-mais-receptiva/> Acesso em: 11, Agosto 2022.

Figura 7: Facebook. **Praça Roosevelt de todxs**. São Paulo, 22 junho, 2019. Facebook: <https://www.facebook.com/maritagiba/> Disponível: <https://www.facebook.com/rooseveltdetodxs/photos/pcb.2253911974924227/2253910591591032/> Acesso em: 11, Agosto 2022.

Figura 8: Projeto transforma Praça Roosevelt em divã para psicanálise de graça. **Folha de São Paulo**, 2019. Acesso em: 11, Agosto 2022.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/projeto-transforma-praca-roosevelt-em-diva-para-psicanalise-de-graca.shtml>

Figura 9: Acervo Praça Roosevelt. **Folha de São Paulo**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10419-acervo-praca-roosevelt>

Figura 10: Acervo Praça Roosevelt. **Folha de São Paulo**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10419-acervo-praca-roosevelt>

Figura 11: Acervo Praça Roosevelt. **Folha de São Paulo**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10419-acervo-praca-roosevelt>

Figura 12: Acervo Praça Roosevelt. **Folha de São Paulo**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10419-acervo-praca-roosevelt>

Figura 13: Praça Roosevelt. **Estadão**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,praca-roosevelt,8294,0.htm>

Figura 14: Borelli & Merigo: Os projetos e a nova Praça Roosevelt. **Revista LABVERDE**, 2013. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://core.ac.uk/download/pdf/268353944.pdf>

Figura 15: Amor para oxigenar SP. **Rede Brasil Atual**, 2012. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2012/11/amor-para-oxigenar-sp/>

Figura 16: Campeões e especialistas em skate indicam 6 bons lugares para andar em SP. **Guia Folha São Paulo**, 2016. Acesso em: 11, Agosto 2022: <https://guia.folha.uol.com.br/passeios/2016/06/10002885-campeoes-e-especialistas-em-skate-indicam-6-bons-lugares-para-andar-em-sp.shtml>

Figura 17: : Facebook. **A Roosevelt é praça**. São Paulo, 24 julho, 2020. Facebook: <https://www.facebook.com/maritagiba/> Disponível: <https://www.facebook.com/aRooseveltehPraça/photos/p.121271649669812/121271649669812> Acesso em: 11, Agosto 2022

9 APÊNDICE

APÊNDICE A – Ofício de solicitação enviado ao CONSEG para informar participação para pesquisa

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO

Ofício nº 01/2019

Ao

Conselho Comunitário de Segurança São Paulo – Consolação/ Higienópolis/ Pacaembu
Município de São Paulo - SP

Eu, Maria Cristina Itagiba Fonseca, brasileira, solteira, atualmente psicóloga especialista em Saúde e pesquisadora pelo programa de mestrado em Psicologia Social da Universidade de São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 024.821.961-83 e no Registro Geral nº 4965541, residente e domiciliado à Rua Manuel de Paiva, nº 295 – Vila Mariana, Cep 041060-020, nesta cidade de São Paulo - (SP), venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria me apresentar e informar sobre minha presença nas reuniões mensais do CONSEG, na qualidade de pesquisadora em psicologia social. Sou psicóloga clínica em São Paulo há 5 anos e, há dois anos, faço parte do Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. Este Coletivo oferece atendimento psicanalítico aberto ao público de forma gratuita aos sábados, das 11 às 15 horas desde julho de 2017 e tem construído dessa forma uma interessante estratégia de cuidado em saúde mental. Dessa experiência pessoal no território e a partir do reconhecimento da importância histórica da Praça Roosevelt para a cidade de São Paulo, surgiram-me questões sobre as relações humanas e sociais (e conflitos subsequentes) no espaço público urbano, tomando a praça como objeto de interrogação. Ingressei então no mestrado pelo programa Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo no ano de 2019, interessada no aprofundamento de questões relacionadas ao espaço urbano público e tendo como proposta de pesquisa a etnografia da Praça Franklin Roosevelt. Neste sentido, venho ao CONSEG por compreendê-lo, através de reuniões anteriores em que estive presente, como elemento fundamental para conhecer, juntamente com outros dispositivos institucionais, o tecido urbano em que a praça está inserida.

Certa de vossa compreensão, agradeço a atenção recebida.

São Paulo, 24 de Junho de 2019

Maria Cristina Itagiba Fonseca

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com moradores da região da Praça Roosevelt

1. Identificação:

Nome:

Idade:

Profissão:

Onde mora:

Há quanto tempo mora neste local:

Com quem mora:

2. Informações sobre o cotidiano na Praça

- 1) Me conte um pouco sobre o que você sabe sobre a história da praça Roosevelt.
- 2) Me conte sobre suas percepções sobre a Praça.
- 3) Quais as vantagens que você percebe de morar próximo dela?
- 4) Quais as desvantagens?
- 5) O que você mais gosta nessa praça?
- 6) Me conte situações que te marcaram envolvendo a Praça.
- 7) Que problemas você identifica nesse espaço?
- 8) Que soluções você acredita que seriam satisfatórias?
- 9) Qual sua percepção sobre a questão da segurança nesse espaço?
- 10) Me fala sobre sua percepção da atuação das polícias (GCM e PM)

3. Sobre o CONSEG

- 1) Você conhece o Conselho Comunitário de Segurança dessa região?
- 2) Você participa ou já participou das reuniões de CONSEG?
- 3) Qual sua percepção sobre as reuniões do CONSEG?
- 4) Como você avalia a atuação desse CONSEG nas questões que envolvem a Praça?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com Classe Artística

4. Identificação:

Nome:

Idade:

Profissão:

Onde mora:

De qual grupo artístico/teatral faz parte?

Há quanto tempo está nesse grupo?

Há quanto tempo esse grupo está na praça?

5. Informações sobre o cotidiano na Praça

11) Me conte um pouco sobre o que você sabe sobre a história da praça Roosevelt.

12) Qual é a história do seu grupo artístico.

13) Por que esse grupo escolheu se instalar na praça Roosevelt?

14) Me conte sobre suas percepções sobre a relação entre a praça e os teatros.

15) Quais atividades são desenvolvidas pelo grupo?

16) Me conte situações que te marcaram envolvendo a Praça.

17) Que problemas você identifica nesse espaço?

18) Que soluções você acredita que seriam satisfatórias?

19) Qual sua percepção sobre a questão da segurança nesse espaço?

20) Me fala sobre sua percepção da atuação das polícias (GCM e PM)

21) Que efeitos da Pandemia você observa para esse espaço?

22) Qual o efeito da Pandemia nas atividades do seu coletivo?

6. Sobre o CONSEG

5) Você conhece o Conselho Comunitário de Segurança dessa região?

6) Se sim, você participa ou já participou das reuniões de CONSEG?

7) Se sim, como você avalia a atuação desse CONSEG nas questões que envolvem a Praça?

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com Frequentadores da Praça Roosevelt

7. Identificação:

Nome:

Idade:

Profissão:

Onde mora:

Com que frequência vai à Praça:

Há quanto tempo frequenta regularmente a Praça:

Você faz parte de algum Coletivo que frequenta a Praça? Qual?

Há quanto tempo esse Coletivo ocupa a Praça?

8. Informações sobre o cotidiano na Praça

23) Me conte um pouco sobre o que você sabe sobre a história da praça Roosevelt.

24) Me conte sobre suas percepções sobre a Praça.

25) O que você mais gosta nessa praça?

26) Me conte situações que te marcaram envolvendo a Praça.

27) Que problemas você identifica nesse espaço?

28) Que soluções você acredita que seriam satisfatórias?

29) Qual sua percepção sobre a questão da segurança nesse espaço?

30) Me fala sobre sua percepção da atuação das polícias (GCM e PM)

31) Que efeitos da Pandemia você observa para esse espaço?

Caso o entrevistado faça parte de algum coletivo:

32) Por que esse coletivo escolheu a Praça Roosevelt?

33) Quais atividades seu coletivo desenvolve no espaço?

34) Qual o horário costumeiro o coletivo está na Praça?

35) Qual o efeito da Pandemia nas atividades do seu coletivo?

9. Sobre o CONSEG

8) Você conhece o Conselho Comunitário de Segurança dessa região?

9) Se sim, você participa ou já participou das reuniões de CONSEG?

10) Se sim, como você avalia a atuação desse CONSEG nas questões que envolvem a Praça?

APÊNDICE E – tabela de síntese das entrevistas realizadas.

Entrevistado	Relação com a praça	Coletivo/Atividade	Idade	Gênero	Estado civil	Profissão	Onde Mora	Tempo a Praça	Conhece a história da praça antes da reforma?	Conhece o CONSEG	Frequenta o CONSEG	Posição em relação ao CONSEG
												203
Olinda	Moradora/Comerciante	Comércio	51	Feminino	Casada/ mora com a família	Comerciante	Praça Roosevelt	Comércio – 1996 Moradora – 2007	Sim, por experiência	Sim	Não	Se absteve
Augusta	Moradora/Comerciante	Comércio	59	Feminino	não inf.	Comerciante	Praça Roosevelt	Comércio – 1998 Moradora – 2006	Sim, por experiência	Sim	Já participou	Se absteve
Rodolfo (Satyros)	Morador/Diretor de teatro	Diretor de teatro (Satyros)	59	Masculino	Não inf.	Pedagogo e diretor de teatro	Praça Roosevelt	Satyros – 2000 Morador – 2007	Sim, por experiência. Atua ativamente em questões da praça.	Sim	Já participou	Amigável/ Crítico
Caetano	Morador	Coletivo Praça Roosevelt de Todxs	49	Masculino	Solteiro/ mora sozinho	designer autônomo	Praça Roosevelt	Morador – 2002	Sim, por experiência e por pesquisar	Sim	Já participou	Crítico/ opositor
Martinho	Morador	Sarau achados e perdidos	57	Masculino	Casado/ mora com a esposa	Escritor/ Poeta Procurador autárquico	Praça Roosevelt	Morador – 2008	Sim, vivenciou momento da reforma, é envolvido com questões da praça.	Sim	Não	Crítico/ opositor
Maria Antônia	Moradora	Coletivo Praça Roosevelt de Todxs	34	Feminino	solteira/ mora sozinha	Jornalista	Praça Roosevelt	Moradora – 2014	Não. Foi morar na praça após reforma, atraída pelos efeitos dela.	Sim	Já participou	Crítica
Gaspar	Morador/Coletivo de Psicanálise	Coletivo Praça Roosevelt de Tdoxs / Coletivo Psicanálise Coletivo Praça Roosevelt de Todxs	39	Masculino	União estável/ mora com a companheira	Psicólogo/ Psicanalista	Rua Augusta	Morador – 2014 Coletivo – 2017	Sim, por transmissão informal e pesquisa pessoal	Sim	Sim, esporádico	Crítico/opositor
Aurora	Moradora	Coletivo Praça Roosevelt de Todxs	35	Feminino	Casada/ mora com o marido	Administradora		Moradora – 2019	Pouco, por transmissão informal	Não	Não se aplica	Não se aplica
Martins	Morador	Não se aplica	28	Masculino	Solteiro/ mora sozinho	Designer gráfico	Santa Cecília/ Centro (morou na Praça Roosevelt)	Ex-morador -de 07/2019 a 07/2020	Pouco, por experiência enquanto frequentador	Não	Não se aplica	Não se aplica
Bela e Nestor	Moradores	Não se aplica	B. 29 N.36	Feminino Masculino	União estável/ moram juntos	Estudante de farmácia Programador	Praça Roosevelt	Moradores – Janeiro de 2020	B. Pouco, por pesquisa. N. Pouco, acompanhou	Não	Não se aplica	Não se aplica

João	Frequentador	Encontro de Malabares	39	Masculino	Não informado	Artista circense	Bela Vista/Centro	Frequentador – semanal desde 2012	reforma e reinauguração Pouco, por transmissão informal. Acompanhou reforma e reinauguração.	Não	Não se aplica	Não se aplica
Caio	Frequentador	Skatista	24	Masculino	Não informado	técnico de refrigeração e climatização	Itaquera/Zona Leste	Frequentador - semanal desde 2012/2013	Pouco, por transmissão informal	Não	Não se aplica	Não se aplica
Angélica	Frequentadora	Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt	37	Feminino	Não informado	Psicóloga/ Psicanalista	Jardim São Paulo/ Zona Norte	Frequentador – semanal desde 2017	Pouco, por transmissão informal.	Sim	Não	Crítica
Cezário	Frequentador	Batalha de rima da Roosevelt	19	Masculino	Não informado	Desempregado/ trabalhador informal (participava de batalhas com prêmios em dinheiro) L: Educador físico	Goianazes/ Zona Leste	Frequentador – semanal desde 2018	Não, tem a praça como referência pela localização	Não	Não se aplica	Não se aplica
Luís e Amaral	Frequentadores	Skatistas esporádicos	L.32 A..31	Masculino	Não informado	A: Funcionário público da prefeitura de São Caetano	São Caetano/ ABC Paulista	Não se aplica, frequenta esporadicamente	Não, lembranças vagas	Não	Não se aplica	Não se aplica

10 ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores responsáveis:

Maria Cristina Itagiba Fonseca (Mestranda/ Pesquisadora assistente)

Belinda Piltcher Haber Mandelbaum (Orientadora/ Pesquisadora responsável)

Por meio deste documento, te convidamos a participar voluntariamente do estudo “Praça Roosevelt: uma etnografia dos conflitos de vizinhança”.

Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento para participar ou não do estudo.

OBJETIVO DO ESTUDO

Este estudo tem como objeto o território da Praça Roosevelt, localizada no centro da cidade de São Paulo, e sua vizinhança. Assim, visamos, a partir de entrevistas, observações locais e participação em reuniões de organizações relacionadas à Praça Roosevelt, compreender as relações entre as pessoas e o território, considerando os discursos, disputas e conflitos relacionados à ocupação desse espaço urbano.

PROCEDIMENTOS

Após a permissão e assinatura do termo de consentimento e de autorização para gravação pelo Senhor(a), será realizada entrevista, que poderá acontecer em um ou mais encontros, em sessão ou sessões audiogravadas. Após esse processo, a entrevista será transcrita para compor o corpo textual da pesquisa.

Este trabalho não oferece riscos ou desconfortos físicos previsíveis. Apesar de não previsto, em caso de desconforto decorrente da entrevista, será garantido o seu direito de interrompê-la a qualquer momento e o suporte necessário será ofertado, encaminhando o sujeito para serviços de atendimento psicológico, se necessário. Não será recebida nenhuma compensação financeira relacionada à sua participação. Da mesma forma, não se prevê despesa pessoal em qualquer fase do estudo para o participante e, caso venha a ter gastos, haverá ressarcimento destes. As informações relacionadas ao estudo são confidenciais e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita sob forma codificada, para que a confidencialidade seja mantida. As responsáveis garantem que seu nome não será divulgado sob hipótese alguma. Sua participação neste projeto é voluntária, portanto, o(a) Sr.(a.) tem toda a liberdade de retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem penalização alguma e com garantia de continuidade do tratamento na instituição. A qualquer momento, se for de interesse do participante, este poderá ter acesso a

todas as informações obtidas a seu respeito neste estudo, ou a respeito dos resultados gerais e quando o estudo for finalizado, o participante poderá ser informado sobre os principais resultados e conclusões obtidas no estudo. Você também receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinada pelo pesquisador. Em qualquer etapa do estudo, o(a) Sr.(a) terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. As responsáveis pelo projeto Maria Cristina I. Fonseca, Belinda Piltcher Haber Mandelbaum podem ser encontradas pelo contato: Telefone: (11)94944-0571 (Maria Cristina) ou (11)3091-4004 (Belinda) | Fax: (11)3091-4004 | E-mails: mc_psicologia@outlook.com (Maria Cristina) ou belmande@usp.br (Belinda) | Endereço Institucional: Av. Professor Mello Moraes, 1.721, Bloco A, sala 123 (Departamento de Psicologia Social), Cidade Universitária – São Paulo/SP – 05508-030. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, telefone: (11) 3091-4182 | E-mail: ceph.ip@usp.br | Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1.721, Bloco G, 2º Andar, sala 27, Cidade Universitária – São Paulo/SP – 05508-030.

"Diante do exposto acima eu, _____, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Aceito minha participação livre e espontânea e a audiogravação para o projeto em questão. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os responsáveis envolvidos nesse projeto (ou seja, os pesquisadores desse projeto não podem me prejudicar de modo algum no trabalho ou nos estudos), não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar dessa pesquisa, Declaro que recebi uma via deste termo de consentimento livre esclarecido".

São Paulo, _____ de _____ de 2020.

Nome do participante da pesquisa

“Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimentos Livre e Esclarecido deste(a) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.”

Belinda Piltcher Haber Mandelbaum

Nome do responsável pelo projeto

Assinatura

Maria Cristina Itagiba Fonseca

Nome do responsável pelo projeto

Assinatura

ANEXO 2 – Imagem Retirado do Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo: Capela e Igreja da Consolação



ANEXO 3 – Documento de Cessão de território da Roosevelt por Dona Veridiana à Prefeitura Municipal de São Paulo

C. Chay
9-4/13

C-3 24^m
23

Ex^{mo}. Sr. D. Prefeito Municipal
 de São Paulo.

Im -
 13-10-906 No galineta.
 A Praca.

f. 273-154000

D. Veridiana Valeria da
 Silva Prado que, desejando
 abrir ruas em terrenos de sua
 propriedade na Comarca e
 em Hygionopolis, oferece as
 duas plantas juntas e res-
 peitosamente requer a V. Ex.
 se digne approving o traçado
 das mesmas.

Nestes termos

S. deffimento.

S. Paulo, 3 de Maio de 1906
 pp. D. Veridiana Valeria da Silva Prado.
 Frau. do Arma

4444

PREFEITURA MUNICIPAL
 N. 664 Serie 7
 DIRECTORIA DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 DIRECTORIA DE OBRAS
 N. 811 a.

2622

de Leon. Sabesp, para agra
reque o travele

Das P. de 11 de Setembro 1906

O Director,

Insulto
Está em apuro sobre
o perfil dos seus
que ainda não veio.
Paris 12 maio 1906

Aty

de novo
Comunique-se a respeito

Das P. de 1 de Setembro 1906

O Director,

Insulto
Não há movimento
no traço do projecto
proliferando-se com
sem nome ~~projetos~~ os
Cruzeiros e Jmaia, em
través de sem como o
perfil sopra a praxe.
Fato satisfazer ple-
namente.

Os perfis dos seus proje-
ctos na Comissão são
gram ainda a praxe.
dos.

Paris 11 Setembro 1906

De accordo

de Sentença Geral

12 de Setembro 1906

O Director,

Comunicação

Das P. de 17 de Setembro 1906

O Director,

Comunicação. E para ser entregue
uma duplicata de fls. 10.

Sin, quanto a sua sítia em
Consolacão, a acendo com
parecer de Directoria de Obras

29 de Maio de 1907
Illmo. Sr. B. Asdrubal do Nascimento
Sr. Prefeito Municipal de São Paulo

Handwritten signature in blue ink.

O abaixo assignado pede a V. Ex. se digne
mandar proceder a accitacão das rnas abertás
em Itaquilópolis e Consolacão, com plantas já
approvadas pela Directoria de Obras

E. D

São Paulo, 29 de Maio de 1907
Luiz de Barros



20366B



de Eng.º Graziopini

Eng.º Paulo de F.º Graziopini

O Director,

Sen. Dr. Dentor

Na Comprovação foi aberta e pode ser aceita a Rua I da planta approvada.

Em sua satisfação as condições previstas no Art.º 21 da Lei Nº 862 de 1905. Convém apenas notar que, na ligação com a Rua Augusta, existe uma pequena solução de continuidade que permite provisoriamente o escoamento das águas, e esta por indicação do Dr. Bianchi que está procedendo ao serviço de aterro da prolongamento da Rua Augusta.

Quanto às ruas em Hygienopolis, ainda não foi fornecida a respectiva planta.

S. Paulo 27-5-1907

Graziopini

Dr. Santuzi Gual,

Tudo seu deferido quanto à Rua e Comprovação e nada feito quanto à

Eng.º Paulo de F.º Graziopini

O Director,

Comunicação ao Sr. Dentor, para a

Eng.º Paulo de F.º Graziopini

O Director,

ANEXO 4 – Reportagem “Nova Roosevelt cria polêmica entre boêmios e moradores”. Agora São Paulo, São Paulo, 22 jul. 2012, caderno A, p.3. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística, do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Supervisão de Biblioteca
Setor de Recorte de Jornais

AGORA SÃO PAULO
Cad. 1 Pág. 3
Data: 22/07/12 Pasta: B-54

Nova Roosevelt cria polêmica entre boêmios e moradores

Reforma da praça acirra discussão sobre barulho na região; quem mora no local quer mais sossego

A praça Roosevelt (região central de SP) é conhecida pela boemia frenética e pelas atrações culturais diversas, ao mesmo tempo em que abriga prédios residenciais. Os moradores mais antigos reclamam do barulho dos bares. Já os mais jovens querem badalar até altas horas da madrugada. A reforma e a expectativa de inauguração da praça, em setembro, acirram ainda mais os ânimos.

A família da aposentada Bartira Cataldi Rocha, 69 anos, mora na praça desde 1923, e ela não concorda com a reforma. “Preferia do jeito que era antes. Espero que haja melhorias.”

Ela e o filho Maurício Bertoni, 45 anos, reclamam do barulho dos bares de madrugada. “Deve haver limite de horário. O que traz segurança às ruas não é o movimento, mas a polícia”, diz Bertoni.

A professora Ana Lorza, 41, e o marido, o fotógrafo colombiano Fernando Nicholls,

49, não gostam de acordar com as britadeiras no domingo de manhã. “O barulho dos bares não me incomoda, e sim a batucada”, diz Ana, que mora no oitavo andar de um dos prédios dali.

Paz e amor

Apesar de ser dono de um dos bares mais charmosos e populares da praça, o PPP (Papo, Pinga e Petisco), Esdras Vassalo, o Doca, 79 anos, não concorda com o barulho na região até a madrugada. “Procuró fechar o bar até 2h pois não acho justo com os moradores o barulho na calçada. Meus clientes entendem quando fechamos a casa”, explica.

Já o dramaturgo Mário Bortolotto, que em 2009 foi baleado dentro do Espaço Parlapatões, na praça, acredita que a falta do movimento na rua facilitou a ação que o feriu. “Se tivesse gente na praça, dificilmente eu teria levado os tiros. Se as pessoas querem dormir, deveriam morar nos bairros.”

Uma das assíduas frequentadoras do PPP, a agente de turismo Paula Lhamas, 29, adora a agitação do lugar e quer a boemia. “Traz segurança.” (Tatiana Cavalcanti)

Cronologia

Início

- A partir de 1890 as chácaras começaram a ser loteadas

Décadas de 1960 e 1970

- Nos anos 1960, a praça vê surgir um conjunto de bares e boates
- A boate Baiúca transformou-se em reduto da Bossa Nova
- O Cine Bijou surge exibindo os filmes da época

1964

A cantora Elis Regina se apresenta pela primeira vez na cidade no extinto bar Djalma, na Roosevelt

1967

Um projeto para uma praça verticalizada é idealizado por Roberto Coelho Cardoso

1970

Em 25 de janeiro, a praça Roosevelt é inaugurada pelo presidente Emílio

Década de 1980

- O local entra em degradação e é invadido por drogados, travestis e mendigos
- Muitas casas de show deixam a região
- Skatistas usam a praça

Década de 1990

- A praça começa a ter rachaduras nas estruturas de concreto
- Cogita-se demolir e revitalizar a praça

2000

O primeiro teatro, de Os Satyros, chega à praça

2004

O bar PPP é inaugurado no mesmo lugar do extinto bar Djalma

2006

O supermercado Pão de Açúcar deixa o local e é inaugurado o Espaço dos Parlapatões

Impresso no serviço gráfico da CMSP

ANEXO 6 - Reportagem "Ninguém responde pela deterioração da praça". Folha de São Paulo, São Paulo, 31 mai. 1980 retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística, do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Departamento de Documentação e Informática
Subdivisão de Documentação
Setor de Documentação Jornalística

FOLHA DE SÃO PAULO
Data 31.5.80
Pasta nº

Ninguém responde pela deterioração da praça

Bancos quebrados, floreiras de pedradas, árvores secas, muros pichados, luminárias arrebitadas, lixo e muitos buracos: eis o que sobrou da praça Roosevelt, uma área pela qual ninguém se responsabiliza. Enquanto a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) informa que a manutenção e limpeza da praça é da competência da Regional da Sé, esta, por sua vez, alega que a administração da praça cabe à Emurb.

O presidente da Emurb, Otávio Speranzini, entretanto, garante que a "manutenção da praça não faz parte do contrato que temos com a Regional, que só envolve a exploração do estacionamento. Recentemente, fizemos uma inspeção lá e constatamos que realmente a praça Roosevelt está em condições muito precárias, com graves problemas de conservação".

Apesar de eximir a Emurb de qualquer responsabilidade quanto ao abandono da praça, Speranzini anuncia, curiosamente, a existência de um projeto para a realização dos reparos mais urgentes, como, por exemplo, o desentupimento das canaletas de águas pluviais, conserto do piso esburacado e do revestimento das paredes que está descascado e eliminação do problema de infiltração de água nas lajes de cobertura do estacionamento.

Essas providências, segundo Speranzini, destinam-se, unicamente, a dotar a praça de "condições mínimas de uso para a população", embora ele não possa garantir, em absoluto, que a Roosevelt poderá se transformar em um centro de lazer e atividades culturais, objetivo para o qual foi projetada e que, na verdade, nunca foi atingido.

PROPOSTA

Em seguida à execução dessas obras, a Emurb deverá propor à Administração Regional da Sé que a responsabilidade pela manutenção da Roosevelt seja definitivamente delegada à empresa, que já opera o estacionamento e tem experiência na conservação dos calçadões e da praça da Sé.

Apesar das explicações do presidente da Emurb, o administrador regional da Sé, Vitor Davi, insiste em afirmar que a responsabilidade pela administração da praça é inteiramente da Emurb e que, quando muito, os funcionários da Sé varrem as calçadas ao redor da Roosevelt.

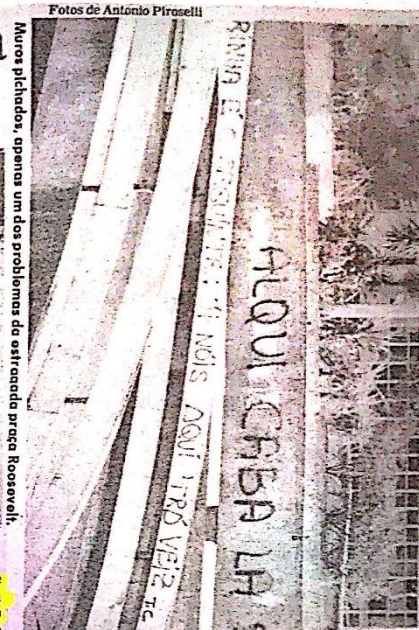


Há rachaduras até no piso.

Enquanto os órgãos públicos se dedicam a este jogo de empurra, a praça Roosevelt continua relegada ao abandono, em condições precárias de uso e frequentada, principalmente à noite, por desocupados e marginais. Todos estes problemas afastaram os moradores da vizinhança e, só os mais corajosos, como Cláudia Piovato, ainda se arriscam a passear rapidamente na praça durante o dia.

"Há mais de um ano ninguém cuida da praça", conta Cláudia Piovato, enquanto segura pela coleira seu cachorro. "Antes ela era, pelo menos, bem tratada, apesar de não ser bonita. Mas, agora, o piso está destruído em vários locais, as plantas morrem por falta de água, arrancaram pedaços de mármore das muretas e escadas, as luminárias de todas as floreiras foram quebradas. Não há policiamento e, à noite, a praça é invadida por tarados e marginais e a gente nem pode chegar perto."

Neide Ramos também tem medo de frequentar a praça Roosevelt e só vai lá quando sua sobrinha de três anos não aguenta mais ficar trancada no apartamento. "Por causa dos desocupados que ficam rodando pela praça, fico preocupada em passear aqui com a criança. Depois, os poucos atrativos que existiam estão desaparecendo. Os dois lagos estão secos há meses, não há nenhuma sombra e o "play-ground" é pequeno. Muitas bocas de lobo estão com as grades quebradas e isso é um perigo, pois a gente pode cair e se ferir."



Fotos de Antônio Pireselli
Muros pichados, apenas um dos problemas da estranha praça Roosevelt.

ANEXO 7 - Reportagem "Areia da praça Roosevelt continua suja". Folha da Tarde, São Paulo, mai. 1980 retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística, do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

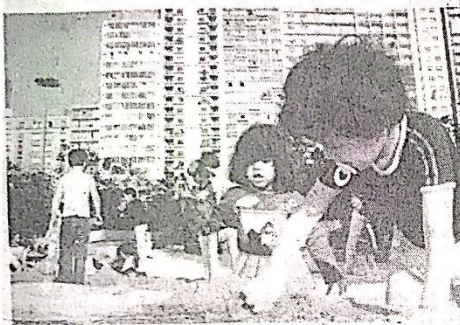
FOLHA DA TARDE

DATA: 24/10/81

Pasta nº B-54

ASSUNTO: Praça Roosevelt

Areia da praça Roosevelt continua suja



Contaminada, com fezes e urina humanas e de animais, a areia provoca doenças nas crianças

Apesar de ter sido trocada pela Emurb, após denúncias, a areia dos quatro tanques do parque infantil da praça Roosevelt em setembro estava contaminada com fezes e urina humanas e de animais, provocando doenças nas crianças, continua suja.

Segundo as mães que frequentam a praça, isso vem acontecendo porque a Emurb não atendeu o pedido de cercar o parque infantil com alambrado. Desse modo, apesar de substituída, a areia foi novamente poluída pelas pessoas que à noite usam o parque infantil como "banheiro público", albergue noturno e ponto de encontro de viciados", nos termos do abaixo-assinado que 260 mães estão enviando à Prefeitura.

Nesse abaixo-assinado, que será entregue ao prefeito Rinaldo de Barros através do vereador peemedebista Francisco Gimenez, as mães pedem que a praça Roosevelt deixe de ser administrada pela Emurb "que se mostrou incompetente para a tarefa" e passe a ter sua administração feita diretamente pela Prefeitura.

As crianças, que só frequen-

tam a Roosevelt "porque todos aqui moram em apartamento e não têm outro lugar para brincar", segundo uma delas, também têm muitas queixas contra a praça, onde "são perseguidos por desocupados, caem tombos frequentes devido aos buracos no piso e não dispõem de banheiro e bebedouro só para elas".

DOENÇAS DE AREIA

"Nas calças de areia voltamos a encontrar agulhas hipodérmicas, tocos de gicarro, cacos de garrafa de pinga, embalagem de psicotrópicos, preservativos e fezes de animais", afirmou ontem Sônia Barbosa Servi, uma das mães. Sua filha Marina, de um ano e meio, adquiriu micose, caracterizada por erupções em todo o corpo, há um mês, quando as mães fizeram a primeira denúncia e os mesmos sintomas eram visíveis em muitas outras crianças. Ontem, quando chegou a seu apartamento, depois do trabalho, Sônia foi surpreendida por uma notícia, transmitida pela empregada: sua filha Marina está com infecção intestinal, e apresenta-

va 38,5 graus de febre, mesma doença que vem acometendo outras crianças que brincam nos tanques de areia da Roosevelt.

O pediatra da família, segundo Sônia, disse que essa infecção é causada "por vírus presentes em fezes humanas" que são encontradas com frequência nos tanques de areia onde as crianças brincam.

FALAM AS CRIANÇAS

Dezenas de crianças que brincam todos os dias no parque infantil da Roosevelt — na faixa de sete a 12 anos fizeram, ontem, uma série de reclamações e pedidos à Emurb. Em sua maioria, elas moram em prédios de apartamento das imediações e estudam no Colégio "Caetano de Campos".

"Queremos um ringue de patinação perto do parque, mas de graça", pediu Rosana, de 12 anos. Já Adriana da Silva Nascimento, também de 12 anos, pediu para "cercarem o parquinho para não entrar marginal aqui; o parquinho tem que ser melhor policiado". Falan-

do em coro, as crianças pediram por exemplo banheiros só para elas, balanças, escurregadores e gangorras (o parque só tem "trepá-trepas", pois os brinquedos estão quebrados), bebedouros com água limpa (pois só há uma torneira com água de rua, onde bebem), melhor alimentação e proteção para os pombos.

REFORMULAÇÃO

Já está em andamento no Departamento de Planejamento da Emurb "um projeto de reestruturação total da Roosevelt, com ampliação da área verde, construção de mais sanitários, instalação de um sistema de sinalização com placas, para o usuário se localizar, e outras reformas, que deverão se iniciar em janeiro de 82", segundo prometeu ontem Luís Cláudio do Amaral, chefe do Departamento de Apoio Operacional de Emurb, responsável pela manutenção, limpeza e conservação da praça. Segundo ele, "aquilo não é nem uma praça. É um tampão, um projeto infeliz, que precisa ser humanizado".

ANEXO 8 - Reportagem "Moradores criam movimento para manter feira livre". Folha de São Paulo, São Paulo, 26 jun. 2012, caderno, p.7. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística, do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

<p>Câmara Municipal de São Paulo Secretaria de Documentação Biblioteca Setor de Recortes de Jornais</p>	<p>FOLHA DE SÃO PAULO Cad. 6 Pág. 7 Data: 26/06/12 Pasta: 8-54</p>
---	---

Moradores criam movimento para manter feira livre

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Desde a década de 1980, ela já fazia barulho. Primeiro, reunia os moradores das casas mais próximas, especialmente idosos. Depois, passou a ser, também, um dos lugares preferidos dos jovens que esticavam a noite na rua Augusta.

Agora, a "feirinha da Roosevelt", como é chamada, virou assunto e impulso para um abaixo-assinado que gera um zum-zum-zum entre os moradores do centro.

Os papéis para a defesa da feira — ameaçada pelas reformas da praça — estão espalhados em bares, teatros, igrejas e em diversos edifícios, como o Copan.

"Sabe que a nossa feira pode acabar?", pergunta o barbeiro e vendedor de charutos Renato Orbetelli, 64, um dos moradores mais antigos da região. A frase, repetida exaustivamente nos últimos dias pela vizinhança, revela um dos efeitos da megarreforma que começou na praça em setembro de 2010 e deve terminar em agosto.

A confusão começou quando feirantes receberam, há cerca de três semanas, um comunicado da prefeitura. Nela, a mensagem de transferir a feira para outra rua e reduzi-la em 50%. Segundo o documento, ela também poderia ser suspensa por dias ou até mesmo extinta.

Os feirantes reclamaram. "Somos cultura também", disse Eurides Pereira Costa, a dona "Branca" do comércio de frutas. Sinésio Medeiros Correa de Melo, 56, conhecido pela "barraca do Sinésio", há 27 anos no local, engrossou o coro. "Feira é atração turística", afirma. "O que tem de gringo que aparece e tira fotos da feira é uma coisa de louco", completa o vendedor.

Clientes e moradores também se manifestaram. A maioria diz que faltam supermercados e mais feiras naquela região. "Não tem nada por perto. Vou comprar onde?", diz a aposentada Maria Aparecida Patriani, 80.

AVISO AO FEIRANTES

Segundo a Coordenação das Subprefeituras, a reforma em algumas calçadas próximas à feira pode fazer com que ela seja transferida.

Afirma que o documento, no entanto, foi apenas um "aviso" aos feirantes. Diz mais: que a feira poderá passar por mudanças em breve devido à nova praça, mas que não corre risco de ser extinta. Detalhe: "Neste momento".

A transferência foi confirmada pelo subprefeito da Sé, Nevoral Bucheroni.

O presidente da Ação Local Roosevelt, Luis Cuza, diz que a praça teve a primeira feira como vizinha em 1951.

Já a feira, como é hoje, começou em 1980.

"Esperamos a praça com muita expectativa, mas a feira também precisa ficar aqui", afirma ele. (NC)

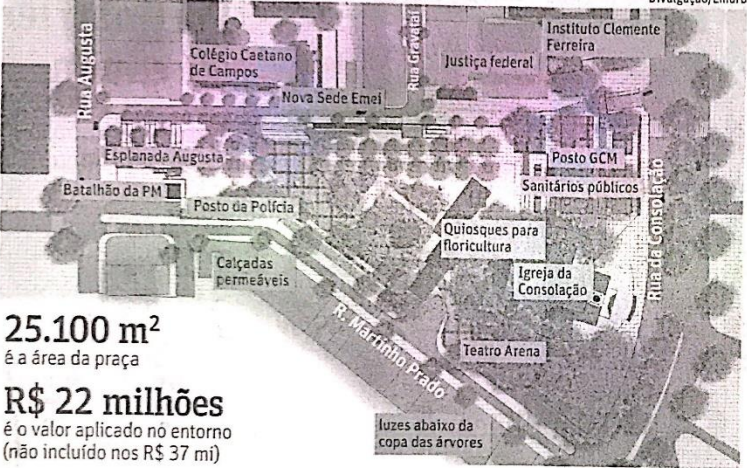
Reportagem comenta a situação da feira livre, que funcionava no endereço desde os anos 50. Com a reforma da Roosevelt, prevê-se a mudança de endereço do feirante. Tal mudança desagradou moradores e feirantes.

Câmara Municipal de São Paulo
 Secretaria de Documentação
 Biblioteca
 Setor de Recortes de Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO
 Cad. 0 Pág. 7
 Data: 26/02/12 Pasta: 8-54

NOVA ROOSEVELT Primeira etapa da reforma deve terminar em agosto; obra vai custar R\$ 37 milhões

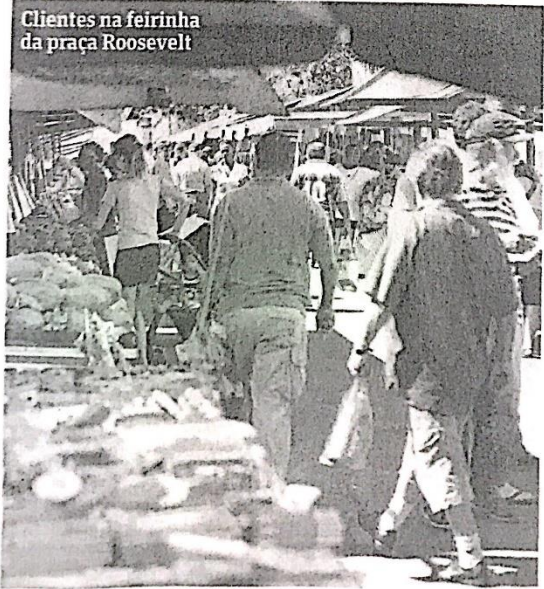
O QUE MUDA NA PRAÇA AO FIM DO PROJETO



25.100 m²
 é a área da praça
R\$ 22 milhões
 é o valor aplicado no entorno
 (não incluído nos R\$ 37 mi)

- O QUE MUDA AO REDOR**
- > Reforma de duas escolas
 - > Alargamento das calçadas da rua Nestor Pestana
 - > Abertura de visual para o Instituto Clemente Ferreira
 - > Construção de rotatória na rua Martinho Prado com a r. Augusta
 - > Corredor cultural: conexão com a rua Augusta e Avanhandava

O QUE FALTA TERMINAR
 Cachorródromo, instalações prediais e vigas metálicas do batalhão da PM, paisagismo, mobiliário urbano, sinalização, pinturas, forros, infraestrutura das instalações elétricas e recuperação do concreto armado, além das obras no entorno



Clientes na feirinha da praça Roosevelt

ANEXO 9 - Reportagem "Moradores temem 'cracoroosevelt'". Jornal da Tarde, São Paulo, 15 abr. 2012, caderno A, p. 8. Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

JORNAL DA TARDE

Cad.A.....Pág.8.....
Data: 15/04/12.....Pasta: B-54

Urbanismo

Moradores temem 'cracoroosevelt'

Eles se mobilizam para criar atividades na praça, que deve reabrir em 4 meses, após 2 anos de obras

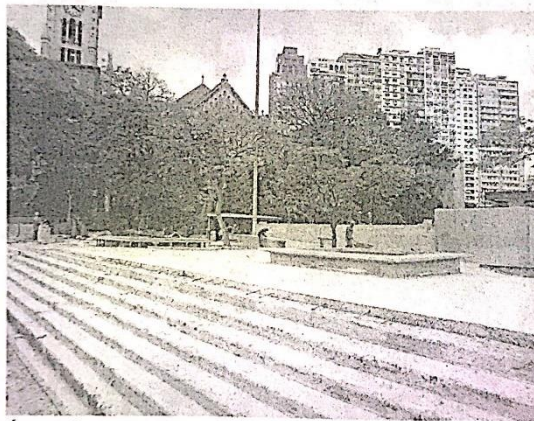
CRISTIANE BOMFIM

cristiane.bomfim@grupoestado.com.br

Faltando pouco mais de quatro meses para a reabertura da Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, moradores do entorno temem a possibilidade de o local, que tem área de 25 mil m², se tornar uma nova cracolândia. Ou uma 'cracoroosevelt', como define a aposentada Bartira Cataldi, de 69 anos. A dúvida se a praça terá ou não um serviço permanente de zeladoria, e a ausência de equipamentos públicos e atividades que atraiam a população são os principais motivos para a preocupação.

"São dois anos convivendo com o barulho e a poeira, e, mesmo assim, não arrisco dizer que isso tudo vai valer a pena. De que adianta reformar e não ter ninguém para cuidar e não ter nada que chame as pessoas para a praça?", diz Bartira, que viveu na praça até os 22 anos, mudou-se para outros bairros e voltou em 1992.

Morador do centro há dez anos, o electricista Edson Ferreira, de 29 anos, acredita que a praça "mais



Área terá floricultura e cachorródromo: moradores preparam atividades

bonita e com banheiros públicos" vai atrair principalmente os usuários de drogas da cracolândia.

"Por causa das ações na região da Luz, esse pessoal se espalhou. E já tem muitos circulando por aqui. Isso vai aumentar quando abrirem a praça", diz ele, que não acredita que uma base da Polícia Militar e outra da Guarda Civil Metropolitana serão capazes de inibir pequenos crimes e a sensação de insegurança na praça.

Para o urbanista Valter Calda-

na, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, a sensação de desconfiança dos moradores é explicada pelos anos de degradação da Praça Roosevelt. "Gato escaldado tem medo de água fria. É justo que a população tenha alguma descrença e queira esperar o resultado antes de comemorar." Mas ele afirma que o sucesso ou não da praça, a partir da entrega, é também responsabilidade dos moradores.

"A chance de a praça virar uma

nova cracolândia é de 50%. Se a população não ocupar a praça, daqui um ano, ela será um depósito de poeira e de todo tipo de problema. Cabe ao poder público planejar e construir a cidade para o cidadão e nós temos de aprender a ocupar a cidade", diz Caldana, que concorda com a preocupação dos moradores com a zeladoria da Praça. "Este é um dos principais problemas da cidade."

Atividades

A Ação Local Roosevelt está conversando com os comerciantes, representantes das igrejas da Consolação e Presbiteriana instaladas no entorno, grupos de teatro e até a direção das escolas mais próximas para que sejam criadas atividades na praça.

"Queremos mobilizar e conscientizar as pessoas para que participem desse novo momento da praça. A ideia é que as escolas realizem atividades na Roosevelt, que os grupos de teatro encenem peças ao ar livre para criar esse laço", afirma o presidente da Ação Local Roosevelt, Luís Cuza.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura Urbana, os únicos equipamentos de lazer e cultura previstos para a praça é uma floricultura e um cachorródromo. ::

ANEXO 10 - Reportagem "Moradores temem 'cracoroosevelt'". Jornal da Tarde, São Paulo, 15 abr. 2012, caderno A, p. 8. Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO

Cad. C Pág. 6
Data: 26/02/12 Pasta: B-54

Reforma da Roosevelt impulsiona novas obras

Bar, lojas e até igreja anunciam mudanças

NATÁLIA CANCIAN

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Antes, Gilberto Ângelo, 55, quase não levantava as portas de ferro que escondiam o espaço do bar onde trabalha, no entorno da praça Roosevelt, região central da cidade. "Os shows aconteciam sempre com tudo fechado e segurança na entrada", diz.

Hoje, iniciou reformas e chegou a colocar mesas nas calçadas. Não foi o único. Depois de ressurgir com a chegada de grupos de teatro há cerca de 12 anos, todo o entorno da praça começa uma nova fase de transformações.

A expectativa da primeira etapa de revitalização da praça, prevista para ser entregue em agosto e prometida há pelo menos sete anos, está gerando uma série de reformas particulares na região.

Até há pouco restritas aos tapumes coloridos que cercam a antiga estrutura, as mudanças agora atingem bares, teatros, apartamentos e até a igreja da Consolação.

Lá, um terreno hoje fechado por cercas de ferro vai se transformar em um playground para crianças e espaço de ginástica para idosos. Antes, o espaço, recém-cedido à igreja, era inutilizado.

O padre José Roberto Pereira, 37, diz esperar que a nova praça traga mais segurança. "Vamos formar um espaço de convivência", diz.

NOVO REPERTÓRIO

Essa também é a estratégia de Zarur Borjaum da Rosa, 46, o Biro, que acaba de transformar uma loja de produtos naturais em um bar na rua Martins Fontes. "Quando soube que iam entregar a obra, pensei: é a hora de ir para a praça", disse.

O investimento, no entanto, é alto — só o aluguel do espaço custa R\$ 6.000.

Há quem planeje mudanças. Arlete Ardanuy Vassalo, 66, dona do Papo, Pinga e Petisco, o PPP, diz que vai esperar a praça ficar pronta antes de decidir o que fazer. "Se der certo, pode ser que eu faça uma reforma nos fundos."

Já o Mini-Teatro espera ficar de "cara nova" já em março, segundo o diretor da Companhia da Revista, Kléber Montanheiro, 41. Com a reforma, o espaço próximo à bilheteria, por exemplo, passa a acolher 42 pessoas. Hoje, são 30. "A praça está ficando pronta, e temos um novo repertório. É a hora", diz.

O secretário de Infraestrutura e Obras (Siurb), Elton Zacharias, afirma que a fase a ser entregue é a primeira. Para a segunda começar são necessárias desapropriações de ao menos quatro imóveis no entorno. Nesta fase será feito uma corredor cultural.

A reportagem mostra um panorama de mudanças e reformas realizadas pelas vizinhas. As transformações no entorno da praça são reflexões das mudanças do teatro, e como antes. Há uma empolgação em ver a praça como espaço de convivência. Está calcimante no entorno se preparam a receber o público.

ANEXO 11 - REIS, A. Após 2 anos de obras, Praça Roosevelt renovada é entregue. Diário de São Paulo, São Paulo, 29 set. 2012. dia a dia, p. 6. Retirado do Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

6

dia a dia

SÃO PAULO

B-54

DIÁRIO DE S. PAULO - SÁBADO / 29 DE SETEMBRO DE 2012

Após 2 anos de obras, Praça Roosevelt renovada é entregue

Reforma do espaço no Centro da capital custou R\$ 55 milhões. Local estava degradado e perigoso, segundo moradores

Alessandro Reis
Especial para o DIÁRIO

Hoje a Prefeitura de São Paulo entrega à população uma nova Praça Roosevelt, com a perspectiva de revitalizar uma área da cidade que, com o passar dos anos, tornou-se marcada pela criminalidade e pela degradação do patrimônio público.

Localizada entre as ruas Augusta e da Consolação, na região central de São Paulo, a praça foi praticamente reconstruída por meio de uma obra orçada em R\$ 55 milhões, dos quais 15% foram bancados pela Prefeitura. Os demais 85% vieram do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Foram dois anos de trabalhos, mas as discussões sobre o projeto de revitalização tiveram início há mais de duas décadas.

As obras deram uma nova cara à praça, que antes tinha dois "andares" interligados por duas rampas de acesso. O nível superior foi demolido, assim como a rampa circular que antes se situava próximo à Rua da Consolação. De acordo com a

Espaço inclui dez rampas de acesso para portadores de deficiência física

Secretaria de Infraestrutura e Obras, a nova Praça Roosevelt possui dez rampas de acesso para cadeirantes e portadores de deficiência física.

MAIS VERDE/ Como a praça está situada em cima de um túnel viário, aquele que faz a ligação entre as regiões Leste e Oeste, a maior parte de sua estrutura é formada por concreto armado.

Mas a cara da Roosevelt ficou mais verde: a Prefeitura plantou 223 árvores nativas.

Dentre as novas instalações da praça, que tem área total de aproximadamente 25 mil m², destacam-se um "cachorródromo" para os pets se divertirem. A praça também ganhou uma floricultura e um playground para a criançada.

No entanto, para moradores da região ouvidos pela reportagem, as duas novas edificações da praça mais importantes estão relacionadas à segurança: a base da GCM (Guarda Civil Metropolitana), que já está pronta, e o batalhão da Polícia Militar, ainda em construção.

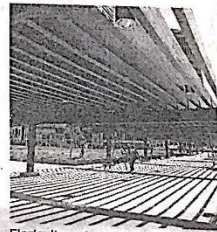
Questionada, a Secretaria de Infraestrutura e Obras informou que as obras do posto da PM devem ser concluídas até o fim deste ano. O órgão público informa, ainda, que a reforma da garagem no subsolo da praça não estava prevista nas obras e vai demandar outro contrato.



Revitalização da praça incluiu o plantio de 223 árvores de espécies nativas e espaço específico para cães



Neto espera mais policiamento



Floricultura é uma das novidades



História

No século 19, o local onde hoje está a Praça Roosevelt era propriedade de dona Veridiana da Silva Prado, de uma família tradicional de cafeicultores paulistas. Em 1959, quando a Igreja da Consolação foi inaugurada, o terreno da praça passou a servir de espaço para estacionamento de carros e feiras livres.

1970

foi o ano de inauguração da praça

Batismo

O nome da praça é uma homenagem ao ex-presidente americano Franklin Delano Roosevelt. A inauguração do espaço teve a presença do general Emílio Garrastazu Médici, então presidente do Brasil.

Concreto

Originalmente, a Praça Roosevelt era um bloco de concreto armado encravado sobre um vladuto da capital. Antes da reforma, havia até um supermercado no subsolo da praça, que foi demolido durante a restauração.

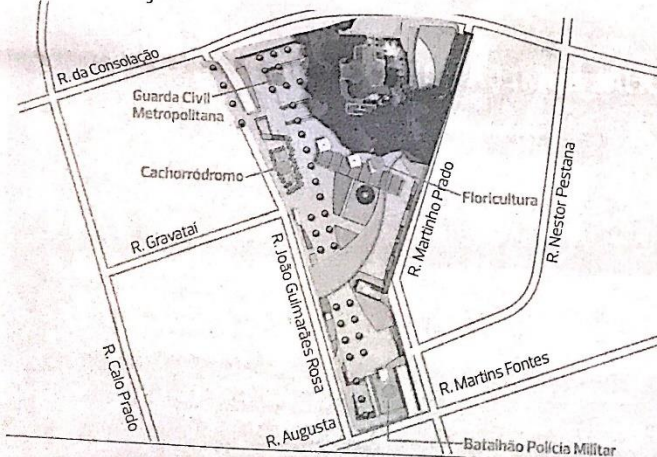
Moradores querem polícia ostensiva no local

Moradores do entorno da Praça Roosevelt ouvidos pela reportagem aprovaram a revitalização do espaço, mas destacaram que todas as melhorias só vão perdurar se houver policiamento ostensivo e constante no local.

"Val melhorar. Com o saco de dinheiro que foi investido aqui, seria complicado a obra não trazer benefícios para a população. Porém, sem polícia na área, a praça vai se degradar como antes", opina o aposentado Joaquim Barros Neto, de 60 anos, que mudou-se para a região há quatro meses apenas.

A opinião é compartilhada com Ilza Helena Santos, de 56 anos, moradora da região há 25 anos. "Val melhorar muito. Antes, a polícia quase não aparecia aqui."

Localização



DSP

ANEXO 12 - DANTAS, T. Renovada, Roosevelt já agrada aos vizinhos. O Estado de São Paulo, 14 ago. 2012, caderno C, p.8. Retirado do Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

O ESTADO DE SÃO PAULO
Cad. C Pág. 8
Data: 14/08/12 Pasta: B-54

Renovada, Roosevelt já agrada aos vizinhos

Sem tapumes e a um mês da inauguração, luzes de LED e canteiros já estão prontos

Tiago Dantas

Já é possível ver o resultado de quase dois anos de obras na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo. Os tapumes que envolviam o terreno foram retirados para que os operários pudessem fazer as calçadas, as rampas e os degraus que darão acesso à área. Mas a inauguração oficial está prevista para a segunda quinzena de setembro.

A retirada dos tapumes provocou uma mudança drástica na

paisagem. O concreto, que predominava no espaço de 25 mil m², deu lugar a mais cores. O prédio em forma de pentágono que chegou a abrigar um mercado foi demolido e abriu espaço para canteiros com árvores nas laterais e no meio da praça. As edificações projetadas têm parede de vidro e devem abrigar base da Guarda Civil e floriculturas.

Aprovação. Ontem, um grupo de moradores foi chamado para fazer vistoria na reforma e apro-

vou o resultado. "Anteriormente, a praça era cinza, com cimento caindo e perigosa. Agora, não. Está colorida: verde, laranja, berinjela. A iluminação também é muito boa, com lâmpadas LED", avalia o presidente da Ação Local Roosevelt, Luis Cuza. "A esperança é de que a comunidade tome conta do lugar."

O projeto original previa o plantio de 216 árvores de espécies nativas e a instalação de 137 luminárias. Também foram construídos dois playgrounds e um espaço para levar os cachorros para passear. Cuza sugeriu que a cerimônia de reinauguração seja marcada para 22 de setembro, quando o Teatro Cultural Artística, na Rua Nestor Pestana, ao lado da Roosevelt, comemora cem anos. Segundo a SP Obras, 90% da reforma está concluída, mas a data da cerimônia ainda será definida.

Segurança. A retirada dos tapumes também aumentou a sensação de segurança, segundo al-

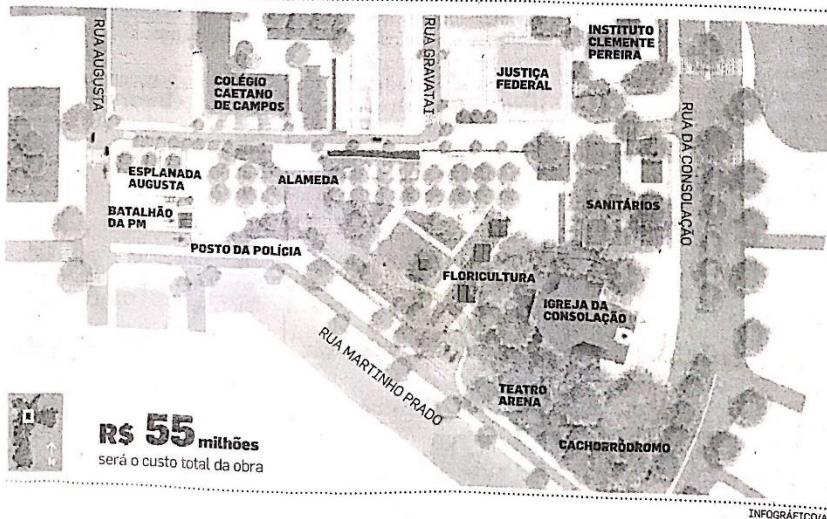
guns comerciantes, pois agora eles conseguem enxergar o outro lado da praça. "Deu até uma sensação de liberdade", disse o comerciante Natal Pereira Lopes, de 49 anos - há seis trabalhando em uma lanchonete na Rua João Guimarães Rosa. "O pessoal fez abaixo-assinado para não demolirem o pentágono, mas ficou bem melhor assim."

Outra vantagem, segundo o porteiro Joelmir da Silva Moreira, de 51 anos, é que não há lugar para "malandro se esconder". "A praça é bem aberta." Entre os moradores da praça, porém, alguns estão desconfiados. "Tem de ir com calma. Se não tomar cuidado, enche de viciado de drogados de novo", alerta a aposentada Carmen Uliana de Almeida, de 69 anos.

Para não deixar o espaço sem uso, a Ação Local já convocou comerciantes, representantes das igrejas do entorno, grupos de teatro e a direção das escolas mais próximas. O objetivo é criar atividades na praça.

Reportagem escrita pouco @ de um mês da inauguração. Os tapumes haviam sido retirados, o lugar ficou mais aberto aos moradores e comerciantes. Os que antes de vidro abrigavam floriculturas e a PM ficam na beirada na Esplanada Augusta. A Ação Local Roosevelt articulava, com a comunidade, formas de ocupação do espaço.

O PROJETO



R\$ 55 milhões
será o custo total da obra

CRONOLOGIA

Anos 1960

A construção da Praça Roosevelt é anunciada pelo prefeito José Vicente Faria Lima em 1967. A inauguração ocorreu em 25 de janeiro de 1970.

Anos 1990

A praça passa por processo de degradação, com a chegada de usuários de drogas.

2004-2012

A prefeita Marta Suplicy faz um empréstimo de R\$ 100 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras. O projeto atual data de 2005, mas as obras só começam em 2010.

ANEXO 13 - RODRIGUES A. Roosevelt abre dia 29, após dois anos. Jornal da Tarde, 07 set. 2012, caderno A, p.5. Retirado do Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

JORNAL DA TARDE

Cad. A Pág. 5
Data: 07/09/12 Pasta: B-31

Urbanismo

Roosevelt abre dia 29, após dois anos

Reforma da praça custou R\$ 55 milhões e ainda é polêmica, principalmente pela falta de verde

ARTUR RODRIGUES
artur.rodrigues@estado.com

A nova Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, já tem data de inauguração: dia 29. A reforma vinha sendo feita desde outubro de 2010, a um custo de R\$ 55 milhões. Desde então, polêmicas acompanharam o projeto, como a falta de sombra e a mudança da feira livre que funcionava ali.

A inauguração ocorre um fim de semana antes das eleições municipais, em 7 de outubro. A partir da próxima semana, a equipe do cerimonial da Prefeitura se reunirá para definir como será o evento de abertura.

A praça tem 25 mil m², com floriculturas e uma base da Guarda Civil Metropolitana. Antes cinzento, o lugar ganhou cores – e 137 luminárias de LED.

A falta de sombra é um dos pontos fracos. E o problema deve permanecer ainda por alguns anos. Foram plantadas 200 mudas no local. "As pessoas precisam entender que uma copa demora anos para se formar. Daqui a algum

tempo, esta será uma praça muito agradável", disse o arquiteto Rubens Reis, que projetou a praça. Segundo ele, houve o cuidado para que não fossem criados pontos escuros nem locais que servissem de esconderijo para criminosos.

Mesmo antes de ser inaugurada, a praça já foi cenário de uma festa. No mês passado, mais de mil pessoas foram ao local para a festa Santo Forte de Rua. O evento funcionou como uma espécie de inauguração não oficial.

Decadência da praça começou na década de 1980, com usuários de drogas tomando o lugar

Desde a década de 1980, a praça vivia um longo período de decadência. Usuários de drogas tomaram conta do lugar. Isso em nada lembra o glamour dos anos seguintes à sua inauguração, em 1970. Em seus tempos áureos, a praça chegou a ter restaurante, mercado, correio e salão de exposições. Atualmente, os arredores da Roosevelt formam um reduto de boêmios e da classe teatral.

Projeto de 2005

O projeto da reforma foi idealizado em 2005, mas só começou a ser

Inauguração oficial 29/10/2012, 55 milhões gastos; polêmicas do projeto: retirada da feira e falta de sombra, presença de pontos escuros e locais que serviram de esconderijo para criminosos. Mesmo antes de inauguração, a praça foi palco da festa Santo Forte de Rua (uma inauguração não oficial). Presença de usuários de drogas tomaram conta do lugar. Isso em nada lembra o glamour dos anos seguintes à sua inauguração, em 1970. Em seus tempos áureos, a praça chegou a ter restaurante, mercado, correio e salão de exposições. Atualmente, os arredores da Roosevelt formam um reduto de boêmios e da classe teatral.

Biblioteca Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

JORNAL DA TARDE

Cad. 4 Pág. 5
Data: 07/09/22 Pasta: B. 51



Praça Roosevelt já teve uma reinauguração informal com a realização da festa Santo Forte de Rua; vizinhos ainda fazem algumas críticas à reforma

colocado em prática cinco anos depois. Na época, o projeto estava orçado em R\$ 36 milhões.

Proprietário do bar Papo, Pinga e Petisco, que fica na praça, Esdras Vassalo, de 79 anos, o Doca, afirma que a obra "custou muito por pouca coisa". "Já há calçadas trincadas aqui", diz. **Uma preocupação dos comerciantes é se será permitido que skatistas voltem a usar o local, como costumava acontecer antes da reforma.** "Com a praça bonita, eles podem querer abusar e ajudar a trincar

um pouco mais", diz Vassalo.

Sobre a polêmica retirada da feira livre que funcionava na Rua Gravataí, do lado da Roosevelt, o prefeito Gilberto Kassab (PSD) afirmou que ela atrapalharia os usuários nos domingos. "As pessoas vão ali aos domingos. E a feira bem ao lado é óbvio que atrapalha. Não corramos o risco de ser uma praça abandonada, não frequentada pelas pessoas", disse. **Os feirantes fizeram protesto contra a mudança de local, mas não adiantou.::**

CRONOLOGIA

25 DE JANEIRO DE 1970

» Inauguração da Praça Roosevelt, que tinha restaurante, mercado, correio e salão de exposições

ra o projeto da nova praça, que depois seria desenvolvido pelo também arquiteto Carlos Roberto Azevedo

DÉCADA DE 1980

» A praça entra em decadência, que se agrava nos anos seguintes

OUTUBRO DE 2010
» Começa a reforma, com custo inicial de R\$ 36 milhões

2005

» O arquiteto Rubens Reis elabora

29 DE SETEMBRO DE 2012
» Cerimônia de reinauguração

ANEXO 14 - SOUZA, F. Reforma faz praça Roosevelt 'bombar' até tarde da noite. Folha de São Paulo, 06 dez. 2012. Cadeno C, p.8. Retirado do Acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO
Cad. C Pág. 8
Data: 06/10/12 Pasta: 3-54

Reforma faz praça Roosevelt 'bombar' até tarde da noite

FELIPE SOUZA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A noite na praça Roosevelt está "bombando". Uma semana após a reinauguração, a área de lazer na Consolação (centro de São Paulo) tem atraído muita gente até tarde.

As 22h de anteontem, estava lotada. Eram pedestres, skatistas, ciclistas... À meia-noite, boa parte continuava por lá.

A reforma de R\$ 55 milhões e dois longos anos foi aprovada pelos frequentadores.

O ponto mais enaltecido é a segurança. Em todos os horários que a reportagem foi à praça, havia ao menos três carros da GCM (Guarda Civil Metropolitana) em pontos diferentes com ao menos dez guardas.

"Agora sim ficou bom. O lugar está aberto e as luzes estão excelentes. Antes, o pessoal se

escondia nos cantos para usar droga", disse o aposentado Victor Luiz da Rocha Brandão, 65, que leva o cão John John para passear ali à noite.

A fama do local gerou uma migração "amantes das rodinhas". "Isso aqui lotado à noite é porque muitas pessoas vêm de outros lugares para andar [de skate] aqui", disse o professor e skatista Luis Alberto Ribeiro, 29.

Nem o incessante barulho de patins e skates irrita quem mora ali perto. "Se não tivesse problemas no joelho, andaria de também", diz o cientista político Eduardo Barone, 28.

Com a segurança reforçada e aumento do público, o comércio ficou aquecido. Segundo Fabiana de Almeida, 31, gerente de um bares no entorno, foram contratados mais funcionários.

"Nos primeiros dias percebemos aumento de 10% e parece que vai ser maior."

Mas nem tudo é elogio. A maior queixa de quem vai ali diariamente, como o modelo Edson dos Santos Jr., 25, é a falta de bebedouros e banheiros.

"Não é possível que eles não tenham pensado nas crianças que vêm aqui e ficam morrendo de sede. Isso é um cuidado básico que deve haver com a saúde das pessoas."

Em nota, a prefeitura disse que "já determinou que todas as demandas e sugestões para aprimorar ainda mais os serviços públicos na praça sejam avaliadas e, dentro das possibilidades, atendidas".

Ontem a noite, antes da realização do ato "Amor Sim, Russomanno Não", que reuniu centenas de pessoas, faltou luz na praça.

As pessoas deixaram o local, mas voltaram logo em seguida, assim como a luz.

COLABOROU LUCAS NEVES

Reportagem comenta a dinâmica da praça
pós-reinauguração: o movimento noturno
aumentou consideravelmente. As luzes públicas
estão bastante presentes, sendo a segurança noturna
muito interessante de pessoas andando de noite.
Mas há falta de bebedouros e banheiros.
Comentário sobre a realização do ato "Amor Sim,
Russomanno Não", que reuniu centenas de pessoas.

ANEXO 15 - Reportagem “Roosevelt já de aulas a protesto”. O Estado de São Paulo, 18 out. 2012, p.6. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

O ESTADO DE SÃO PAULO

Cad. 0 Pág. 6
Data: 18/10/12 Pasta: B-54

ROOSEVELT JÁ TEM DE AULAS A PROTESTOS

Praça disputada por skatistas, ativistas e artistas
foi ontem ocupada por alunos de Arquitetura

Localizada entre o Minhocão e as Ruas Augusta e da Consolação, a recém-inaugurada Praça Roosevelt já se tornou um dos lugares preferidos de São Paulo para a realização de eventos: de aulas abertas a manifestações políticas, festas e "churrascões". Em 20 dias, pelo menos quatro deles foram realizados e, se depender dos frequentadores, outros tantos ainda virão.

Ontem, alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie foram à praça registrar detalhes do espaço reformado. Entregue à comunidade no mês passado, a área está, segundo os estudantes, mais intensa e cheia de vida, digna de ser desenhada.

Estudante do 4.º ano, Adriano Franchini, de 21 anos, lembrou ontem dos arquitetos que aprendeu em aula ao se deparar com a nova Roosevelt. "A cidade precisa dessas conexões e, se o espaço for público, fica melhor." Para o estudante, a ideia na elaboração da praça remete a duas portas entreabertas que atiçam a curiosidade.

Professor e diretor da Faculdade de Arquitetura do Mac-

kenzie, Valter Caldana diz que, para conhecer bem os espaços, o arquiteto tem de desenhar todos eles. "A nova Praça Roosevelt foi uma grande evolução, é o primeiro passo para a recuperação dos espaços públicos da cidade", acredita.

Caldana diz também que o mesmo processo poderia ser replicado em outros locais de São Paulo. "Além de ser um lugar amigável, a Praça Roosevelt foi escolhida para essa atividade porque a reforma trouxe novos ares à região." Esse exercício de observação faz parte da Semana de Arquitetura do Mackenzie, na qual os alunos também assistem a palestras e participam de workshops.

Levar os estudantes para conhecer a cidade faz parte da rotina de um curso de Arquitetura, diz o professor Issao Minami, da Universidade de São Paulo (USP). "Além de ser um espaço público, a Roosevelt foi reformada recentemente, o que a torna interessante para essa atividade." Minami diz que o exercício ajuda futuros arquitetos a verem melhor a cidade e as intervenções de que ela precisa.

Ocupação. Antes mesmo da inauguração, a Roosevelt já havia sido ocupada. A festa Santo

Arquitetura traz a Roosevelt como um novo espaço público em São Paulo. Relata aulas, jogos do curso de arquitetura e lista eventos públicos e privados que acontecem na praça.

- 1) A festa Santo Forte, antes da inauguração
- 2) O Churrascão do Justificativa, no 1º Turno dos Alunos, e a 2ª edição nos anos 1º e 2º Turno
- 3) Monumento "Rosa Chiqui", marcado p/ o dia 21/10/12 (Rosa Maria Furtado Exista Amem em SP)

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

O ESTADO DE SÃO PAULO
Cad. 0 Pág. 6
Data: 18/10/12 Pasta: B-54



Aula ao ar livre. Professor do Mackenzie destaca que, para conhecer bem os espaços, arquiteto tem de desenhar todos eles

Moradores e skatistas buscam regras de convívio

● A entrega da Praça Roosevelt foi comemorada também pelos skatistas. Assim como o Vale do Anhangabaú, o local é um marco na cultura do skate no centro da capital. Os degraus e corrimãos, além do chão liso, tornam a prática do estilo "street" perfeita, segundo o skatista Cesar Rodrigues, de 41 anos.



No início do mês, ele participou com outros praticantes do esporte de uma reunião com mo-

radores e representantes da Ação Local Roosevelt.

Rodrigues explica que a ideia inicial dos moradores era proibir a prática, mas considera que isso seria um crime contra o skate na região. "Foi conversado com os moradores que o skate seria permitido em um determinado espaço da praça até as 22 horas", conta, destacando que será marcada uma nova reunião para que a proposta seja definitiva e possa ser levada às autoridades para regulamentação. / J.T.

Forte transformou a praça em ponto de interação. Segundo a produtora Júlia Silveira, foi uma oportunidade para muitos redescobrirem, pela balada, o centro da cidade. "É preciso ter a consciência de que a praça foi feita para as pessoas usarem. A festa,

a presença dos skatistas, dos grupos de teatro, todas essas são formas de se usar o espaço."

Entre as manifestações, as políticas parecem ter encontrado seu novo lugar. Dois eventos diretamente ligados às eleições já foram feitos lá: o Churrascão da

Justificativa, no primeiro turno e cuja segunda edição está marcada para o dia 28, e o Movimento dos 'Rosa-Choque', que está por trás do Festival Existe Amor em SP, marcado para este domingo.

De acordo com Hugo Possolo, integrante do grupo Parlapa-

tões, com sede na Roosevelt desde os anos 2000, a praça sempre foi ponto de realização de eventos políticos e culturais. "Havia os shows da década de 1970, os cinemas da década de 1980, os teatros e bares dos anos 2000", lembra.

Quanto à nova onda de ocupação do espaço, Possolo adverte: "É preciso evitar transformos para os moradores, que podem se incomodar com barulhos à noite, e para o trânsito da cidade".

O diretor da Ação Local, João Carlos Varela, tem a mesma preocupação de Possolo. "Esse tipo de manifestação deveria ser no Anhangabaú, em lugares que não são residenciais." / JULIANA TAMDJIAN, TIAGO QUEIROZ, TIAGO DANTAS, JULIANA DEODORO e PEDRO PROENÇA, ESPECIAL PARA O ESTADO

ANEXO 16 - Reportagem “Morador quer menos skate e mais segurança na Roosevelt”. Ágora, 09 out. 2012, p. A4. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Polícia procura suspeito de matar a namorada e o pai dela no Jardim Arpoador A5

Morador quer menos skate e mais segurança na Roosevelt

Reunião para discutir regras na praça prevê exigência de temas como instalação de câmeras e mais luzes

Uma reunião com cerca de 80 moradores do entorno da praça Roosevelt (região central de SP) ocorreu na noite de ontem para definir regras para a utilização do local, que passou por reformas e foi reaberta no fim de setembro. Entre os principais pontos debatidos estão a definição de área e horários para skatistas e melhorias na segurança da praça, com a instalação de câmeras de vigilância e mais iluminação.

As propostas discutidas serão apresentadas à Subprefeitura da Sé, segundo representantes dos moradores veja quadro nesta página).

“Discutimos algumas propostas para melhorias da praça e criamos comissões que vão detalhar as regras a serem apresentadas para o uso da área, como o horário e funcionamento, a implantação de sinalização, regras para o playground e para o cachorródromo”, explicou Jader Nicolau Júnior, um dos diretores da Ação Local Roosevelt, que reúne moradores do entorno.

Em relação aos skatistas, que são alvo de queixas dos moradores do local, Nicolau Júnior disse que a ideia é destinar uma área exclusiva para eles e determinar horários para a prática.

“Isso ainda está em discussão, mas estamos pensando em destinar uma área para o skate na praça. O problema é que cerca de 2.000 pessoas moram no entorno da praça e os skatistas têm utilizado o local durante toda a noite, o que causa incômodo por causa do barulho, sobretudo durante a madrugada”, explicou ele.

Segundo Nicolau Júnior, 15 skatistas participaram da reunião ontem e vão integrar uma comissão para tratar da prática no local.

Cachorródromo

Ainda segundo Nicolau Júnior, também foi debatida a instalação de uma ciclovia ao redor da praça e necessidade de cercar o playground e o cachorródromo.

“A nossa ideia é fechar o playground e colocar uma placa para sinalizar a faixa etária de uso para cada brinquedo. Também vamos solicitar da prefeitura mais iluminação no playground”, disse ele.

(Paula Felix e Fabio Saraiva)

Skatista faz manobra na Roosevelt (região central); moradores se queixam de barulho e perigo de acidentes e deverão estipular área e horário para prática

Julio Chequer - 4 out. 2012/Folhapress

Propostas

Segurança

- Regras para uso do local
- Instalação de câmeras
- Instalação de um cercado na área do playground e proibição da entrada de animais no local
- Aumentar a iluminação no playground
- Cercar e colocar um portão no cachorródromo

Sinalização

- Mapa geral da área
- Sinalização na área de playground, com faixa etária de quem pode usar os brinquedos

Skate

Definição dos espaços e horários para a prática de skate

Bicicletas

Instalação de uma ciclovia em torno da praça

Fonte: Ação Local Roosevelt



ANEXO 17 - DEODORO, J. Reforma da Praça Roosevelt muda comércio da região. O Estado de São Paulo, 04 dez. 2012, Cidades/Metrópole. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

perdeu para Jorge Paulo Lemann, maior acionista da Ambev, o título de brasileiro mais rico do mundo no ranking da Bloomberg.

utilizou duas vezes como o ex-nomem-mais-rico-do-Brasil. Por mais que a gente ache que o cara chora de barriga cheia, convenhamos, nenhum de nós sabe o que é isso!

vez da cunhada Kate Middleton. Explica-se: com o nascimento do(a) filho(a) do irmão William, ele perderá o terceiro lugar na linha de sucessão ao trono. Tem mais o que fazer do que

Tatly Vasques escreve todos os dias no portal e de terça a sábado neste caderno

Reforma da Praça Roosevelt muda comércio da região

Aumento dos aluguéis já tem feito lojistas deixarem a área; grupo de teatro Os Satyrus também está à procura de uma nova sede

Juliana Deodoro

Revitalização, valorização e mudança. São três palavras que descrevem os últimos meses da Praça Roosevelt, no centro de São Paulo. As consequências da reforma de R\$ 55 milhões, inaugurada há dois meses, incluem a saída de comerciantes do local, considerado um ponto cultural da cidade. Isso porque, com o renascimento da área até então degradada, veio também o interesse do mercado em reajustar os aluguéis.

Um dos responsáveis pela transformação da Roosevelt em polo cultural, a companhia de teatro Os Satyrus também anunciou na semana passada que, em maio, trocará a praça por uma nova sede — provavelmente na região da Criciúba, também no centro. Ivam Cabral, um dos fundadores do grupo, culpa o aumento do aluguel pela mudança. “Agente já sabia que isso aconte-

● Custos R\$ 3,5 mil é o aluguel de um dos imóveis usados pela companhia de teatro Os Satyrus no contrato que vai até maio de 2013.

R\$ 7 mil é quanto o proprietário do local quer cobrar por mês da companhia a partir da renovação.

R\$ 260 mil é o preço atual de venda de uma quitinete de 35 metros quadrados no perímetro da praça.

teria um dia, como foi em Nova York, Berlim e outras tantas cidades”, diz. “A melhor forma de sair é não se ‘vitimizar’. Não tem nada errado nesse processo, é apenas a lei do mais forte.”

A especulação nos preços co-

meçou antes mesmo da inauguração da praça. Em janeiro, a HQMix Livraria, especializada em quadrinhos, foi o primeiro estabelecimento comercial a se mudar. Com o fim do contrato, o proprietário quis cobrar o triplo do aluguel, segundo os responsáveis pela loja. Sem condições de bancar o preço, a livraria foi transferida para um bairro que é conhecido justamente por ser mais nobre e caro: Higienópolis.

A dona da HQMix, Daniela Baptista, diz que o aluguel no novo ponto, ao lado da Praça Vila-boim, equivale a dois terços do valor que pagava na Roosevelt. “Passamos anos aguentando a obra, que acaba com movimento e traz sujeira e banditismo”, conta, em referência aos transtornos da reforma da praça, que durou cinco anos e teria aumentado a criminalidade na região. “Quando ela fica pronta, somos expulsos.”

Com maior área aberta ao público, a nova Roosevelt virou des-

Protesto. Com área mais aberta, local recebe mais eventos

tino de skatistas e manifestantes de todas as vertentes. Por isso, também há moradores que não veem a hora de sair, como a corretora de imóveis Mariene Pereira Alves, de 54 anos. “Por que vou ficar em um lugar em que não

consegue dormir?”, pergunta. Daniela, da HQMix, acredita que os altos preços vão, na verdade, trazer de volta a degradação para a Roosevelt, já que muitos comerciantes estão saindo da praça. “É impossível bombar um

comércio noturno em uma praça. A Roosevelt virou o que tinha de virar: a praça dos skatistas, que não são consumidores e afastam o público.”

Otimismo. Há quem discorde e aceite os novos preços de aluguel, já que acreditam no novo público. O salão de beleza Studio Camarin, por exemplo, abriu há um ano e quatro meses, já na expectativa da reinauguração da Roosevelt. O estabelecimento paga R\$ 4,5 mil de aluguel — preço que já foi reajustado.

O bar Lekitsch foi inaugurado há um mês e meio. “Vimos a possibilidade de aliar o local à estrutura que já existia. Sabíamos que o aluguel era caro, mas apostamos na reforma”, conta um dos donos, Sílvio do Carmo, de 43 anos. Inicialmente, a ideia era abrir o bar na Rua Augusta, mas eles queriam um público “diferente”. “Acho que a Roosevelt está mudando para melhor.”

Estratégia. Presidente da Ação Local, Jader Júnior afirma que essa troca de comerciantes e moradores já era esperada. Antes mesmo que a HQMix mudasse de endereço, a entidade se reuniu com proprietários para tentar evitar a saída em massa. “Os proprietários querem se aproveitar da especulação. Assim como tem pessoas querendo entrar por causa da revitalização. É uma questão de acomodação.”

Para o presidente da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), Luiz Paulo Pompeia, a reforma da Roosevelt é uma desculpa para o mercado aquecido. “O fato é que, independentemente da praça, o mercado está agitado.”

PONTOS-CHAVE

Área foi revitalizada após 23 anos

● **Início** Praça Roosevelt começou a ser construída em 1987 e ficou pronta três anos depois. Pelo projeto original, teria restaurante, mercado, correio e área de exposições.

● **Decadência** Nos anos 1980, entrou em decadência. Na década seguinte, virou ponto de usuários de drogas. A reforma começou a ser discutida em 1999.

● **Nova cara** A reforma custou R\$ 55 milhões e começou a sair do papel em 2010. No total, foram recuperados 19 mil m². Entre as atrações está o cachorródromo.

ANEXO 18 - Reportagem "Nova Praça Roosevelt faz aniversário com problemas". Agora, 14 out. 2013, p. 4, Caderno A. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

A4 Agora

Nas ruas

Segunda-feira, 14 de outubro de 2013

EM DUAS REGIÕES DA CIDADE

Capital ganha mais 7,5 km de faixas exclusivas para ônibus a partir de hoje

A capital terá mais 7,5 km de faixas exclusivas para ônibus (foto) a partir de hoje. A maior parte dos novos trechos, que funcionarão nos picos da manhã e da tarde, ficam na zona leste —3,7 km na Marechal Tito, no Itaim Paulista, e 2,9 km em Itaquera. Outros 900 m serão abertos na av. Engenheiro Caetano Álvares (zona norte). (FSP)



Nova praça Roosevelt faz aniversário com problemas

Bancos e corrimãos estão quebrados, regras de uso não são cumpridas e base da PM está abandonada

Um ano após ser reinaugurada, após investimento de R\$ 55 milhões em reformas, a praça Roosevelt (região central de SP) tem bancos e corrimãos quebrados, luzes apagadas, uma base da PM com vidros blindados picada e abandonada —e, principalmente, desrespeito às regras de convivência.

O Agora esteve na praça, um dos símbolos de São Paulo, na última sexta-feira. A reportagem contou 30 canteiros com os bancos de madeira tratada quebrados, rachados ou soltos.

Por conta da presença dos skatistas, que dominam todos os espaços da praça, há dez corrimãos a menos.

"Quando reformaram, não pensaram no skate. Se os obstáculos fossem adequados, eles não iriam quebrar", afirmou o porteiro Felipe Rodrigues, 22 anos. Duas vezes

por mês, ele sai do Jardim Ângela (zona sul) para andar de skate na praça Roosevelt.

Mesmo com esses problemas, a entidade que representa os moradores e comerciantes da região afirma ter vários motivos para comemorar o aniversário da praça —no dia 29 de setembro.

"Todos os dias, a partir das 23h, a GCM (Guarda Civil Me-

tropolitana) pede para os skatistas saírem das áreas onde eles não podem andar. Isso foi um grande avanço. Também está havendo uma maior participação popular", afirmou Jader Nicolau Júnior, 57 anos, presidente da Ação Local Roosevelt.

Ele diz, porém, que há o que melhorar, como o parquinho (sem iluminação) e o cachorródromo (sem cerca).

Concreto

A maior reclamação de moradores, porém, não é sobre a presença dos skatistas (ainda que usem áreas proibidas para a prática), mas sim sobre opções de lazer.

"Só tem concreto, escada e corrimão. É claro que vai atrair mais os skatistas. Apesar de ser muito bonita, não tem muito o que fazer na praça", afirmou a aposentada Wanda Camargo, 71 anos, que mora em frente ao local.

Também há reclamações sobre a área destinada a cães. Segundo frequentadores, os animais pegam pulga na praça (leia mais ao lado).

Futuro incerto

A base com vidros blindados, que deveria ser da PM, não teve seu futuro definido. A Polícia Militar diz que conversa com a prefeitura para a "construção e instalação" de equipamentos no local.

O custo da base, ainda de acordo com a PM, será dividido entre Estado e prefeitura. (Rafael Italiani)



Corrimão quebrado de escada da praça Roosevelt, na Consolação, na região central da capital, um ano após reinauguração do espaço; local passou por reforma que custou R\$ 55 milhões aos cofres públicos

Cães pegam pulgas, diz frequentadora

A vendedora Angelica Gil, 33 anos, afirmou que não leva mais seu cocker spaniel, Kennedy, no cachorródromo. "A primeira vez que eu fui ele ficou cheio de pulgas e com um fungo na pele que demorou quase dois meses

para sair", disse. E não foi só esse o problema. "No mesmo dia ele fugiu porque não tem nenhuma cerca. Precisei correr pela praça para ele não sumir", afirmou Angelica. "Muita gente reclama das

pulgas e dos fungos. Quem entra no cachorródromo geralmente vem parar aqui na loja, com o cachorro, no mesmo dia", disse Sueli Cirelli, 61 anos, gerente de um pet shop bem em frente à praça Roosevelt.

Ainda de acordo com a gerente, as fugas de cães são constantes. "Já fiquei cuidando de cachorro enquanto o dono ia atrás do outro, que fugiu e foi parar lá na rua 25 de Março", afirmou Sueli. (R)

RESPOSTA

Prefeitura prevê outra reforma

A Prefeitura de São Paulo afirmou conversar com os skatistas para definir novas adaptações de uso da praça.

Sobre a manutenção e obras complementares, informou que isso será feito quando sair a licitação para as intervenções. O projeto da reforma já foi aprovado.

Ainda de acordo com a prefeitura, haverá uma outra licitação para adaptações na base atualmente sem uso. A mudança da GCM para o local não foi definida.

A Secretária Municipal da Saúde disse que em 2012 foram feitos dois pedidos ao Suvis (Supervisão de Vigilância em Saúde) e em nenhuma das visitas "foi constatada a infestação de pulgas". A pasta irá enviar equipes novamente nesta semana para avaliar o local.

A PM afirmou que realiza policiamento ostensivo no local. Disse que já prendeu 176 suspeitos e apreendeu 10 armas de fogo e 7 kg de drogas na nova Roosevelt. (R)



A estudante Débora Santos, 18, anda de skate na praça Roosevelt (região central) e diz gostar do local

Skatistas dominam espaços à noite

À noite, a praça Roosevelt fica tomada de skatistas. Nascida em Salvador (BA), a estudante Débora Santos, 18 anos, mudou-se para São Paulo neste ano e encontrou no local uma forma de se integrar com a cidade.

"Eu gosto daqui. Conheço as pessoas, pratico esporte e me divirto. A presença dos skatistas traz segurança para a praça", afirmou a jovem. Questionada sobre o moti-

vo de não andar na parte destinada aos skatistas, ela afirmou que, "se todo mundo for para lá, vai ficar apertado e perigoso para andar". Para o skatista Patrick Maurer, 30 anos, a presença dos esportistas afasta os usuários de drogas.

"Onde tem skatista não tem noia", afirmou. Segundo ele, por ser skatista amador, a praça é o seu local de treinamento. (R)

ANEXO 19 - Reportagem “Reforma vai erguer área para skatistas na praça Roosevelt”. Folha de São Paulo, 30 set. 2013, p. 3, Caderno C. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

FOLHA DE SÃO PAULO

Cad. C Pág. 3

Data: 30-09-14 Pasta: B-54

Reforma vai erguer área para skatistas na praça Roosevelt

Obras devem custar cerca de R\$ 1,4 milhão e durar seis meses, além de reparar estruturas deterioradas do local

for
for
(div)
1,4m)
du
code
nha
a
cio
s

Presença de skatistas tem causado atrito com usuários da praça desde a reabertura do local, em setembro de 2012

DE SÃO PAULO

A praça Roosevelt, na região central de São Paulo, vai passar por nova reforma. A obra deve durar cerca de seis meses e vai criar um espaço delimitado para skatistas, além de reparar estruturas deterioradas e melhorar a acessibilidade do local.

Segundo a arquiteta e urbanista Sandra Soares de Oliveira, responsável pela obra, a licitação foi publicada na semana passada, mas ainda não há uma data definida para o início, embora a previsão seja começar neste ano.

O orçamento estimado para as mudanças é de cerca de R\$ 1,4 milhão.

“Hoje, os skatistas usam um espaço não projetado para eles. Então vamos recuperar o que foi deteriorado e

criar uma área específica, com rampas e trilhos. Não haverá placas de proibição, mas terá placa da área destinada”, diz a arquiteta.

“Criando um lugar mais atrativo, o skatista perde um pouco o interesse de usar a área comum”, completa.

A nova área terá em torno de 1.150 m² — a praça tem 25 mil m² — e ficará próximo à rua da Consolação.

De acordo com a urbanista, haverá um guarda-corpo para evitar acidentes, como pessoas atingidas por skates, mas não serão erguidos muros.

BRIGA POR ESPAÇO

A grande presença de skatistas tem provocado atritos com usuários da praça desde a reabertura do local, em setembro de 2012, após uma reforma que durou dois anos e custou R\$ 55 milhões.

Em fevereiro do ano passado, a prefeitura instalou placas para delimitar as áreas proibidas a skatistas, após uma série de reclamações de moradores da região a respeito do uso da praça.

A principal delas é que os praticantes de esportes de ação inibem a circulação de pedestres na praça em razão de manobras radicais, que podem oferecer risco de acidentes a quem passa.

Skatistas dizem que vão à praça porque é uma das poucas opções na cidade para praticarem o esporte com segurança e reclamam de que a área voltada para eles hoje é muito pequena e, por isso, andam no espaço proibido.

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana diz que os guardas orientam os skatistas a usar o espaço com segurança, reforçada por equipe em bicicletas e motos que fazem rondas pelo espaço.

ANEXO 20 - DEODORO, J. A agressão de GCMs contra skatistas reacende debate sobre uso da Roosevelt. O Estado de São Paulo, 08 jan. 2013, p. C1. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

C1 | TERÇA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 2013

INCLUI CLASSIFICADOS O ESTADO DE S. PAULO

Administração
Haddad cobra multa de R\$ 990 mil do Corinthians
Pág. C3

Fatality
Rato mata casal de turistas que andava em praia de Iguatema
Pág. C4

Vida na cidade
Fotógrafo registra em livro os sobrados paulistanos
Pág. C8

Metrópole

Agressão de GCMs contra skatistas reacende debate sobre uso da Roosevelt

Após vídeo causar grande discussão na web, corporação afasta agente que aparece sem farda nas imagens e outros colegas envolvidos



Na rede. Vídeo que mostra guardas dando 'gravares' e usando spray de pimenta teve mais de 400 mil visualizações até as 20h15 de ontem: GCMs acusam skatistas de jogar pedras

Juliana Deodoro
A Prefeitura afastou ontem integrantes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) envolvidos em uma agressão contra skatistas na sexta-feira na Praça Roosevelt, no centro da capital. Além de uma "gravares" dada por um guarda sem farda em um dos skatistas, pelo menos outros cinco jovens foram atingidos por spray de pimenta. Gravado por um deles, o conflito teve ampla repercussão na internet - até as 20h15 de ontem, foram postadas milhares de imagens. Esse foi mais um capítulo da disputa pelo uso da Roosevelt desde a reinauguração, no fim do setembro.

No vídeo, um guarda sem farda dá uma "gravares" e agrediu verbalmente o skatista William Mathias, de 30 anos. Segundo ele, os guardas o confundiram com outro garoto que os havia atingido e exigiram que ele fosse até eles. Mathias negou e conseguiu uma discussão. "Eu já não ia reagir, estava cercado. Ai o cara (guarda sem farda) chegou querendo me aporrear." Skatistas que tentavam defendê-lo foram

Uma discussão, "Eu já não ia reagir, estava cercado. Ai o cara (guarda sem farda) chegou querendo me aporrear." Skatistas que tentavam defendê-lo foram

Um jovem foi acusado de assédio sexual e de que não respeitava autoridade e diz que não pretende divulgar as imagens da agressão. "O Edu (Estúdio Rêgô, skatista atingido pelo spray) colocou na internet e bombardeou. Não esperava essa repercussão toda, mesmo porque sou só um skatista jogando pedras contra os guardas. Nenhuma dessas imagens foi encontrada e a secretaria não confirmou sua existência.

Histórico. Outro vídeo de conflito na praça também circulou na rede. Em novembro, um skatista foi preso após agredir um guarda. A vítima da GCM que o levou foi cercado por amigos do delito e ele foi liberado.

Para tentar resolver questões como essas, a Ação Local da Roosevelt e a Confederação Brasileira de Skate (CBRSK) têm se reunido desde outubro para definir regras de ocupação da praça. Ficou decidido que os skatistas poderiam usar o espaço entre 18h30 e 20h30 em dias próximos à Rua da Consolação seria reservada para a prática do esporte. Dois meses depois do acordo, pouco foi feito nesse sentido.

Dependente da Ação Local, Jader Junior, afirma que os skatistas têm respeito ao horário de uso, mas que o espaço da praça é totalmente ocupado por eles. "Não dá para definir uma ordem de prioridade e serem mantidas a área não for reservada", diz.

Segundo ele, grande parte dos skatistas que frequentam a Roosevelt vem de outras regiões da cidade. "Queremos conviver com todo mundo, mas desde que eles respeitem os moradores. Eles estão ocupando o espaço de moradores e paratentado, há uma série de problemas".

Jader Junior afirma que no sábado, um dia após o conflito com os skatistas, uma criança foi atingida na cabeça por um skate de uma pessoa que andava na praça. O pai da criança quebrou o skate e levou o filho para o hospital. "A realidade de quem tem de conviver com o skate na praça é bem diferente", reclama.

Para o vice-presidente da CBRSK, Edson Scandar, os conflitos continuam até que as mudanças defendidas por essa comissão sejam implementadas. "Hoje o skate e outras atividades não obedecem nenhuma regra local. Os skatistas estão tentando usufruir o espaço público, que já é pouco na cidade, e de repente são premiados de forma truculenta."

Ele afirma ainda que uma reunião do Conselho Gestor da Praça já deveria ter ocorrido neste ano, mas sem a Confederação nem a Ação Local sabem por que foi cancelada. "O skatista não quer confronto, só quer espaço para praticar seu esporte."

Futuro. De acordo com o subprefeito da Sé, Marcos Barreto, uma reunião será marcada nos próximos dias com a GCM e os secretários da Segurança Urbana e do Verde e Meio Ambiente para discutir com a comunidade

Manobra. Movimento de skatistas era normal ontem: reunião com moradores são feitas desde outubro para definir ocupação

Acusado tem dados pessoais hackeados
Um grupo de hackers conseguiu acessar dados pessoais de dois guardas-civis envolvidos no confronto com skatistas e publicou o conteúdo na internet. Informações como CPF, idade, endereço, número de celular e nome de mãe foram divulgadas. O grupo ainda elogia "justificativas" para a exposição - entre elas, o artigo 19 da Constituição Federal, que trata do direito de ir e vir, e segundo item, foi violado pelo guarda, rejeita acusação

PARALELARMAR
Outros lugares da cidade já foram alvo de disputa entre skatistas e comunidade. No Parque da Independência, zona sul, a Câmara chegou a propor um projeto de lei que proibisse o skate no local. Na mangueira da Praça do Ipiranga, a disputa não se deu em nome da comunidade, mas sim em nome de moradores e ciclistas. Skatistas, por sua vez, defendem o espaço, ressaltando que, na Avenida Paulista, pedestres têm de conviver com os skates.

VERÃO LAFER
Todo o show-room com 50% de desconto

Até 15 de janeiro interdomus LAFER

8 Avenida A, 7.128-1731 - Vila do Sol - São Paulo - SP - CEP: 05312-102 - Fone: (11) 3062-1194 - Site: www.lafers.com.br - 13622-1192 - Shop 080 010 7361 9254 - www.lafers.com.br

ANÁLISE: Fábio Martins Gonçalves
Local revela falta de tradição do convívio entre diferentes
A Praça Roosevelt é o espaço público do momento. Talvez seja o espaço público mais emblemático, que revela melhor as dificuldades em gerir espaços em uma sociedade desigual e com pouca tradição de convívio entre os diferentes. Todos os espaços livres públicos têm regras de uso. Em nenhum país as regras de disciplina ou uso desses locais são imutáveis e fixas. Pelo contrário, são fruto da construção social de acordos temporários de convivência. Problemas nascem em todos os espaços, em todas as cidades e em todos os países, contudo

© URBANISTA E PROFESSOR DA FAUUSP

ANEXO 21 - GRAGNANI, J. Prefeitura estuda colocar grades na praça Roosevelt no Carnaval. Folha de São Paulo, 14 de fev. 2017, p.3, caderno B. Retirada do acervo do Setor de Documentação Jornalística do Departamento de Documentação e Informática da Câmara Municipal de São Paulo.

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Biblioteca
Setor de Recortes de Jornais

AGORA SÃO PAULO
Cad. A Pág. 8
Data: 20-11-2014 Pasta: 3-54

Prefeitura começa a pôr grade na praça Roosevelt

A praça Roosevelt (região central de SP) terá grades na área voltada para a rua da Consolação. A prefeitura iniciou as obras de instalação ontem e, de acordo com a Subprefeitura da Sé, a grade serve para "garantir conforto dos skatistas e segurança dos frequentadores".

A instalação faz parte das obras da "Skate Plaza", uma

área 1.150 m² projetada exclusivamente para a prática do esporte na praça. Além da grade de proteção, a área terá cinco rampas e bancos e corrimões para manobras.

Segundo a prefeitura, após as obras, skatistas só poderão usar essa área na praça. Os skatistas elogiam a medida. "Teremos rampas melhores, que vão diminuir o número

de quedas", diz o estudante Erick Morato, 18 anos.

O skatista profissional Lucas Carvalho, conhecido como Lucas Xaparral, diz que a intervenção será bem-vinda. "É melhoria para a praça e para a galera do skate."

"Só me preocupo com o espaço. A praça tem 18 mil metros quadrados e a gente ficou com pouco mais de mil.

Acho que não ter lugar para toda a galera que costuma vir para cá", diz o estudante Rodrigo Santos, 19 anos.

O projeto "Skate Plaza" nasceu da briga entre moradores da região e skatistas. Os moradores reclamavam de barulho e bagunça, enquanto os skatistas exigiam o uso do espaço público para prática do esporte. (Stephane Sena)

PARA CRIAR ÁREA ESPECÍFICA PARA A PRÁTICA DE SKATE



Obra na praça Roosevelt, no centro de SP; local terá 1.150 metros quadrados só para a prática do esporte

Reportagem comenta intenções dos moradores, p/ a adequação do espaço a prática do skate, no entanto a área reservada parece pequena anti a demanda de skatistas. A intervenção é resultado dos conflitos entre skatistas e moradores pelo uso do espaço.

ANEXO 22 – Manifesto da sociedade civil contra à poluição sonora na sociedade de São Paulo lido durante a reunião do CONSEG em 24 de Setembro de 2019

Manifesto da sociedade civil contra à poluição sonora na sociedade de São Paulo

Os abaixo identificados e assinados, representantes legítimos de diversos grupos de luta pela melhoria das condições de vida na Cidade de São Paulo, manifestam-se contra o crescente fenômeno de poluição sonora que sujeita seus habitantes às mais diversas consequências, tratando-se mesmo de questão de saúde pública.

Toda cidade é para seus habitantes, assim considerados todos os que nela residem, trabalham ou passam seus dias e noites, sendo senão fruto da construção de cada um de seus atores, e não somente da vontade política de gestores ou escolhas de seus dirigentes, menos ainda de grupos de interesses ou empreendimentos que visam, por certo, como é natural, os lucros de seus investimentos.

O convívio pacífico de todas as atividades, da convivência da diversidade não pode e não deve excluir ninguém, nenhum dos municípios, devendo todos ter direitos igualmente respeitados e obrigações igualmente cumpridas.

O espaço público em São Paulo, com sua natural ocupação, está se tornando, cada vez mais uma fonte de produção de ruídos e poluição sonora que afetam a qualidade de vida e a saúde de seus municípios, e que merece atenção especial do Poder Público.

Estudos já demonstraram que algumas vias da cidade têm suportado ruído produzido por veículos de transportes públicos e particulares acima do permitido, do suportado, e os resultados de mapas de ruídos mostram o problema que a sociedade está vivendo, principalmente durante os horários de maior movimento de locomoção e congestionamentos.

É imperativo que a frota de ônibus da cidade seja substituída por veículos mais modernos, menos poluentes, não só em relação ao ar mas e também em relação à produção de ruídos.

Bares, lanchonetes e casas noturnas estão aumentando suas áreas de ocupação para os passeios públicos, muitas vezes de maneira irregular, tomando espaço de pedestres, e situação que é aproveitada para instalação de aparelhagem de som e bandas que não respeitam as normas vigentes, ultrapassando, a qualquer hora do dia ou da noite, a intensidade permitida ou tolerável, por muitas horas ininterruptas.

Muitos empreendimentos de entretenimento não atendem as leis às quais estão submetidos e não possuem isolamento acústico adequado, extravasando seus limites e incomodando seus vizinhos, sejam eles residências ou outros estabelecimentos.

Shows e festas em espaços públicos com equipamentos sonoros e visuais de última geração, apesar das recomendações constantes das autorizações, não as levam em consideração, emitindo perturbação sonora indizível aos entornos, ao contrário de seu propósito de envolver o público em atividades culturais.

Bandas, bailes, caixas de som em vias públicas tocam por horas, sem interrupção, infringindo todas as leis aplicáveis a esses casos e os moradores e trabalhadores do local ficam sujeitos a tais incomodidades que podem causar perturbações nervosas, desequilíbrio psicológico, e problemas auditivos.

Veículos com festas em seus interiores circulam pela cidade com som interno que ultrapassa todo bom senso e muitas vezes assusta os transeuntes durante as madrugadas, quando não são caminhões do tipo “trio elétrico” que perturbam durante o repouso noturno.

Manifestações políticas e também as culturais utilizam veículos de potente equipamento sonoro, em trios elétricos, não só com gritarias de discursos, mas também com música e shows que reverberam e fazem janelas trepidarem, quando não interferem em equipamentos instalados nas residências, estabelecimentos e hospitais.

A POLUIÇÃO SONORA PRECISA SER COMBATIDA AGORA!!!” (texto retirado de: <https://souavenidapaulista.com.br/index.php/lideranca/144-manifesto-da-sociedade-civil-contra-a-poluicao-sonora-na-cidade-de-sao-paulo>)